UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social

SERGIO VEZNEYAN

**Genocídios no século XX: uma leitura sistêmica de causas e
consequências.**

v.1

São Paulo
2009

SERGIO VEZNEYAN

Genocídios no século XX: uma leitura sistêmica de causas e consequências.

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Social
Orientadora: Professora Doutora Anna Mathilde Pacheco e Chaves Nagelschmidt

v.1

São Paulo

2009

FOLHA DE APROVAÇÃO

Sérgio Vezneyan

Genocídios no século XX: uma leitura sistêmica de causas e consequências.

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para a obtenção do título
de Doutor em Psicologia.
Área de Concentração: Psicologia Social

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____
Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____
Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____
Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____
Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____
Instituição: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

À minha família.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas colaboraram com a realização desse trabalho, dedicando-me tempo, atenção, e constantes incentivos. Gostaria, porém, de particularmente agradecer:

À Professora Doutora Anna Mathilde Pacheco e Chaves Nagelschmidt, que como orientadora e incentivadora, soube conduzir-me por tema tão árduo e psicologicamente desgastante. Seu conhecimento, disponibilidade, amizade e vasta erudição foram determinantes à conclusão desse trabalho.

Ao Professor Doutor Antônio Gélis Filho, pelas sábias e pertinentes contribuições, além do cavalheirismo e incentivo.

À Professora Doutora Eda Terezinha de Oliveira Tassara, pelas significativas contribuições em relação ao Método e Objeto de Pesquisa.

Ao Professor Doutor Sigmar Malvezzi, pela disponibilidade, atenção e espírito crítico, que me levaram a ousar e transpor os limites originalmente planejados para o trabalho.

E finalmente, mas com igual importância, ao amigo Professor Doutor Tales Andreassi que, com seu conhecimento, ponderação, apoio e sincera amizade muito contribuiu à materialização desse trabalho.

RESUMO

VEZNEYAN, Sérgio. **Genocídios no século XX: uma leitura sistêmica de causas e consequências**. 2009. 2v. Tese: (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Psicologia Social, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Este trabalho estuda o tema Genocídio a partir do estudo comparativo dos sete casos do século XX, como oficialmente definidos pelas Nações Unidas: Armênios, Holodomor, Nanking, Holocausto, Cambódia, Bósnia-Herzegovina, e Ruanda.

O mapeamento de suas similaridades é contraposto aos modelos de (i) Stanton (*Genocide Watch*); (ii) Albert Bandura (Desengajamento Moral); bem como (iii) Conceitos desenvolvidos a partir de estudos em Psicologia Social, oportunamente identificados.

Chegou-se, então, a um “Modelo Teórico Ajustado”, sistêmico, que potencialmente ajuda a identificar as causas e consequências de Genocídios.

Palavras-chave: Genocídios, Desengajamento Moral, Bandura, Stanton, Sistemas, Armênios, Holodomor, Nanking, Holocausto, Cambódia, Bósnia-Herzegovina, Ruanda.

ABSTRACT

This work studies Genocide from comparing the seven occurrences in the twentieth century, as officially defined as Genocides by the United Nations: Armenians, Holodomor, Nanking, Holocaust, Cambodia, Bosnia-Herzegovina, Rwanda.

The similarities among these cases are then compared with (i) The Stanton Model (*Genocide Watch*); (ii) The Moral Desengagement Framework, as proposed by Albert Bandura; as well as (iii) Social Psychology concepts, identified and conveniently presented.

A theoretical adjusted model, systemic, is then presented, aiming to potentially help identifying causes and consequences of Genocides.

Keywords: Genocide, Moral Desengagement, Bandura, Stanton, Systems, Armenians, Holodomor, Nanking, Holocaust, Cambodia, Bosnia-Herzegovina, Rwanda.

CASSIUS: *Quem é tão firme que não pode ser seduzido?*
(Shakespeare, 1623)

Existem somente dois tipos de homem: os íntegros que se consideram pecadores e os pecadores que se consideram íntegros.
(Pascal, 1662)

Que Deus nos proteja de nossos amigos, pois dos nossos inimigos podemos tentar nos proteger nós mesmos.
(Kant, 1799)

Não existe absurdo que não encontre seu porta-voz.
(Schelling, 1809)

Megalomaniacos podem ordenar que se invada a Rússia; mas por que os homens lhes obedecem?
(Tolstoy, 1869)

A guerra das ideias é uma invenção grega – uma das invenções mais importantes de toda a história. De fato, a possibilidade de lutar com palavras, em vez de lutar com armas, constitui o fundamento de nossa civilização – especialmente de suas instituições legais e parlamentares.
(Popper, 1956)

A Obediência, como resultante comportamental, é de particular importância para a nossa época. Tem sido consistentemente reportado que, entre 1933 e 1945, milhões de pessoas inocentes foram sistematicamente eliminadas, a partir de ordens superiores. Câmaras de gás foram construídas, campos de concentração foram guardados, quotas diárias de vítimas foram produzidas com a mesma eficiência com que se produzem utensílios domésticos. Essas ações desumanas podem até se ter originado a partir de uma única mente, mas elas só tiveram seu efeito em larga escala por que um grande número de pessoas seguiu essas ordens.
(Milgram, 1963)

Há um certo momento na trajetória de toda e qualquer nação em que ela se considera escolhida. É nesse momento que ela dá o melhor e o pior de si.
(Cioran, 1973)

A escolha de dizer não ... frente à derradeira possibilidade de dizer sim, traz-nos qualidades distintas e diferenciadoras, enquanto seres humanos: um sentimento de agência pessoal, uma percepção das consequências de nossos atos e uma atitude de respeito e empatia com os membros de nossa mesma espécie.

(Kelman & Hamilton, 1989)

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	11
LISTA DE FIGURAS	13
SIGLAS	14
1. INTRODUÇÃO	15
2. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TEMA	16
3. ESTRUTURA E SEQUENCIAMENTO LÓGICO DO TRABALHO	25
3.1 Análise Conceitual	25
3.2 Análise de Conteúdo	25
3.3 <i>Research Design</i>	27
4. MÉTODO DE PESQUISA	28
4.1 Metodologia	28
4.2 Tipos de Pesquisa	29
5. PARAMETRIZAÇÃO CONCEITUAL	34
5.1 Definições de Genocídio	34
5.2 Panorama Jurídico de Genocídios	40
5.3 Grandes Linhas de Pesquisa em Psicologia Social sobre Genocídios	43
5.4 Modelo de Prevenção de Stanton (“Modelo Aplicado”)	48
5.5 O Desengajamento Moral de Albert Bandura (“Modelo Teórico”)	53
5.5.1 Bibliografia Complementar de Albert Bandura	69
5.6 Teoria Geral de Sistemas	93
6. GRANDES OCORRÊNCIAS DO SÉCULO XX	98
6.1 Armênios	98
6.1.1 Breve História	98
6.1.2 Bibliografia Complementar	110
6.1.3 Filmografia/ Websites e Memoriais	133
6.1.4 Mapeamento das Similaridades e Antagonismos	138
6.1.5 Contraposição ao Modelo “Aplicado”	141
6.1.6 Contraposição ao Modelo “Teórico”	142
6.2 Holodomor (ou Fome na Ucrânia)	143
6.2.1 Breve História	143
6.2.2 Bibliografia Complementar	150
6.2.3 Filmografia/ Websites e Memoriais	154
6.2.4 Mapeamento das Similaridades e Antagonismos	155
6.2.5 Contraposição ao Modelo “Aplicado”	158
6.2.6 Contraposição ao Modelo “Teórico”	159

6.3	Nanking	160
6.3.1	Breve História	160
6.3.2	Bibliografia Complementar	166
6.3.3	Filmografia/ Websites e Memoriais	169
6.3.4	Mapeamento das Similaridades e Antagonismos	173
6.3.5	Contraposição ao Modelo “Aplicado”	177
6.3.6	Contraposição ao Modelo “Teórico”	178
6.4	Holocausto Nazista	186
6.4.1	Breve História	186
6.4.2	Bibliografia Complementar	197
6.4.3	Filmografia/ Websites e Memoriais	204
6.4.4	Mapeamento das Similaridades e Antagonismos	222
6.4.5	Contraposição ao Modelo “Aplicado”	227
6.4.6	Contraposição ao Modelo “Teórico”	228
6.5	Cambódia	229
6.5.1	Breve História	229
6.5.2	Bibliografia Complementar	236
6.5.3	Filmografia/ Websites e Memoriais	243
6.5.4	Mapeamento das Similaridades e Antagonismos	247
6.5.5	Contraposição ao Modelo “Aplicado”	248
6.5.6	Contraposição ao Modelo “Teórico”	249
6.6	Bósnia-Herzegovina	250
6.6.1	Breve História	250
6.6.2	Bibliografia Complementar	257
6.6.3	Filmografia/ Websites e Memoriais	264
6.6.4	Mapeamento das Similaridades e Antagonismos	267
6.6.5	Contraposição ao Modelo “Aplicado”	289
6.6.6	Contraposição ao Modelo “Teórico”	290
6.7	Ruanda	291
6.7.1	Breve História	291
6.7.2	Bibliografia Complementar	298
6.7.3	Filmografia/ Websites e Memoriais	303
6.7.4	Mapeamento das Similaridades e Antagonismos	310
6.7.5	Contraposição ao Modelo “Aplicado”	313
6.7.6	Contraposição ao Modelo “Teórico”	314
7.	DESENVOLVIMENTO DO MODELO “TEÓRICO AJUSTADO”	315
7.1	Mapeamento da Aderência do “Modelo Teórico Ajustado”	318
8.	POSSÍVEIS CRÍTICAS	321
9.	CONCLUSÕES	324
10.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	326
11.	ANEXO	341

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Genocídios do séc. XX.

TABELA 2 – Representatividade de 18 milhões de vidas na população brasileira, segundo o Censo de 2000, do IBGE.

TABELA 3 – Populações dos países mais populosos.

TABELA 4 – Mortes por país durante a Segunda Grande Guerra.

TABELA 5 – Características metodológicas do estudo.

TABELA 6 – Resumo sintético das contribuições, por autor, à definição de Genocídios.

TABELA 7 – Principais conceitos associados à Teoria Geral de Sistemas.

TABELA 8A – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio dos Armênios.

TABELA 8B – Genocídio dos Armênios: contraposição ao Modelo do Stanton.

TABELA 8C – Genocídio dos Armênios: contraposição ao modelo do Desengajamento Moral, do Bandura.

TABELA 9A – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio do Holodomor.

TABELA 9B – Genocídio do Holodomor: contraposição ao Modelo do Stanton.

TABELA 9C – Genocídio do Holodomor: contraposição ao modelo do Desengajamento Moral, do Bandura.

TABELA 10A – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio de Nanking.

TABELA 10B – Genocídio de Nanking: contraposição ao Modelo do Stanton.

TABELA 10C – Genocídio de Nanking: contraposição ao modelo do Desengajamento Moral, do Bandura.

TABELA 11A – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio Nazista.

TABELA 11B – Genocídio do Holocausto: contraposição ao Modelo do Stanton.

TABELA 11C – Genocídio do Holocausto: contraposição ao modelo do Desengajamento Moral, do Bandura.

TABELA 12A – Genocídio do Camboja: contraposição ao Modelo do Stanton.

TABELA 12B – Genocídio do Cambódia: contraposição ao modelo do Desengajamento Moral, do Bandura.

TABELA 13a – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio da Bósnia-Herzegovina – (sérvios X bósnios).

TABELA 13b – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio da Bósnia-Herzegovina – (sérvios X albanianos).

TABELA 13c – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio da Bósnia-Herzegovina – (sérvios X cosovares).

TABELA 13d – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio da Bósnia-Herzegovina – (sérvios X macedônios).

TABELA 13e – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio da Bósnia-Herzegovina – (sérvios X montenegrinos).

TABELA 13f – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio da Bósnia-Herzegovina – (sérvios X croatas).

TABELA 13g – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio da Bósnia-Herzegovina – (sérvios X eslovenos).

TABELA 13h – Genocídio da Bósnia-Herzegovina: contraposição ao Modelo do Stanton.

TABELA 13i – Genocídio da Bósnia-Herzegovina: contraposição ao modelo do Desengajamento Moral, do Bandura.

TABELA 14A – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio de Ruanda.

TABELA 14B – Genocídio de Ruanda: contraposição ao Modelo do Stanton.

TABELA 14C – Genocídio de Ruanda: contraposição ao modelo do Desengajamento Moral, do Bandura.

TABELA 15 – Detalhamento das Dimensões relativas ao Fator Ambiental, do “Modelo Teórico Ajustado” proposto.

TABELA 16 – Detalhamento das Dimensões relativas aos Algozes, do “Modelo Teórico Ajustado” proposto.

TABELA 17 – Detalhamento das Dimensões relativas às Vítimas, do “Modelo Teórico Ajustado” proposto.

TABELA 18 – Detalhamento das Dimensões relativas às Consequências, do “Modelo Teórico Ajustado” proposto.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – *Research Design*.

FIGURA 2 – Modelo de causação recíproca triádica.

FIGURA 3 – Sub-funções do sistema de auto-regulação de Bandura.

FIGURA 4 – Fluxo do Desengajamento Moral de Bandura.

FIGURA 5 – Modelo Sistêmico Proposto (“Modelo Teórico Ajustado”).

SIGLAS

APA – *American Psychology Association*

CUP – Partido pela União e Progresso

DEDALUS – Banco de Dados Bibliográficos da Universidade de São Paulo

FUNK – Frente Nacional Unida do Kampuchea

GPU – Polícia Secreta Comunista

GULAG – Administração do Campo Principal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICTY – Tribunal Criminal Internacional para a antiga Iugoslávia

KGB – Komitet Gosudarstvenoi Bezopasnosti, ou Serviço de Inteligência Soviético

MRND – Movimento Revolucionário Nacional pelo Desenvolvimento

NATO – Organização do Tratado do Atlântico Norte

ONU – Organização das Nações Unidas

PARMEHUTU – Partido do Movimento pela Emancipação Hutu

RAF – Forças Armadas Ruandenses

RPF – Frente Patriótica Ruandense

RTLTM – Rádio e Televisão Livre das Mil Colinas

SD – Serviço de Segurança

SS – Escudo de Proteção (Organização Paramilitar ligada ao Partido Nazista Alemão)

TGS – Teoria Geral de Sistemas

TPI – Tribunal Penal Internacional

UNBISNET – Sistema de Informações Bibliográficas das Nações Unidas

UNPROFOR – Força de Proteção das Nações Unidas

USP – Universidade de São Paulo

WRB – Comitê dos Refugiados de Guerra

1. INTRODUÇÃO

Para um descendente de armênios, parece relativamente óbvio o interesse pelo tema Genocídio. Afinal de contas, apesar da ainda presente controvérsia – ou, ao menos, o não reconhecimento pelos turcos de que os atos praticados entre 1915 e 1918 podem ser enquadrados nos artigos II e III da Convenção para Prevenção e Punição ao Genocídio das Nações Unidas, de 1948 – a dizimação de um povo, de forma consistente e atroz, deixa, seguramente, importantes marcas às gerações que se sucedem.

Como apreciador da sétima arte, fui igualmente marcado por filmes como *The Diary of Anne Frank*, *Le dernier métro*, *Sophie's choice*, *Life is Beautiful*, *The Chindler's List*, e *Pianist*, apenas para citar aqueles que têm o Holocausto como pano de fundo.

Meu desenvolvimento cognitivo, moral e cultural ocorreu concomitantemente à ascensão e queda de líderes como Pol Pot, Habyalimana e Ntaryamira, e Milosevic, entre outros. Suas excentricidades, seu radicalismo, seus valores ultranacionalistas, sua consistente busca pela alienação das diferenças: a própria negação da natureza humana.

Assim, o que me motivou a desenvolver esse trabalho foi a curiosidade/ indignação de tentar entender o que leva sociedades ditas desenvolvidas, em pleno século XX, a promover ou, na melhor das hipóteses, aceitar que atos tão extremados sejam praticados.

O grande destaque que, recentemente, a comunidade internacional deu ao pedido de prisão do presidente do Sudão - Omar Hassan Ahmad al-Bashir – responsabilizado por crimes contra a humanidade, crimes de guerra e Genocídios na região de Darfur, bem como a captura e consequente julgamento de Radovan Karadzic – o “carniceiro da Bósnia” – por parte do Tribunal Penal Internacional (TPI), mostram que, infelizmente, esse é um tema que ainda está longe de ser completamente superado pela humanidade.

Estudar esses casos, buscando a similaridade entre suas respectivas conjunturas, formas, lógicas, e agentes, talvez seja a maneira pacífica e civilizada de reduzir a probabilidade de recorrência.

Afinal de contas, como profetizou Santayana:

Those who do not remember the past are condemned to relive it.

2. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TEMA

A excepcional violência do século XX é, como extensamente argumentado por Ferguson (2006), paradoxal:

“Apesar de tudo, os cem anos que sucederam o ano de 1900 constituíram um período de progresso sem precedentes. Em termos reais, estima-se que a renda per capita global – uma medida aproximada da riqueza individual – cresceu um pouco mais de 50% entre os anos de 1500 e 1870. Entre os anos de 1870 e 1998, ela cresceu, no entanto, mais de seis vezes e meia. Em outras palavras, a taxa anual composta de crescimento foi quase treze vezes maior entre 1879 e 1998 do que aquela entre 1500 e 1870. Ao término do século XX, em função de milhares de avanços tecnológicos e expansões do conhecimento, os seres humanos, em média, viveram mais e melhor do que em qualquer outra época da história da humanidade. Em uma grande proporção do mundo, a humanidade foi bem-sucedida no combate à mortalidade infantil, graças à melhor nutrição, bem como o domínio sobre doenças infecciosas. A expectativa de vida no Reino Unido em 1990 era de setenta e seis anos, comparado com quarenta e oito anos em 1900. A mortalidade infantil era um vigésimo daquela do começo do século. Os seres humanos não passaram a viver mais, apenas; tornaram-se maiores e mais altos. A velhice tornou-se menos difícil; a taxa de doentes crônicos entre sexagenários americanos na década de 90 era de aproximadamente um terço daquela que se apresentava no início do século. Mais e mais pessoas eram capazes de escapar daquilo que Karl Marx e Friedrich Engels chamaram de idiotice da vida rural, posto que entre 1900 e 1980 o percentual da população mundial vivendo em grandes cidades mais do que dobrou. Por trabalhar de forma mais eficiente, as pessoas passaram a ter mais tempo disponível para o lazer. (...) Embora apenas um quinto dos países pudessem ser classificados como democracias em 1900, em 1990 essa proporção creceu aproximadamente 50%. Os Governos cessaram de prover exclusivamente os serviços públicos fundamentais de defesa e justiça, evoluindo para Estados de bem-estar, buscando a eliminação de necessidades...doenças, e ignorância...”

Não obstante tamanho progresso, o século XX apresenta-se igualmente único no que tange à frequência e escopo de tragédias genocidas, como aponta Hobsbawm (1994). Podem ser listadas as seguintes ocorrências:

Genocídios do Século XX								
Genocídio	Data	Vítimas	Número de Vítimas	Percentual da População	Algozes	Métodos de Extermínio	Violência Sexual	Julgamentos
Herero	1904	Hereros do sudoeste africano (atual Namíbia)	64,000	80%	Colonizadores alemães e exército alemão	Massacres, marchas forçadas, impedimento de acesso à água, envenenamento de mananciais, trabalho escravo, fome, doenças.	Sim.	Não. Alemães pedem desculpas formais em 2004. Hereros pedem reparação em 2005.
Armênios	1915-1918	Armênios no Império Otomano (atual Turquia)	Entre 1,1 e 1,8 Milhão	50 a 75%	Soldados otomanos, milícias (formadas principalmente por ex-condenados), camponeses.	Massacres (fuzilamentos em massa, bem como assassinatos por espadas, baionetas, machados, serras, etc), afogamentos, queimados, execução, tortura, marchas forçadas, fome.	Inúmeras mulheres estupradas antes de serem mortas; algumas foram sequestradas.	Alguns julgamentos de líderes ausentes. Não houve punição. Não houve reconhecimento do governo turco.
Fome na Ucrânia (Holodomor)	1932-1933	Kulaks ucranianos e outros camponeses, ucranianos comunistas que se opunham ao governo.	7 Milhões	25%	Oficiais soviéticos	Fuzilamento, tortura, fome, imigração forçada ao Ártico e Sibéria.	Desconhecida.	Não. Desculpas formais da USSR em 1990.

Tabela 1 – Genocídios no século XX - adaptada a partir de Springer, J. *Genocide, Groundwork Guide*, Toronto Berkeley, 2006, pp. 120-125.

Genocídios do Século XX								
Genocídio	Data	Vítimas	Número de Vítimas	Percentual da População	Algozes	Métodos de Extermínio	Violência Sexual	Julgamentos
Massacre de Nanking	1937	Chineses de Nanking	300 mil civis e soldados da cidade.	50%	Soldados japoneses.	Massacres, torturas, fuzilamentos, queimados, esfaqueados, afogados.	80 mil mulheres estupradas.	Mencionado no Julgamento de Crimes de Guerra de Tóquio (1946-48); fraco pedido de desculpas em 1998; demanda por pleno pedido de desculpas e reparação.
Holocausto	1939-1945	Judeus, Ciganos, Eslavos, Esquerdistas, deficientes, afro-germânicos, homossexuais masculinos.	6 Milhões de Judeus; 500 mil Ciganos; 250 mil deficientes; 15 mil homossexuais masculinos.	67% dos Judeus na Europa; 50% dos Ciganos na Europa ocupada por nazistas.	Exército nazista, Unidades de Extermínio Móvel, Unidades de Polícia Especial (SS), civis (incluindo médicos, homens de negócios e servidores públicos).	Massacres, execuções, câmaras de gás, torturas, confinamento em guetos, campos de concentração, superpopulação, fome, excesso de trabalho.	Inúmeros casos de mulheres estupradas em guetos e campos de concentração, bem como homens e mulheres abusados sexualmente.	Julgamentos de Nuremberg, 1945-46.
Indonésia	1965-1966	Membros do Partido Comunista (esquerdistas), muitos dos quais identificados a partir de listas fornecidas pela CIA americana, incluindo chineses.	500 mil.	Sem registros	Exércitos anti-comunistas e milícias civis.	Massacres noturnos, mas corpos eram dispostos a fim de difundir o terror, baionetas, machados, prisões forçadas.	Estupro e violências sexuais às mulheres.	Não.

Tabela 1 – Genocídios no século XX - adaptada a partir de Springer, J. *Genocide, Groundwork Guide*, Toronto Berkeley, 2006, pp. 120-125 – (continuação).

Genocídios do Século XX								
Genocídio	Data	Vítimas	Número de Vítimas	Percentual da População	Algozes	Métodos de Extermínio	Violência Sexual	Julgamentos
Cambódia	1975-1979	Habitantes das cidades, antigos oficiais do governo, educados e ricos, intelectuais, vietnamitas, tailandeses, muçulmanos, padres budistas.	1,7 a 2,2 milhões.	21 a 25%	Exército do Khmer Rouge.	Execuções, fuzilamentos, torturas, marchas forçadas, fome, excesso de trabalho.	Sem registros.	Tribunal cambodiano planejado.
Timor Leste	1975-1999	Homens, mulheres e crianças timorenses.	200 mil	30%	Exército indonésio e milícias.	Invasões por terra, mar e ar (1975-77), napalm, massacres, execuções, incinerações, fome, doenças.	Tortura sexual e estupro, sequestro de mulheres e seu consequente uso como escravas sexuais, “uniões” forçadas, e esterilização.	Tribunais locais viesados. Solicitação de tribunais internacionais ou utilização do TPI.
Guatemala	1981-1983	Maias (83%) e esquerdistas.	200 mil	3%	Exército guatemalteco, esquadrões da morte, e milícias.	Massacres, execuções, tortura, incluindo espancamento de crianças, queimados, estripação de mulheres grávidas.	Tortura sexual e estupro precediam o assassinato de mulheres.	Comissão de Clarificação Histórica culpabiliza o Governo Guatemalteco de Genocídio. Alguns oficiais de baixa patente são condenados, mas nenhum dirigente é punido.

Tabela 1 – Genocídios no século XX - adaptada a partir de Springer, J. *Genocide, Groundwork Guide*, Toronto Berkeley, 2006, pp. 120-125 – (continuação).

Genocídios do Século XX								
Genocídio	Data	Vítimas	Número de Vítimas	Percentual da População	Algozes	Métodos de Extermínio	Violência Sexual	Julgamentos
Anfal, Iraque	1988	Homens, mulheres e crianças curdas.	182 mil	4%	Exército iraquiano, guarda presidencial, oficiais iraquianos de todos os níveis que forçosamente demonstravam fidelidade a Saddam Hussein.	Massacres, execuções, armas químicas (gás mostarda, GB e Sarin), vilarejos queimados, êxodos forçados, fome, doenças.	Não reportada.	Saddam Hussein acusado de Genocídio em abril de 2006 pelo novo governo iraquiano.
Bósnia-Herzegovina	1991-1995	Muçulmanos bósnios (Bosniaks)	200 mil	6%	Sérvios bósnios.	Massacres, execuções, fuzilamentos, torturas.	50 mil mulheres estupradas.	Tribunal iugoslavo (1993 -)
Ruanda	1994	Tutsis e Hutus moderados.	800 mil a 1 Milhão	71 a 83%	Governo hutu, milícia Interahamwe, milhares de cidadãos.	Massacres, execuções, tortura, explosões e machadadas.	250 a 500 mil mulheres estupradas.	Tribunal de Ruanda para os Líderes (1994 -), Julgamentos de Gacaca (2002 -), ruandenses acusados de Genocídio na Bélgica em 2002, no Canadá em 2005.

Tabela 1 – Genocídios no século XX - adaptada a partir de Springer, J. *Genocide, Groundwork Guide*, Toronto Berkeley, 2006, pp. 120-125 – (continuação).

Se se restringir a análise às ocorrências oficialmente definidas como Genocídio, pelas Nações Unidas, tem-se: (i) Armênios; (ii) Holodomor (Fome na Ucrânia); (iii) Nanking; (iv) Holocausto Nazista; (v) Cambódia; (vi) Bósnia-Herzegovina; e (vii) Ruanda.

Embora haja alguma discrepância na contabilização das vítimas, estima-se que em torno de 18 milhões de pessoas tenham sido mortas nessas sete ocorrências. Se se tomar a tipologia de estágios à materialização de Genocídios, como proposta por Gregory Stanton, presidente da Organização *Genocide Watch* (apresentado no tópico 5.4), observar-se-á que o primeiro estágio passa pela classificação:

Todas as culturas têm categorias para distinguir povos entre “nós” e “eles” por etnia, raça, religião, ou nacionalidade: Alemães e Judeus, Hutus e Tutsis. Sociedades bipolares que não possuem categorias miscigenadas, como as de Ruanda e Burundi, são as que apresentam maior probabilidade de incorrer em Genocídios.

Ou seja, trata-se da identificação de diferenças físico-biológicas, étnicas, religiosas, funcionais, comportamentais, culturais, políticas ou, até mesmo, geográficas para justificar a polarização entre grupos. A base conceitual que justifica a operacionalização do Genocídio é a busca da eliminação dessas diferenças. Assim, numa abordagem fundamentalmente ego/ etnocêntrica, como tipologicamente apresentado por Wilber (2000), não se aceita o diferente e busca-se de forma sistemática e organizada sua eliminação.

Com vistas a melhor dimensionar a extensão dos sete massacres acima listados, em análise exclusivamente quantitativo-reducionista, apresenta-se em tabela abaixo o que os 18 milhões de vidas representariam à sociedade brasileira de hoje, conforme os números do IBGE, do Censo Demográfico de 2000, se se adotarem critérios de diferenciação por gênero, idade, localização geográfica, cor/ raça, portador de deficiência, religião, renda, posse de bens de comodidade, e nível educacional.

CRITÉRIO DE DIFERENCIAÇÃO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE PESSOAS
Gênero I	Meninas entre 0 e 10 anos	17.837.507
Gênero II	Homens com 44 anos ou mais	17.769.839
Localização Geográfica I	Homens e Mulheres que residem em áreas Rurais	17.602.156
Localização Geográfica II	Habitantes da Região Norte (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Tocantins), e Piauí e Sergipe	17.528.457
Cor/ Raça	Pretos, Amarelos, Índios e Não Declarados	13.256.721
Deficiências	Mental permanente, Tetraplegia, Paraplegia, Hemiplegia permanente. Falta membro ou parte dele. Grande dificuldade permanente de ouvir. Grande dificuldade permanente de caminhar, ou de subir escadas.	17.935.880
Religião	Novas Religiões Orientais Outras Religiões Orientais Budismo. Islamismo. Hinduísmo. Judaísmo. Candomblé. Umbanda. Espiritualista. Espírita. Testemunha de Jeová. Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. Cristãs. Evangélicos de Missão. Igreja Evangélica Luterana. Igreja Evangélica Presbiteriana. Igreja Evangélica Metodista. Igreja Evangélica Batista.	17.566.281
Renda (Índice Gini calculado sobre a porcentagem apropriada de renda para cada décimo de população)	Os 10% mais ricos, que representam 47,1% da riqueza do país Os 10% mais pobres, que representam 0,7% da riqueza do país	16.959.069 16.959.069
Bens de Comodidade	Linha Telefônica Instalada Forno de Microondas Máquina de Lavar Roupas Videocassete Microcomputador Automóvel Particular	17.543.607 8.620.189 14.715.859 15.743.852 4.727.212 14.655.658
Nível Educacional	Nível Superior Concluído	5.787.753

Tabela 2 - Realizada pelo autor, a partir de dados do Censo 2000 - IBGE

Assim - mesmo em um país de proporção continental e com a quinta maior população mundial, conforme a Tabela 3 abaixo - tal dizimação geraria profundas desproporções/distorções ao perfil demográfico atual.

País	População
1 China	1,321,851,888
2 Índia	1,129,866,154
3 Estados Unidos	301,139,947
4 Indonésia	234,693,997
5 Brasil	190,010,647
6 Paquistão	164,741,924
7 Bangladesh	150,448,339
8 Rússia	141,377,752
9 Nigéria	135,031,164
10 Japão	127,433,494

Tabela 3 - Dados atualizados em 07-16-2007, Fonte: *U.S. Census Bureau, International Database*.

Ainda a título comparativo, é listado, na tabela abaixo, o número de vítimas em alguns dos países mais atingidos durante a Segunda Grande Guerra, sabidamente a mais mortal e destrutiva de todas as guerras na história da humanidade. Estima-se que ela seja a responsável por algo entre 50 e 75 milhões de vidas, entre civis e militares.

País	População em 1939	Total de Mortes	% em relação à População em 1939
República da China	517.568.000	20.000.000	3,86
Indochina Francesa	24.600.000	1.000.000	4,07
Alemanha Nazista	69.623.000	7.293.000	10,47
Império Britânico	378.000.000	1.587.000	0,42
Índias Holandesas	69.435.000	4.000.000	5,76
Japão	71.380.000	2.700.000	3,78
Polônia	34.849.000	5.600.000	16,07
União Soviética	168.500.000	23.100.000	13,71
Iugoslávia	15.400.000	1.027.000	6,67

Tabela 4 - Realizada pelo autor, a partir de http://en.wikipedia.org/wiki/World_War_II_casualties

Muito embora o conceito de Genocídio seja relativamente novo (surgiu em 1944), muito interesse tem despertado na sociedade, de forma geral, e mais notadamente, nos meios acadêmicos. A *amazonbooks*, por exemplo, apresenta 32,114 resultados de publicações associadas ao tema. A UNBISNET (*United Nations Bibliographic Information System*) apresenta 1.866, e o DEDALUS da USP traz 42 citações.

Finalmente, segundo Castro (1977) esse trabalho parece atender à tríade que justifica o desenvolvimento de um tema de pesquisa científica:

I – Originalidade: Não foram identificados, na revisão bibliográfica da literatura, trabalhos científicos que comparassem e buscassem fatores comuns aos principais Genocídios do século XX. Os modelos eventualmente utilizados (Bandura e Stanton) não consideram importantes dimensões que potencialmente explicam causas e consequências, como oportunamente será apresentado;

II – Importância: Qualquer estudo que se proponha a debater e, ainda que timidamente, apresentar eventuais alternativas ao combate das práticas de Genocídios parece ser extremamente bem-vindo. Não só pelos aspectos éticos, morais e humanos da preservação dos direitos fundamentais do homem, mas até por questões político-sociais, esse tema é importante, atual (vale lembrar que, infelizmente, o Genocídio de Darfur, no Sudão, iniciado em 2003, ainda está em curso) e de grande impacto em consideráveis parcelas da população mundial;

III – Viabilidade: Dados os prazos, acesso a informações e domínio de técnicas de pesquisa do autor, o trabalho aqui proposto é perfeitamente viável, embora, até mesmo por seu amplo escopo, bastante desafiador.

3. ESTRUTURA E SEQUENCIAMENTO LÓGICO DO TRABALHO

Este trabalho será desenvolvido a partir de dois pilares centrais:

3.1 Análise Conceitual

Serão analisados trabalhos que permitam conceituar Genocídios e, especificamente, as principais ocorrências do século XX: históricos, desdobramentos, e modo de operacionalização. Serão descritas, com algum detalhe, as sete ocorrências do século XX (estudo de casos) oficialmente definidas como Genocídios, pelas Nações Unidas.

A partir do referencial conceitual do Desengajamento Moral, de Albert Bandura, serão mapeados os oito mecanismos - Justificação Moral, Linguagem Eufemística, Comparação Vantajosa, Difusão de Responsabilidade, Deslocamento da Responsabilidade, Distorção das Consequências, Desumanização, e Atribuição de Culpa - que permitem a convivência com as práticas de extermínio operacionalizadas em um Genocídio.

As mesmas sete ocorrências serão analisadas, ainda, à luz do modelo estocástico de Stanton (a partir de suas oito dimensões: Classificação, Simbolismo, Desumanização, Organização, Polarização, Preparação, Extermínio, e Negação).

Serão acrescentados, então, outros conceitos importantes identificados na revisão teórica específica, ampliando o espectro de análises.

Assim, com respaldo na Teoria Geral de Sistemas, será apresentado um novo modelo a ser interpretado e utilizado para o melhor entendimento das causas e consequências de Genocídios.

3.2 Análise de Conteúdo

Buscar-se-á a sistematização e identificação de características, similaridades e antagonismos entre os algozes e as vítimas, a partir de várias dimensões (étnicas, políticas, econômico-financeiras, culturais, geográficas, e religiosas), para cada um dos casos estudados. Esse mapeamento será, então, contraposto sucessivamente aos modelos apresentados por Bandura, e Stanton.

A conjugação dos dois modelos - “Teórico”, de Bandura; e “Aplicado”, de Stanton - acrescido de outros conceitos relativos à influência do ambiente, por exemplo, resultará em um “Modelo Teórico Ajustado”, que terá como embasamento conceitual a Teoria Geral de Sistemas.

A inferência fundamental desse estudo é que o “Modelo Teórico Ajustado” permitirá a elaboração de um mais bem estruturado, completo e confiável inventário de fatores de risco a se observar/ evitar.

Operacionalmente, esse trabalho será desenvolvido a partir de: (i) estudo qualitativo, com revisão bibliográfica sobre Genocídios e Estudos de Casos; (ii) sistematização das principais características de cada ocorrência escolhida para estudo; (iii) estudo e detalhamento do modelo de Desengajamento Moral, de Bandura; (iv) estudo e detalhamento do modelo de Stanton, do sequenciamento lógico (estocástico) de Genocídios; (v) contraposição de (ii) e (iii), chegando a um “modelo teórico”; (vi) contraposição de (ii) e (iv), chegando a um “modelo aplicado”; (vii) a partir de comparação do “modelo teórico” (v) com o “modelo aplicado” (vi) acrescentam-se conceitos relativos à influência do ambiente, chegando-se, finalmente, ao “Modelo Teórico Ajustado”, desenvolvido sob a lógica da Teoria Geral de Sistemas.

3.3 Research Design

Esquemáticamente, pode-se apresentar a concatenação das análises conforme o seguinte modelo:

FIGURA 1 – Research Design

4. MÉTODO DE PESQUISA

4.1 Metodologia

Uma boa metodologia, segundo Bastos, Paixão, Fernandes e Deluiz (1998), incia-se a partir de um plano detalhado de como se atingir o(s) objetivo(s) respondendo às questões propostas. Assim, a metodologia melhor indicada seria aquela que, de forma simples e direta, mais se aproximasse da solução do problema, respondendo às questões fundamentais do trabalho investigativo.

KAPLAN (1969) entende por metodologia:

o interesse por princípios e técnicas de alcance médio, chamados consequentemente métodos (...). Métodos são técnicas suficientemente gerais para se tornarem comuns a todas as ciências ou a uma significativa parte delas (...). Em resumo, o objetivo da metodologia é o de ajudar-nos a compreender, nos mais amplos termos, não os produtos da pesquisa, mas o próprio processo.

GEWANDSZNAJDER (1989) afirma que:

uma das características básicas do método científico é a tentativa de resolver problemas por meio de suposições, isto é, de hipóteses, que possam ser testadas através de observações ou experiências. Uma hipótese contém previsões sobre o que deverá acontecer em determinadas condições. Se o cientista fizer uma experiência, e obtiver os resultados previstos pela hipótese, esta será aceita, pelo menos provisoriamente. Se os resultados forem contrários aos previstos, ela será considerada falsa, e outra hipótese terá que ser buscada.

Já Castro (1977) afirma que a metodologia se refere às instruções de como se deve proceder, pesquisar, por onde começar, que sequência deve ser seguida, etc.

Como sugere Forshaw (2004) a pesquisa serve para descobrir o que aconteceu, como aconteceu e, se possível, porque aconteceu.

Assim, a metodologia organiza e valida, pelas mais variadas técnicas, a constante busca do homem em entender, prever e antever o funcionamento do mundo que o cerca.

4.2 Tipos de Pesquisa

Diferentes métodos de pesquisa são necessários a fim de testar diferentes situações e teorias. A natureza da teoria limita o espectro de métodos de pesquisa que podem ser utilizados. A maioria das teorias psicológicas, porém, pode ser testada usando-se mais de um método de pesquisa. É mesmo recomendável, como sugere Bell (2005), que se utilize uma variedade de métodos com vistas a melhor validar os dados encontrados e, portanto, corroborar ou refutar as hipóteses essenciais do estudo.

Um trabalho de pesquisa pode diferenciar-se, como propõem Breakwell, Hammond e Fife-Schaw (1995), a partir das quatro dimensões seguintes:

- Tipo de Dados Coletados

Em pesquisa psicológica o tipo de dado pode variar na sua origem, de acordo com a abrangência: (i) intrapessoal; (ii) entre indivíduos; ou ainda (iii) entre sociedades.

Nesse trabalho, as análises serão desenvolvidas no nível dos relacionamentos individuais (ii), e entre sociedades (iii). Assim, não se estará buscando o mapeamento (cognitivo, emocional, ou comportamental) dos indivíduos da pesquisa (vítimas ou algozes).

- Técnica de Coleta dos Dados

Dados podem ser levantados, basicamente, pela forma direta (questionários, entrevistas, mensurações), ou indireta (observação, depoimentos e testemunhos, dados bibliográficos, etc).

Nesse trabalho, ater-se-á à Técnica Indireta de Coleta de Dados, exclusivamente.

- Tipo de Modelagem para Monitoramento da Variação

Em teorias psicológicas a atividade central é explicar mudanças. Pesquisadores que querem identificar e explicar essas mudanças têm três conjuntos de alternativas à modelagem para monitoramento. São elas: (i) Estudos Longitudinais: trata-se da coleta da mesma amostra de indivíduos em, pelo menos, duas ocasiões distintas. Seu objetivo fundamental é monitorar mudanças ao longo do tempo, sendo que nesse intervalo ocorreram determinadas variações que se pretendem avaliar; (ii) Estudos *Cross-Sectional*: são aqueles desenvolvidos para variados grupos de estudo, simultaneamente; (iii) Estudos Sequenciais: trata-se de um híbrido entre as alternativas (i) e (ii) anteriormente descritas. Estuda-se a variação, ao longo do tempo, de determinados grupos distintos.

Nesse trabalho, valer-se-ão de estudos sequenciais, posto que os Genocídios ocorreram em sociedades distintas, em períodos definidos e igualmente distintos. A busca de denominador comum é, justamente, um dos objetivos do estudo.

- Tratamento Quantitativo ou Qualitativo dos Dados

O tratamento qualitativo dos dados, enfoque utilizado nesse estudo, descreve quais processos ocorreram, e os diferencia ao longo do tempo.

GIL (1994) afirma que as pesquisas qualitativas podem, por sua vez, ser classificadas como:

- a. Exploratórias: objetivam gerar construtos científicos, validando-os com relação à experiência cotidiana;
- b. Clínicas: buscam a utilização de construtos científicos, sem medida numérica;
- c. Fenomenológicas: são aquelas que se propõem a compreender a experiência cotidiana do pesquisado.

Esse trabalho valer-se-á da pesquisa exploratória, posto objetivar-se uma visão geral sobre o tema, desenvolvendo, esclarecendo e modificando ideias, com vistas a formular o problema de forma mais clara e precisa, bem como formular hipóteses.

Aaker, Day & Kumar (1995) defendem que:

A pesquisa exploratória é utilizada quando se busca uma compreensão da natureza geral de um problema, das possíveis decisões alternativas, e das variáveis relevantes que devem ser consideradas. Os métodos de pesquisa são altamente flexíveis, desestruturados, e qualitativos, já que o pesquisador inicia sem pré-concepções peremptórias quanto ao que será encontrado.

Selltiz, Wrightsman & Cook (1987) afirmam que os principais objetivos de uma pesquisa exploratória são a formulação do problema, o levantamento de hipóteses (sem que se as verifique ou demonstre), bem como o esclarecimento de conceitos. Apresentam, ainda, três abordagens nesse tipo de pesquisa:

- Exame da Literatura;
- Levantamento das pessoas que tiveram experiência prática com o problema a ser abordado (depoimentos e testemunhos);
- Análise de Exemplos (casos) que estimulam a compreensão.

Nesse trabalho, valer-se-ão, simultaneamente, das abordagens (i), (ii) e (iii) acima.

O Exame da Literatura foi assim definido por Hart (1998):

A seleção de documentos disponíveis (publicados ou não) sobre o tópico, que contenham informação, ideias, dados e evidências escritas de um ponto-de-vista particular, que preencha certos objetivos e visões da natureza do tópico e de como ele é investigado, bem como da efetiva avaliação desses documentos em relação à pesquisa que está sendo proposta.

May (1993) discorre que:

Existe uma grande variedade de fontes de documentos disponíveis à pesquisa em ciências sociais. Documentos registram as decisões práticas e políticas que as pessoas tomam diariamente, ou a longo prazo. Documentos podem informar-nos sobre as aspirações e intenções de um período, bem como descrever lugares, relações sociais em uma era em que sequer estávamos vivos, ou simplesmente não estávamos presentes. Entretanto, a despeito de sua importância para fins de pesquisa, bem como sua adequada convivência metodológica com os mais variados modelos de pesquisa, resta ainda como uma das técnicas menos estudadas e explicadas pela literatura especializada.

Assim, o Exame da Literatura constitui a primeira etapa do trabalho, visando uma compreensão maior dessas ocorrências, bem como a definição de arcabouço teórico que permitirá a formulação de hipóteses.

Estudo de Casos

Castro (1977) afirma que nos Estudos de Casos, ao invés de se apresentar um teste de representatividade, o pesquisador deixa as inferências relativas ao todo por conta da capacidade de julgamento do leitor. Assim, diante de um problema em que os conhecimentos são notadamente escassos e rudimentares, pode-se fazer uma análise incompleta do todo (estudos agregados), ou conhecer uma parte reduzida que não se sabe até que ponto é representativa do todo (população).

Forshaw (2004) entende que Estudos de Casos constituem um método bastante produtivo que estimula a compreensão e permite a sugestão de hipóteses e questões para pesquisa. Seu objeto de estudo pode ser um indivíduo, um grupo de indivíduos, uma organização, um grupo de organizações, ou ainda uma situação. Lista, ainda, três características fundamentais desse método de pesquisa, a saber:

- dados podem ser obtidos em alto nível de profundidade, permitindo caracterizar e explicar detalhadamente os aspectos singulares e específicos;
- pressupõe uma atitude receptiva do pesquisador, que se caracteriza a partir da busca de informações e geração de hipóteses, e não por conclusões ou verificações;
- pressupõe, por parte do pesquisador, capacidade no sentido de reunir, por meio de interpretação unificada, inúmeros aspectos do objeto pesquisado.

Boyd & Westfall (1984) entendem que o Estudo de Casos é um método de pesquisa intensiva, de particular interesse de uso quando se precisa de ajuda em um problema que envolva a interrelação de vários fatores, e quando sua compreensão individual seja de muito difícil análise e parametrização.

De acordo com Bell (2005):

Todas as organizações e indivíduos têm suas atribuições únicas e comuns. Os pesquisadores que se valem de Estudos de Casos buscam identificar essas características, identificar ou tentar identificar os vários processos de interação em curso, a fim de se verificar como afetam a implementação de sistemas de influência na forma como uma organização funciona. Esses processos podem eventualmente ocultar-se em pesquisas Survey de grande escala, mas podem trazer sucesso ou fracasso crucial aos sistemas ou organizações.

Yin (1990) afirma que os Estudos de Casos são indicados quando o trabalho de pesquisa tem por meta responder às questões “como” e “por que”. Afirma o autor, ainda, que bons Estudos de Caso devem apresentar as seguintes características:

- Ser significativo, original e interessante;
- Ser completo – as fronteiras e limitações do estudo estão devidamente demarcadas, por meio de argumentos lógicos e evidências práticas;
- Estar aberto a perspectivas alternativas, não considerando apenas os dados que confirmem as pressuposições do pesquisador;
- Ser rico em evidências, fornecidas em quantidade e credibilidade, de tal sorte que o leitor possa formar seu próprio juízo de valores; e finalmente
- Estar clara e objetivamente redigido, visando à correta interpretação dos dados e possíveis conclusões.

Análise de Conteúdo

Kerlinger (1979) apresenta as seguintes definições:

- Análise

É a categorização, ordenação, manipulação e sumarização de dados. Seu objetivo é reduzir grandes quantidades de dados brutos, passando-os para uma forma interpretável e manuseável de maneira que características de situações, acontecimentos e de pessoas possam ser descritas sucintamente, e as relações entre as variáveis estudadas, e interpretadas.

- Análise de Conteúdo

É um método de analisar e estudar as comunicações – documentos de toda espécie, inclusive documentos existentes e documentos produzidos deliberadamente para fins de pesquisa, livros, cartas, etc...- de modo sistemático, objetivo e quantitativo para medir variáveis ou realizar outros propósitos de pesquisa.

Breakwell, Hammond & Fife-Schaw (1995) propõem que a Análise de Conteúdo encerra dois componentes simultâneos: (i) mecânico: organização física e subdivisão de dados em categorias; (ii) interpretativo: definição de quais categorias são relevantes à resposta das questões que estão sendo formuladas. Esses componentes estão absolutamente associados, em retroalimentação positiva, à medida que mais transcritos levam a mais categorias, que levam ao desenvolvimento de mais modelos de codificação.

Existem, segundo Krippendorff (1980), três formas principais de Análise de Conteúdo:

1. **Análise de Conteúdo Qualitativa:** Tende a ser mais subjetiva e menos explícita sobre os processos por meio dos quais as interpretações sobre o material coletado são realizadas. A ênfase é muito mais no significado do que na quantificação. O sistema de classificação pode advir de questões de pesquisa. Já os códigos conceituais (ou dimensões de análise) advêm de detalhado exame dos dados como um todo;
2. **Análise de Conteúdo Quantitativa:** Esse tipo de Análise de Conteúdo pode ser utilizado a fim de gerar variáveis racionais a partir de dados coletados. As técnicas estatísticas utilizadas para os testes de hipóteses serão consistentes com esse tipo de levantamento e ordenação dos dados: frequências, moda, mediana, perfil de distribuição (normal, binomial, etc). Essa forma é materializada a partir dos seguintes estágios: (i) definição do universo de dados a ser pesquisado; (ii) seleção da unidade de análise (palavras, conceitos, dimensões); (iii) seleção do tema: trata-se de uma declaração ou proposição sobre um determinado assunto; (iv) definição do código de parametrização: trata-se de um conjunto de categorias por meio das quais unidades de análise e temas são contrapostos. Esse trabalho tem de ser exaustivo e exclusivo;
3. **Análise de Conteúdo Estrutural:** Esse tipo de análise exige o desenvolvimento de modelos de representação dos relacionamentos entre as unidades e os temas de análise. Trata-se de uma técnica apropriada para a análise de grandes e complexos sistemas, que exigem a abordagem qualitativa e quantitativa, como acima abordadas.

Nesse estudo, valer-se-á da Análise de Conteúdo Qualitativa.

Assim, pode-se apresentar a seguinte tabela, que sintetiza as características metodológicas desse estudo:

CARACTERÍSTICAS DO ESTUDO	TIPO DE PESQUISA	ABORDAGENS	TÉCNICAS UTILIZADAS
<ul style="list-style-type: none"> • Interações de Indivíduos e Sociedades; • Coleta Indireta dos Dados; • Análises Sequenciais; • Qualitativo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Exploratória. 	<ul style="list-style-type: none"> • Exame de Literatura; • Estudos de Casos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise de Conteúdo Qualitativa .

Tabela 5 – Preparada pelo autor

5. PARAMETRIZAÇÃO CONCEITUAL

5.1 Definições de Genocídio

De acordo com Andreopoulos (1994), anteriormente ao século XX a palavra Genocídio sequer existia. Esse termo foi cunhado pelo jurista polonês Raphael Lemkin, ao combinar a palavra grega *genos* (raça, tribo), com a latina *occidere* (matar). Lemkin entendeu a necessidade da criação de uma nova palavra, pois os termos tradicionalmente usados à época, como “assassinato em massa”, não cobriam todas as diferentes atividades, letais ou não, que se verificavam em um Genocídio.

Lemkin (1948) escreveu:

O crime de Genocídio envolve uma grande variedade de ações, incluindo não apenas a extinção da vida, propriamente, mas ações que a tornem especialmente difícil. Todas essas ações estão subordinadas a uma intenção criminal de destruir ou permanentemente alijar um determinado grupo humano. Esses atos são direcionados contra determinados grupos, e indivíduos são escolhidos à extinção única e exclusivamente por pertencerem a esse grupo.

Muito embora Lemkin objetivasse, intencionalmente, cunhar uma definição relativamente ampla, há de se perceber que as definições que se lhe seguiram adotaram uma abordagem significativamente mais estreita. Talvez a mais importante contribuição do trabalho de Lemkin, além do desenvolvimento inicial do conceito, seja o fato de ele ter advogado, veementemente, pela condenação internacional para esse tipo de crime, provendo, assim, uma base sobre a qual tentativas subsequentes de definir Genocídio, especialmente no âmbito das Nações Unidas, fosse adotada.

De acordo com o Artigo III da Convenção de Prevenção e Punição ao Crime de Genocídio das Nações Unidas de 1948, define-se Genocídio como:

Qualquer dos atos que se seguem, cometidos com a intenção de destruir, em parte ou totalmente, uma nação, etnia, raça, ou grupo religioso, da seguinte forma:

- a. *Matando membros do grupo;*
- b. *Causando sérios danos, mentais ou físicos, aos membros do grupo;*
- c. *Impondo, deliberadamente, condições de vida ao grupo que lhe tragam destruição física, total ou parcial;*
- d. *Impondo medidas que evitem nascimentos dentro do grupo;*
- e. *Forçando a transferência de crianças do grupo a outro grupo.*

Heidenrich (2001) entende que até mesmo essa definição legal, internacional, é controversa. Sua crítica está na exclusão de grupos políticos ou socioeconômicos da definição, como originalmente – 1946 - proposta por Lemkin. Segundo o autor, essa exclusão originou-se da pressão, em 1948, de delegações (incluindo a da então União Soviética, dirigida por Joseph Stalin) que defendiam que “grupos políticos” e “socioeconômicos” seriam termos muito vagos e nebulosos sob o ponto de vista legal. Consequentemente, pelo escopo da definição aprovada pelas Nações Unidas, sempre que um governo cometer assassinatos em massa, sem que haja discriminação de acordo com a nacionalidade, etnia, raça, ou religião, sob o ponto de vista das leis internacionais, não se o pode condenar por Genocídio, ainda que as vítimas se somem aos milhões.

Hinton (2002) confirma que os esforços de Lemkin culminaram em uma resolução preliminar de 1946, por parte das Nações Unidas que definia a ocorrência de Genocídio quando “grupos raciais, religiosos, políticos e outros tenham sido destruídos, total, ou parcialmente”. É de suma importância observar que essa resolução preliminar incluía na definição a destruição de “grupos políticos e outros”.

Kuper (1983) assinala que muito do debate que se seguiu nas Nações Unidas sobre a legislação de Genocídio gravitou sobre a questão se grupos políticos e sociais deveriam constar da definição oficial. Atesta que um considerável número de países, particularmente da União Soviética, que em função das atrocidades que perpetraram contra os Kulaks e outros “inimigos do povo”, temiam por acusações de Genocídios – argumentaram que grupos políticos deveriam ser excluídos da definição da convenção, posto não se alinharem com a etimologia de Genocídio, em função da mutabilidade e efemeridade de características que os distinguem, corroborando, portanto, as críticas de Heindenrich e Hinton.

Assim, Charny (1995) mostrou que as definições de Genocídio estão, ainda, sujeitas a agendas políticas de inclusão ou condenação, de exclusão ou completa negação, dependendo da legitimidade percebida dos alvos. Sugeriu uma definição bastante ampla e genérica, a saber:

Uma matança em massa de um número bastante significativo de seres humanos, quando não estiver a propósito de uma ação militar contra outras forças militares de um inimigo nomeado e claramente identificado, sob condições em que as vítimas se apresentam absolutamente indefesas e sem qualquer tipo de ajuda.

As críticas que se lhe fazem em relação a tão ampla definição é que ela, ao tentar tudo e tanto encampar, perde poder de diferenciar e categorizar, como comenta Horowitz (1997):

Há um perigo ao se alargar o conceito de Genocídio, dado que ele passe a simbolizar o encompassamento de tudo e, conseqüentemente, torna-se sem sentido.

Com objetivos e motivações distintos das de juristas como Lemkin, Rummel (1995) traz uma abordagem mais psicossocial à definição, explorando a letalidade de governos totalitários modernos. Embora tenham repulsão comum às barbáries de Genocídios, essas duas abordagens apresentam, segundo Chalk (1994), agendas distintas, que as levam a definições divergentes:

Para advogados internacionais, definir Genocídio significa definir um crime. Como qualquer outra ofensa criminal, a definição de Genocídio deve ser apropriada à persecução legal, e deve ser operacional ao trabalho de juízes e advogados envolvidos. Quando da definição de Genocídio, eles estão delimitando as fronteiras de um conjunto de casos que eles se dispõem a estudar, com vistas a bem identificar seus elementos comuns, bem como os processos que lhes permitiram ocorrer.

Ainda nessa perspectiva mais sociológica de Genocídio, Fein (1993) desenvolve um modelo para a identificação de Genocídios que inclui os seguintes pontos:

- a. Houve um ataque sustentável, ou um conjunto de ataques imputados pelos alvos com vistas a fisicamente destruir membros do grupo;
- b. O alvo é um ator coletivo ou organizado, ou ainda, o líder de atores organizados;
- c. As vítimas foram selecionadas por serem membros de uma coletividade;

- d. As vítimas estavam indefesas, e foram mortas independentemente de se terem rendido ou resistido;
- e. A aniquilação de membros do grupo foi realizada sob a sanção dos algozes, exclusivamente.

Sua clara distinção em relação às demais abordagens está na constante presença da intenção, o que descarta a pretensa idéia de Genocídios não-intencionais, ou acidentais.

Dadrian (1975) apresentou a seguinte definição alternativa à das Nações Unidas:

A tentativa bem-sucedida de um grupo dominante, empossado de autoridade formal e/ou acesso preponderante à plenitude dos recursos do poder, a reduzir por coerção ou violência letal o número de constituintes de um grupo minoritário, cujo extermínio completo é plenamente defendido ou almejado, e cujas vulnerabilidades percebidas constituem-se em fator decisivo à decisão pelo Genocídio.

Acrescentou, ainda, uma categorização dos diferentes tipos de Genocídio, em função da motivação que os origina:

- a. Genocídio Cultural: É a destruição das características que distinguem um determinado grupo, forçando sua assimilação pela supressão de suas especificidades étnicas;
- b. Genocídio Latente: Trata-se da destruição indesejada ou não planejada de um grupo, como subproduto de guerra;
- c. Genocídio Retributivo: É perpetrado como resposta a desafios e ameaças reais ou percebidas à ordem estabelecida, pela parte de um grupo minoritário, tornando-se, via de regra, bastante localizado e curto;
- d. Genocídio Utilitário: Trata-se de um massacre generalizado visando a objetivos táticos, econômicos e políticos específicos;
- e. Genocídio Ótimo: Visa à completa destruição de um grupo, abarcando todas as ações perpetradas como parte de uma ação planejada, sistematicamente, à tentativa de total e definitiva erradicação dos membros de um grupo.

Melson (1992), por sua vez, define Genocídio como sendo:

Uma política pública, primordialmente adotada pelo Estado, cuja intenção é a destruição parcial ou total de uma coletividade social, usualmente um grupo comunal, uma classe, ou ainda uma facção política.

A importante contribuição de Melson à definição de Genocídios é a introdução do conceito de *continuum*, ou seja, há uma divergência no nível de letalidade e duração. O Holocausto seria, então, seu estágio mais avançado e devastador, distinguindo-se das demais instâncias por representar a aniquilação física extrema, bem como a destruição cultural total, em dimensões globais.

Em uma definição que busca a clara distinção em relação ao conceito de guerra, Chalk e Jonassohn (1990) definem Genocídio como sendo:

Um processo de matança unidirecional, no qual o estado de autoridade visa à destruição de um grupo, sendo que a pertinência ao mesmo é definida pelos algozes.

Nessa abordagem, exclui-se a condição de guerra, posto que, por definição, em processos de guerra há, ao menos, dois combatentes, enquanto que em Genocídios a ação belicosa é unidirecional.

Essa distinção entre guerra e Genocídio, a partir da unidirecionalidade da agressão tem gerado controvérsias, pois alguns autores como Markusen & Kopf (1995) entendem que as guerras modernas são essencialmente genocidas por princípio, ou ao menos, apresentam alguns de seus elementos fundamentais.

Chalk e Jonassohn defendem, ainda, que para que haja a ocorrência de Genocídio há de prevalecer a intenção, ou seja, a destruição total de um grupo alvo tem de ser o objetivo claro e expresso dos algozes.

Horowitz (1997) define Genocídio a partir de conceito de:

Uma sistemática e estrutural destruição de pessoas inocentes por pessoas que se valhem de aparato burocrático.

Seu enfoque reside, portanto, na participação ativa e consistente do Estado na operacionalização de Genocídios. Em suas análises, associa a incidência de Genocídios à presença de regimes totalitários repressivos, que visam à eliminação da heterogeneidade e multiplicidade social e cultural.

À luz de tantas variações quanto à definição de Genocídios, Rummel (1997) sugere cunhar-se um novo termo, “Democídio”:

Uma morte constitui-se em “Democídio” se:

- houver a intenção de matar uma pessoa desarmada por agentes governamentais atuando com autoridade e legitimidade funcionais;
- a morte resultar de ações governamentais recobertas de descuido e desrespeito às vidas das pessoas afetadas;
- as mortes foram conduzidas ou operacionalizadas por entidades “para-oficiais”, mas em situações nas quais o Governo se ausentou de manter, ou prontamente restabelecer, ordem e segurança;
- altos agentes governamentais permitiram a continuidade de atos de violência e morte, pela sua simples inação ou passividade;
- houver execução sumária, ou sem o devido julgamento;
- houver execução para crimes internacionalmente tidos como triviais ou não-capitais.

Assim, “Democídio” seria o caso genérico, e Genocídio seria um dos muitos e específicos casos de mortes intencionais, ou passivamente atribuídas à atuação de Governos.

A tabela 6 abaixo sintetiza a contribuição específica de cada um desses autores à definição de Genocídio:

TEÓRICOS	ESPECIFICIDADE NA DEFINIÇÃO DE GENOCÍDIO
Alvarez	<ul style="list-style-type: none"> • Crítico ao uso indiscriminado do termo; • Buscou identificar as bases comuns e incontestes nas definições de diversos teóricos
Chalk	<ul style="list-style-type: none"> • Mapeou a distinção funcional das definições entre advogados (abordagem de crime, persecução, punição e operacionalização), e cientistas sociais (abordagem de causas, motivos, e efeitos nos grupos sociais)
Chalk & Jonassohn	<ul style="list-style-type: none"> • Buscam a clara diferença entre Genocídios e guerras, pela unidirecionalidade das ações de violência, tendo por grupos-alvo uma comuna, uma classe, ou ainda uma facção política
Charny	<ul style="list-style-type: none"> • Buscou definição que diferenciase Genocídio de guerras e no conceito da unidirecionalidade da ação de violência
Dadrian	<ul style="list-style-type: none"> • Busca uma definição ampla e categoriza diferentes tipos de Genocídio, conforme as especificidades do grupo-alvo, de intencionalidade, motivação, nível de estruturação e organização dos atos, bem como as justificativas
Fein	<ul style="list-style-type: none"> • Em abordagem mais sociológica, identifica a necessidade da intenção, da não-casualidade e descontrole do processo de aniquilação de grupos-alvo
Heidenrich	<ul style="list-style-type: none"> • Advoga pela inclusão (como originalmente proposta por Lemkin) de grupos políticos e sócio-econômicos na definição mais ampla que as Nações Unidas abandonou
Hinton	<ul style="list-style-type: none"> • Alinha-se com Heidenrich e advoga pela inclusão de grupos raciais, religiosos, políticos e outros que tenham sido destruídos
Horowitz	<ul style="list-style-type: none"> • Insiste na organização burocrática e sustentada pelo Estado (ou aquilo que o representa) na impetração de atos de violência contra grupos-alvo
Kuper	<ul style="list-style-type: none"> • Aponta que a exclusão de grupos políticos e socioeconômicos da definição original proposta por Lemkin às Nações Unidas foi resultante da pressão da União Soviética pelo massacre dos Kulaks
Lemkin	<ul style="list-style-type: none"> • Definição ampla (incluindo aspectos políticos e socioeconômicos para a segregação de grupos-alvo dos algozes) • Base para a parametrização legal da Convenção das Nações Unidas
Markusen & Kopf	<ul style="list-style-type: none"> • Não veem diferenças entre as guerras modernas e os Genocídios
Melson	<ul style="list-style-type: none"> • Introduz o conceito de <i>continuum</i>, ou seja, a possibilidade de diferentes níveis de letalidade e duração das ações
Rummel	<ul style="list-style-type: none"> • Traz abordagem mais psicossocial à definição, explorando a intenção e letalidade de governos totalitários. Cunhou o termo “Democídio”

Tabela 6 – Preparada pelo autor

Conclui-se, portanto, que tão frequente quanto sua ocorrência ao longo da história da humanidade, o uso do termo “Genocídio” tem-se mostrado surpreendentemente difícil de convergir, no que tange a uma definição. Largamente empregado em uma variedade de contextos, com grande discrepância de critérios, a noção de “Genocídio” é marcada pela amplitude de seu uso. Alvarez (2001) assinala que:

O termo tem sido utilizado para tudo, desde planejamento familiar até a urbanização das sociedades, e essa clara desapropriação do termo, embora política e emocionalmente potente, contribui à confusão conceitual que circunda o termo Genocídio.

Finalmente, não obstante tantas e tão específicas variações sobre a definição de Genocídios, pode-se apresentar o seguinte inventário de conceitos, a partir da convergência de alguns trabalhos mais recentes - Alvarez (2001), Horowitz (1997), Hinton (2002), e Heindenrich (2001):

- Reconhecimento de que Genocídio é praticado pelo Estado, ou por uma estrutura burocrática similar a ele;
- Genocídios são ações contínuas, sistemáticas e planejadas para eliminar grupos de pessoas;
- As vítimas são escolhidas por pertencerem (real ou imaginariamente) a grupos-alvo de destruição;
- Há uma grande vulnerabilidade dos grupos-alvo;
- Há muitas formas e disfarces para as atividades de Genocídio, cada uma delas caracterizando diferentes objetivos e motivações, sendo que essas especificidades definem as diferentes estratégias e táticas dos casos específicos;
- Genocídio agrupa um conjunto de diversas atividades, sendo que os assassinatos representam apenas a mais imediata e óbvia de suas ações;
- Em Genocídios há sempre, ainda que disfarçada, a intenção, a motivação, o planejamento, a culpa;
- Finalmente, há o claro consenso entre os pesquisadores de que Genocídio é um crime que precisa ser prevenido e punido.

5.2 Panorama Jurídico de Genocídios

Segundo Dallari (1994):

O Genocídio é uma agressão da máxima gravidade aos direitos humanos fundamentais. Mesmo os povos não integrados no sistema de direito internacional positivo sofrem uma perda enquanto parte da humanidade, quando em qualquer lugar do mundo se comete o Genocídio. A evolução do direito internacional nas últimas décadas tem sido marcada, entre outros pontos, pelo reconhecimento de direitos que são de toda a humanidade e, coerentemente, pela afirmação de que as ações criminosas ofendendo esses direitos devem ser caracterizadas como crimes contra a humanidade.

No plano internacional, o uso da força sempre foi justificado a partir da necessidade de expansão e conquista, ou da dominação econômica ou territorial de outros povos. Foi a partir da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, que princípios liberais, de salvaguarda dos interesses e proteções individuais, começaram a ser aceitos internacionalmente.

O Imperialismo do século XIX, paradoxalmente, serviu de promotor, enquanto fisicamente expôs e integrou povos de culturas diferentes desses princípios e direitos inalienáveis dos indivíduos. Fragoso (1977) entende que o fenômeno dos refugiados que se seguiu à Primeira Grande Guerra, assim como os episódios inerentes à Revolução Russa levaram à consolidação do conceito de proteção à pessoa. Essa mudança de postura e atitude pôde ser materializada a partir da proibição do tráfico de escravos (ainda no século XIX), bem como pela declaração de repúdio ao massacre Armênio - celebrada em 1915, entre França, Inglaterra e Rússia.

Contudo, foi somente com o término da Segunda Grande Guerra que a comunidade internacional criou um tribunal para julgar os crimes de guerra: o Tribunal Militar Internacional, instalado na cidade de Nuremberg.

Segundo Silva (1997), o Tribunal de Nuremberg (como mais amplamente ficou conhecido) tinha por missão julgar os indivíduos: (i) pelos crimes contra a paz; (ii) agressão não justificada; (iii) crimes de guerra; (iv) crimes contra a humanidade.

A definição de crimes contra a humanidade é considerada, segundo Torres (1973), como o embrião da moderna definição de Genocídio, posto que as condutas descritas se assemelham àquelas definidas de acordo com a Convenção de Londres de 1948, e da Lei 2889/ 56.

Tavares (2000) expõe uma série de desrespeitos aos princípios da legalidade e de anterioridade da lei penal, cometidos pelo Tribunal: (i) à época de seu estabelecimento não havia tratado ou lei interna que previsse tais crimes; (ii) era um Tribunal de exceção, constituído pelos vencedores, sem representatividade/ legitimidade nem pelo direito interno, nem tampouco pelo direito internacional; (iii) a responsabilidade internacional deveria ser atribuída ao Estado, e não aos indivíduos; e finalmente (iv) que os Aliados tinham cometido práticas semelhantes, como no caso citado por Araújo Jr. (1999), em Nimitz.

Em defesa do estabelecimento e legalidade das deliberações do Tribunal de Nuremberg, Mello (1978) lembra que o próprio Direito Penal foi, no início, aplicado aos “débeis e vencidos”. De qualquer sorte, em resposta às críticas de ilegalidade e excepcionalidade da formação desse Tribunal, a comunidade internacional criou a Convenção sobre a Prevenção e Repressão ao Genocídio, em 1948.

Ali se definiu Genocídio como um crime internacional, podendo ser praticado em tempo de guerra ou de paz. Foram diferenciados, também, os crimes contra a humanidade de Genocídios. Estes últimos exigem um especial fim de agir, o de extermínio de um grupo, total, ou parcialmente.

Cunhou-se, então, a definição de Genocídio que ainda hoje é adotada pelas Nações Unidas:

Qualquer dos seguintes atos, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, como tal: (i) matar membros do grupo; (ii) causar lesão grave à integridade física ou mental dos membros do grupo; (iii) submeter intencionalmente o grupo a condições de existência capazes de ocasionar a destruição física total ou parcial; (iv) adotar medidas destinadas a impedir nascimentos no seio do grupo; (v) efetuar a transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo.

No plano eminentemente jurídico, a maior crítica que se faz a essa definição diz respeito à competência. O art. 6º diz que a competência é da justiça interna e, subsidiariamente, da Corte Criminal Internacional. Isso é inútil, pois oficialmente o autogenocídio será julgado internamente, como bem assinalado por Canêdo (2000), no exemplo do Camboja de Pol Pot.

O Estatuto de Roma, de 1998, prevê a criação de Corte assim que 60 Estados ratifiquem a Convenção. Essa Corte seria, então, uma resposta aos Tribunais *ad hoc* como Nuremberg, e aos problemas decorrentes da jurisdição interna.

Bittencourt (1997) assinala que além de Nuremberg, foram criados os Tribunais de Tóquio, da Iugoslávia, e de Ruanda para julgar crimes de Genocídio. A crítica que se lhes faz diz respeito à competência de julgamento por outros Estados, sendo, então, impossível o julgamento “entre iguais”. Assevera o autor que esses Tribunais foram criados pelas grandes potências geopolíticas e econômicas de então, por interesses contingenciais, explicando, em parte, porque o grande Genocídio do século XX – A Fome na Ucrânia (Holodomor) – sequer foi julgado, dados os expurgos estalinistas. Ressalta, ainda, que os Tribunais da Iugoslávia e Ruanda jamais seriam possíveis antes da derrocada do Socialismo, dados os interesses políticos e econômicos, não obstante o problema étnico já fosse de longa data conhecido.

No direito brasileiro, a Convenção de Londres foi quase que inteiramente repetida pela Lei 2.889, de 1º de outubro de 1956, conforme tópico 11 - Anexo.

Mello (1997) faz-lhe uma série de críticas e ressalvas:

- A lei prevê cinco modalidades de Genocídio, embora apenas a alínea “a” do art. 1 possa assim ser considerada, segundo a etimologia da palavra (*genos*, raça; *occidere*, matar). Os demais casos são apenas variações sobre o tema;

- Não há nenhuma razão para que Genocídio seja tratado em lei especial, devendo ser tratado no Código Penal. Como atesta Canêdo (2000) é exatamente o que fez a comissão do Anteprojeto de 1994, ao incluir este crime no corpo do Código, no Título de Crimes contra o Estado Democrático e a Humanidade;
- A Lei 2.889 não contempla o Genocídio Cultural, somente previsto nos Anteprojeto de Código Penal de 1994 e 1999;
- A Lei 2.889 não comina penas, mas remete a dispositivos do Código Penal. Quanto à hipótese de “matar membros do grupo”, as penas cominadas são as mesmas impostas ao homicídio qualificado, o que é desproporcional, posto que o Genocídio requer uma pluralidade de vítimas para sua consumação;
- A Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes Contra a Humanidade, de 1968, não foi ratificada pelo Brasil, sendo que a Lei 2.889 não faz qualquer menção à prescrição do crime de Genocídio. Assim, de acordo com Fragoso (1973), no caso brasileiro a prescrição do crime de Genocídio ocorre em vinte anos;
- Finalmente, ao encamparem situações distintas entre consumação e intenção, conforme o art.1, alíneas “a” a “d”, traz-se desproporcionalidade de penas, o que viola o princípio da culpabilidade.

Dallari (1994), por sua vez, propõe as seguintes revisões à Convenção:

1. O Genocídio deve ser classificado como crime contra a humanidade, e não como contra o Direito Internacional, conforme consta no artigo 1º. As consequências imediatas dessa alteração seriam (i) a imprescritibilidade, e (ii) o reconhecimento e legitimização da competência dos tribunais internacionais, bem como dos tribunais nacionais signatários;
2. O artigo 2º deve ser substantivamente alterado, ou substituído. Ao invés da modalidade dolosa, deve-se atribuir ao crime de Genocídio a modalidade culposa. Sugere-se, ainda, na enumeração das práticas caracterizadoras de Genocídios, a inclusão de (f) a imposição de esterilização compulsória a membros de um grupo determinado; (g) a redução de um grupo a condições de vida subumanas, ou a criação de obstáculos para que o mesmo não consiga sair dessa situação;
3. Há que se possibilitar a culpabilidade solidária de pessoas jurídicas ao crime de Genocídio. Assim, alterar-se-ia o artigo 4º entendendo-se que o genocida pode ser um Estado, ou uma empresa internacional, por exemplo. Consequentemente, poder-se-iam interpor sanções políticas e/ou econômicas, sem prejuízo à punição das pessoas que tenham participado da prática desses atos;
4. Há que se modificar o artigo 6º, de tal sorte a permitir o julgamento do genocida pelos tribunais de quaisquer dos Estados signatários da Convenção, e não apenas pelos Estados em cujo território o crime tenha sido cometido e, finalmente
5. Por entender que o artigo 8º é ambíguo e restritivo, sugere-se sua drástica alteração.

A Convenção não estabelece quem pode agir contra o genocida, limitando os Estados signatários a recorrerem à ONU a fim de reprimir ou prevenir os atos de Genocídio. Sugere-se que haja a admissão expressa de que os Estados signatários, assim como qualquer de seus cidadãos ou entidades não-governamentais, possam solicitar aos tribunais competentes e aos organismos internacionais a adoção de medidas cabíveis contra os crimes de Genocídio.

5.3 Grandes Linhas de Pesquisa em Psicologia Social sobre Genocídios

Considerando-se o escopo e prevalência dos Genocídios, o entendimento de suas causas e efeitos é surpreendentemente pequeno. A literatura disponível sobre o tema é fragmentada e incompleta, tendendo a ser autobiográfica - como os trabalhos de Levi (1986), Tadeusz Borowski, Haing Ngor, & Hukanovic (1993); jornalística - como Gutman (1993), ou Rieff (1995); ou puramente histórica - como os trabalhos de Gilbert (1947), Hilberg (1961), e Shirer (1990).

Muito embora sejam abordagens ricas em detalhes e descrições, são tipicamente descritivas, não-comparativas. O reconhecimento das similaridades e especificidades entre as ocorrências é, segundo Alvarez (2001), um pré-requisito necessário a estudos mais detalhados de Genocídios, especialmente àqueles interessados em entender e analisar os Genocídios do século XX. Afirma o autor:

Tentativas de estudar Genocídios têm abordado a questão a partir de uma grande variedade de disciplinas e instâncias teóricas, e muitas dessas tentativas isoladas estão baseadas em elementos comuns. Entre eles, podem ser identificados os conceitos de poder, distanciamento, desumanização, autorização, e adaptação psicológica.

Poder refere-se à competência do Governo em concentrar força, suprimir ou neutralizar dissidências, e perpetrar atos genocidas. Rummel (1995), por exemplo, acredita que a causa fundamental dos crimes de Genocídio reside na existência de Estados totalitários que, por sua própria natureza, operam sem restrições ao exercício de poder.

Distanciamento refere-se à separação física ou psicológica que é estabelecida entre algozes e vítimas. Grossman (1995) identifica quatro diferentes tipos de distanciamento que facilitam o comportamento agressivo. São eles (i) distanciamento cultural, como diferenças raciais e étnicas que permitem aos algozes a desumanização das vítimas; (ii) distanciamento moral, ações de perseguição ou vingança, associadas à crença de uma superioridade moral; (iii) distanciamento social, sendo a percepção de um grupo ou classe como inferior à condição humana; e (iv) o distanciamento mecânico, que inclui a qualidade de matar “virtualmente”, ou seja, onde há a completa desconexão humana entre algozes e vítimas por meio de aparatos tecnológicos.

O tema da desumanização refere-se à aplicação de expressões ou formas de identificação e estigmatização derogatórias de um grupo ou classe de pessoas, categorizando-as como degradadas, bestiais, ou ainda subumanas. Sob a ótica sociológica, como defende Macionis (1995), trata-se da remoção da possibilidade de pertinência do grupo assim rotulado do conjunto social no qual está inserido. Os membros do grupo excluído são geralmente percebidos como inferiores, e são mais facilmente estereotipados, transformados em bodes expiatórios, estigmatizados. A hostilidade em torno deles serve como catalisador da solidariedade entre os membros do grupo, que identificaram um inimigo e objetivo comum.

A autorização refere-se à legitimidade de matar, concedida aos representantes de um grupo (algozes), ou Estado. Apesar das crenças e preferências individuais, a autorização leva, invariavelmente, à maior observância das ordens, ou regras. Como descrito por Milgram (1974):

A pessoa que, com convicção interior, lança-se a roubar, matar, e agredir pode encontrar-se desenvolvendo esses atos com extrema desenvoltura quando assim orientada pelas autoridades. Um comportamento impensável em nível individual pode ser realizado sem qualquer hesitação, quando realizado sob ordens superiores.

O conceito da adaptação psicológica é melhor entendido a partir do conceito de “doubling”, desenvolvido por Lifton & Markusen (1990). “Doubling” refere-se a um tipo de desassociação psicológica que serve como forma de adaptação, permitindo que as pessoas permaneçam sãs em um momento de loucura social. Trata-se do desenvolvimento de um segundo *self*, que não se opõe, em absoluto, ao ambiente genocida. Como descrevem os autores:

O mecanismo psicológico de “doubling” é a chave para o entendimento de como os médicos nazistas conseguiram trabalhar com os assassinatos e mortes. “Doubling” envolveu a formação de um self para Auschwitz, por meio do qual um indivíduo internalizava muitos dos padrões e assunções do ambiente de Auschwitz: os reversos de curar e matar, a visão biomédica operativa dos nazistas, a extrema alienação que fez com que matar não fosse matar, a batalha pela onipotência (decidindo quem deveria viver, ou morrer), e impotência (sendo uma mera engrenagem, em uma poderosa máquina), mantendo a identidade médica enquanto matava e, de certa forma, buscando um significado às suas ações, no meio ambiente.

Já em uma abordagem histórico-evolutiva das teorias sobre o entendimento das motivações que levam os indivíduos a cometer Genocídios, Browning (2002) aponta que, na década que imediatamente sucedeu ao Holocausto o foco esteve, em sua grande maioria, nas questões psicológicas individuais dos algozes, bem como nas desigualdades e desequilíbrios das sociedades bipolarmente antagonizadas.

Assim, os julgamentos de Nuremberg, por exemplo, permitiram, segundo Gilbert (1947), ter-se uma melhor compreensão sobre a lógica comportamental de proeminentes líderes nazistas, bem como de outros funcionários de alto-escalão, médicos promotores de “eutanásia”, generais incriminados, e ministros e secretários de Estado que foram capturados após a guerra.

Adorno, Frenkel-Brunswik, Levenson & Sanford (1950) ativeram-se às análises de características individuais, concebidas como “personalidades autoritárias”, que teriam predisposto outros indivíduos da sociedade a abraçarem causas extremistas e cometido, a seu serviço, assassinatos em massa.

Taylor (1946) buscou nas tradições de militarismo, autoritarismo e antissemitismo prussio-germânico a explicação e causa do Holocausto promovido pelos nazistas.

No início dos anos 1960, a busca pela compreensão dos fatores motivacionais que levam indivíduos a cometer Genocídios migrou de explicações focadas na análise psicológica dos algozes, individualmente, bem como na exceção da formação de alguns Estados totalitários, como a Turquia, por exemplo, para a análise sociopsicológica e comportamental do grupo de algozes.

Importantes representações dessa mudança de abordagem e enfoque estão presentes nos trabalhos de Hilberg (1961), que afirmou que:

A Solução Final Nazista é, essencialmente, um processo burocrático e administrativo. Os algozes não são diferentes na sua formação moral do resto da população. O algoz alemão não era um tipo especial de alemão(...). Ao contrário, os algozes alemães representavam a população alemã de forma bastante representativa, e a máquina de destruição não era estruturalmente diferente da organização da sociedade alemã, como um todo.

Hilberg argumenta que existiu, no caso alemão nazista, uma herança burocrática e estrutural de perseguição, que evoluía a partir dos estágios de identificação, confisco, concentração, e extermínio, e suas implicações tinham muito pouco a ver com características psicológicas individuais, convicções antissemitas, ou mesmo com a história da formação do Estado-nação alemão.

Arendt (2006), influenciada pelos trabalhos de Hilberg, bem como pelos depoimentos e julgamento de Eichmann descreveu o não-ideológico, pequeno burocrata que devia executar as ordens superiores servindo o regime de forma cega e acrítica. Assim, deixou grande contribuição na identificação da habilidade do Estado em organizar assassinatos em massa a partir da acomodação e no estrito alinhamento e obediência de humildes servidores civis.

Quase que simultaneamente aos trabalhos de Arendt e Hilberg, Milgram (1965) conduz seus estudos sobre “obediência à autoridade”. Sua teoria sobre os algozes está baseada em uma série de experimentos sobre a dinâmica da obediência à autoridade, chegando à proporção de que 65% de seus sujeitos de pesquisa – residentes de New Haven aleatoriamente selecionados – estavam propensos a punir um ser humano com choques de até 450 volts, apesar do fato de o mesmo nada ter feito para merecer tal ação. Vale dizer, ainda, que não havia forte coerção ou ação severa que obliterasse ao indivíduo o arbítrio a operacionalizar a punição.

Suas análises levam, portanto, às seguintes ponderações: (i) a obediência alcançada nos atos de exceção e materialização das barbáries do Holocausto foi, predominantemente, não-coercitiva. Os algozes foram induzidos, situacionalmente, à deferência à autoridade (assim, o poder do Estado disseminou e legitimou ideologicamente a definição de “situação”); e (ii) seus experimentos e agentes amostrais foram conduzidos de forma aleatória e com indivíduos “não-germânicos”, acessando, portanto, características de inferências universais às suas conclusões.

Nos anos 1970 e 1980, segundo Marrus (1987), as análises voltaram-se à tentativa de compreensão e mapeamento comportamental dos algozes, sendo que o enfoque que se deu às vítimas e aos passivos espectadores das décadas anteriores esmoreceu. Análises sobre os processos e políticas de organização e decisão, as estruturas e o funcionamento dos regimes dominantes, bem como toda a miríada de organizações que os suportavam e completavam, foram conduzidas. Assim, as discussões sobre as motivações afastaram-se do enfoque anti-kulaks, por exemplo, e voltaram-se a outros fatores contributivos: luta pelo poder, ambição e carreirismo, segmentação e rotinização que limitavam a sensação de responsabilidade individual, bem como uma ampliação da conceituação e análise do racismo, justificando não apenas as perseguições ao grupo antagônico, mas a todos os grupos que se lhe opunham.

Os estudos mais recentes, do final dos anos 90 enfocam como objeto de pesquisa aqueles que estiveram à frente da materialização das atrocidades, ou seja, os efetivos executores das mortes. Nessa linha de abordagem, destaca-se Browning (1992), cujo trabalho aponta que os reais executores, os perpetradores dos assassinatos, não eram especialmente selecionados ou treinados. Do ponto de vista estatístico, podiam ser classificados como indivíduos médios e representativos da sociedade como um todo. No caso alemão, por exemplo, aqueles que se encontravam em tais grupos (como o Batalhão 101) e, por qualquer razão, declinassem da tarefa de matar, não apenas não eram forçados a fazê-lo, como ainda não sofriam qualquer tipo de sanção, ou represália mais séria.

Já Goldhagen (1996) descarta essa abordagem “sociopsicológica” que coloca a obediência e conformidade no centro da discussão. O autor propõe uma abordagem de “justificativa cognitiva”, concluindo que os atos de barbárie cometidos pelos algozes foram o reflexo natural e lógico aos sentimentos de ódio associados ao grupo vitimado. Assim, no caso dos judeus, séculos de sentimento e princípios antissemitas (que tinham seu epicentro europeu na Alemanha) chegaram a um ponto máximo durante o Holocausto. Ainda segundo o autor, o partido nazista teria apenas eliminado as barreiras e criado as oportunidades à materialização de atos que já estavam intimamente imbricados e latentes naquela sociedade.

Mais recentemente, alguns autores retomam a análise ambiental e conjuntural para tentar entender esse extremado e violento comportamento. Staub (1989; 1996; 1999) aponta que as dificuldades severas e persistentes, bem como a frustração de necessidades humanas importantes podem desencadear o comportamento agressivo e assassino de determinadas personalidades pré-dispostas. Segundo o autor, essas necessidades estariam relacionadas à segurança, a uma identidade positiva, ao controle e gerenciamento de eventos e fases de vida, a relações positivas e de aceitação de grupos de referência, bem como a um processo de entendimento e significação do mundo e da realidade que o cerca.

Craig (1982) e DeJong (1978) apontam que a Alemanha teve de enfrentar importantes problemas e desafios no período que sucedeu a Primeira Grande Guerra. A derrota foi seguida por uma revolução, uma importante alteração do sistema político, hiperinflação, a ocupação territorial do Vale do Ruhr pelos franceses, uma depressão econômica severa, conflitos entre partidos políticos extremistas, assim como o colapso de tradições morais e sociais. Importantes problemas sociais existiram também, na Turquia, Cambódia e Ruanda, no período que imediatamente antecedeu aos massacres genocidas, como igualmente apontado por Janoff-Bulman (1985).

Ainda com ênfase no ambiente externo e suas implicações, a análise de conflitos entre grupos, dominantes e dominados, com reduzidos recursos e direitos, foram igualmente apontados como potenciais motivadores de ocorrências genocidas. Segundo Fein (1993) e Harff, Gurr & Unger (1999), quando conflitos grupais evoluem para uma guerra e, ainda, outros fatores ambientais se fazem presentes, matanças em massa e Genocídios são particularmente prováveis.

Mais recentemente, buscou-se na Teoria do Impacto da Dinâmica Social a explicação para o comportamento genocida. Latane (1996) e Latane & Burgeois (2001) apontam que há estreita correlação entre as atitudes, crenças, e preferências das pessoas com o impacto de seus grupos de referência, no que tange à força (status e conhecimento especializado), imediatismo (proximidade em termos físicos ou de distância social), fazendo, portanto, com que ao longo de uma população esses conceitos se espalhem de forma não-linear, mas extremamente dinâmica. Portanto, pessoas que estão fisicamente próximas, ou facilmente integradas pelos meios de comunicação (telefone, internet, etc) tendem a ter comportamentos mais homogêneos e semelhantes entre si do que aquelas que estão mais distantes.

Nessa abordagem, em épocas em que houve uma fraca identidade e alta incerteza, forte crise institucional, política e econômica, ideias racistas e segregacionistas foram rapidamente aceitas e espalhadas pela sociedade. O endosso de intelectuais, homens de negócio e mesmo religiosos evidencia a amplitude e força desses valores que, latentes, podem desabrochar se determinadas condições intra e entre grupos se apresentarem.

5.4 Modelo de Prevenção de Stanton (“Modelo Aplicado”)

Segundo Gregory Stanton, presidente da Organização *Genocide Watch*, Genocídio é um processo que se constrói a partir de oito estágios sucessivos. Muito mais pela experiência do que por levantamento e estudo científico, acadêmico, propõe um guia prático, um inventário de características que, quando presentes, acredita elevarem a probabilidade da ocorrência de Genocídios.

Esse inventário proposto por Stanton é, em última análise, a resposta ao desafio desse trabalho de pesquisa: apresentar os fatores de risco que elevam a probabilidade de incidência de Genocídios.

Contudo, dadas as diferenças metodológicas, conjunturais, e operacionais é de se esperar que haja alguma discrepância entre as sugestões de Stanton, e as que serão aqui levantadas.

A fim de permitir a contraposição às hipóteses que serão futuramente formuladas, listam-se, a seguir, os estágios como propostos por Stanton:

1. Classificação

- Descrição

Cada cultura apresenta elementos que lhe são próprios e diferenciadores no que concerne a etnia, raça, religião, ou nacionalidade. Sociedades bipolares, nas quais essas características não se fundem ou misturam, são as mais propensas à ocorrência de Genocídios.

- Ação Preventiva

Desenvolver instituições universais que transcendam divisões étnicas ou raciais, que ativamente promovam a tolerância e o entendimento e gerem classificações que se sobreponham às divisões.

- Exemplos

- Caso a Igreja Católica não tivesse, ela mesma, seguido as diferenças étnicas em Ruanda, ela poderia ter realizado essa função integradora, conciliadora;
- A adoção de um único idioma em países como a Tanzânia.

2. Simbolismo

- Descrição

Atribuem-se nomes e símbolos a fim de se classificar e segregar grupos de indivíduos. Expressões como Judeus, ou Ciganos, ou ainda a sua distinção a partir de cores ou vestimentas definem a relação de pertinência a determinados grupos. Classificação e Simbolismo são atividades inerentes à natureza humana e não levam, necessariamente, a Genocídios, a menos que sejam seguidos do estágio posterior, a Desumanização. Quando associados a ódio, os símbolos podem levar à segregação de grupos.

- Ação Preventiva

Símbolos de ódio podem e devem ser legalmente proibidos e banidos do discurso.

- Exemplos

- Suástica Nazista;
- Estrela Amarela utilizada pelos Judeus dominados pelos nazistas;
- O Lenço Azul para as pessoas da Região Leste, no Camboja do Khmer Vermelho.

3. Desumanização

- Descrição

Um grupo nega a humanidade do outro grupo. Os membros do grupo-alvo são comparados a animais, vermes, insetos, ou doenças. A desumanização sobrepõe a repulsão humana natural à morte e assassinato. Nesse estágio, a propaganda é fundamental à disseminação desse sentimento no grupo de alvos.

- Ação Preventiva

O combate à propaganda racista e segregacionista deve ser fortemente defendido. O incitamento ao Genocídio não pode ser confundido com a liberdade de expressão, ou Democracia.

- Exemplos

- Discurso nazista;
- Discurso Turco.

4. Organização

- Descrição

Genocídios são sempre atividades muito bem organizadas e planejadas, geralmente pelo próprio Estado, frequentemente disponibilizando milícias, ou entidades paramilitares.

- Ação Preventiva

A formação e participação desses grupos paramilitares, as milícias, deve ser forte e amplamente combatida. A seus líderes devem ser negados vistos para viagens internacionais. As Nações Unidas deveriam impor embargos aos governos, cidadãos e países envolvidos em massacres e Genocídios, criando comissões para a investigação de violações.

- Exemplos

-As ações de combate ao reaparelhamento das milícias, em Ruanda, após os Genocídios.

5. Polarização

- Descrição

Extremistas levam os grupos à ruptura. Grupos de ódio propagam mensagens de polarização. Leis impedem casamentos entre grupos ou mesmo interação social. Terroristas extremistas inibem os moderados, intimidando-os, e assim silenciando o centro. Os moderados do grupo dos algozes são aqueles com melhores condições de impedir a propagação dos Genocídios. Porisso mesmo, são os primeiros a serem perseguidos e silenciados.

- Ação Preventiva

Deve-se garantir a segurança e proteção de líderes moderados, bem como prover a assistência a grupos humanitários. Os bens dos extremistas devem ser confiscados e vistos de viagem internacional negados. Golpes de Estado promovidos pelos extremistas devem ser interpelados com sanções internacionais.

- Exemplos

- Slobodan Milosevic.

6. Preparação

- Descrição

Vítimas são identificadas e separadas devido a sua etnia ou identidade religiosa. Listas de morte são escritas. Membros dos grupos-alvo são obrigados a usar símbolos de identificação. Suas propriedades são expropriadas. As vítimas são frequentemente segregadas em guetos, deportadas para campos de concentração, confinadas em uma região de difícil acesso, bem como privadas de comida.

- Ação Preventiva

Nessa fase, ações emergenciais contra o Genocídio devem ser declaradas. Se a vontade política das nações dominantes, alianças regionais, ou o Conselho de Segurança das Nações Unidas puder ser mobilizado, intervenção armada internacional deve ser preparada, ou maciça ajuda militar ao grupo vitimado, para que possa preparar sua autodefesa. Ações de suporte a refugiados devem ser montadas e oferecidas.

7. Extermínio

- Descrição

Trata-se de “extermínio” para os algozes porque eles não acreditam que suas vítimas sejam realmente humanas. Quando patrocinado pelo Estado, as forças armadas recorrentemente trabalham com as milícias na matança. Algumas vezes, Genocídios resultam de assassinatos por vingança entre grupos rivais.

- Ação Preventiva

Deve-se prover áreas de escape realmente seguras aos refugiados, por organizações internacionais de proteção fortemente armadas. O Conselho de Segurança das Nações Unidas deve autorizar e prover todo tipo de ajuda militar às vítimas. É o momento de reconhecer que a responsabilidade internacional transcende as fronteiras dos interesses individuais de cada Estado ou Nação.

8. Negação

- Descrição

É o último estágio de um Genocídio. É um dos melhores indicadores de que outros Genocídios estão por vir. Os algozes tentam esconder os corpos, eliminando as provas, intimidando as testemunhas. Negam que tenham cometido qualquer crime e, frequentemente, culpam as próprias vítimas. Tentam bloquear qualquer investigação dos massacres e continuam a governar até que sejam depostos e exilados.

- Ação Preventiva

Deve-se buscar punição para os algozes, através de tribunais internacionais, ou regionais. A existência de tribunais pode não impedir as atrocidades cometidas nos Genocídios, mas ao menos, pode restabelecer um pouco de justiça.

- Exemplos

- Pol Pot;
- Idi Amin.

5.5 O Desengajamento Moral de Albert Bandura (“Modelo Teórico”)

Bandura construiu uma trajetória profissional de importantes contribuições à Psicologia. Com impressionante quantidade de publicações (conforme exhaustivamente listada no tópico 7c – Bibliografia Complementar), mostrou-se igualmente ativo à frente de grupos (foi presidente da APA – *American Psychology Association*, bem como membro do corpo editorial de diversas revistas e publicações científicas).

Recebeu inúmeros prêmios de reconhecimento científico e, segundo Haggbloom et al (2002), Bandura aparece, sob os mais diversos critérios, entre os mais importantes e citados teóricos em Psicologia, tendo à frente apenas os nomes de Skinner, Piaget e Freud.

Suas ideias e conceitos, dos mais variados domínios da Psicologia, têm sido agrupados sob a denominação de Teoria Social Cognitiva. Assim, se se admitirem entre as funções da teoria científica a organização de um todo coerente de dados empíricos já disponíveis e dispersos, bem como a projeção desse conhecimento a partir da compreensão e concatenação de aspectos e componentes do conjunto por ela estudada, evidenciando o que é central e crítico e permitindo estabelecer relações de causalidade e determinação, os trabalhos de Bandura ganham significativa importância, sobretudo a partir dos anos 1980.

Em recente trabalho publicado no Brasil, Bandura, Azzi & Polydoro (2008) apresentam um compêndio, ainda que introdutório, dos principais conceitos e ideias cunhados sob o designio da Teoria Social Cognitiva. Entre eles, podem ser citados:

- Perspectiva Agêntica

Segundo Bandura (2005), há muitas dimensões acerca do poder agêntico humano. Uma delas é a intencionalidade. Pessoas têm intenções que incluem planos de ação e estratégias que possibilitem a realização e materialização das mesmas. Outra envolve a extensão temporal e o caráter antecipatório à materialização da intenção. Assim, pessoas estabelecem metas e planos para si mesmas, antecipando os resultados prováveis que as guiam e motivam no sentido de canalizar esforços. Embora o futuro não possa ser a causa do comportamento atual, posto não ter existência material, sua representação cognitiva presente, visualizando o futuro, serve de guia e motivador comportamental.

Agentes são mais do que planejadores e antecipadores de prováveis resultados. Eles são igualmente autorreguladores. Assim, ao adotarem padrões pessoais, as pessoas monitoram e regulam suas ações por meio de influências autorreativas. Elas fazem coisas que lhes deem satisfação e um senso de autovalor e pertinência, bem como deixam de fazer coisas que lhes tragam autocensura e autoreprovação. As pessoas não são apenas agentes de ações. São autoexaminadoras de seus próprios funcionamentos. Por meio do autoconhecimento, elas avaliam sua eficiência pessoal, contrapondo seus pensamentos e ações, e buscando ajustes e correções, se assim lhes parecer necessário.

Dada a característica gregária e o funcionamento social dos indivíduos, sua característica agêntica opera em escala ampliada, com uma grande rede de influências socioestruturais.

Nas transações agênticas, as pessoas criam sistemas sociais para organizar, guiar, e regular as atividades humanas. As práticas dos sistemas sociais, por outro lado, impõem restrições e proveem instrumentos com estruturas e oportunidades para o desenvolvimento e o comportamento pessoal.

Dado o caráter bidirecional da influência, a Teoria Social Cognitiva rejeita o dualismo entre o poder agêntico pessoal e a estrutura social, desprovida de atividade humana.

- O Sistema do Determinismo Recíproco

Estuda as interações recíprocas entre comportamento, pensamento, e eventos ambientais. Assim, as explicações sobre o comportamento humano são a resultante de diversos modelos causais e das influências do *self* a partir da perspectiva do determinismo recíproco. Autorregulação, ativação e desativação seletivas de influências autorreativas são alguns dos mecanismos que dão previsibilidade e coerência às ações individuais.

Os indivíduos são, segundo essa perspectiva, autoorganizados, proativos, autorreflexivos e autorregulados, em vez de organismos reativos, simplesmente moldados ou orientados a responder a forças ambientais, ou mesmo movidos por impulsos interiores encobertos. O pensamento e a ação humana são o resultado de interações e inter-relações dinâmicas entre influências pessoais, comportamentais e ambientais.

A base da concepção do determinismo recíproco, segundo Bandura (1986a), é dada a partir das seguintes orientações:

- a. fatores pessoais, na forma de cognições, afetos e eventos biológicos;
- b. influências comportamentais;
- c. ambientais criam interações que resultem em uma reciprocidade triádica.

A causação recíproca triádica, é esquematicamente apresentada na figura abaixo:

FIGURA 2– Modelo de causação recíproca triádica, preparado pelo autor, a partir de Bandura (1997a).

- Autoeficácia

O argumento básico de Bandura (1997a e 1997b), em relação ao papel das crenças de autoeficácia no funcionamento humano, é que o nível de motivação, os estados afetivos, e as ações das pessoas estão baseados mais naquilo em que elas acreditam do que naquilo que é objetivamente verdadeiro. Assim, pode-se prever o comportamento das pessoas majoritariamente a partir do objetivo conhecimento de suas crenças em suas capacidades, ao invés daquilo que são efetivamente capazes de fazer, dado que essa percepção de autoeficácia ajuda a determinar a forma como os indivíduos lidam com o conhecimento e habilidades que possuem.

Pajares (1996) afirma que, consonante com vários pensadores (Aristóteles, James, Dewey, Kant, Maslow e Spinoza), Bandura propõe que as crenças de autoeficácia são um ingrediente crítico do funcionamento humano, sugerindo que o poderoso caráter afetivo, avaliativo, e episódico das crenças faz delas um filtro pelo qual se interpretam novos fenômenos.

As crenças de autoeficácia são criadas a partir da interpretação de quatro fontes principais, a saber:

- a. **Experiência do Domínio:** À medida que as pessoas realizam tarefas e atividades, elas começam a formar uma base histórica de causalidade, de resultados de seus atos, levando-as a desenvolver crenças sobre suas capacidades de participar de tarefas e atividades. Resultados interpretados como bem-sucedidos aumentam a autoeficácia, ao passo que aqueles interpretados como fracassos a reduzem;
- b. **Experiência Vicária:** Trata-se da observação de outras pessoas executando tarefas. Essa fonte de informações é mais frágil do que a Experiência de Domínio para gerar a percepção de autoeficácia, mas em determinadas situações, seja de incerteza ou insegurança, ou mesmo pouca (ou nenhuma) experiência, elas se tornam mais suscetíveis a essa fonte;
- c. **Persuasões Sociais:** Que lhes são impostas a partir da interação e relacionamento com outras pessoas, nas quais julgamentos verbais são manifestados a partir de persuasores. Dessa forma, assim como persuasões positivas podem encorajar e empoderar, as persuasões negativas podem funcionar de forma a enfraquecer as crenças de autoeficácia;
- d. **Estados Somáticos e Emocionais:** Em que a ansiedade, o estresse, a excitação, e os estados de humor podem proporcionar informações sobre as crenças de autoeficácia. Assim, as pessoas podem avaliar o seu grau de confiança a partir de seu estado fisiológico, enquanto pensam em uma determinada ação. Reações emocionais fortes associadas a uma dada tarefa fornecem indícios sobre a probabilidade de sucesso, ou fracasso. Conforme observado por Bandura (1997a), as pessoas vivem em ambientes psíquicos que, antes de mais nada, são sua própria criação.

As fontes de informação para a autoeficácia não se traduzem diretamente em avaliações de competência. Os indivíduos interpretam os resultados dos acontecimentos gerando informações que fundamentem seus julgamentos.

Portanto, a seleção, integração, interpretação e recordação de informações influenciam e orientam os julgamentos de autoeficácia.

- Modelação

A imitação de condutas, ações, gestos, e maneira de ser dos outros está associada à natureza humana, e à forma como os indivíduos se socializam e interagem com seus vários grupos de pertinência.

Segundo Bandura (1965a e 1965b),

Modelação é o processo de aquisição de comportamentos a partir de modelos, seja esse programado, ou incidental. Também se nomeia como Modelação a técnica de modificação de comportamento com o uso de modelos.

No início dos anos 1960, a produção de Bandura esteve centrada no estudo e explicação do papel da imitação no processo de aprendizagem, relacionando a pesquisa de orientação comportamental com as formulações psicanalíticas, a fim de constatar evidências empíricas que lhe permitissem chegar a conclusões.

Bandura propôs que se considerasse os termos imitação e identificação como sinônimos contrariando, assim, a tendência de se vincular imitação às teorias comportamentais, e identificação às teorias de personalidade.

Bandura & Walters (1963) afirmam que a imitação desempenha importante papel na aquisição do comportamento normal, ou mesmo do patológico, nos indivíduos. A observação informal aponta que, independentemente da cultura, a exposição a um modelo pode levar a três efeitos distintos:

- a. modelar padrões de respostas que não faziam parte do universo de repertório do observador, ou seja, a partir da observação pode-se aprender novas respostas;
- b. inibir ou desinibir respostas previamente aprendidas, e que se encontravam em estado latente;
- c. fomentar o desenvolvimento de respostas similares às respostas de um modelo, geradas a partir de processos de associação.

Várias foram as pesquisas planejadas e executadas - Bandura & Kupers (1964), Bandura & Mischel (1965), Bandura & Whalen (1966), Bandura, Grusec & Menlove (1967), Bandura & Perloff (1967) - com vistas a testar a eficiência do uso de modelos na transmissão de padrões de autorreforçamento, atraso de reforço, e os efeitos diferenciais do uso de modelos reais e simbólicos em confronto com a experiência anterior de sucesso, ou fracasso, por parte do observador.

Bandura (1965b) acrescenta, ainda:

A ocorrência de comportamento imitativo é, em parte, uma função de consequências reforçadoras experimentadas pelo modelo. Ao assistir um modelo exibindo uma sequência de respostas, o observador adquire, por associação contígua de eventos sensoriais, respostas simbólicas ou representacionais que atuarão como indicações capazes de materializar respostas futuras idênticas àquelas modeladas.

Finalmente, Bandura (1971) ressalta, ainda, que o poder do modelo como indicação envolve três fatores: (i) atributos do modelo; (ii) atributos do observador; e (iii) valor funcional do que foi modelado. Ao observar as ações dos outros, o indivíduo considera para as características do modelo as suas próprias características, comparando-se, assim, ao mesmo.

- Autorregulação

Bandura (2005) iniciou seus estudos sobre os mecanismos de autorregulação investigando como as pessoas exercem controle sobre a motivação, o pensamento, o comportamento e a vida emocional. O autor destaca o papel da autorregulação ao afirmar que a generalização e a persistência de comportamento poderiam ser facilitadas a partir de três tipos de condições:

- i. Treino de transferência do estímulo;
- ii. Alteração nas práticas de reforçamento do ambiente social;
- iii. Estabelecimento das funções de autorregulação.

Para Bandura (2001a), o indivíduo é capaz de desenvolver a capacidade humana da autorregulação, oferecendo ao indivíduo condições de monitoramento, avaliação e controle de seu próprio comportamento, em direção e sintonia com seus objetivos pessoais.

Zimmerman, Kitsantas & Campillo (2005) entendem a autorregulação como um mecanismo interno, consciente e voluntário de controle, que governa o comportamento, os pensamentos e os sentimentos pessoais, tendo como referências metas e padrões pessoais de conduta a partir dos quais se busca relação de consequência e causalidade. Dado que a autorregulação se materializa a partir de ações, sentimentos e pensamentos autogerados para atingir metas, caracteriza-se por um processo motivacional de iniciativa e persistência pessoal, sobretudo à sobreposição de dificuldades e obstáculos.

Bandura (1986b) afirma, ainda:

A instigação vicária atua principalmente por meio do processo interveniente da autoinstigação. Ver a reação emocional dos outros ou ter conhecimento prévio disso estimula pensamentos instigadores de emoção e a imaginação do observador. Outrossim, em função da capacidade de autoinstigação cognitiva a pessoa pode produzir reações fisiológicas a indicações sugestivas do despertar emocional de um modelo. As reações fisiológicas das pessoas às mesmas indicações podem variar significativamente, em função daquilo que se conhece sobre as causas situacionais das reações do modelo, podendo neutralizar o impacto do sofrimento humano ao ativar sequências de pensamentos tranquilizadores.

A autorregulação do comportamento é atingida a partir do sequenciamento dos seguintes passos: (i) auto-observação; (ii) processos de julgamento; e (iii) autorreação. As subfunções de cada uma dessas atividades é apresentada esquematicamente abaixo:

FIGURA 3 – Subfunções do sistema de auto-regulação do comportamento, adaptado pelo autor a partir de Bandura, Azzi & Polydoro (2008).

- Desengajamento Moral

Em sintonia com o conceito agêntico do indivíduo, em que lhe cabe, ainda que parcialmente, a direção e formatação de seu próprio destino, por meio de processos de pensamento, motivação, afeto e ações, o conceito de Desengajamento Moral desenvolvido por Bandura, acumula tanto funções inibitórias quanto proativas.

Os indivíduos são capazes de construir conceitos, valores, crenças, e ideologias morais para justificar seus próprios comportamentos, tentando convencer a si mesmos e aos outros sobre a coerência e moralidade de suas ações.

Bandura (1977) desenvolveu o conceito de Desengajamento Moral com vistas a mostrar como as pessoas podem encontrar justificativas para cometer atos antissociais, sem que se sintam culpadas ou mesmo censuradas para tanto. O termo desengajamento advém da possibilidade de o indivíduo se desprender de seus próprios padrões morais para acomodar a ação consciente de atos antissociais, sem que haja autocondenação.

Como bem relatado por Bandura, Azzi & Polydoro (2008):

O termo desengajamento moral foi utilizado primeiramente por Bandura na década de 1970, mas o conceito não é novo em si, e remete a uma longa tradição de estudos, já que se trata de uma característica animal e humana explorada desde muito, tanto na ciência quanto na literatura. A mesma ideia fundamental pode ser entendida, por exemplo, na psicanálise como mecanismos de defesa (Freud (1978)), na sociobiologia como autodisfarce (Wright (1994)), e na filosofia econômica como autoengano (Giannetti (1997)), mas somente com a obra de Bandura ela aparece em uma teoria psicológica abrangente e sistematizada, que tem permitido o avanço em pesquisas sobre os usos do desengajamento moral no comportamento humano em áreas bem diversas.

O Desengajamento Moral pode ser entendido a partir do seguinte fluxo:

FIGURA 4 – Mecanismos por meio dos quais as autossanções morais são ativadas seletivamente, e o desengajamento dá lugar a comportamentos antissociais, em diferentes estágios, no processo de autorregulação. Preparado pelo autor, a partir de Bandura (1986).

Tem-se, portanto, oito dimensões, que podem ser reagrupadas em função do foco: (i) na conduta; (ii) nos efeitos gerados; e finalmente (iii) nas vítimas.

O conjunto de dimensões cujo foco está na conduta repreensível permite a reconstrução cognitiva de uma ação antissocial e prejudicial em uma boa ação; ou seja, em algo não apenas desejável como, em alguns casos, benevolente (como proposto por Bandura et al. (1996)). Suas três dimensões são detalhadamente descritas a seguir:

1. Justificação Moral

Um conjunto de práticas de desengajamento é operado a partir da reconstrução do comportamento propriamente dito. Em outras palavras, as pessoas não se engajam em condutas reprováveis e que causem mal ou mesmo dor a outrem, a menos que já se lhes tenham cunhado justificativas, que moralizem suas ações. Assim, condutas perniciosas e antissociais tornam-se social e pessoalmente aceitáveis a partir do momento em que são redefinidas como ações de propósitos morais.

Comportamentos destrutivos podem ser acessados e cognitivamente redefinidos, em que a autocensura cede à necessidade premente da ação. Assim, violência, luta, e assassinato de opressores, se em legítima defesa, ou lutando pela manutenção de valores de paz mundial, resgatando a humanidade da subjugação dos opressores e assegurando os compromissos da nação, não apenas são aceitos como desejáveis.

Muitos foram os estudos que mostraram que, ao longo dos séculos, condutas destrutivas foram perpetradas por pessoas comuns, ordinárias, e decentes, em nome de ideologias, princípios religiosos, ou mesmo imperativos nacionalistas (Rapoport & Alexander (1982); Kramer (1990); Reich (1990)). Adversários endeusam suas próprias ações militares, repudiando e condenando, contudo, aquelas de seus oponentes. Definem-nas, frequentemente, como atos bárbaros e desumanos. Não raro, nesse tipo de conflito, cada um dos lados se sentir superior, do ponto de vista moral e comportamental, em relação a seu oponente. O mesmo conjunto de atos, segundo a ótica e interesse em questão, tem interpretações e justificativas distintas. Assim, por exemplo, em casos de conflitos de poder é comum atos de atividade terrorista, como definido por um grupo, serem entendidos como lutas heróicas de movimentos de libertação de opressores, por outro.

Como postulado por Voltaire:

Aqueles que podem fazer com que você acredite em absurdos, podem igualmente lhe fazer cometer atrocidades.

2. Linguagem Eufemística

A linguagem molda padrões de pensamento a partir dos quais as ações estão baseadas. As atividades podem apresentar-se de várias maneiras, conforme a designação que se lhes escolhe. De acordo com Lutz (1987), a linguagem eufemística é largamente utilizada para que condutas antissociais se tornem respeitáveis, bem como para que se possa reduzir a responsabilidade individual das ações.

Segundo Diener et al. (1975), o eufemismo é uma forma de abrandar a percepção do mal gerado, permitindo que as pessoas ajam com muito mais crueldade do que o fariam se a correta denominação de agressão fosse atribuída aos atos praticados.

Como definiu Bandura (1999), a linguagem eufemística permite um mascaramento de atividades reprováveis, na forma como são designadas, a fim de diminuir a gravidade da ação, ou buscando conferir-lhe um status mais respeitável. Inúmeras são as formas de linguagem eufemística desde diminutivos até a utilização de termos sanitários como “limpar”, “desinfetar a área”, “atingir o alvo”, “erradicar”, “dispor”, “ataques cirúrgicos”, etc., apenas para citar alguns mascaramentos de matar, assassinar, e dizimar.

A voz passiva e o sujeito indeterminado são, ainda, recursos linguísticos que permitem abrandar as atrocidades, posto despersonalizarem os atos e as consequências. Como dispõe Bollinger (1982), é como se as pessoas se movessem mecanicamente, sem controle de seus próprios atos.

Outras formas de eufemismo estão associadas à prática de subornos, por exemplo. “O leitinho das crianças”, “o presentinho”, “o bônus”, “o incentivo”, “a lembrancinha” são formas de se tentar suavizar a interação entre corrupto e corruptor.

3. Comparação Vantajosa

Comparação vantajosa é outra forma de tentar fazer com que um comportamento reprovável, uma ação antissocial pareça boa. Capitalizando no princípio do contraste, da contraposição, tenta-se fazer com que condutas perniciosas pareçam corretas e apropriadas. Segundo Bandura (1990), terroristas veem seus atos como gestos de grande martírio e altruísmo, quando se os comparam aos sofrimentos impostos ao povo que eles representam. Quanto mais flagrante e evidente for o contraste de ações desumanas, tanto maior será a possibilidade de associar atitudes destrutivas a uma conduta benevolente.

Trata-se de uma argumentação sedutora, posto que sempre haverá uma transgressão mais grave do que aquela realizada para que sejam ambas comparadas, fazendo com que qualquer conduta antissocial, por mais desumana que seja, possa sempre ser contraposta a algo pior. Como exemplo, pode-se citar os adeptos de ações violentas argumentando que as democracias, tanto na França como nos Estados Unidos, só foram alcançadas a partir de importante e sangrento embate contra o regime opressor de então.

A base do modelo comparativo está fortemente lastreada a partir de padrões utilitaristas. Assim, pode-se dizer que as ações agressivas de um indivíduo podem impedir que um sofrimento ainda maior do que aquele que está sendo causado possa ser evitado.

Exemplificativamente, quando indagados sobre as causas de promoverem *bullying* agressores respondem, recorrentemente, que a agressão física seria muito pior (Rigby (2003)).

Gilovich (1981) afirma que o uso de similaridades superficiais e frágeis pode distorcer o julgamento de ações antissociais. Propõe, então, complementarmente ao adágio de Santayana:

Aqueles que veem semelhanças (não asseguradas) em ações passadas, estão predispostos a mal empregar suas lições.

A reestruturação cognitiva de uma conduta reprovável por meio de justificativas morais, linguagem eufemística e mascarada, bem como comparações exonerativas representa o mais poderoso conjunto de mecanismos psicológicos que levam ao controle do desengajamento moral. O que fora, um dia, condenável, tornara-se uma fonte de autoavaliação.

O segundo conjunto de dimensões que levam ao desengajamento moral, de acordo com Bandura (2002), funciona como uma distorção do agente da ação, e envolve os mecanismos de difusão e deslocamento da responsabilidade. Ela opera obscurecendo ou distorcendo a relação causal entre a conduta e seus efeitos, posto que a autocensura se manifesta mais forte a partir do momento em que um ato antissocial é reconhecido. Assim, pessoas comportam-se de forma que normalmente repudiariam, desde que uma autoridade legitimada responsabilize-se pelos efeitos das condutas nocivas (Diener (1977); Milgram (1974)).

4. Difusão de Responsabilidade

O autocontrole e a autocensura operam mais eficientemente quando há o reconhecimento, pelas pessoas, da causalidade entre suas ações e os eventuais efeitos maléficos delas decorrentes.

Em execuções de massa, o efeito da difusão de responsabilidade é relativamente comum entre os perpetradores das ações. Goldhagen (1996) documentou que muitos dos executores do Holocausto foram entusiastas e desejosos voluntários. As práticas do desengajamento operam em estruturas sociopolíticas que formam sua expressão e efetam sua prevalência. As desumanidades endereçadas a seres humanos tornam-se não apenas permitidas como mesmo desejáveis, desde que haja um comando superior claro, e que assuma plena e expressa responsabilidade sobre tais atos.

Decisões tomadas em grupos são outra forma de despersonalizar as ações, e permitir aos indivíduos que cometam atos antissociais e reprováveis. Quando todos são responsáveis, ninguém é, de fato, responsável.

Assim, não é raro que haja forte divisão de tarefas e atomização de ações, de tal sorte que não se consiga atribuir a um indivíduo, mas ao grupo que em conjunto perfaz o processo, a responsabilidade por determinada ação. Segundo Zimbardo (1995) ações coletivas são uma forma eficiente de afrouxar controles morais.

5. Deslocamento da Responsabilidade

Os indivíduos percebem suas ações como repostas aos comandos superiores, ao invés de terem responsabilidade direta e individual sobre as mesmas. Posto que elas não são as verdadeiras agentes de suas ações (apenas as “executoras”) as reações de autocondenação e arrependimento lhes são poupadas.

Autoisenção e negação à responsabilização pela execução de atos de grande desumanidade, por meio da difusão de responsabilidade, foram bastante comuns entre oficiais nazistas presos, ao término da Segunda Grande Guerra, segundo relatado por Andrus (1969). Obediência cega e acrítica a ordens desumanas e truculentas é similarmente encontrada em atrocidades militares.

Kelman (1973) aponta que há várias formas de os indivíduos deslocarem a responsabilidade de seus atos. Entre elas, cita a divisão, atomização e rotinização das atividades. Portanto, ao se segmentar e burocraticamente dispor a divisão do trabalho entre vários indivíduos, sua compleição e inteireza são-lhes convenientemente acobertadas e mascaradas. Assim, o foco dos indivíduos pode migrar da ética e moral de seus atos à detalhes operacionais de eficiência e controle de suas ações específicas.

O terceiro e último conjunto de dimensões que levam ao desengajamento moral, de acordo com Bandura (2002), funciona como uma distorção das consequências, desconsiderando, ou diminuindo os efeitos das ações antissociais.

6. Distorção das Consequências

Quando pessoas desenvolvem atividades perniciosas a terceiros em função de ganho pessoal, ou mesmo pressão social ou grupal, elas buscam, argumentativamente, a minimização dos efeitos daquilo que fizeram. Assim, valem-se da minimização, do descrédito às narrativas de vítimas e observadores, distorcendo seus depoimentos e pleitos. É mais fácil fazer mal aos outros desde que seus sofrimentos imediatos não sejam visíveis, ou ainda, haja uma separação física ou temporal entre ações e consequências.

Assim, as guerras tecnológicas - com suas operações cirúrgicas e despersonalizadas, em que destruição em massa é ativada remotamente e controlada por sistemas computacionais - tendem a ser mais facilmente aceitas, posto não terem face ou mesmo identidade própria. Não é por acaso que se tornou prática comum, entre os militares, impedir que repórteres registrem imagens dos campos de batalha.

Diaz (1999) descreve que a Tempestade no Deserto, por exemplo, coberta em tempo real pela CNN, mostrava imagens de videogame, nas quais alvos eram atingidos e dispostos em telas de computadores, com imagens graficamente animadas e mal-representadas. Mesmo a contabilização de baixas era sempre desacompanhada de imagens reais de mortos, ou feridos.

Por meio desse mecanismo as pessoas argumentam que “os fins justificam os meios”, ou mesmo, “que há males que vêm para bem”. Assim, Bandura, Azzi, & Polydoro (2008) afirmam que:

Se as consequências danosas forem mais salientadas, o agente de uma transgressão sentirá maior responsabilidade e a relação entre a ação e seus efeitos torna-se inevitável, motivando a consciência de supostos aspectos benéficos da ação e mascarando seus efeitos nocivos. Exemplos: “As crianças não se importam de serem caçadas por que isso mostra que elas estão recebendo atenção”; “Buzinar não machuca ninguém”.

7. Desumanização

A força e rigidez da autocensura dependem, ainda que parcialmente, da forma como os perpetradores veem as vítimas potenciais. Bandura (1986) afirma que as experiências conjuntamente vividas, sejam elas de alegria ou de tristeza, criam importante fundação ao desenvolvimento de um relacionamento forte e empático.

McHugo, Smith & Lanzetta (1982) afirmam que perceber o outro como um ser humano semelhante depende da ativação de reações emocionais que estimulem a empatia por meio da identificação de similaridades, bem como um sentimento de obrigação e pertinência social. As alegrias e tristezas daqueles com quem se identifica são mais fácil e fortemente ativadas do que com os indivíduos a quem foram ocultadas qualidades humanas.

A autocensura que impede a realização de atos cruéis e perniciosos pode ser desativada quando o potencial perpetrador lida com uma vítima que foi cuidadosamente desempossada de qualidades humanas. Segundo Keen (1986), uma vez desumanizada a pessoa não é mais percebida como um indivíduo que possa ter sentimentos, esperanças, preocupações, mas apenas características subumanas, como um objeto, ou ser biologicamente menos desenvolvido.

Assim, segundo Gibson & Haritos-Fatouros (1986) as vítimas potenciais são vistas como “selvagens”, “bestas” desalmadas e sem sentimentos ou desprovidas de raciocínio ou sentimentos. Caso a eliminação de características humanas não seja suficiente para enfraquecer a autocensura, isso pode ser atingido, ainda, pela atribuição pejorativa de características demoníacas, ou extremamente negativas às vítimas potenciais. Tornam-se, então, “enviados satânicos”, “degenerados”, ou ainda outras figuras bestiais. É mais fácil brutalizar pessoas quando elas são vistas como formas animais inferiores.

Levi (1987) reporta um incidente no qual se perguntou a um comandante de um campo nazista por que eles iam ao extremo de degradar suas vítimas, que eles iriam matar de qualquer forma. O comandante respondeu que não se tratava de um caso de crueldade proposital, ou sadismo. As vítimas tinham de ser degradadas ao nível de objetos subumanos, segundo ele, para que aqueles que operavam as câmaras de gás fossem menos psicologicamente afetados, atenuando assim seu potencial estresse funcional.

8. Atribuição de Culpa

Acusar o adversário, ou mesmo um conjunto de circunstâncias da culpa pelos atos antissociais praticados é outro expediente, ainda, para se desvencilhar da autocensura. Nessa linha de argumentação, os perpetradores veem-se como vítimas inocentes que foram forçadamente conduzidas a determinadas práticas, em função de provocações. As reações de conduta punitiva seriam, então, vistas como reações defensivas justificáveis a provocações beligerantes.

Conflitos, de forma geral, envolvem atividades e atos que se escalonam reciprocamente. Assim, não é impossível escolher, ao longo de uma série de eventos, um dado ato das vítimas ao qual se lhes pode associar o início das provocações e ofensas. Nesse contexto, atribui-se às próprias vítimas a responsabilidade e causa de seus sofrimentos e destinos.

Hallie (1971) afirma que em alguns casos, dependendo do contexto e encadeamento dos fatos e argumentações, as próprias vítimas podem ser levadas a acreditar ter responsabilidade sobre seu destino e alvo persecutório.

A constatação de maltratos a indivíduos aos quais se atribui responsabilidade, ainda que parcial, pelos atos de agressão de que estão sendo vítimas, faz com que os terceiros observadores tendam a assumir uma postura mais passiva e leniente, segundo propuseram Lerner & Miller (1978).

Finalmente, parece adequada a utilização desse referencial teórico ao estudo de causas e consequências de Genocídios, ainda que parcialmente, dada sua larga aceitação em Psicologia. Como se pode constatar a seguir, a tipologia do desengajamento moral tem servido de referencial teórico e explicativo aos mais variados temas, como:

- a. Desinibição da agressão, por meio da difusão da responsabilidade e desumanização das vítimas (Bandura, Underwood & Fromson (1975));
- b. Terrorismo (Bandura (1990));
- c. O determinismo da estrutura familiar no comportamento de adolescentes (Ardone & Vicini (1994));
- d. A delinquência juvenil (Elliott & Rhinehart (1995));
- e. As diferenças de desengajamento moral em função da idade (Caprara, Pastorelli, & Bandura (1996));
- f. A agressão a crianças (Bandura et al. (1996));
- g. Atitudes frente à pena de morte (Haney (1997));
- h. O nível de desengajamento moral é diretamente proporcional à conduta antissocial (Kwak & Bandura (1998));

- i. O engajamento moral pode fazer face a atitudes destrutivas em crianças, por meio de modelação de soluções pacíficas em conflitos humanos (McAlister, Barrero, Peters, Ama & Kelder (1998));
- j. Venda de armas letais e cigarros (Bandura (1999));
- k. As transgressões corporativas (Bandura, Caprara & Zsolnai (2000));
- l. A atividade criminal via internet (Rogers (2001));
- m. Atitudes frente à guerra e à intervenção militar (McAlister (2001));
- n. Os impactos dos meios de comunicação de massa (Bandura (2001b));
- o. Cometimento de infrações de trânsito (Iglesias (2002); Iglesias & Clark (2003));
- p. O papel da seleção do desengajamento moral no contraterrorismo (Bandura (2004));
- q. O papel do desengajamento moral em execuções (Osofsky, Bandura, & Zimbardo (2005)); e
- r. Mecanismos de desengajamento moral no suporte às ações de força militar: o impacto de 11 de setembro (Bandura, McAlister & Owen (2006)).

Nada obstante, parece oportuno ampliar seu uso ao tema de Genocídios, especificamente.

5.5.1 Bibliografia Complementar

- Benton, A. L., Bandura, A. (1953) *"Primary" and "secondary" suggestibility*. Journal of Abnormal and Social Psychology, 43, pp. 336-340.
- Bandura, A. (1954) *The Rorschach white space response and "oppositional" behavior*, Journal of Consulting Psychology, 18, pp. 17-21.
- Bandura, A. (1954) *The Rorschach white space response and perceptual reversal*, Journal of Experimental Psychology, 48, pp. 113-117.
- Bandura, A. (1956) *Psychotherapists' anxiety level, self-insight, and psychotherapeutic competence*, Journal of Abnormal and Social Psychology, 52, pp. 333-337.
- Bandura, A. (1957) *Review of case studies in childhood emotional disabilities* (Vol. 2) by G. Gardner. Contemporary Psychology, 2, pp. 14-15.
- Bandura, A. (1958) *Child-rearing patterns associated with adolescent aggressive disorders*. In Physical and Behavioral Growth. Columbus, OH: Ross Laboratories.
- Bandura, A. (1961) *Psychotherapy as a learning process*. Psychological Bulletin, 58, pp. 143-159.
- Bandura, A. (1962) *Comments on Dr. Epstein's paper*. In M. R. Jones (Ed.), Nebraska Symposium on Motivation. Lincoln, NE: University of Nebraska Press.
- Bandura, A. (1962) *Punishment revisited*. Journal of Consulting Psychology, 26, pp. 298-301.
- Bandura, A. (1962) *Social learning through imitation*. In M. R. Jones (Ed.), Nebraska Symposium on Motivation. Lincoln: University of Nebraska Press.
- Bandura, A. (1963) *Behavior theory and indemnificatory learning*. American Journal of Orthopsychiatry, 33, pp. 591-601.
- Bandura, A. (1963) *The role of imitation in personality*, The Journal of Nursery Education, 18, p.3.
- Bandura, A. (1964) *The stormy decade: Fact or fiction?* Psychology in the Schools, 1, pp. 224-231.
- Bandura, A. (1965) *Vicarious processes: A case of no-trial learning*. In L. Berkowitz (Ed.), Advances in experimental social psychology (Vol. 2, pp. 1-55). New York: Academic Press.

- Bandura, A. (1966) *Role of vicarious learning in personality development*. Proceedings of the XVIIIth International Congress of Psychology: Social factors in the development of personality. Moscow, USSR.
- Bandura, A. (1967) *Behavioral psychotherapy*. Scientific American, 216, pp. 78-86.
- Bandura, A. (1967) *The role of modeling processes in personality development*. In W. W. Hartup & N. L. Smothergill (Eds.), *The young child*. Washington, DC: National Association for the Education of Young Children.
- Bandura, A. (1968) *A social learning interpretation of psychological dysfunctions*. In P. London & D. L. Rosenhan (Eds.), *Foundations of abnormal psychology*. New York: Holt, Rinehart & Winston.
- Bandura, A. (1968) *Imitation*. In D. L. Sills (Ed.), *International encyclopedia of the social sciences* (Vol. 7). New York: Macmillan.
- Bandura, A. (1968) *Modeling approaches to the modification of phobic disorders*. In R. Porter (Ed.), *The role of learning in psychotherapy: Ciba Foundation Symposium*. London: Churchill.
- Bandura, A. (1968) *On empirical disconfirmations of equivocal deductions with insufficient data*. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 32, pp. 247-249.
- Bandura, A. (1968) *Reinforcement therapy: An antidote for therapeutic pessimism*. (Review of Reinforcement Therapy by O. I. Lovaas). *Contemporary Psychology*, 13, pp. 36-39.
- Bandura, A. (1969) *Principles of behavior modification*. New York: Holt, Rinehart & Winston.
- Bandura, A. (1969) *Social learning of moral judgments*. *Journal of Personality and Social Psychology*, 11, pp. 275-279.
- Bandura, A. (1969) *Social-learning theory of identificatory processes*. In D. A. Goslin (Ed.), *Handbook of socialization theory and research* (pp. 213-262). Chicago: Rand McNally.
- Bandura, A. (1970) *Modeling theory: Some traditions, trends, and disputes*. In W. S. Sahakian (Ed.), *Psychology of learning: Systems, models, and theories*. Chicago: Markham.
- Bandura, A. (1971) *Behavior therapy from a social learning perspective*. Proceedings of the XIXth International Congress of Psychology. London, England.
- Bandura, A. (Ed.) (1971) *Psychological modeling: Conflicting theories*. New York: Aldine-Atherton.

- Bandura, A. (1971) *Psychotherapy based upon modeling principles*. In A. E. Bergin & S. L. Garfield (Eds.), *Handbook of psychotherapy and behavior change* (pp. 653-708). New York: Wiley.
- Bandura, A. (1971) *Social learning theory*. New York: General Learning Press.
- Bandura, A. (1971) *Vicarious and self-reinforcement processes*. In R. Glaser (Ed.), *The nature of reinforcement* (pp. 228-278). New York: Academic Press.
- Bandura, A. (1972) *Socialization*. *Lexikon der Psychologie*, Band III. Freiburg im Breisgau: Herder.
- Bandura, A. (1973) *Aggression: A social learning analysis*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- Bandura, A. (1973) *Institutionally sanctioned violence*. *Journal of Clinical Child Psychology*, 2, pp. 23-24.
- Bandura, A. (1973) *Social learning theory of aggression*. In J. F. Knutson (Ed.), *The control of aggression: Implications from basic research*. Chicago: Aldine.
- Bandura, A. (1974). *Behavior theory and the models of man*. *American Psychologist*, 29, pp. 859-869.
- Bandura, A. (1974) *The case of the mistaken dependent variable*. *Journal of Abnormal Psychology*, 83, pp. 301-303.
- Bandura, A. (1974) *The process and practice of participant modeling treatment*. In J. H. Cullen [Ed.], *Experimental behaviour: A basis for the study of mental disturbance*. Dublin, Ireland: Irish University Press.
- Bandura, A. (1975) *The ethics and social purposes of behavior modification*. In C. M. Franks & G. T. Wilson (Eds.), *Annual review of behavior therapy theory and practice* (Vol. 3). New York: Brunner/Mazel.
- Bandura, A. (1976) *Effecting change through participant modeling*. In J. D. Krumboltz & C. E. Thoresen (Eds.), *Counseling methods*. New York: Holt, Rinehart & Winston.
- Bandura, A. (1976) *New perspectives on violence*. In V. C. Vaughan, III & T. B. Brazelton (Eds.), *The family*. Chicago: Year Book Medical Publishers.
- Bandura, A. (1976) *Observational learning*. *Proceedings of the XXIst International Congress of Psychology*, Paris, France.
- Bandura, A. (1976) *Self-reinforcement: Theoretical and methodological considerations*. *Behaviorism*, 4, pp. 135-155.

- Bandura, A. (1976) *Social learning analysis of aggression*. In E. Ribes-Inesta & A. Bandura (Eds.), *Analysis of delinquency and aggression*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Bandura, A. (1976) *Social learning perspective on behavior change*. In A. Burton (Ed.), *What makes behavior change possible?* New York: Brunner/Mazel, pp. 34-57.
- Bandura, A. (1977) *Self-efficacy: Toward a unifying theory of behavioral change*. *Psychological Review*, 84, pp. 191-215.
- Bandura, A. (1977) *Self-reinforcement: The power of positive personal control*. In P. G. Zimbardo & F. L. Ruch (Eds.), *Psychology and life* (9th ed.). Glenview, IL: Scott Foresman.
- Bandura, A. (1977) *Social learning theory*. In B. B. Wolman & L. R. Pomroy (Eds.), *International encyclopedia of psychiatry, psychology, psychoanalysis, and neurology* (Vol. 10). New York: Van Nostrand Reinhold.
- Bandura, A. (1978) *On distinguishing between logical and empirical verification*. *Scandinavian Journal of Psychology*, 19, pp. 97-99.
- Bandura, A. (1978) *On paradigms and recycled ideologies*. *Cognitive Therapy and Research*, 2, pp. 79-103.
- Bandura, A. (1978) *Perceived effectiveness: An explanatory mechanism of behavioral change*. In G. Lindzey, C. S. Hall, & R. F. Thompson (Eds.), *Psychology*. New York: Worth.
- Bandura, A. (1978) *Reflections on self-efficacy*. In S. Rachman (Ed.), *Advances in behavior research and therapy*, Vol. 1, Oxford: Pergamon, pp. 237-269
- Bandura, A. (1978) *The self-system in reciprocal determinism*, *American Psychologist*, 33, pp. 344-358.
- Bandura, A. (1978). *Social learning theory of aggression*. *Journal of Communication*, 28, 12-29.
- Bandura, A. (1979) *On ecumenism in research perspectives*. *Cognitive Therapy and Research*, 3, pp. 245-248.
- Bandura, A. (1979) *Psychological mechanisms of aggression*. In M. VonCranach, K. Foppa, W. LePenies, & D. Ploog (Eds.), *Human ethology: Claims and limits of a new discipline*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bandura, A. (1979) *Self-referent mechanisms in social learning theory*. *American Psychologist*, 34, pp. 439-441.
- Bandura, A. (1980) *Gauging the relationship between self-efficacy judgment and action*. *Cognitive Therapy and Research*, 4, pp. 263-268.

- Bandura, A. (1981) *In search of pure unidirectional determinants*. Behavior Therapy, 12, pp. 30-40.
- Bandura, A. (1981) *Self-referent thought: A developmental analysis of self-efficacy*. In J. H. Flavell & L. Ross (Eds.), Social cognitive development: Frontiers and possible futures. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 200-239.
- Bandura, A. (1982) *The assessment and predictive generality of self-percepts of efficacy*. Journal of Behavior Therapy and Experimental Psychiatry, 13, pp. 195-199.
- Bandura, A. (1982) *Psychology of chance encounters and life paths*, American Psychologist, 37, pp. 747-755.
- Bandura, A. (1982) *The self and mechanisms of agency*. In J. Suls (Ed.), Psychological perspectives on the self, Vol. 1, Hillsdale, NJ: Erlbaum, , pp. 3-39.
- Bandura, A. (1982). *Self-efficacy mechanism in human agency*. American Psychologist, 37, pp. 122-147.
- Bandura, A. (1983) *Psychological mechanisms of aggression*. In R. G. Geen & E. Donnerstein (Eds.), Aggression: Theoretical and empirical reviews. New York: Academic Press, pp. 1-40.
- Bandura, A. (1983) *Self-efficacy determinants of anticipated fears and calamities*. Journal of Personality and Social Psychology, 45, pp. 464-469.
- Bandura, A. (1983) *Temporal dynamics and decomposition of reciprocal determinism: A reply to Phillips and Orton*. Psychological Review, 90, pp. 166-170.
- Bandura, A. (1984) *Recycling misconceptions of perceived self-efficacy*. Cognitive Therapy and Research, 8, pp. 231-255.
- Bandura, A. (1984) *Representing personal determinants in causal structures*. Psychological Review, 91, pp. 508-511.
- Bandura, A. (1985) *Explorations in self-efficacy*. In S. Sukemune (Ed.), Advances in social learning theory. Tokyo: Kaneko-Shoho.
- Bandura, A. (1985) *Model of causality in social learning theory*. In S. Sukemune (Ed.), Advances in social learning theory. Tokyo: Kaneko-Shoho. [Reprinted in Bandura, A. (1985) *Model of causality in social learning theory*. In M. J. Mahoney & A. Freeman (Eds.), *Cognition and psychotherapy* (pp. 81-99). Plenum Publishing Corporation.]
- Bandura, A. (1985) *Observational learning*. In S. Sukemune (Ed.), Advances in social learning theory. Tokyo: Kaneko-Shoho.

- Bandura, A. (1985) *Reciprocal determinism*. In S. Sukemune (Ed.), *Advances in social learning theory*. Tokyo: Kaneko-Shoho.
- Bandura, A. (1986) *Fearful expectations and avoidant actions as coeffects of perceived self-efficacy*. *American Psychologist*, 41, pp. 1389-1391.
- Bandura, A. (1986) *From thought to action: Mechanisms of personal agency*. *New Zealand Journal of Psychology*, 15, pp. 1-17.
- Bandura, A. (1986) *The social learning perspective: Mechanisms of aggression*. In H. Toch (Ed.), *Psychology of crime and criminal justice*, Prospect Heights, IL: Waveland Press, pp. 198-236.
- Bandura, A. (1988) *Organizational applications of social cognitive theory*. *Australian Journal of Management*, 13, pp. 275-302.
- Bandura, A. (1988) *Perceived self-efficacy: Exercise of control through self-belief*. In J. P. Dauwalder, M. Perrez, & V. Hobi (Eds.), *Annual series of European research in behavior therapy*, Vol. 2, pp. 27-59.
- Bandura, A. (1988) *Self-efficacy conception of anxiety*. *Anxiety Research*, 1, pp. 77-98.
- Bandura, A. (1988) *Self-regulation of motivation and action through goal systems*. In V. Hamilton, G. H. Bower, & N. H. Frijda (Eds.), *Cognitive perspectives on emotion and motivation*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, pp. 37-61.
- Bandura, A. (1989) *A social cognitive theory of action*. In J. P. Forgas & M. J. Innes (Eds.), *Recent advances in social psychology: An international perspective*. North Holland: Elsevier, pp. 127-138.
- Bandura, A. (1989) *Human agency in social cognitive theory*. *American Psychologist*, 44, pp. 1175-1184.
- Bandura, A. (1989) *Perceived self-efficacy in the exercise of control over AIDS infection*. In V. M. Mays, G. W. Albee, & S. F. Schneider (Eds.), *The primary prevention of AIDS: Psychological approaches*. Newbury Park, CA: Sage, pp. 128-141.
- Bandura, A. (1989) *Perceived self-efficacy in the exercise of personal agency*. *The Psychologist: Bulletin of the British Psychological Society*, 2, pp. 411-424.
- Bandura, A. (1989) *Regulation of cognitive processes through perceived self-efficacy*. *Developmental Psychology*, 25, pp. 725-739.
- Bandura, A. (1989) *Self-regulation of motivation and action through internal standards and goal systems*. In L. A. Pervin (Ed.), *Goals concepts in personality and social psychology*. Hillsdale, NJ: Erlbaum, pp. 19-85.

- Bandura, A. (1989) *Social cognitive theory*. In E. Barnouw (Ed.), International encyclopedia of communications, Vol. 4. New York: Oxford University Press, pp. 92-96.
- Bandura, A. (1989) *Social cognitive theory*. In R. Vasta (Ed.), Annals of child development. Vol. 6. Six theories of child development. Greenwich, CT: JAI Press, pp. 1-60.
- Bandura, A. (1989) *Social cognitive theory of mass communication*. In J. Groebel & P. Winterhoff-Spurk (Eds.), Empirische Medienpsychologie. Munich, Germany: Psychologie Verlags Union, pp. 7-32.
- Bandura, A. (1990) *Multidimensional scales of perceived academic efficacy*. Stanford University, Stanford, CA.
- Bandura, A. (1990) *Perceived self-efficacy in the exercise of control over AIDS infection*. Evaluation & Program Planning, 13, pp. 9-17.
- Bandura, A. (1990) *Perceived self-efficacy in the exercise of personal agency*. Journal of Applied Sport Psychology, 2, pp. 128-163. [Reprint of Bandura, A. (1989) *Perceived self-efficacy in the exercise of personal agency*. The Psychologist: Bulletin of the British Psychological Society, 2, pp. 411-424.]
- Bandura, A. (1990) *Reflections on nonability determinants of competence*. In R. J. Sternberg & J. Kolligian, Jr. (Eds.), Competence considered. New Haven, CT: Yale University Press, pp. 315-362.
- Bandura, A. (1990) *Selective activation and disengagement of moral control*. Journal of Social Issues, 46, pp. 27-46.
- Bandura, A. (1990) *Some reflections on reflections*. Psychological Inquiry, 1, pp. 101-105.
- Bandura, A. (1991) *Human agency: The rhetoric and the reality*. American Psychologist, 46, pp. 157-162.
- Bandura, A. (1991) *Self-efficacy conception of anxiety*. In R. Schwarzer & R. A. Wicklund (Eds.), Anxiety and self-focused attention. New York: Harwood Academic Publishers, pp. 89-110.
- Bandura, A. (1991) *Self-efficacy mechanism in physiological activation and health-promoting behavior*. In J. Madden, IV (Ed.), Neurobiology of learning, emotion and affect. New York: Raven, pp. 229-270.
- Bandura, A. (1991) *Self-efficacy, impact of self-beliefs on adolescent life paths*. In R. M. Lerner, A. C. Peterson, & J. Brooks-Gunn (Eds.), Encyclopedia of adolescence, Vol. 2. New York: Garland, pp. 995-1000.

- Bandura, A. (1991) *Self-regulation of motivation through anticipatory and self-regulatory mechanisms*. In R. A. Dienstbier (Ed.), *Perspectives on motivation: Nebraska symposium on motivation*, Vol. 38. Lincoln: University of Nebraska Press, pp. 69-164.
- Bandura, A. (1991) *Social cognitive theory of moral thought and action*. In W. M. Kurtines & J. L. Gewirtz (Eds.), *Handbook of moral behavior and development*, Vol. 1. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum, pp. 45-103.
- Bandura, A. (1991) *Social cognitive theory of self-regulation*. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 50, pp. 248-287.
- Bandura, A. (1991) *The changing icons in personality psychology*. In J. H. Cantor (Ed.), *Psychology at Iowa: Centennial essays*. Hillsdale, NJ: Erlbaum, pp. 117-139.
- Bandura, A. (1992) *A social cognitive approach to the exercise of control over AIDS infection*. In R. DiClemente (Ed.), *Adolescents and AIDS: A generation in jeopardy*. Beverly Hills: Sage, pp. 89-116.
- Bandura, A. (1992) *Exercise of personal agency through the self-efficacy mechanism*. In R. Schwarzer (Ed.), *Self-efficacy: Thought control of action*. Washington, D.C.: Hemisphere, pp. 3-38.
- Bandura, A. (1992) *Observational learning*. In L. R. Squire (Ed.), *Encyclopedia of learning and memory*. New York: Macmillan.
- Bandura, A. (1992) *On rectifying the comparative anatomy of perceived control*. *Applied and Preventive Psychology: Current Scientific Perspectives*, 1, pp. 121-126.
- Bandura, A. (1992) *Psychological aspects of prognostic judgments*. In R. W. Evans, D. S. Baskin, & F. M. Yatsu (Eds.), *Prognosis of neurological disorders*. New York: Oxford University Press, pp. 13-28.
- Bandura, A. (1992) *Self-efficacy mechanism in psychobiologic functioning*. In R. Schwarzer (Ed.), *Self-efficacy: Thought control of action*. Washington, D.C.: Hemisphere, pp. 355-394.
- Bandura, A. (1992) *Social cognitive theory and social referencing*. In S. Feinman (Ed.), *Social referencing and the social construction of reality in infancy*. New York: Plenum Press, pp. 175-208.
- Bandura, A. (1992) *Social cognitive theory*. In R. Vasta (Ed.), *Six theories of child development: Revised formulations and current issues*. London: Jessica Kingsley Publishers, pp. 1-60.
- Bandura, A. (1993) *Perceived self-efficacy in cognitive development and functioning*. *Educational Psychologist*, 28, pp. 117-148.

- Bandura, A. (1994) *Regulative function of perceived self-efficacy*. In M. G. Rumsey, C. B. Walker, & J. H. Harris (Eds.), *Personal selection and classification*. Hillsdale, NJ: Erlbaum, pp. 261-271.
- Bandura, A. (1994) Self-efficacy. In R. J. Corsini (Ed.), *Encyclopedia of psychology*, 2nd ed., Vol. 3. New York: Wiley, pp. 368-369.
- Bandura, A. (1994) *Self-efficacy*. In V. S. Ramachaudran (Ed.), *Encyclopedia of human behavior*, Vol. 4. New York: Academic Press, pp. 71-81. (Reprinted in H. Friedman [Ed.], *Encyclopedia of mental health*. San Diego: Academic Press, 1998).
- Bandura, A. (1994) *Social cognitive theory and exercise of control over HIV infection*. In R. J. DiClemente & J. L. Peterson (Eds.), *Preventing AIDS: Theories and methods of behavioral interventions*. New York: Plenum, pp. 25-59.
- Bandura, A. (1994) *Social cognitive theory of mass communication*. In J. Bryant & D. Zillman (Eds.), *Media effects: Advances in theory and research*. Hillsdale, NJ: Erlbaum, pp. 61-90.
- Bandura, A. (1995) *Comments on the crusade against the causal efficacy of human thought*, *Journal of Behavior Therapy and Experimental Psychiatry*, 26, pp. 179-190.
- Bandura, A. (1995) *Exercise of personal and collective efficacy in changing societies*. In A. Bandura (Ed.), *Self-efficacy in changing societies*. New York: Cambridge University Press, pp. 1-45.
- Bandura, A. (1995) *Modeling*. In A. S. R. Manstead & M. Hewstone (Eds.), *Blackwell encyclopedia of social psychology*. Oxford: Blackwell, p. 409.
- Bandura, A. (1995) *On rectifying conceptual ecumenism*. In J. E. Maddux (Ed.), *Self-efficacy, adaptation, and adjustment: Theory, research and application*. New York: Plenum, pp. 347-375.
- Bandura, A. (1995) *Self-efficacy*. In A. S. R. Manstead & M. Hewstone (Eds.), *Blackwell encyclopedia of social psychology*. Oxford: Blackwell, pp. 453-454.
- Bandura, A. (Ed.). (1995) *Self-efficacy in changing societies*. New York: Cambridge University Press.
- Bandura, A. (1995) *Social learning*. In A. S. R. Manstead & M. Hewstone (Eds.), *Blackwell encyclopedia of social psychology*. Oxford: Blackwell, pp. 600-606.
- Bandura, A. (1996) *Failures in self-regulation: Energy depletion or selective disengagement?* *Psychological Inquiry*, 7, pp. 20-24.
- Bandura, A. (1996) *Ontological and epistemological terrains revisited*, *Journal of Behavior Therapy and Experimental Psychiatry*, 27, pp. 323-345.

- Bandura, A. (1996) *Reflections on human agency*. In J. Georgas & M. Manthouli (Eds.), *Contemporary psychology in Europe: Theory, research and applications*. Seattle, WA: Hogrefe & Huber, pp. 194-210.
- Bandura, A. (1996) *Regulation of cognitive processes through perceived self-efficacy*. In G. H. Jennings & D. Belanger (Eds.), *Passages beyond the gate: A Jungian approach to understanding the nature of American psychology at the dawn of the new millennium*. Needham Heights, MA: Simon & Schuster, pp. 96-107.
- Bandura, A. (1996) *Social cognitive theory of human development*. In T. Husen & T. N. Postlethwaite (Eds.), *International encyclopedia of education*, 2nd ed., Oxford: Pergamon Press, pp. 5513-5518.
- Bandura, A. (1997) *Personal efficacy in psychobiologic functioning*. In G. V. Caprara (Ed.), *Bandura: A leader in psychology*. Milan, Italy: Franco Angeli, pp. 43-66.
- Bandura, A. (1997) *Reflections on moral disengagement*. In G. V. Caprara (Ed.), *Bandura: A leader in psychology*. Milano, Italy: Franco Angeli, pp. 23-41.
- Bandura, A. (1997) *The anatomy of stages of change*. *American Journal of Health Promotion*, 12, pp. 8-10.
- Bandura, A. (1998) *Exercise of agency in accenting the positive*. Invited address delivered at the meeting of the American Psychological Association, San Francisco.
- Bandura, A. (1998) *Exploration of fortuitous determinants of life paths*, *Psychological Inquiry*, 9, pp. 95-99.
- Bandura, A. (1998) *Health promotion from the perspective of social cognitive theory*. *Psychology and Health*, 13, pp. 623-649.
- Bandura, A. (1998) *Personal and collective efficacy in human adaptation and change*. In J. G. Adair, D. Belanger, & K. L. Dion (Eds.), *Advances in psychological science: Vol. 1. Personal, social and cultural aspects*. Hove, UK: Psychology Press, pp. 51-71.
- Bandura, A. (1999) *Exercise of agency in personal and social change*. In E. Sanavio (Ed.), *Behavior and cognitive therapy today: Essays in honor of Hans J. Eysenck*. Oxford: Anonima Romana, pp. 1-29.
- Bandura, A. (1999) *Moral disengagement*. In I. W. Charny (Ed.), *Encyclopedia of genocide*. Santa Barbara, CA: ABC-Clío, pp. 415-418.
- Bandura, A. (1999) *Psychological aspects of prognostic judgments*. In R. W. Evans, D. S. Baskin, & F. M. Yatsu (Eds.), *Prognosis of neurological disorders*, 2nd ed.. New York: Oxford University Press.

- Bandura, A. (1999) *Self-efficacy: Toward a unifying theory of behavioral change*. In R. F. Baumeister (Ed.), *The self in social psychology. Key readings in social psychology*. Philadelphia: Psychology Press/Taylor & Francis, pp. 285-298.
- Bandura, A. (1999) *Social cognitive theory: An agentic perspective*. *Asian Journal of Social Psychology*, 2, pp. 21-41.
- Bandura, A. (1999) *A social cognitive theory of personality*. In L. Pervin & John, O. P. (Eds.), *Handbook of personality: Theory and research*, 2nd ed. New York: Guilford Publications, pp. 154-196.
- Bandura, A. (1999) *Social cognitive theory of personality*. In D. Cervone & Y. Shoda, (Eds.), *The coherence of personality: Social-cognitive bases of consistency, variability, and organization*. New York: Guilford Press, pp. 185-241.
- Bandura, A. (1999) *Social cognitive theory of personality*. In L. Pervin & John, O. P. (Eds.), *Handbook of personality: Theory and research*, 2nd ed. New York: Guilford Publications, pp. 154-196..
- Bandura, A. (1999) *A sociocognitive analysis of substance abuse: An agentic perspective*. *Psychological Science*, 10, pp. 214-217.
- Bandura, A. (2000) *Cultivate self-efficacy for personal and organizational effectiveness*. In E. A. Locke (Ed.), *Handbook of principles of organization behavior*. Oxford, UK: Blackwell, pp. 120-136.
- Bandura, A. (2000) *Exercise of human agency through collective efficacy*, *Current Directions in Psychological Science*, 9, pp. 75-78.
- Bandura, A. (2000) *Health promotion from the perspective of social cognitive theory*. In P. Norman, C. Abraham, & M. Conner (Eds.), *Understanding and changing health behaviour*. Reading, UK: Harwood, pp. 299-339.
- Bandura, A. (2000) *Modeling*. In E. W. Craighead & C. B. Nemeroff (Eds.), *Encyclopedia of psychology and neuroscience*, 3rd ed. New York: Wiley, pp. 967-968.
- Bandura, A. (2000) *Portrait of sociocognitive development from an agentic perspective*. In G. V. Caprara, & A. Fonzi (Eds.), *Adolescenza: L'Eta Sospesa*. Firenze: Giunti, pp. 27-58.
- Bandura, A. (2000) *Psychological aspects of prognostic judgments*. In R. W. Evans, D. S. Baskin, & F. M. Yatsu (Eds.), *Prognosis of neurological disorders*, 2nd ed. New York: Oxford University Press, pp. 11-27.
- Bandura, A. (2000) *Self-efficacy*. In A. E. Kazdin (Ed.), *Encyclopedia of psychology*. New York: Oxford University Press.

- Bandura, A. (2000) *Self-efficacy*. In E. W. Craighead & C. B. Nemeroff (Eds.), *Encyclopedia of psychology and neuroscience*, 3rd ed. New York: Wiley, pp. 1474-1476.
- Bandura, A. (2000) *Self-efficacy: The foundation of agency*. In W. J. Perrig & A. Grob (Eds.), *Control of human behaviour, mental processes and consciousness*. Mahwah, NJ: Erlbaum, pp. 17-33.
- Bandura, A. (2000) *Social cognitive theory*. In A. E. Kazdin (Ed.), *Encyclopedia of psychology*. New York: Oxford University Press.
- Bandura, A. (2001) *The changing face of psychology at the dawning of a globalization era*, *Canadian Psychology*, 42, pp.12-24.
- Bandura, A. (2001) *Guide for constructing self-efficacy scales (Revised)*. Available from Frank Pajares, Emory University, Atlanta, GA, 30322.
- Bandura, A. (2001) *Guide for constructing self-efficacy scales*. In G. V. Caprara (Ed.), *La valutazione dell'autoefficacia [The assessment of self-efficacy]* Trento, Italy: Erickson, pp. 15-37.
- Bandura, A. (2001) *Self-efficacy and health*. In N. J. Smelser & P. B. Baltes (Eds.), *International encyclopedia of the social and behavioral sciences*, Vol. 20. Oxford: Elsevier Science, pp. 13815-13820.
- Bandura, A. (2001) *Social cognitive theory and clinical psychology*. In N. J. Smelser & P. B. Baltes (Eds.), *International encyclopedia of the social and behavioral sciences*, Vol. 21. Oxford: Elsevier Science, pp. 14250-14254.
- Bandura, A. (2001) *Social cognitive theory of mass communication*. *Media Psychology*, 3, pp. 265-298.
- Bandura, A. (2001) *Swimming against the mainstream: The early years in chilly waters*. In W. T. O'Donohue, D. A. Henderson, S. C. Hayes, J. E. Fisher, & L. J. Hayes (Eds.), *History of the behavioral therapies: Founders' personal histories*. Reno, NV: Context Press, pp. 163-182.
- Bandura, A. (2002) *Environmental sustainability by sociocognitive deceleration of population growth*. In P. Schmuck & W. Schultz (Eds.), *The psychology of sustainable development*. Dordrecht, the Netherlands: Kluwer, pp. 209-238.
- Bandura, A. (2002) *Growing primacy of human agency in adaptation and change in the electronic era*. *European Psychologist*, 7, pp. 1-16.
- Bandura, A. (2002) *Reflexive empathy: On predicting more than has ever been observed*. *Behavioral and Brain Sciences*, 25, pp. 24-25.
- Bandura, A. (2002) *Selective moral disengagement in the exercise of moral agency*. *Journal of Moral Education*, 31, pp. 101-119.

- Bandura, A. (2002) *Self-efficacy assessment*. In R. Fernandez-Ballesteros (Ed.), Encyclopedia of psychological assessment. London: Sage Publications.
- Bandura, A. (2002) *Social cognitive theory in cultural context*. Applied Psychology: An International Review, 151, pp. 269-290.
- Bandura, A. (2002) *Social cognitive theory of mass communications*. In J. Bryant, & D. Zillman (Eds.). Media effects: Advances in theory and research, 2nd ed. Hillsdale, NJ: Erlbaum, pp. 121-153.
- Bandura, A. (2003) *Observational learning*. In J. H. Byrne (Ed.), Encyclopedia of learning and memory, 2nd ed. New York: Macmillan, pp. 482-484.
- Bandura, A. (2003) *On the psychosocial impact and mechanisms of spiritual modeling*. International Journal for the Psychology of Religion, 13, pp. 167-173.
- Bandura, A. (2004) *Come cambia l'educatione nell'era dell' informatica* (The changing face of education in the information era). Nuove Tendenze della Psicologia (New Directions in Psychology), 2, pp. 151-158.
- Bandura, A. (2004) *The growing primacy of perceived efficacy in human self-development, adaptation and change*. In M. Salanova, R. Grau, I.M. Martinez, E. Cifre, S. Llorens and M. García-Renedo (Eds.) Nuevos horizontes en la investigación sobre autoeficacia. Castellón: Colección Psyique, pp. 33-51.
- Bandura, A. (2004) *Health promotion by social cognitive means*. Health Education & Behavior, 31, pp. 143-164.
- Bandura, A. (2004) *J'y arriverai: le sentiment d'efficacite personnelle*. Sciences Humaines, 148 [April], pp. 42-45.
- Bandura, A. (2004) *Modeling*. In E. W. Craighead & C. B. Nemeroff (Eds.). The concise Corsini Encyclopedia of psychology and behavioral sciences. New York: Wiley, pp. 575-577.
- Bandura, A. (2004) *Selective exercise of moral agency*. In T. A. Thorkildsen & H. J. Walberg (Eds.), Nurturing morality. Boston: Kluwer Academic, pp. 35-57.
- Bandura, A. (2004) *Self-efficacy*. In E. W. Craighead & C. B. Nemeroff (Eds.). The concise Corsini Encyclopedia of psychology and behavioral sciences. New York: Wiley, pp. 859-862.
- Bandura, A. (2004) *Self-efficacy*. In N. B. Anderson (Ed.) Encyclopedia of health & behavior, Vol. 2. Thousand Oaks: Sage Publications, pp. 708-714.
- Bandura, A. (2004) *Social cognitive theory for personal and social change by enabling media*. In A. Singhal, M. J. Cody, E. M. Rogers, & M. Sabido (Eds.), Entertainment-education and social change: History, research, and practice. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, pp. 75-96.

- Bandura, A. (2004) *Social cognitive theory of posttraumatic recovery: The role of perceived self-efficacy*. Behaviour Research and Therapy, 42, pp. 1129-1148.
- Bandura, A. (2004) *Swimming against the mainstream: The early years from chilly tributary to transformative mainstream*. Behaviour Research and Therapy, 42, pp. 613-630.
- Bandura, A. (2005) *Growing centrality of self regulation in health promotion and disease prevention*. European Health Psychologist, Issue 1, pp. 11-12.
- Bandura, A. (2005) *Primacy of self-regulation in health promotion transformative mainstream*. Applied Psychology: An International Review, 54, pp. 245-254.
- Bandura, A. (2006). *Adolescent development from an agentic perspective*. In F. Pajares & T. Urdan (Eds.). Self-efficacy beliefs of adolescents, Vol. 5., Greenwich, CT: Information Age Publishing, pp. 1-43.
- Bandura, A. (2006) *Autobiography*. M. G. Lindzey & W. M. Runyan (Eds.) A history of psychology in autobiography (Vol. IX). Washington, D.C.: American Psychological Association.
- Bandura, A. (2006) *Going global with social cognitive theory: From prospect to paydirt*. In S. I. Donaldson, D. E. Berger, & K. Pezdek (Eds.). The rise of applied psychology: New frontiers and rewarding careers. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, pp. 53-70.
- Bandura, A. (2006) *Guide for constructing self-efficacy scales*. In F. Pajares & T. Urdan (Eds.). Self-efficacy beliefs of adolescents, Vol. 5., Greenwich, CT: Information Age Publishing, pp. 307-337.
- Bandura, A. (2006) *A murky portrait of human cruelty*. Behavioral and Brain Sciences, 29, pp. 225-226.
- Bandura, A. (2006) *Toward a psychology of human agency*. Perspectives on Psychological Science, 1, pp. 164-180.
- Bandura, A. (2006) *On integrating social cognitive and social diffusion theories*. In A Singhal & J. Dearing (Eds.). Communication of innovations: A journey with Ev Rogers. Beverley Hills; Sage Publications.
- Bandura, A. (2006) *Social cognitive theory*. In S. Rogelberg (Ed.). Encyclopedia of Industrial/Organizational Psychology. Beverly Hills: Sage Publications.
- Bandura, A. (2006) *Towards a psychology of human agency*. Perspectives on Psychological Science, 1.
- Bandura, A. (2006) *Training in terrorism through selective moral disengagement*. In J.F. Forest (Ed.). The making of a terrorist: recruitment, training and root causes, Vol. 2, Westport, CT: Praeger, pp. 34-50.

- Bandura, A. (2006) *William James' shaky sojourn at Stanford*. Observer. American Psychological Society.
- Bandura, A. (2007) *Impending ecological sustainability through selective moral disengagement*. Internal Journal of Innovation and Sustainable Development, xx, pp. 8-35.
- Bandura, A. (2007) *Much ado over faulty conception of perceived self-efficacy grounded in faulty experimentation*. Journal of Social and Clinical Psychology, 26(6), pp. 641-758.
- Bandura, A. (2007) *Reflections on an agentic theory of human agency*. Tidsskrift for Norsk Psykologforening, 10, pp. 995-1004
- Bandura, A. (2007) *Self-efficacy in health functioning*. In S. Ayers, et al. (Eds.). Cambridge handbook of psychology, health & medicine, 2nd ed., New York: Cambridge University Press.
- Bandura, A. (2008) *Reconstrual of "Free Will" from the Agentic Perspective of Social Cognitive Theory*. In J. Baer, J. C. Kaufman & R. F. Baumeister (Eds.), *Are we free?: Psychology and free will*. Oxford, UK: Oxford University Press, pp. 86-127.
- Bandura, A. (2008) *Toward an agentic theory of the self*. In H. Marsh, R. G. Craven, & D. M. McInerney (Eds.), *Advances in Self Research, Vol. 3: Self-processes, learning, and enabling human potential*. Charlotte, NC: Information Age Publishing, pp. 15-49.
- Bandura, A. (in press). *Agency*. In D. Carr (Ed.). *Encyclopedia of life course and human development*. New York: Macmillan.
- Bandura, A. (in press). *An agentic perspective on positive psychology*. In S. J Lopez (Ed.). *The science of human flourishing*. New York: Praeger.
- Bandura, A. (in press). *Moral disengagement in state executions*. In B. L. Cutler (Ed.). *Encyclopedia of Psychology and Law*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Bandura, A. (in press). *Observational learning*. In W. Donsbach, (Ed.) *International encyclopedia of communication*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Bandura, A. (in press). *Self-efficacy*. In S. Clegg & J. Bailey (Eds.), *International encyclopedia of organization studies*. Beverley Hills, CA: Sage Publications.
- Bandura, A. (in press). *Self-efficacy*. In D. Matsumoto (Ed.) *Cambridge dictionary of psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bandura, A. (in press). *Self-reinforcement*. In D. Matsumoto (Ed.) *Cambridge dictionary of psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Bandura, A. (in press). *Social and policy impact of social cognitive theory*. In M. Mark, S. Donaldson & B. Campell (Eds.) *Social psychology and program/policy evaluation*. New York; Guilford.
- Bandura, A. (in press). *Social cognitive theory*. *International encyclopedia of communication*. Oxford: Blackwell Publications.
- Bandura, A. (in press). *Social cognitive theory*. In S. Rogelberg (Ed.). *Encyclopedia of Industrial/Organizational Psychology*. Beverly Hills: Sage Publications.
- Bandura, A. (in press). *Social cognitive theory*. In W. Donsbach, (Ed.) *International encyclopedia of communication*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Bandura, A. (in press). *Social cognitive theory and media effects*. In J. R. Schement (Ed.), *Encyclopedia of communication and information*. New York: Macmillan.
- Bandura, A. (in press). *Social cognitive theory of mass communications*. In J. Bryant & M.B. Oliver (Eds.). *Media Effects: Advances in theory and research*, 3rd ed.
- Bandura, A. (in press). *Vicarious learning*. In D. Matsumoto (Ed.) *Cambridge dictionary of psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bandura, A., & Adams, N. E. (1977) *Analysis of self-efficacy theory of behavioral change*. *Cognitive Therapy and Research*, 1, pp. 287-308.
- Bandura, A., Adams, N. E., & Beyer, J. (1977) *Cognitive processes mediating behavioral change*. *Journal of Personality and Social Psychology*, 35, pp. 125-139.
- Bandura, A., Adams, N. E., Hardy, A. B., & Howells, G. N. (1980) *Tests of the generality of self-efficacy theory*. *Cognitive Therapy and Research*, 4, pp. 39-66.
- Bandura, A., & Barab, P. G. (1971) *Conditions governing nonreinforced imitation*. *Developmental Psychology*, 5, pp. 244-255.
- Bandura, A., & Barab, P. G. (1973) *Processes governing disinhibitory effects through symbolic modeling*. *Journal of Abnormal Psychology*, 82, pp. 1-9.
- Bandura, A., Barbaranelli, C., Caprara, G. V., & Pastorelli, C. (1996) *Multifaceted impact of self-efficacy beliefs on academic functioning*. *Child Development*, 67, pp. 1206-1222.
- Bandura, A., Barbaranelli, C., Caprara, G. V., & Pastorelli, C. (2001) *Self-efficacy beliefs as shapers of children's aspirations and career trajectories*. *Child Development*, 72, pp. 187-206.
- Bandura, A., & Benton, A. L. (1953) *"Primary" and "secondary" suggestibility*. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 43, pp. 336-340.

- Bandura, A., Blanchard, E. B., & Ritter, B. (1969) *Relative efficacy of desensitization and modeling approaches for inducing behavioral, affective, and attitudinal changes*. Journal of Personality and Social Psychology, 13, pp. 173-199.
- Bandura, A., & Bussey, K. (2004) *On broadening the cognitive, motivational, and sociostructural scope of theorizing about gender development and functioning: Comment on Martin, Ruble, and Szkrybalo (2002)*. Psychological Bulletin, 130, pp. 690-701.
- Bandura, A., Caprara, G. V., Barbaranelli, C., Gerbino, M., & Pastorelli, C. (2003) *Role of affective self-regulatory efficacy in diverse spheres of psychosocial functioning*. Child Development, 74, pp. 769-782.
- Bandura, A., Caprara, G. V., Barbaranelli, C., Pastorelli, C., & Regalia, C. (2001) *Sociocognitive self-regulatory mechanisms governing transgressive behavior*. Journal of Personality and Social Psychology, 80, pp. 125-135.
- Bandura, A., Caprara, G. V., & Zsolnai, L. (2002) *Corporate transgressions*. In L. Zsolnai (Ed.), Ethics in the economy: Handbook of business ethics. Oxford: Peter Lang Publishers, pp. 151-164.
- Bandura, A., & Cervone, D. (1983) *Self-evaluative and self-efficacy mechanisms governing the motivational effects of goal systems*. Journal of Personality and Social Psychology, 45, pp. 1017-1028.
- Bandura, A., & Cervone, D. (1986) *Differential engagement of self-reactive influences in cognitive motivation*. Organizational Behavior and Human Decision Processes, 38, pp. 92-113.
- Bandura, A., & Cervone, D. (2000) *Self-evaluative and self-efficacy mechanisms of governing the motivational effects of goal systems*. In T. E. Higgins & A. W. Kruglanski (Eds.), Motivational science: Social and personality perspectives. Key readings in social psychology. Philadelphia: Psychology Press, pp. 202-214.
- Bandura, A., Cioffi, D., Taylor, C. B., & Brouillard, M. E. (1988) *Perceived self-efficacy in coping with cognitive stressors and opioid activation*. Journal of Personality and Social Psychology, 55, pp. 479-488.
- Bandura, A., Grusec, J. E., & Menlove, F. L. (1967) *Some social determinants of self-monitoring reinforcement systems*. Journal of Personality and Social Psychology, 5, pp. 449-455.
- Bandura, A., Grusec, J. E., & Menlove, F. L. (1967) *Vicarious extinction of avoidance behavior*. Journal of Personality and Social Psychology, 5, pp. 16-23.
- Bandura, A., & Harris, M. B. (1966) *Modification of syntactic style*. Journal of Experimental Child Psychology, 4, pp. 341-352.

- Bandura, A., & Huston, A. C. (1961) *Identification as a process of incidental learning*. Journal of Abnormal and Social Psychology, 63, pp. 311-318.
- Bandura, A., & Jeffery, R. W. (1973) *Role of symbolic coding and rehearsal processes in observational learning*. Journal of Personality and Social Psychology, 26, 122-130.
- Bandura, A., Jeffery, R. W., & Bachicha, D. L. (1974) *Analysis of memory codes and cumulative rehearsal in observational learning*. Journal of Research in Personality, 7, pp. 295-305.
- Bandura, A., Jeffery, R. W., & Gajdos, E. (1975) *Generalizing change through participant modeling with self-directed mastery*. Behaviour Research and Therapy, 13, pp. 141-152.
- Bandura, A., Jeffery, R. W., & Wright, C. L. (1974) *Efficacy of participant modeling as a function of response induction aids*. Journal of Abnormal Psychology, 83, pp. 56-64.
- Bandura, A., & Jourden, F. J. (1991) *Self-regulatory mechanisms governing the impact of social comparison on complex decision making*. Journal of Personality and Social Psychology, 60, pp. 941-951.
- Bandura, A., Lipsher, D. H., & Miller, P. E. (1960) *Psychotherapists' approach-avoidance reactions to patients' expression of hostility*. Journal of Consulting Psychology, 24, pp. 1-8.
- Bandura, A., & Locke, E. (2003) *Negative self-efficacy and goal effects revisited*. Journal of Applied Psychology, 88, pp. 87-99.
- Bandura, A., & Mahoney, M. J. (1974) *Maintenance and transfer of self-reinforcement functions*. Behaviour Research and Therapy, 12, pp. 89-97.
- Bandura, A., Mahoney, M. J., & Dirks, S. J. (1976) *Discriminative activation and maintenance of contingent self-reinforcement*. Behaviour Research and Therapy, 14, pp. 1-6.
- Bandura, A., Mahoney, M. J., Dirks, S. J., & Wright, C. L. (1974) *Relative preference for external and self-controlled reinforcement in monkeys*. Behaviour Research and Therapy, 12, pp. 157-163.
- Bandura, A., & McDonald, F. J. (1963) *The influence of social reinforcement and the behavior of models in shaping children's moral judgments*. Journal of Abnormal and Social Psychology, 67, pp. 274-281.
- Bandura, A., & McDonald, F. J. (1994) *Influence of social reinforcement and the behavior of models in shaping children's moral judgments*. In B. Puka (Ed.), Defining perspectives in moral development. Moral development: A compendium, Vol. 1. New York: Garland Publishing, Inc, pp. 136-143.

- Bandura, A., & Menlove, F. L. (1968) *Factors determining vicarious extinction of avoidance behavior through symbolic modeling*. Journal of Personality and Social Psychology, 8, pp. 99-108.
- Bandura, A., O'Leary, A., Taylor, C. B., Gauthier, J., & Gossard, D. (1987) *Perceived self-efficacy and pain control: Opioid and nonopioid mechanisms*. Journal of Personality and Social Psychology, 53, pp. 563-571.
- Bandura, A., Pastorelli, C., Barbaranelli, C., & Caprara, G. V. (1999) *Self-efficacy pathways to childhood depression*. Journal of Personality and social Psychology, 76, pp. 258-269.
- Bandura, A., & Ribes-Inesta, E. (Eds.) (1976) *Analysis of delinquency and aggression*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Bandura, A., Reese, L., & Adams, N. E. (1982) *Microanalysis of action and fear arousal as a function of differential levels of perceived self-efficacy*. Journal of Personality and Social Psychology, 43, pp. 5-21.
- Bandura, A., & Rosenthal, T. L. (1966) *Vicarious classical conditioning as a function of arousal level*. Journal of Personality and Social Psychology, 3, pp. 54-62.
- Bandura, A., Ross, D., & Ross, S. A. (1961) *Transmission of aggression through imitation of aggressive models*. Journal of Abnormal and Social Psychology, 63, pp. 575-582.
- Bandura, A., Ross, D., & Ross, S. A. (1963) *A comparative test of the status envy, social power, and secondary reinforcement theories of identificatory learning*. Journal of Abnormal and Social Psychology, 67, pp. 527-534.
- Bandura, A., Ross, D., & Ross, S. A. (1963) *Imitation of film-mediated aggressive models*. Journal of Abnormal and Social Psychology, 66, pp. 3-11.
- Bandura, A., Ross, D., & Ross, S. A. (1963) *Vicarious reinforcement and imitative learning*. Journal of Abnormal and Social Psychology, 67, pp. 601-607.
- Bandura, A., & Schunk, D. H. (1981) *Cultivating competence, self-efficacy and intrinsic interest through proximal self-motivation*. Journal of Personality and Social Psychology, 41, pp. 586-598.
- Bandura, A., & Simon, K. M. (1977) *The role of proximal intentions in self-regulation of refractory behavior*. Cognitive Therapy and Research, 1, pp. 177-193.
- Bandura, A., Taylor, C. B., Williams, S. L., Mefford, I. N., & Barchas, J. D. (1985) *Catecholamine secretion as a function of perceived coping self-efficacy*. Journal of Consulting and Clinical Psychology, 53, pp. 406-414.

- Bandura, A., Underwood, B., & Fromson, M. E. (1975) *Disinhibition of aggression through diffusion of responsibility and dehumanization of victims*, Journal of Research in Personality, 9, pp. 253-269.
- Bandura, A., & Walters, R. H. (1958) *Dependency conflicts in aggressive delinquents*. Journal of Social Issues, 14, pp. 52-65.
- Bandura, A., & Walters, R. H. (1959) *Adolescent aggression*. New York: Ronald Press.
- Bandura, A., & Walters, R. H. (1963) *Aggression*. In Child psychology: The sixty-second yearbook of the national society for the study of education, Part I. Chicago: The National Society for the Study of Education.
- Bandura, A., & Walters, R. H. (1963) *Social learning and personality development*. New York: Holt, Rinehart & Winston.
- Bandura, A., & Winder, C. L., Ahmad, F. Z., & Rau, L. C. (1962) *Dependency of patients, psychotherapists' responses, and aspects of psychotherapy*. Journal of Consulting Psychology, 26, pp. 129-134.
- Bandura, A., & Wood, R. E. (1989) *Effect of perceived controllability and performance standards on self-regulation of complex decision-making*. Journal of Personality and Social Psychology, 56, pp. 805-814.
- Benight, C. C., & Bandura, A. (2004) *Social cognitive theory of posttraumatic recovery: The role of perceived self-efficacy*. Behaviour Research and Therapy, 42, pp. 1129-1148.
- Bussey, K., & Bandura, A. (1984) *Influence of gender constancy and social power on sex-linked modeling*. Journal of Personality and Social Psychology, 47, pp. 1292-1302.
- Bussey, K., & Bandura, A. (1992) *Self-regulatory mechanisms governing gender development*. Child Development, 63, pp. 1236-1250.
- Bussey, K., & Bandura, A. (1999) *Social cognitive theory of gender development and differentiation*, Psychological Review, 106, pp. 676-713.
- Bussey, K., & Bandura, A. (2004) *Social cognitive theory of gender development and functioning*. In A.H. Eagly, A. Beall, & R. Sternberg (Eds.). The psychology of gender, 2nd ed., New York: Guilford, pp.92-119.
- Caprara, G. V., Barbaranelli, C., Caprara, M., Gerbino, M., Pastorelli C., Regalia, C., & Bandura, A. (1998) *Social cognitive determinants of psychological and social development: Beliefs of personal efficacy*. Adolescenza, 9, pp. 182-207.
- Caprara, G. V., Barbaranelli, C., Pastorelli, C., Bandura, A., & Zimbardo, P. G. (2000) *Prosocial foundations of children's academic achievement*. Psychological Science, 11, pp. 302-306.

- Caprara, G. V., Camillo, R., & Bandura, A., (2002) *Longitudinal impact of perceived self-regulatory efficacy on violent conduct*. American Psychological Association, 7, pp. 63-69.
- Caprara, G. V., Fida, A., Vecchionem, M., Del Bove, G., Vecchio, G. M., Barbaranelli, C., & Bandura, A. (in press) *Longitudinal analysis of the role of perceived efficacy for self-regulated learning in Academic continuance and achievement*. Educational Research Journal.
- Caprara, G. V., Pastorelli C., & Bandura, A. (1995) La misura del disimpegno morale in et` evolutiva. *Et Evolutiva*, pp. 18-29.
- Caprara, G.V., Regalia, C., & Bandura, A. (2002) *Longitudinal impact of perceived self-regulatory efficacy on violent conduct*. European Psychologist, 7, pp. 63-69.
- Caprara, G. V., Regalia, C., Scabini, E., & Bandura, A. (2005) *Impact of adolescents' filial self-efficacy on quality of family functioning and satisfaction*. Journal of Research on Adolescence, 15, pp. 71-97.
- Caprara, G. V., Regalia, C., Scabini, E., Barbaranelli, C., & Bandura, A. (2004) *Assessment of filial, parental, marital, and collective family efficacy beliefs*. European Journal of Psychological Assessment, 20, pp. 247-261.
- Caprara, G. V., Scabini, E., Barbaranelli, C., Pastorelli, C., & Bandura, A. (2000) *Autoefficacia percepita emotiva e interpersonale e buon funzionamento sociale*. Giornale Italiano di Psicologia, 26, pp. 769-789.
- Caprara, G. V., Scabini, E., Barbaranelli, C., Pastorelli, C., Regalia, C., & Bandura, A. (1998) *Impact of adolescents' perceived self-regulatory efficacy on familial communication and antisocial conduct*. European Psychologist, 3, pp. 125-132.
- Caprara, G. V., Scabini, E., Barbaranelli, C., Pastorelli, C., Regalia, C., & Bandura, A. (1999) *Perceived emotional and interpersonal self-efficacy and good social functioning*. Giornale Italiano di Psicologia, 26, pp. 769-789.
- Carroll, W. R., & Bandura, A. (1982) *The role of visual monitoring in observational learning of action patterns: Making the unobservable observable*. Journal of Motor Behavior, 14, pp. 153-167.
- Carroll, W. R., & Bandura, A. (1985) *Role of timing of visual monitoring and motor rehearsal in observational learning of action patterns*. Journal of Motor Behavior, 17, pp. 269-281.
- Carroll, W. R., & Bandura, A. (1987) *Cognitive determinants of observational learning: A casual analysis*. Bulletin of the Psychonomic Society, 25, p. 352.
- Carroll, W. R., & Bandura, A. (1987) *Translating cognition into action: The role of visual guidance in observational learning*. Journal of Motor Behavior, 19, pp. 385-398.

- Carroll, W. R., & Bandura, A. (1988) *Effect of factors and motor rehearsal on observational learning*. Bulletin of the Psychonomic Society, 26, p. 492.
- Carroll, W. R., & Bandura, A. (1990) *Representational guidance of action production in observational learning: A causal analysis*. Journal of Motor Behavior, 2, pp. 85-97.
- Clark, M., Ghandour, G., Miller, N. H., Taylor, C. B., Bandura, A., DeBusk, R. F. (1997) *Development and evaluation of a computer-based system for dietary management of hyperlipidemia*. Journal of the American Dietary Association, 97, pp. 146-150.
- Debowski, S., Wood, R., & Bandura, A. (2001) *Impact of guided exploration and enactive exploration on self-regulatory mechanisms and information acquisition through electronic search*. Journal of Applied Psychology, 86, pp. 1129-1141.
- DeBusk, R. F., Miller, N. H., Parker, K. M., Bandura, A., Kraemer, H. C., Cher, D. J., et al. (2004) *Care management for low-risk patients with heart failure: A randomized, controlled trial*. Annals of Internal Medicine, 141, pp. 606-613.
- DeBusk, R. F., Miller, N. H., Superko, H. R., Dennis, C. A., Thomas, R. J., Lew, H. T., Berger III, W. E., Heller, R. S., Rompf, J., Gee, D., Kraemer, H. C., Bandura, A., Ghandour, G., Clark, M., Shah, R. V., Fisher, L., & Taylor, C. B. (1994) *A case-management system for coronary risk factor modification after acute myocardial infarction*. Annals of Internal Medicine, 120, pp. 721-729.
- Epel, E. S., Bandura, A., & Zimbardo, P. G. (1999) *Escaping homelessness: The influences of self-efficacy and time perspective on coping with homelessness*. Journal of Applied Social Psychology, 29, pp. 575-596.
- Fernández-Ballesteros, R., Díez-Nicolás, J., Caprara, G. V., Barbaranelli, C., & Bandura, A. (2002) *Determinants and structural relation of personal efficacy to collective efficacy*. Applied Psychology: An International Review, 51, pp. 107-125.
- Jourden, F. J., Bandura, A., & Banfield, J. T. (1991) *The impact of conceptions of ability on self-regulatory factors and motor skill acquisition*. Journal of Sport and Exercise Psychology, 8, pp. 213-226.
- Lorig, K. R., Ritter, P., Stewart, A. L., Sobel, D. S., Brown, Jr., B. W., Bandura, A., Gonzales, V. M., Laurent, D. D., & Holman, H. R. (2001) *Chronic disease self-management programs: 2-year health status and health care utilization outcomes*. Medical Care, 39, pp. 1217-1223.
- Lorig, K. R., Sobel, D. S., Stewart, A. L., Brown, Jr. B. W., Bandura, A., Ritter, P., Gonzalez, V. M., Laurent, D. D., & Holman, H. R. (1999) *Evidence suggesting that a chronic disease self-management program can improve health status while reducing hospitalization: A randomized trial*. Medical Care, 37, pp. 5-14.

- Mahoney, M. J., & Bandura, A. (1972) *Self-reinforcement in pigeons*. Learning and Motivation, 3, pp. 93-303.
- Mahoney, M. J., Bandura, A., Dirks, S. J., & Wright, C. L. (1974) *Relative preference for external and self-controlled reinforcement in monkeys*. Behaviour Research and Therapy, 12, pp. 157-163.
- McAlister, A. J., Bandura, A., & Owen, S. V. (2006) *Mechanisms of moral disengagement in support of military force: The impact of September 11*. Journal of Social and Clinical Psychology.
- Osofsky, M. J., Bandura, A., & Zimbardo, P. G. (2005) *The role of moral disengagement in the execution process*. Law and Human Behavior, 29, pp. 371-393.
- Ozer, E. M., & Bandura, A. (1990) *Mechanisms governing empowerment effects: A self-efficacy analysis*. Journal of Personality and Social Psychology, 58, pp. 472-486.
- Pastorelli, C., Caprara, G. V., & Bandura, A. (1998) *The measurement of self-efficacy in school-age children: A preliminary contribution*. [Italian]. Eta evolutiva, 61, pp. 28-40.
- Pastorelli, C., Caprara, G. V., Barbaranelli, C., Rola, J., Rozsa, S., & Bandura, A. (2001) *Structure of children's perceived self-efficacy: A crossnational study*. European Journal of Psychological Assessment, 17, pp. 87-97.
- Rosenthal, T. L., & Bandura, A. (1978) *Psychological modeling: Theory and practice*. In S. L. Garfield & A. E. Bergin (Eds.), Handbook of psychotherapy and behavior change: An empirical analysis, 2nd ed. New York: Wiley, pp. 621-658.
- Rudd, P., Miller, N. H., Kaufman, J., Kraemer, H. C., Bandura, A., Greenwald, G., et al. (2004) *Nurse management for hypertension: A systems approach*. American Journal of Hypertension, 17, pp. 921-927.
- Steffen, A. M., McKibbin, C., Zeiss, A. M., Gallagher-Thompson, D., & Bandura, A. (2002) *The Revised Scale for Caregiving Self-Efficacy: Reliability and validity studies*. Journal of Gerontology: Psychological Sciences, 57B, pp. 82-86.
- Taylor, C. B., Bandura, A., Ewart, C. K., Miller, N. H., & DeBusk, R. F. (1985) *Exercise testing to enhance wives' confidence in their husbands' cardiac capabilities soon after clinically uncomplicated acute myocardial infarction*. American Journal of Cardiology, 55, pp. 635-638.
- Telch, M. J., Bandura, A., et al. (1982) *Social demand for consistency and congruence between self-efficacy and performance*, Behavior Therapy, 13, pp. 694-701.

- Wiedenfeld, S. A., O'Leary, A., Bandura, A., Brown, S., Levine, S., & Raska, K. (1990) *Impact of perceived self-efficacy in coping with stressors on components of the immune system*. Journal of Personality and Social Psychology, 59, pp. 1082-1094.
- Wood, R. E., & Bandura, A. (1989) *Impact of conceptions of ability on self-regulatory mechanisms and complex decision making*. Journal of Personality and Social Psychology, 56, pp. 407-415.
- Wood, R. E., & Bandura, A. (1989) *Social cognitive theory of organizational management*. Academy of Management Review, 14, pp. 361-384.
- Wood, R. E., Bandura, A., & Bailey, T. (1990) *Mechanisms governing organizational performance in complex decision-making environments*. Organizational Behavior and Human Decision Processes, 46, pp. 181-201.
- Zimmerman, B. J., & Bandura, A. (1994) *Impact of self-regulatory influences on writing course attainment*. American Educational Research Journal, 31, pp. 845-862.
- Zimmerman, B. J., Bandura, A., & Martinez-Pons, M. (1992) *Self-motivation for academic attainment: The role of self-efficacy beliefs and personal goal-setting*. American Educational Research Journal, 29, pp. 663-676.

5.6 Teoria Geral de Sistemas

A Teoria Geral de Sistemas - TGS é um campo de estudos multidisciplinar cuja abordagem conceitual ganhou notoriedade a partir da segunda metade do século XX. O termo sistema, segundo von Bertalanffy (1975), refere-se a um conjunto de elementos que guardam interrelacionamentos entre si e com o ambiente. Como expôs Jurish (1998), essa abordagem tem tido ampla e diversa aplicação entre pesquisadores e teóricos, em importante variedade de áreas do conhecimento: Psicologia, Biologia, Comunicação, Administração, Economia, Medicina, Tecnologia de Defesa, e Sexualidade.

A TGS tem suas origens em diversas disciplinas, como as de Ciências Naturais, as Ciências Sociais, Matemática e Teconologia. Muito de suas pressuposições essenciais foram igualmente expressas e conceitualizadas há milhares de anos por filósofos como Aristóteles (“o todo é maior do que a soma das partes”). Por conta disso, alguns teóricos da Teoria Geral de Sistemas, como Constantine (1986), von Bertalanffy (1968), e Whitchurch & Constantine (1993) propõem que as qualidades multidisciplinares da TGS são um denominador comum e forma unificadora das ciências.

Broderick (1993) afirma que a TGS foca no interrelacionamento e interações entre os múltiplos níveis ou unidades sistêmicas. Jacob & Tennenbaum (1988) sugerem que:

A menor unidade de análise adequada não é o comportamento individual, mas a interação sequencial envolvendo um padrão de mudança que ocorre entre indivíduos – em suma, a unidade de importância é o sistema de membros em relacionamento mútuo de interdependência, e não o comportamento individual em contexto isolado.

Segundo Ruben (1972), os limites de um sistema, com a definição do que lhe é interno ou externo, dada a amplitude e flexibilidade conceitual, depende fortemente do propósito e perspectiva em uso. Assim, prossegue o autor, existe uma hierarquia entre sistemas sobrepostos. Exemplificativamente, se se entender o corpo humano como um sistema (uso da Teoria Geral de Sistemas em Biologia, ou Medicina), pode-se dizer que ele é composto a partir de vários subsistemas: circulatório, digestivo, endócrino, reprodutivo, neurológico, etc. Esses componentes estão integrados e interligados de tal sorte que as funções conjuntas transcendem as funções de cada uma das partes dos subsistemas citados. Cada um desses subsistemas poderia, contudo, ser analisado como se fosse ele próprio um sistema. Poder-se-ia, por exemplo, entender que o corpo humano é um suprasistema, o sistema circulatório um sistema, e o coração, veias e artérias seus subsistemas.

Esquemáticamente, podem-se listar alguns dos principais conceitos associados à TGS, como dispostos na tabela abaixo:

Conceitos	Teóricos	Definições
<i>Sistemas</i>	Galvin & Brommel (1996)	um conjunto de componentes interrelacionados, de tal sorte que se forme um todo.
	von Bertalanffy (1975)	um conjunto de elementos que se interrelacionam entre si, bem como com o meio que os cerca.
	Constantine (1986)	um conjunto interrelacionado de elementos que apresentam um comportamento unitário coerente.
	Hall & Fagan (1975)	é um conjunto de objetos e relacionamentos associados entre os objetos e seus atributos.
<i>Interdependência</i>	Galvin & Brommel (1996) Hanson (1995) Littlejohn (1989)	dado que os conjuntos do sistema estão interrelacionados, o comportamento de cada componente afeta o de todos os demais.
<i>Subsistemas e Suprasistemas</i>	Becvar & Becvar (1996) Constantine (1986) Hall & Fagan (1975) Klein & White (1996) Ruben (1972) Yerby et al. (1990)	sistemas estão interligados. Tipicamente, as menores unidades constituintes são denominadas de subsistemas ou componentes, enquanto as maiores unidades são denominadas de suprasistemas, ou ambiente.
<i>Fronteiras</i>	Constantine (1986)	fronteiras definem o que é parte de um sistema, e o que dele está excluído.
	Becvar & Becvar (1996) Fisher (1982) Klein & White (1996) Broderick & Smith (1979)	fronteiras caracterizam-se a partir do grau com que permitem o fluxo de energia e informação entre o sistema e o ambiente. Em sistemas abertos, não há nenhum impedimento de fluxo. Em sistemas fechados, não há fluxo algum.
<i>Inputs & Outputs</i>	Whitchurch & Constantine (1993) Yerby et al. (1990)	Energia e informação trazidas ao sistema do ambiente são chamadas de <i>inputs</i> ; e aquelas que são exportadas do sistema ao ambiente são chamadas de <i>outputs</i> .

Tabela 7 – Principais conceitos associados à Teoria Geral de Sistemas, preparado pelo autor.

Conceitos	Teóricos	Definições
<i>Regras de Transformação</i>	Becvar & Becvar (1996) Klein & White (1996) Yerby et al. (1990)	Trata-se do processo por meio do qual os <i>inputs</i> são transformados pelo sistema em <i>outputs</i> .
<i>Feedback</i>	Broderick (1990) Constantine (1986) Hanson (1995) Littlejohn (1989) Ruben (1972) Whitchurch & Constantine (1993)	refere-se ao processo circular no qual os <i>inputs</i> são transformados pelo sistema em <i>outputs</i> , e o <i>output</i> retorna ao sistema como <i>input</i> . <i>Feedback</i> negativo serve para auto-conter, preservar, ou mesmo redirecionar o sistema a seus objetivos iniciais. Já o <i>feedback</i> positivo reforça um determinado processo e fluxo, consolidando a transformação do sistema.
<i>Equifinalidade</i>	Hanson (1995) Fisher (1982) Littlejohn (1989) von Bertalanffy (1975)	sistemas com condições iniciais distintas podem evoluir ao mesmo ponto, de formas igualmente distintas.
<i>Isomorfismo</i>	Whitchurch & Constantine (1993) Frosh (1988) McConkey (1992)	trata-se de uma equivalência de forma; ou seja, pode-se dizer que dois sistemas são isomórficos a partir do momento em que os elementos e relacionamentos de um podem ser analisados a partir de uma correlação perfeita com os elementos e relacionamentos do outro.

Tabela 7 – Principais conceitos associados à Teoria Geral de Sistemas, preparado pelo autor (Continuação).

Alguns teóricos como Broderick (1990), Bochner & Eisenberg (1987), Hanson (1995), Klein & White (1996), Fischer (1982), Laszlo (1975), e Whitchurch & Constantine (1993) apontam, ainda, as seguintes pressuposições básicas à TGS:

a. Sistemas são holísticos

Um sistema deve ser entendido como um todo, não podendo ser compreendido, exclusivamente, pela análise individual das partes, sem se considerar as influências recíprocas e transformadoras entre elas. Portanto, a relação entre as partes acaba ganhando mais relevância e interesse, sob a ótica da TGS, para explicar relações de causalidade do sistema específico.

b. Sistemas são organizados hierarquicamente

Existem sistemas compreendidos dentro de outros sistemas. Assim, por exemplo, indivíduos que são membros de uma determinada família podem ser entendidos como componentes de um determinado sistema familiar. Famílias podem ser entendidas como componentes de um sistema associado a uma localidade, a uma vizinhança. Vizinhos podem ser entendidos como componentes de uma dada comunidade religiosa, ou de substrato socioeconômico, e assim sucessivamente. A cada nível de agregação, os sistemas emergem a partir de interações entre seus componentes, sendo que o todo é maior do que a soma das partes.

c. Sistemas vivos são abertos, não-determinados e ativos

A abertura de um sistema refere-se ao nível em que ele troca energia e informação com o seu ambiente. Sistemas abertos perpetuam-se a partir de trocas e intercâmbios com o ambiente (pessoas inalando oxigênio e expirando gás carbônico, por exemplo). Todos os sistemas vivos são abertos até um determinado nível, podendo ser fechados, exclusivamente, os sistemas mortos.

d. Sistemas humanos são auto-reflexivos

De acordo com a Teoria de Sistemas, os seres humanos estão aptos a ponderar e escolher sobre seu comportamento e interações. Assim, os seres humanos não sabem, apenas; eles sabem aquilo que sabem. Portanto, os seres humanos conseguem, conscientemente, escolher objetivos e metas que os guiam em processos sistêmicos.

e. A realidade é construída

O positivismo lógico, com seus princípios filosóficos que tão fortemente influenciam as ciências ocidentais a partir do século XIX, está baseado na pressuposição da existência do mundo, independentemente de que disso saibam seus habitantes. Dada essa independência, as observações do mundo não podem ser influenciadas por ideias pré-concebidas. Com uma abordagem radicalmente contrária, os teóricos de Sistemas afirmam que o conhecimento do mundo não pode ser nunca inteiramente objetivo e disassociado, dado que aquilo que se percebe a partir da observação está sob o efeito de determinado filtro. Assim, de acordo com a abordagem sistêmica, a observação do mundo nunca pode ser desconectada do observador, sendo que a realidade é construída, e não descoberta.

Portanto, pode-se afirmar que a TGS não é vista ou apresentada como um mapa da realidade, mas um instrumento heurístico para a organização e entendimento do mundo.

Trata-se exatamente da proposta desse trabalho. Ter um modelo, um instrumento que permita a análise, interpretação e melhor entendimento de determinados fatos, a partir de uma realidade construída a partir de filtros do observador. A robustez e validade do trabalho dependerão da descrição e autocrítica sobre os referidos filtros.

6. GRANDES OCORRÊNCIAS DO SÉCULO XX

6.1 Armênios

6.1.1 Breve História

Por três mil anos, existiu uma pujante comunidade armênia dentro da grande região do Médio Oriente, bordeada pelos mares Negro, Mediterrâneo e Cáspio. A região, conhecida como Ásia Menor, localiza-se na confluência de três continentes: Europa, Ásia e África. Grandes impérios prosperaram e sucumbiram ao longo dos vários séculos da história, sendo que os armênios foram dominados progressivamente por persas, gregos, romanos, bizantinos, árabes, e mongóis.

A despeito das constantes e sucessivas invasões e ocupações, o orgulho da cultura e identidade armênia foram preservados ao longo da história. O recoberto de neve Monte Ararat tornou-se seu ponto de referência e por volta do ano 600 a.C., a Armênia tornou-se uma nação de fato.

Entre 301 e 304 de nossa era, a Armênia converteu-se, oficialmente, ao Cristianismo. Tornou-se, assim, o primeiro reino cristão da história. Como descreve Ternon (1996a):

Nesse início do século IV, não se tratava de algo irrelevante a um povo tomar a importante decisão, enquanto nação, de seguir um ideal absolutamente oposto ao do resto do mundo. Ademais, essa decisão, uma vez tomada, inevitavelmente, traria implicações em suas sucessivas interações com as demais nações civilizadas.

Segundo Mouradian (1995), no final do século IV, sob o domínio do rei Vramchapouh, os católicos incumbem o sábio Machtots – também conhecido como Mesrop – de compor um alfabeto especial com trinta e seis letras, em que cada uma delas corresponderia a um som específico da língua armênia. Objetivava-se a substituição do grego e do cirílico na prática litúrgica, bem como o iraniano e o aramaico na dia a dia da administração. A tradução da Bíblia e de obras da cultura universal, bem como a produção de uma literatura e uma historiografia nacionais, em seu próprio alfabeto, garantiriam a identidade e a preservação da memória, e da cultura armênia.

Seguiu-se uma era de paz e prosperidade, com o desenvolvimento de literatura, artes, e comércio, bem como um estilo único de arquitetura. Por volta do século X, os armênios estabeleceram a nova capital em Ani, carinhosamente conhecida como cidade das quarenta portas, e das mil e uma igrejas.

No século XI, ocorreu a primeira invasão turca da Armênia. Turcos seldjoukidas, convertidos ao Islamismo no século X, deixam a região do mar do Aral e invadem a região da Anatólia. Em 1048 eles invadem o antigo reino de Vaspourakan. Em 1064, Ani está destruída, sua população massacrada e escravizada. A Armênia era apenas um conjunto de ruínas.

Sucederam-se, então, vários séculos de poder e influência turco-otomana. Por volta do século XVI, a Armênia havia sido incorporada ao vasto e poderoso Império Otomano. Em seu apogeu, esse império compreendia grande parte do sudeste europeu, norte da África, e quase todo o Oriente Médio.

Muçulmanos e Turcos – os Otomanos – segundo Mantran (1989) herdaram as estruturas desenvolvidas pelos seldjokidas da Ásia Menor, bem como pelos Emirados que os sucederam. Assim,

O Sultão, que pertence à dinastia de Osman, é a essência do Estado. Chefe político e religioso, o Califa exerce sua autoridade em todos os domínios, administrando o Estado com a ajuda de um Grand Vizir, que é o representante absoluto do Sultão, que lhe delega a totalidade dos poderes imperiais. O Conselho Imperial – Diwan – agrupa os principais dignitários formados pelo Conselho de Ministros, o Conselho de Estado, bem como a Alta Corte de Justiça. Dez Vizirs assistem o Grand Vizir: dois Defterdar controlam as finanças; dois Kadi Asker cuidam do exército nas províncias; um Nichanji é o chefe da Chancelaria Imperial; o Agha e os Beylerbeys governam as províncias.

Como uma teocracia islâmica, o Estado Otomano estabelecia uma rígida separação entre muçulmanos e não-muçulmanos, discriminando-os por sanções legais e de atribuições de impostos.

Como assinala TERNON (1996b):

Enraizado nas mentalidades, consagrado pelo uso, esse status de desigualdade varia de acordo com tempo e local, mas foi o obstáculo à modernização do Império, e tornou-se o pretexto à ingerência das forças europeias. É sob essa ótica que se deve procurar a causa da primeira “Questão Armênia”.

Houve, igualmente, ao longo do período de ocupação otomana, uma forte divisão social, de origem religiosa, mas com desdobramentos administrativos e legais. Assim, um princípio importante à definição do status político de qualquer grupo não-muçulmano convivendo com, e sob o controle do Império Otomano, é a natureza do país onde ele vive. As leis islâmicas dividiam as nações em termos gerais, em dois grandes grupos: (i) islâmicos; e (ii) não-islâmicos. Os não-islâmicos, por sua vez, subdividiam-se entre os (a) povos em guerra com os muçulmanos; e os (b) povos em “paz e reconciliação” com os muçulmanos.

Como descreve Akçam (2006), de acordo com as leis civis islâmicas, muçulmanos em uma nação islâmica gozam de todos os direitos e obrigações da “cidadania”, enquanto os direitos dos *Dhimmi*s (não-muçulmanos vivendo sob o Império Otomano) são limitados à proteção contra violência e depredação. A presença dos *Dhimmi*s não era contestada, desde que aceitassem a autoridade, soberania, e superioridade dos muçulmanos, e da ordem islâmica.

Acrescenta o autor:

De acordo com os entendimentos alcançados entre os Dhimmi e o Estado Islâmico, suas vidas e propriedades eram invioláveis, e sua liberdade de religião e prática de culto asseguradas. Em troca, os Dhimmi eram obrigados a demonstrar subserviência e lealdade à ordem muçulmana, e pagar um imposto conhecido como “Jizya”. O relacionamento não era entre iguais, mas de tolerância e convívio.

Portanto, sob limites claramente definidos, era permitido a essas comunidades organizarem suas próprias vidas sociais e religiosas, aplicando-lhes suas próprias leis nas questões relativas a casamentos e heranças, recaindo, assim, sob o direito civil. Já sob a ótica do direito penal, a orientação islâmica sobrepunha-se, absoluta.

Como bem descreve Sandjian (1965):

No Império Otomano, a divisão social em unidades religiosas, mais do que nacionais ou étnicas, foi institucionalizada. Cada indivíduo crente do império era necessariamente membro de uma comunidade religiosa. Se ele a deixava, perdia todos os direitos civis e se tornava um fora-da-lei. Cada comunidade era constituída como uma entidade distinta, designada como “Millet”. Cada Millet estava autorizado a manter suas próprias leis, reforçando-os sob a jurisdição patriarcal. Como chefe de seu Millet, o patriarca era nomeado pelo Sultão, e era o responsável perante o mesmo pela boa conduta de sua comunidade, sobre a qual ele exercia poderes quase absolutos, temporais e espirituais.

Não obstante sua autonomia, os Dhimmis não eram considerados iguais aos muçulmanos, e suas desigualdades eram manifestadas em uma série de limitações legais e políticas. Por exemplo, era vedado aos homens Dhimmis casarem-se com mulheres muçulmanas. Testemunhos de Dhimmis contra muçulmanos não eram aceitos nas cortes de justiça. No Direito Penal, um muçulmano que matasse um Dhimmi dificilmente seria executado. Ademais, os Dhimmis eram, muitas vezes, alvos de práticas de humilhação. Era-lhes proibida a prática de cultos religiosos que pudessem, porventura, trazer distúrbio ao descanso e tranquilidade dos muçulmanos. O badalar de sinos de igreja, ou ainda, a construção de igrejas ou sinagogas era terminantemente proibido. Dhimmis não podiam andar a cavalo, ou ainda portar armas. Mesmo as vestimentas (tecidos e cores) eram restritas e definidas de forma a segregá-los dos muçulmanos. Armênios, por exemplo, deviam usar calçados e lenços de cabeça vermelhos. As casas de Dhimmis deviam ser construções mais baixas do que as dos muçulmanos, a fim de bem caracterizar sua inferioridade.

Em suma, o modelo de pluralidade islâmica baseava-se na humilhação e tolerância. Esperava-se que os não-muçulmanos aceitassem seu status inferior; agir contrariamente a essa instituição era visto como um desrespeito ao acordo de paz e convívio entre os povos.

Além das leis internas ao próprio Império, um segundo conjunto importante de instituições que determinavam o status dos povos não-muçulmanos na sociedade otomana era dado pelo conjunto de acordos estabelecidos entre o Império e as forças estrangeiras, conhecidos como Capitulações e Tratados. Após a conquista de Constantinopla em 1453, esses acordos – uma série de privilégios legais e comerciais – estabeleciam que os povos por eles protegidos não poderiam ser julgados em cortes otomanas, não responderiam, tributariamente, às leis otomanas, suas residências não poderiam ser invadidas por autoridades otomanas, bem como lhes seria assegurado um significativo conjunto de vantagens comerciais.

Por meio desses acordos, as forças europeias, com bastante frequência, interferiam nos assuntos internos do Estado Otomano. Os cônsules dessas nações estrangeiras podiam, portanto, negociar vantagens e privilégios políticos, legais, econômicos e comerciais com aqueles que, por meio deles, conseguissem acessar uma dada “cidadania” ou nacionalidade.

Por volta do ano 1800, o poderoso império Otomano entrava em sério declínio. Muito embora seu exército tenha, por vários séculos até então, sido praticamente invencível, ele começava a perder uma série de batalhas para as modernas nações europeias emergentes, que abraçavam inovações tecnológicas e iniciavam um rápido e consistente processo de industrialização.

A partir da desintegração gradual do Império, alguns povos que o constituíam foram progressivamente readquirindo sua independência: gregos, sérvios, e romenos. Essa independência, por sua vez, trouxe importantes privilégios a cristãos otomanos, que pavimentaram o caminho para a independência das comunidades não-muçulmanas. Minorias cristãs, inflamadas pelo espírito de progresso e liberdade que soprava na Europa de então, começaram a insurgir-se contra a opressão política e econômica. Clamava-se por igualdade, seguida de autonomia e, eventualmente, a separação territorial e independência.

Como aponta Astourian (1990), intensificou-se, então,

O processo de polarização entre etnias e religiões, agravado pelo descolamento entre as condições vigentes no Império Turco-Otomano, com suas estruturas políticas e econômicas medievais, sobretudo de exploração aos camponeses armênios da Anatólia.

O renascimento Armênio do século XVIII deve muito ao padre Mekhitar. Perseguido pelos turcos, o padre Mekhitar refugia-se em Veneza, na Ilha de São Lázaro, onde funda o monastério armênio dos Mekhitaristas. Os dois centros Mekhitaristas de Veneza e Viena serão, como escreveu Pasdermajian (1964):

Como o reservatório cultural do povo armênio, que saía de um longo e improdutivo período de letargia que as situações exteriores lhes haviam imposto, construindo uma ponte entre as igrejas Armênia e Católica, bem como desenvolveu as duas principais fontes difusoras do renascimento armênio: a prensa e a escola.

A partir do século XIX, a elite intelectual acredita ter chegado o momento de se restaurar a nação Armênia que fora reduzida a uma simples comunidade religiosa, e fazer com que essa se faça representar além das fronteiras do Império Turco-Otomano, entre as grandes forças europeias de então. Alguns fatos precipitaram o recrudescimento da consciência do nacionalismo armênio: (i) a formação de uma Armênia russa, com a criação de Millets católicos e protestantes; (ii) o status de Dhimmi e o sistema de Millets que segregavam e, portanto, pelo isolamento, preservavam uma vida comunitária, reforçando princípios e valores nacionalistas.

Por volta de 1890, jovens armênios, em sua grande maioria filhos de *Amira*, são enviados à Veneza, e depois à Paris, com vistas a completarem seus estudos. Testemunhos das revoluções de 1830 e de 1848, eles tomaram contato com conceitos como povo, pátria e democracia. É justamente em Paris que dois deles, Nicals Balian e Nahabed Rousinian traçam as grandes linhas da Constituição de 1863. Em um período em que o movimento literário armênio desabrocha, trazendo uma nova linguagem e um discurso romântico próprio do surgimento do patriotismo, quando nasce a imprensa armênia, e a educação alcança maiores proporções da população, o retorno desses jovens à Armênia tem efeito bombástico. Sucederam-se, então, grandes pressões por reformas políticas, demandas de um governo constitucional com direito a voto, assim como a eliminação de práticas tributárias discriminatórias, em função da opção religiosa cristã.

O despótico Sultão Abdul Hamid respondeu-lhes com truculência e execuções. Entre 1894 e 1896 mais de 100.000 habitantes de vilarejos armênios foram massacrados por missões especiais do Sultão. Seu objetivo, segundo Haslip (1960), era:

Ao invés de promover uma política que buscasse o reforço e união do Império, a partir da integração de todas as raças e etnias nele existentes, o Sultão promovia o enfraquecimento de todo e qualquer movimento nacionalista não-turco, colocando-lhes uns contra os outros.

Contudo, os dias do Sultão estavam contados. Em julho de 1908, nacionalistas turcos com visão reformista, conhecidos como os “Jovens Turcos”, forçaram o Sultão a instituir um governo constitucional, bem como garantir os direitos básicos. Os “Jovens Turcos” eram ambiciosos jovens oficiais do exército turco que, tendo tido exposição internacional com as grandes forças europeias da época, voltaram ao Império com a ideia de modernizá-lo, e conter o iminente declínio em que se encontrava.

Assim, enquanto tiveram um inimigo comum – o Sultão Abdul Hamid - Jovens Turcos e armênios uniram-se e comungaram dos mesmos princípios de liberdade, igualdade e justiça. A fragilidade da união turco-armênia, contudo, aflorou a partir da intervenção das potências europeias em favor dos armênios, que buscavam reformas nas províncias.

Muitos historiadores e líderes políticos turcos, como Karal (1984) entendem que a origem da Questão Armênia está no desequilíbrio instaurado pelos Artigos 23 e 61 do Tratado de Berlim de 1878, em que as potências europeias estariam autorizadas a responsabilizar os turcos por seu tratamento às minorias macedônias e armênias, respectivamente, posto que os referidos artigos promulgavam um importante conjunto de reformas nas províncias por essas minorias ocupadas. Portanto, como aponta Dadrian (2007), o Tratado de Berlim emerge como o instrumento legal de intervenção humanitária, por meio do qual as seis grandes potências signatárias podiam atuar nessas regiões, representando, então, um possível desrespeito à soberania turco-otomana.

Nesse período, o Nacionalismo Turco começou a se desenvolver. A Guerra dos Bálcãs, a perda de territórios (Grécia, Sérvia, Romênia, Bulgária, Bósnia, Herzegovina, Egito e Trípoli), e a humilhação geraram importantes efeitos ao recém-criado Partido pela União e Progresso (CUP). Akçam (2006) transcreve a seguinte passagem em um congresso do Partido, em 1913:

Apenas para que lutemos por um fim...concessões econômicas e exceções que impeçam a formação e desenvolvimento de uma política econômica nacionalista desenvolvimentista, envolvendo estrangeiros, o Partido pela União e Progresso (CUP) considera, como o mais sagrado dos objetivos, o uso de meios para que se elimine total e completamente, todas as Capitulações e Tratados.

Assim, surgia grande oposição às reformas propostas e implementadas por Tanzimat, que expressavam o desejo de implementar princípios de igualdade, elevando a população de não-muçulmanos (Dhimmis) à condição de cidadãos.

Os nacionalistas começaram, então, a conceber a implementação de um Programa de Nacionalização, que deveria ter um importante e determinante viés econômico. Ziya Gökalp estudou as questões e problemas de premência nacional, criando as bases ideológicas, políticas e econômicas necessárias à criação de um Estado Turco.

Entre outras ações, há evidências de que Gokalp amejou estudos sobre as minorias do Império, incluindo armênios. Isso fazia parte de planos mais amplos de acumular um detalhado conhecimento sobre a formação étnico-religiosa da Anatólia. Um Departamento Especial, o Escritório para Acomodação de Tribos e Imigrantes, estabelecido no Ministério do Interior em 1913, lidava, principalmente, com as questões de dispersão populacional e assentamento. Esse departamento chegou, inclusive, a convidar especialistas alemães para contribuírem com relatórios sobre etnia e população, conforme evidencia Dundar (2001). Esses estudos geraram a base conceitual e operacional para a decisão das deportações dos armênios que se sucederam.

Várias organizações nacionalistas turcas foram criadas, à época. Tendo por objetivo não apenas amalgamar e desenvolver o sentimento de união, força, coesão e superioridade turcas, historicamente definida por seus ancestrais, essas organizações levavam ao acúmulo de grandes fortunas, pelos mais variados e excusos meios, como corrupção e chantagem. Ainda que ilegais, essas práticas tinham a simpatia dos dirigentes, como chegou a várias vezes publicamente defender o então Ministro de Finanças Mehmet Cavit Bey, pois entendia-se que a formação de uma classe dominante turco-muçulmana seria um fim absolutamente justificável.

Assim, as efêmeras esperanças de paz e respeito entre turcos e armênios foram rapidamente eliminadas, quando três dos “Jovens Turcos” tomaram pleno controle do governo, por meio de um golpe de estado, em 1913. O triunvirato constituído por Mehmed Talaat, Ismail Enver e Ahmed Djemal veio para conceder poderes ditatoriais e guiá-los à materialização de seus próprios planos e aspirações para a Turquia. Eles pretendiam unir todos os povos turcos e, ao mesmo tempo, expandir as fronteiras da Turquia ao leste, através do Cáucaso, até a Ásia Central. Isso criaria um novo Império Turco, “uma terra grande e eterna”, chamada Turan, com uma única língua e religião.

Havia, contudo, um grande problema. A terra natal dos armênios situava-se exatamente no caminho dos planos expansionistas a leste. Ademais, nessas terras havia uma grande população de cristãos armênios, totalizando dois milhões de pessoas, perfazendo perto de dez por cento de toda a população turca, à época.

Concomitante ao recém surgido Turanismo dos “Jovens Turcos”, ocorreu um importante crescimento do Fundamentalismo Islâmico, agitando toda a Turquia. Os cristãos armênios foram rapidamente rotulados como infiéis. Demonstrações antiarmênios foram conduzidas por jovens extremistas islâmicos, algumas com características violentas. Durante uma dessas manifestações em 1909, duzentas pequenas vilas foram atingidas, levando a pouco mais de 30.000 pessoas massacradas no distrito de Cilícia, na costa Mediterrânea. Em toda a Turquia, diversos ataques esporádicos a armênios continuaram ao longo de vários anos.

Havia, igualmente, importantes diferenças culturais entre armênios e turcos. Os armênios sempre estiveram entre as comunidades mais bem educadas no velho império turco. Armênios eram os profissionais da sociedade, os homens de negócios, os advogados, médicos e qualificados artesãos. Além de serem mais abertos a inovações científicas, políticas, bem como ideias sociais do Oeste (Europa e América). Filhos de armênios abastados iam a Paris, Gênova, ou mesmo América, a fim de completar seus estudos.

Em contraste, a maior parte da população turca era composta de camponeses analfabetos, ou pequenos lojistas. Os líderes do Império Otomano depositavam, tradicionalmente, muito pouco valor à educação, sendo que não havia um único instituto de educação superior em todo seu Antigo Império. Os vários despóticos e autocráticos governantes ao longo da história do Império valorizaram lealdade e obediência cega, acima de tudo. Seus cidadãos sem educação nunca ouviram qualquer menção à Democracia ou Liberalismo, não tendo, portanto, qualquer inclinação ou pleito a reformas políticas. Isso não era o caso entre os armênios, mais bem educados, que buscavam reformas políticas e sociais que melhorariam suas vidas, bem como de outras minorias turcas.

Os “Jovens Turcos” decidiram glorificar as virtudes da simples vida campesina dos turcos, às expensas dos armênios, com vistas a conquistar a lealdade dos camponeses. Eles exploraram as diferenças religiosas, culturais, econômicas e políticas entre turcos e armênios, de tal sorte que o turco médio passasse a ver armênios como absolutos estranhos ao povo turco.

O uso da força na requisição e apropriação de bens e propriedades de cristãos foi uma das mais importantes características da política econômica implementada em 1914. Com o início da Grande Guerra, o governo estabeleceu comitês econômicos a fim de evitar a especulação e enriquecimento ilícito. Na prática, visou-se a eliminação da concorrência, impedindo comerciantes não-muçulmanos de trabalhar.

Desde o início da Grande Guerra, líderes do regime de “Jovens Turcos” aliaram-se aos Poderes Centrais (Alemanha e Áustria-Hungria). Tratava-se, na percepção dos governantes turcos, de período de rara oportunidade para resolver a “Questão Armênia” de uma vez por todas. As atenções mundiais voltaram-se aos campos de batalha na França e Bélgica, onde os jovens soldados estavam morrendo às centenas de milhares. A frente leste finalmente incluiu a fronteira da Turquia e da Rússia. Com a guerra em curso, situações de exceção envolvendo a população civil não pareceriam despropositadas.

Como um prelúdio à ação por vir, os turcos desarmaram toda a população armênia, sob o pretexto de que se tratava de um povo naturalmente simpático ao cristianismo russo. Cada rifle ou pistola foi compulsoriamente confiscado, com severas penas àqueles que não entregassem as armas. Alguns armênios chegaram, inclusive, a comprar armas de mercadores turcos ou curdos (muçulmanos de tribos nômades) somente para ter o que entregar ao confisco.

À época, aproximadamente 40.000 armênios serviam ao exército turco. No outono e inverno de 1914, todas as suas armas foram confiscadas e os mesmos foram escravizados, construindo estradas, ou utilizados como animais de carga. Diante de condições de trabalho tão brutais, as taxas de mortalidade eram muito altas. Aqueles que sobrevivessem seriam executados a bala, já que as atenções se voltavam contra os armênios.

A crescente luta por igualdade e independência, bem como a conjuntura de claro desmantelamento do Império Turco-Otomano fazia com que as demandas armênias por reformas soassem como o golpe de misericórdia ao Império Otomano.

A decisão de aniquilar a população inteira veio diretamente do triunvirato, dos ultranacionalistas “Jovens Turcos”. As ordens de execução sumária vieram codificadas por meio de telegramas aos governadores de províncias ao longo de toda a Turquia. Perseguições armadas iniciaram-se na noite de 24 de abril de 1915, quando 300 líderes armênios, entre educadores, escritores, clérigos e dignitários em Constantinopla (atualmente Istambul) foram removidos de suas casas, presos por um curto período de tempo, torturados, e enforcados, ou executados a bala.

Depois, houve prisões em massa de homens armênios ao longo de todo o território, por soldados turcos, agentes de polícia, ou mesmo voluntários turcos. Os homens eram amarrados com cordas, em pequenos grupos, e levados à periferia de suas cidades, onde eram executados a bala, ou ainda assassinados com baionetas. Habitantes turcos ou curdos locais frequentemente se juntavam à matança, com facas e paus.

Nem mesmo as mulheres, crianças e velhos armênios foram poupados. Com pouco tempo de preparação, era-lhes exigido que embalassem seus poucos pertences e se aprantassem a deixar suas casas, sob o pretexto de que seriam removidos a uma zona desmilitarizada, para sua própria segurança. Eles estavam na realidade sendo levados a caminhadas de morte, seguindo ao sul, em direção do deserto sírio.

A maior parte das casas e vilas deixadas para trás pelos perseguidos armênios foram rapidamente ocupadas por turcos muçulmanos, que assumiram instantaneamente a posse de tudo. Em vários casos, crianças armênias foram deportadas separadamente de seus pais. Essas crianças eram coagidas a deixar o Cristianismo e tornarem-se muçulmanas, sendo-lhes, então, dado novo nome turco. Para os meninos armênios, a conversão significava, ainda, a compulsoriedade à circuncisão, conforme a tradição islâmica.

Caravanas individuais, compostas por milhares de armênios, eram acompanhadas por guardas turcos. Esses guardas permitiam que bandos de criminosos profissionais, conhecidos como “Organização Especial”, atacassem o povo indefeso, matando todos aqueles que desejassem. Eles encorajavam, ainda, bandidos curdos a assaltar e roubar as caravanas, levando tudo que lhes aprouvessem. Complementarmente, um impressionante número de abusos sexuais e estupro de meninas e jovens mulheres ocorreu pelas mãos da “Organização Especial” e bandidos curdos. Grande parte das jovens armênias atraentes fora sequestrada, sendo transformadas em escravas sexuais.

As caminhadas de morte, envolvendo mais de um milhão de armênios, foram conduzidas por centenas de milhas, e perduraram por vários meses. Rotas indiretas, através das montanhas ou áreas de muito difícil acesso eram deliberadamente escolhidas de tal sorte a prolongar o sofrimento e manter esses contingentes longe das aldeias turcas, e do interesse e exposição à comunidade internacional.

As provisões alimentares carregadas pelos prisioneiros acabavam-se rapidamente, e o reabastecimento de alimentos e água era-lhes frequentemente negado. Qualquer um que parasse para descansar, ou ainda ficasse para trás do grupo, era impiedosamente espancado até que a ele novamente se juntasse. Se eles não conseguissem, eram sumariamente executados. Uma prática comum era exigir que todos os prisioneiros de uma caravana se despissem, caminhando nus sob o sol escaldante até que caíssem mortos às margens das estradas, ou por exaustão, ou por desidratação.

Aproximadamente 75% dos armênios que foram submetidos às marchas morreram, sobretudo velhos e crianças. Aqueles que sobreviveram, foram abandonados à sua própria sorte, no deserto, sem uma única gota d'água. Outros foram mortos, tendo sido atirados de penhascos, queimados vivos, ou ainda afogados em rios.

As áreas rurais da Turquia estiveram repletas de corpos em decomposição. A tal ponto que Mehmed Talaat endereçou o problema enviando uma mensagem codificada a todos os líderes de províncias, como descrito por Kerimian (1982):

Eu fui comunicado de que em certas áreas ainda existem corpos por enterrar. Eu lhes peço que sigam instruções precisas para que os corpos e seus dejetos, em vossas áreas, sejam devidamente enterrados.

Todavia, suas instruções foram, de forma geral, ao menos a esse respeito, ignoradas. Aqueles envolvidos com as mortes em massa mostravam pouco interesse em parar e cavar covas. Os corpos à beira das estradas, bem como as legiões de extraditados eram chocantes visões aos estrangeiros que trabalhavam na Turquia. Testemunhas oculares incluíam funcionários do governo alemão, missionários americanos, bem como diplomatas americanos residentes no país.

Como relatado por Atkinson (1916):

Foi especialmente difícil, aos missionários, presenciar a deportação dos armênios. Eles sabiam que os armênios, entre os quais eles viveram tantos anos, estavam sendo enviados, quase que certamente, à morte. Enquanto caminhava em Mezre, encontrei um grupo de várias centenas de pessoas. Guardas empurravam um grande agrupamento de mulheres, crianças, e alguns velhos homens armênios pelas ruas. Quando me viram, imploraram por ajuda, pedindo que levasse suas crianças, ou salvasse suas filhas. Era horrível de ver. Uma moça, uma graduada de nossa faculdade, que ali continuou como professora, aproximou-se de mim e, pegando minha mão, disse-me em inglês – por que você não me salva?

Os missionários cristãos eram, frequentemente, eles mesmos assassinados, nada podendo fazer para ajudar os prisioneiros. Diplomatas dos ainda neutros Estados Unidos comunicavam as atrocidades com indignação. O embaixador americano na Turquia, Henry Morgenthau, reportou oficialmente a Washington que as deportações eram, na realidade, a sentença de morte a toda uma raça.

Hovannisian (1992) afirma que:

O governo Otomano estava muito preocupado que os missionários americanos testemunhassem seus ataques contra os armênios. Os evangélicos americanos constituíam uma grande ameaça à propaganda ideológica dos Jovens Turcos de obliterar a verdade. Em algumas áreas, oficiais turcos acusaram Protestantes Yankees, juntamente com armênios, de conspiração e traição. Alguns missionários americanos foram perseguidos e mortos, sem que os turcos assumissem oficialmente, contudo, tais atos.

As Forças Aliadas (Inglaterra, França e Rússia) responderam às notícias de massacres com ameaças de que levariam a julgamento todos os membros do governo Otomano, bem como todos os seus agentes implicados, responsabilizando-os pessoalmente pelos crimes cometidos.

O aviso não surtiu efeito. Os jornais ocidentais – incluindo o *New York Times* – publicaram artigos sobre as constantes deportações com as seguintes manchetes: “Armênios são enviados à penúria no deserto” – “Turcos são acusados de plano de extermínio de toda uma população (18 de agosto de 1915)” – “Um milhão de armênios é morto no exílio” – “Política de Extermínio (15 de dezembro de 1915)”, conforme apresentado por Dadrian (2007).

Alívio temporário foi concedido a alguns armênios quando as tropas russas atacaram o fronte leste, conseguindo então invadir a Turquia Central. No entanto, as tropas russas retiraram-se em 1917, em função da Revolução Russa. Sobreviventes armênios acompanharam as tropas russas, passando a viver em províncias de armênios já instalados em áreas do antigo Império Russo. Havia por volta de 500.000 armênios vivendo nessa região.

Em maio de 1918, exércitos turcos atacaram a região com vistas a expandir a Turquia a leste do Cáucaso, bem como completar a aniquilação dos armênios. Estima-se que algo em torno de 100.000 armênios tenham sido assassinados em tal empreitada.

Os armênios conseguiram adquirir armas e lutaram contra os turcos, finalmente os expulsando na batalha de Sadarabad, preservando, assim, a população remanescente do completo extermínio, sem qualquer ajuda do mundo externo.

Durante sessão parlamentar na Casa dos Comuns, em 18 de novembro de 1918, Aneurin Williams declarou:

Esse país tem uma dívida com a Armênia porque, afinal de contas, há mais de quarenta anos atrás, nós impedimos que a Armênia fosse liberada da tirania turca pelos russos. Se não tivéssemos feito isso, é provável que os terríveis sofrimentos que lhes foram imputados pudessem ter sido evitados. Nós, então, carregamos essa terrível dívida. Temos uma dívida ainda maior, porque eles combateram valentemente ao nosso lado, na Grande Guerra.

A partir da vitória de Sadarabad, líderes armênios declararam o estabelecimento independente da República da Armênia.

A Primeira Grande Guerra encerrou-se em novembro de 1918, com a derrota da Alemanha e das Forças Centrais, incluindo a Turquia. Pouco antes da Guerra acabar, o triunvirato formado pelos “Jovens Turcos” - Talaat, Enver e Djemal - renunciou abruptamente de seus postos governamentais, fugindo para a Alemanha, onde lhes fora oferecido asilo.

Nos meses que se seguiram, foram feitas várias solicitações do novo governo turco moderado, bem como dos aliados, para que os alemães enviassem os “Jovens Turcos” de volta à Turquia para que fossem julgados. Todas essas solicitações foram compulsoriamente negadas. Como resultado, ativistas armênios chamaram a questão às próprias mãos, localizando e assassinando os “Jovens Turcos”, bem como dois outros promotores dos assassinatos em massa.

Akçam (2006) cita relatório do então Chefe do Escritório do Alto Comissariado, Harry H. Lamb, reportando as dificuldades das forças aliadas em operacionalizar os julgamentos e punições ao crime contra a humanidade que havia sido cometido. Listam-se os seguintes argumentos:

- A impossibilidade de se obter, do Governo Central ou das Províncias, qualquer documento que contivesse ordens ou instruções expressas sobre o tópico;
- A hesitação dos governos aliados em levar a julgamento os suspeitos e acusados pelos massacres;
- Indiferença dos oficiais aliados à questão dos julgamentos e responsabilização dos culpados;
- Insegurança da população em testemunhar contra os acusados, dada a inexistência de garantias e proteção;
- Rumores de que politicamente já haveria uma acomodação aos julgados e condenados, para que fossem exilados em Malta.

Nesse meio tempo, representantes da recém criada República Armênia participaram da Conferência de Paz de Paris, na esperança de que as Forças Aliadas vitoriosas lhes devolvessem as terras sequestradas pelos turcos. As Forças Aliadas responderam a tal pleito solicitando aos Estados Unidos que assumissem a guarda da nova república. No entanto, a tentativa do presidente Woodrow Wilson de transformar a Armênia em protetorado oficial americano foi rejeitado pelo Congresso Americano, em maio de 1920.

Woodrow Wilson não desistiu da Armênia, contudo. Como resultado de seus esforços, o Tratado de Sèvres foi assinado em 10 de agosto de 1920, pelas Forças Aliadas, a República da Armênia, e novos líderes turcos moderados. O Tratado reconheceu a independência do Estado armênio, assegurando-lhe área geográfica bastante semelhante àquela que originalmente lhe pertencia.

O nacionalismo turco, no entanto, voltou ao poder, mais uma vez. Os líderes turcos moderados que assinaram o Tratado de Sèvres foram depostos em favor de um novo líder nacionalista, Mustafá Kemal, que simplesmente se recusou a aceitar o Tratado, chegando mesmo a reocupar as terras assinaladas, expulsando qualquer armênio sobrevivente, incluindo milhares de órfãos.

Muito embora o armistício que pôs fim à Grande Guerra, assim como o Tratado de Sèvres e Versailles dessem legitimidade e poderes às forças internacionais para atuarem militarmente no caso de distúrbio, ou ameaça à segurança e paz internacional, nenhuma força aliada veio socorrer a República Armênia, que entrou em colapso. Apenas uma pequeníssima porção oriental da histórica área armênia sobreviveu, tornando-se uma das Repúblicas Soviéticas.

Após os assassinatos em massa promovidos contra os armênios, os turcos demoliram qualquer herança cultural, incluindo obras de arte da antiga arquitetura, velhas bibliotecas, e arquivos. Os turcos chegaram mesmo a completamente destruir cidades inteiras, como Kharpert, Van e a antiga Capital Ani, com vistas a remover qualquer traço dos três mil anos de civilização.

O descaso das grandes potências mundiais ao extermínio dos armênios foi muito bem pontuado pelo então jovem político alemão Adolf Hitler. Depois de conquistar plenos poderes na Alemanha, Hitler decidiu conquistar a Polônia em 1939, dizendo a seus generais:

Então, por ora, mandei ao oriente apenas minhas Unidades de Morte, com ordens para que matem, sem piedade, todos os homens, mulheres e crianças de língua ou raça polonesa. Apenas dessa forma conseguiremos conquistar o espaço vital de que necessitamos. Quem ainda fala, nos dias de hoje, dos armênios?

6.1.2 Bibliografia Complementar

- A.R.F. Youth Organization of Canada (1985) *The Armenian Genocide in the Canadian Press Volume I: 1915-1916*. Montreal, Canada: Armenian National Committee of Canada, p. 159 .
- Abajian, H. (1984) *On A Darkling Plain*. Fair Lawn NJ: Rosekeer Press.
- Abraamian, G.A. (1995) *Russkie Istochniki o genotside armian v Osmanskoi imperii, 1915-1916 gody [Russian Sources on the Genocide of the Armenians in the Ottoman Empire in the Years 1915-1916]*, Erevan: Areresum-Ani.
- Adalian, R. P.(1994) *Guide to The Armenian Genocide in the U.S. Archives*, Alexandria, VA: Chadwyck-Healey.
- Ahmad, Kamal Madhar (1994) *Kurdistan During the First World War*, London: Saqi Books.
- Alamuddin, I. (1970) *Papa Kuenzler and the Armenians*. London: Heinemann.
- Alexander, E. (1991) *A Crime of Vengeance: An Armenian Struggle for Justice*. New York, NY: The Free Press.
- Allen, W.E.D., Muratoff, R. (1953) *Caucasian Battlefields: A History Of The Wars On The Turco-Caucasian Border, 1828-1921*. Cambridge: Cambridge University Press.
- American Committee for Armenian and Syrian Relief (1916-17) *A National Test of Brotherhood; America's Opportunity to Relieve Suffering in Armenia, Syria, Persia and Palestine*. New York: American Committee for Armenian and Syrian Relief.
- American Committee for Armenian and Syrian Relief (1918-1919) *American Committee for Relief in the Near East, Its History, Its Work and the Need for Support as Outlined by President Wilson and Others*. New York: American Committee for Armenian and Syrian Relief.
- American Committee for Armenian and Syrian Relief (1917) *Armenia, the Word Spells Tragedy*. New York: American Committee for Armenian and Syrian Relief.
- American Committee for Armenian and Syrian Relief (1917) *Armenia*. New York: Amer. Comm. for Armenian/Syrian Relief.

- American Committee for Armenian and Syrian Relief (1916) *The Cry of Armenia*. New York, NY: ACASR.
- American Committee for Armenian and Syrian Relief (1916) *The Cry of Millions, Exiled, Destitute, Dying*. New York: American Committee for Armenian and Syrian Relief.
- American Committee for Armenian and Syrian Relief (1917) *The Most Terrible Winter the World Has Ever Known*. New York: American Committee for Armenian and Syrian Relief.
- American Committee for Armenian and Syrian Relief (1918) *Workers Note Book on Armenia*. New York: American Committee for Armenian and Syrian Relief.
- American Relief Administration (1918) *Bulletin, 1st series*. Paris: np, Mar 8.
- Anassian, H. S. (1983) *The Armenian Question and the Genocide of the Armenians in Turkey (A brief Bibliography of Russian Materials)*. La Verne, CA: American Armenian International College.
- Antreassian, R. D. (1993) *Escape to Musa Dagah or The Banishment of Zeitoun and Suedia's Revolt*, Paramus, NJ: Armenian Missionary Association of America.
- Aprahamian, S. (1993) *From Van to Detroit: Surviving the Armenian Genocide*, Ann Arbor, MI: Gomidas Institute.
- Apramian, J. (1983) *The Georgetown Boys*. Hamilton Ontario, CAN: The Printing House.
- Arlen, M. Jr. (1975) *Passage to Ararat*. New York: Farrar, Straus & Giroux.
- Armaghanian, A. L. (1977) *Arsha's World and Yours*. New York: Vantage Press.
- Armen, G. (1987) *Historical Atlas of Armenia*. New York: Armenian National Education Committee.
- Armenia 1914-1918: A Collection of Diplomatic Documents*. Potsdam, Germany: Tempelverlag.
- Armenia. Delegations at the Conference of Peace (1922) *Armenians in Cilicia; Memorandum to the Secretary General of the League of Nations*. Geneva.

Armenian Genocide Resource Guide (1988) Washington, D.C.: Armenian Assembly of America.

Armenian Joint Council (1921) *Armenians in Cilicia*. Geneve.

Armenian National Committee (1983) *The Armenian Genocide As reported in the Australian Press*. Sydney, Australia: Armenian National Committee.

Armenian Red Cross and Refugee Fund (1915-1920) *Annual Report*. London.

Armenian Refugees. Lord Mayor's Fund (1919) *The Plight of Armenian and Assyrian Christians*. London: Spottiswoode, Ballantyne and Co.

Avakian, A. (1968) *Stranger No More: An Armenian Nurse from Lebanon Tells Her Story*. Beirut: Antelias.

Ayvazian, A. A (1985) *Armenian Victories at Khznavous and Sardarabad on May 23, 1918 and Program for Re-establishment of Independent and Neutral State of Armenia*. New York, NY: St. Vartan Press.

Azadian, L. (1995) *Hay Orbere Mets Egherni [The Orphans of the Armenian Genocide]*. Los Angeles, CA: Tparan April Publishers.

Azhderian, A. (1898) *The Turk and the Land of Haig or Turkey and Armenia: Descriptive, Historical, and Picturesque*. New York, NY: Mershon Company.

Bagdikian, B. H. (1995) *Double Vision: Reflections on My Heritage, Life, and Profession*. Boston, MA: Beacon Press.

Baghdjian, K. (1987) *La confiscation, par le gouvernement turc, des biens arméniens dits abandonnés*. Saint-Lambert, Quebec: Payette & Simms Inc.

Baliozian, A. (1984) *The Armenian Genocide & the West*. Jerusalem, Israel: Armenian Case Committee.

Banker, M. S. (1936) *My Beloved Armenia*. Chicago: Bible Institute Colportage Ass'n.

Bardakjian, K. B. (1985) *Hitler and the Armenian Genocide*. Cambridge, MA: Zoryan Institute.

Baronian, H. (1983) *Barefoot Boy From Anatolia*. Los Angeles, CA: Abril Printing.

- Barrows, J. O. (1916) *In the Land of Ararat: A Sketch of the Life of Mrs. Elizabeth Freeman Barrows Ussher, Missionary to Turkey and a Martyr of the Great War*. New York: Fleming H Revell Co.
- Barton, J. L. (1930) *Story of Near East Relief*. New York: MacMillan Company.
- Bedoukian, K. (1989) *Some of Us Survived: The Story of an Armenian Boy*. New York, NY: Farrar Straus Giroux.
- _____, (1978) *The Urchin: An Armenian's Escape*. London: John Murray.
- Bedrossyan, M. D. (1983) *The First Genocide of the 20th Century: The Perpetrators and the Victims*. Flushing, NY: Voskedar Publishing.
- Behesnilian, K. (1900) *In Bonds: An Armenian's Experience (3rd Edition)*. London: Morgan and Scott.
- Beylerian, A. (1983) *Les Grandes Puissances L'Empire Ottoman et les Armeniens: dans les Archives Francaises, 1914-1918 (3 vols)*. Paris, France: Publications de la Sorbonne.
- Bierstadt, E. H. (1924) *The Great Betrayal; A Survey of the Near Eastern Problem*. New York: Robert M. McBride and Co.
- Bliss, E. M. (1982) *Turkey and the Armenian Atrocities*. Edgewood Publishing Company, 1896. Reprinted by Meshag Publishing, Fresno, CA.
- Boghossian, R. (1994) *Historical Forgery: An International Crime*. Boston, MA: Armenian Rights Council.
- Bopyadjian, H. P. (1981) *Musa Daga and My Personal Memoirs*. NJ: Rosekeer Press.
- Boyajian, D. H. (1972) *Armenia: The Case For a Forgotten Genocide*. Westwood, NJ: Educational Book Crafters.
- Bryce, Viscount, James et al. (1971) *An Anthology of Historical Writings on the Armenian Massacres of 1915*. Beirut, Lebanon: Hamaskaine Armenian Cultural Association.
- _____, (1916) *The Treatment of Armenians in the Ottoman Empire, 1915-1916*. London, UK: Sir Joseph Causton and Sons.

- Bryson, T. A. (1977) *American Diplomatic Relations with the Middle East, 1784-1975: A Survey*. Metuchen, NJ: Scarecrow Press, Inc.
- _____, (1979) *US/Middle East Diplomatic Relations 1784-1978 (An Annotated Biography)*. Metuchen, NJ: Scarecrow Press.
- Buxton, H. J. (1919) *Armenia and the Settlement*. London: Armenian Bureau.
- Caraman, E., Payne, W. L. (1939) *Daughter of the Euphrates*. New York: Harper & Bros. Publications.
- Carzou, J.M. (1975) *Un genocide exemplaire; Armenie, 1915*. Paris: Flammarion.
- Chakalian, M. (1976) *Journey for Freedom*. New York: Carlton Press.
- Chalabian, A. (1994) *Heghapokhakan Demker Revolutionary Figures*. Southfield, MI.
- Chalian, G., Ternon, Y. (1983) *The Armenians: From Genocide to Resistance*. London, England: Zed Press.
- Chambers, A. P. (1955) *In an Anatolian Valley*. New York: Bouregy and Curl.
- Chambers, W. N. (1928) *Yoljuluk: Random Thoughts on a Life in Imperial Turkey*. London, England: Simpkin Marshall, Ltd.
- Charny, I. W. (1994). *The Widening Circle of Genocide, Genocide: A Critical Bibliographic Review, Volume 3*. New Brunswick, NJ: Transaction Publishers.
- _____, (1983). *The Book of the International Conference on the Holocaust and Genocide, Book One: The Conference Program and Crisis*. Tel Aviv, Israel: Institute of the International Conference on the Holocaust and Gen.
- _____, (1984) *Toward the Understanding and Prevention of Genocide: Proceedings of the International Conference on the Holocaust and Genocide*. Boulder: Westview Press.
- _____, (1991) *Genocide: A Critical Bibliographic Review, Volume 2*. New York, NY: Facts on File.
- _____, (1988) *Genocide: A Critical Bibliographic Review*. New York, NY: Facts on File Publications.

- Clark, A. K. (1924) *Letters From Cilicia*. Chicago: AC Weinthrop & Co.
- Commission of the Churches on International Affairs (1984) *Armenia: The Continuing Tragedy*. Geneva, Switzerland: World Council of Churches.
- Compton, C. C. (1986) *The Morning Cometh: 45 years with Anatolia College*. New Rochelle, NY: Aristide D. Caratzas.
- Couzinou, E. N. (1969) *Twenty-Three Year in Asia Minor, 1899-1923*. New York: Vantage Press.
- Dadrian, V. N. (1996) *German Responsibility in the Armenian Genocide: A Review of the Historical Evidence of German Complicity*. Cambridge, MI: Blue Crane Books.
- _____, (1995) *Haykakan Tseghaspanutiwne Khorhrdaranayin ev Patmagitakan Knnarkumnerov - The Treatment of the Armenian Genocide by the Ottoman Parliament and Its Historical Analysis*. Watertown, MA: Baika Publications.
- _____, (1995) *The History of the Armenian Genocide: Ethnic Conflict from the Balkans to Anatolia to the Caucasus*. Providence, RI: Berghen Books.
- Daghlian, L. K. (1970) *Under the Gallows*. Lebanon: Hamaskaine Press.
- Daniel, R. L. (1970) *American Philanthropy in the Near East, 1820-1960*. Athens, OH: Ohio University Press.
- Davidson, K. K. (1985) *Odyssey of An Armenian of Zeitoun*. New York, NY: Vantage Press.
- Davis, L. A. (1989) *The Slaughterhouse Province: An American Diplomat's Report on the Armenian Genocide, 1915-1917* (Edited by Susan K. Blair). New Rochelle, NY: Aristide D. Caratzas, Publisher.
- Dedeyan, Gerard et al. (1982) *Histoire des Armenians*. Toulouse, France: Editions Privat.
- Deranian, M. (1994) *Hussenig: The Origin, History, and Destruction of an Armenian Town*. Belmont, MA: Armenian Heritage Press.

- Derogy, J. (1986) *Operation Nemesis: Les vengeurs arméniens*. Fayard, Paris: Librairie Arthème Fayard.
- _____, (1990) *Resistance and Revenge: The Armenian Assassination of the Turkish Leaders Responsible for the 1915 Massacres and Deportations*. New Brunswick, NJ: Transaction Publishers and Zoryan Institute, April.
- Douglas, J. A. (1920) *Death's Ride in Anatolia and Armenia*. London: Faith Press.
- Dzeron, M. B. (1984) *Village of Parchanj General History (1600-1937)*. Fresno, CA: Panorama West Books.
- Eby, B. R. (1922) *At the Mercy of Turkish Brigands, a True Story; An Account of the Siege of Hadjin and Armenian Massacres*. New Carlisle, Ohio: Bethel Publishing Co.
- Einstein, L. (1918) *Inside Constantinople*. New York, NY: E.P. Dutton & Company.
- Elliott, M. E. (1924) *Beginning Again at Ararat*. New York, NY: Fleming H. Revell Company.
- Emin, Y. A. (1930) *Turkey in the World War*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Etmekjian, L. (1985) *Toynbee, Turks and Armenians*. Cambridge, MA: Zoryan Institute.
- Fein, H. (1993) *Genocide: A Sociological Perspective*. Newbury Park, CA: Sage Publications/International Sociological Association.
- Filian, G. H. (1896) *Armenia and Her People*. Hartford, CN: American Publishing Company.
- Gabrielian, M.C. (1918) *Armenia A Martyr Nation*. New York, NY: Fleming H. Revell Company.
- Gates, F. C. (1940) *Not To Me Only*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Gayjikian, K. (1920) *Martyred Armenia and The Story of My Life*. Cincinnati, OH: God's Revivalist Press.
- Germany, Turkey, and Armenia: A Selection of Documentary Evidence Relating to the Armenian Atrocities From German and Other Sources* (1917) London: J.J. Keliher & Co.

- Ghusayn, F. (1917) *La domination ottomane; l'Armenie martyre*. Geneva: Edition Atar.
- _____, (1917) *Martyred Armenia*. London: C. Arthur Pearson.
- _____, (1917) *Temoignage d'un Arabe musulman sur l'innocence et le massacre des Armeniens*. Cairo.
- Gibbons, H. D. (1917) *The Red Rugs of Tarsus*. New York: Century Co.
- _____, (1916) *The Blackest Page of Modern History; Events in Armenia in 1915; The Facts and the Responsibilities*. New York and London: G. P. Putnam's Sons.
- Glockler, H. W. (1969) *Interned in Turkey, 1914-1918*. Beirut: Sevan Press.
- Goekjian, V. K. (1984) *The Turks Before the Court of History*. Fair Lawn, NJ: Rosekeer Press.
- _____, (1983) *Voyage Through Stormy Seas: Part I: The Years of Peril and Bereavement*. New York.
- Grabill, J. L. (1971) *Protestant Diplomacy and the Near East: Missionary Influence on American Policy, 1810-1927*. Minneapolis: Univ. of Minnesota Press.
- Gregorian, A., Gregorian P. (1989) *Armenag's Story*. Newton, MA: Lower Falls Publishing Company.
- Gust, W. (1993) *Der Völkermord an den Armeniern: die Tragedie des ältesten Christenvolkes der Welt*. Munich: Carl Hanser.
- Hagopian, N. (1949) *Out of Inferno*. Philadelphia, PA: Dorrance & Company.
- Halsey, F. W. (1919) *The Literary Digest History of the World War, Volume 8*. New York: Funk & Wagnells.
- Harbord, J. G. (1920) *Conditions in the Near East: Report of the American Military Mission to Armenia*. Washington: US Government Printing Office.
- Harland, M. (1897) *Under the Flag of the Orient*. Philadelphia: Historical Publishing.
- Haroutunian, V. (1995) *Orphan in the Sands*, Published by the author.

- Harris, R. J., Harris, H. B., (1897) *Letters From the Scenes of the Recent Massacres in Armenia*. New York, NY: Fleming H. Revell Company.
- Hartunian, A. H. (1968) *Neither to Laugh Nor to Weep: A Memoir of the Armenian Genocide*. Boston: Beacon Press.
- Hepworth, G. H. (1898) *Through Armenia on Horseback*. New York, NY: E. P. Dutton & Company.
- Highgas, D. K. (1985) *Refugee Girl*. Watertown, MA: Baikar Publications.
- Hill, C. W. (1922) *The Road to En-Dor*. London: John Lane the Bodley Head.
- Hodgetts, E.A. B. (1896) *Round About Armenia: The Record of a Journey across the Balkans through Turkey, the Caucasus and Persia in 1895*. London, England: Sampson Low, Marston and Company.
- Hopkirk, P. (1994) *Like Hidden Fire: The Plot to Bring Down the British Empire* (New York, NY: Kodansha America, Inc.
- Horton, G. (1927) *Recollections Grave and Gay: The Story of a Mediterranean Consul*. Indianapolis: The Bobbs-Merill Company.
- _____, (1926) *The Blight of Asia*. Indianapolis, IN: Bobbs-Merrill Company.
- Housepian D. M. (1988) *Smyrna 1922: The Destruction of a City*. Kent, OH: The Kent State State University Press.
- _____, (1971) *The Smyrna Affair: The First Comprehensive Account of the Burning of the City and the Expulsion of the Christians from Turkey in 1922*. New York: Harcourt Brace Jovanovich.
- Hovannisian, R. G. (1967) *Armenia on the Road to Independence, 1918*. Berkeley, CA: University of California Press.
- _____, (1986) *The Armenian Genocide in Perspective*. New Brunswick, NJ: Transaction Books.
- _____, (1992) *The Armenian Genocide: History, Politics, Ethics*. New York, NY: St. Martin's Press.

- _____, (1978) *The Armenian Holocaust: A Bibliography Relating to the Deportations, Massacres, and Dispersion of the Armenian People, 1915-1923*. Cambridge, MA: Armenian Heritage Press (and NAASR).
- _____, (1971) *The Republic of Armenia: Vol. II From Versailles to London, 1919-1920*. Berkeley, CA: University of California Press.
- _____, (1971) *The Republic of Armenia: Volume I: 1918-1919*. Berkeley: University of California Press.
- Institut fur Armenische Fragen (1987) *The Armenian Genocide, Vols. 1, 2, and 8*. Munich: Institut fur Armenische Fragen.
- Institut fur Armenische Fragen (1987) *The Armenian Genocide: Documentation*. Munich, Germany: Institut fur Armenische Fragen.
- Jafarian, B. (1990) *Farewell Kharpert*. Madison, WI: Claire Mangasarian.
- Jafferian, S. C. (1993) *Winds of Destiny: An Immigrant Girl's Odyssey*. Belmont, MA: Armenian Heritage Press.
- Jernazian, E. (1990) *Judgement Unto Truth: Witnessing the Armenian Genocide*. New Brunswick, NJ: Transaction Publishers and Zoryan Institute.
- Joseph, J. (1983) *Muslim-Christian Relations and Inter-Christian Rivalries in the Middle East*. Albany: State Univ. of New York Press.
- Jungk, P. S. (1990) *Franz Werfel: A Life in Prague, Vienna and Hollywood*. New York, NY: Grove Weidenfeld.
- Kalajian, H., Sullivan B. (1990) *Hannah's Story: Escape from genocide in Turkey to success in America, as told to Bernadine Sullivan*. Belmont, MA: Armenian Heritage Press (NASSR).
- Kalfaian, A. (1982) *Chomaklou: The History of an Armenian Village*. New York, NY: Chomaklou Compatriotic Society.
- Karaboghosian, J. J. (1986) *Through the Valley of the Shadow of Death*. Visalia, CA.
- Karsh, Y. (1962) *In Search of Greatness*. New York, NY.

- Katchadourian, S. (1993) *Efronia: An Armenian Love Story*. Boston, MA: Northeastern University Press.
- Kayaloff, J. (1976) *The Fall of Baku*. Bergenfield, NJ: Michael Barour Publications.
- Kazanjian, P. (1989) *The Cilician Armenian Ordeal*. Boston, MA: Hye Intentions, Inc.
- Kazarian, H. K. (1965) *Minutes of Secret Meetings Organizing the Turkish Genocide of the Armenians*. Boston: Commemorative Committee.
- Kerr, S. E. (1973) *The Lions of Marash: Personal Experiences with American Near East Relief, 1919-1922*. New York, NY: State University of New York.
- Ketchian, B. N. (1988) *In the Shadow of the Fortress: The Genocide Remembered*. Cambridge, MA: Zoryan Institute for Contemporary Armenian Research and Document.
- Keyan, H. (1978) *No choice but one*. New York, NY: Armen House.
- Kherdian, D. (1979) *The Road From Home: The Story of an Armenian Girl*. New York: Greenwillow Books.
- King, W. H. (1922) *Turkish Atrocities in Asia Minor*. Washington, D.C.: G.P.O.
- Kinross, L. (1955) *Within the Taurus*. New York, NY: William Morrow & Co.
- Kloian, R. D. (1985) *The Armenian Genocide: News Accounts From the American Press 1915-1922*. Berkeley, CA: Anto Printing.
- _____, (1980) *The Armenian Genocide-First 20th Century Holocaust*. Berkeley, CA: Anto Printing.
- Knapp, G. H. (1915) *The Mission at Van: In Turkey in War Time*. New York: Prospect Press.
- _____, (1919) *The Tragedy of Bitlis, Being Mainly the Narratives of Grisell M. McLaren and Myrtle O. Shane*. New York, Chicago, etc: Fleming H. Revell Co.
- Koeroghlian, M. M. (1986) *A Latter-Day Odyssey: The Autobiography of the Man Who Would Not Give Up*. Bryn Mawr, PA: Dorrance and Co.

- Krikorian, A. (1990) *Evereg-Fenesse: Its Armenian History and Traditions*. Detroit, MI: Evereg-Fenesse Mesrobian-Roupinian Educational Society.
- Kucuk, Y. (1979) *Turkiye uzerine tezler 1908-1978 (Theses regarding Turkey 1908-1978)*. Istanbul/Vol 2: Tekin.
- Kunzler, J. (1933) *Dreissig Jahre Dienst am Orient [Thirty Years Service in the Orient]*. Basel: Birkhauser Verlag.
- _____, (1921) *Im Lande des Blutes und der Tranen; Erlebnisse in Mesopotamien wahrend des Weltkrieges [In the Land of Blood and Tears; Experiences in Mesopotamia During the World War]*. Potsdam: Tempelverlag.
- Kuper, L. (1981) *Genocide: Its Political Use in the Twentieth Century*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Lambert, R. (1911) *Hadjin and the Armenian Massacres*. New York, NY: Fleming H. Revell Company.
- Lang, D. M. (1982) *The Armenians: A People in Exile*. London, England: George Allen & Unwin.
- Lanne, P. (1977) *Armenia: The First Genocide of the XX Century*. Munich, Germany: Institute for Armenian Studies.
- League of Nations (1927) *Armenian and Russian Refugees; Conference of Government Representatives to Consider Proposals for the Settlement of Refugees in Overseas Countries*. Geneva: Imprimerie Kundig.
- League of Nations (1926) Assembly: Fifth Committee. *Armenian and Russian Refugee Problems; Report*. Geneva.
- League of Nations (1922) Assembly: Fifth Committee. *Deportation of Women and Children in Turkey, Asia Minor and the Neighboring Territories; Report*. Geneva.
- League of Nations (1923-27) Assembly: Fifth Committee. *Protection of Women and Children in the Near East; Report*. Geneva.
- League of Nations (1926) Assembly: Fifth Committee. *Settlement of Armenian Refugees; Report*. Geneva: Imprimerie Kundig.

League of Nations (1924) Assembly: Fifth Committee. *Transfer of Armenian Refugees to the Caucasus and Creation of an Armenian National Home in That Region; Report*. Geneva.

League of Nations (1923) Assembly: Fifth Committee. *Work of the High Commission for Refugees on Behalf of Near East Refugees; Report*. Geneva: Imprimerie Jent.

League of Nations (1921-2) Assembly: Sixth Committee. *Armenia; Report*. Geneva.

League of Nations (1928) Assembly: Sixth Committee. *Plan for the Establishment of Armenian Refugees in the Republic of Erivan; Report*. Geneva: Imprimerie Jent.

League of Nations (1930-35) Assembly: Sixth Committee. *Russian, Armenian, Assyrian, Assyro-Chaldean and Turkish Refugees; Report*. Geneva.

League of Nations (1929) Assembly: Sixth Committee. *Settlement of Armenian Refugees in the Erivan Republic; Report*. Geneva: Imprimerie Jent.

League of Nations (1923-29) Commission for the Protection of Women and Children in the Near East. *Report*. Geneva.

League of Nations (1921) Commission of Enquiry on the Deportation of Women and Children in Turkey and Adjacent Countries. *Work of the Commission*. Geneva.

League of Nations (1926) Council. *Armenian Refugee Settlement Commission; Report*. Geneva.

League of Nations (1923-25) Council. *Commission for the Protection of Women and Children in the Near East; Report*. Geneva.

League of Nations: Council (1920) *Protection of Minorities in Turkey*. London.

League of Nations (1925) Council. *Return to Turkish Armenian Refugees in Greece of their Deposits in Foreign Banks at Smyrna and Their Property Left in Asia Minor (the Essayan Petition)*. Geneva.

League of Nations (1923-27) Council. *Settlement of Armenian Refugees; Report*. Geneva.

League of Nations (1926) High Commissioner for Refugees (1921-1930). *Armenian and Russian Refugees*. Geneva.

- League of Nations (1924) High Commissioner for Refugees (1921-1930). *Armenian Refugees; Report by Dr. Fridtjof Nansen*. Geneva.
- League of Nations (1926) High Commissioner for Refugees (1921-1930). *Conference on Russian and Armenian Refugee Questions; Report*. Geneva: Imprimerie Kundig.
- League of Nations (1924) High Commissioner for Refugees (1921-1930). *Identity Certificate for Armenian Refugees; Report*. Geneva.
- League of Nations (1924) High Commissioner for Refugees (1921-1930). *Refugee Questions. Transfer of the Work for Russian and Armenian Refugees to the International Labour Organisation*. Geneva.
- League of Nations (1928) High Commissioner for Refugees (1921-1930). *Report on the Settlement of Armenian Refugees in Syria and in Lebanon*. Geneva.
- League of Nations (1927) High Commissioner for Refugees (1921-1930). *Russian and Armenian Refugees; Report*. Geneva: Imprimerie Kundig.
- League of Nations (1928-29) High Commissioner for Refugees (1921-1930). *Russian, Armenian, Assyrian, Assyro-Chaldean and Turkish Refugees; Report*. Geneva: Imprimerie Kundig.
- Lepsius, J. (1986) *Archives du genocide des Armeniens: recueil de documents diplomatiques allemands, extraits de Deutschland und Armenien (1914-1918)* [*Archives of the Armenian Genocide: German Diplomatic Documents, extracts from Deutschland und Armenien (1914-1918)*]. Paris: Fayard.
- _____, (1916) *Bericht uber die Lage des armenischen Volkes in der Turkei* [*Report on the Situation of the Armenian People in Turkey*]. Potsdam: Tempelverlag.
- _____, (1919) *Der Todesgang des armenischen Volkes: Bericht uber das Schicksal des armenischen Volkes in der Turkei wahrend des Weltkrieges* [*The Death of the Armenian People: Report on the Fate of the Armenian People in Turkey during the World War*]. Potsdam: Tempelverlag.
- _____, (1919) *Deutschland und Armenien, 1914-1918: Sammlung diplomatischer aktenstucke* [*Germany and Armenia, 1914-1918: A Collection of Diplomatic Documents*]. Potsdam: Tempelverlag.

- _____, (1918) *Le rapport secret du Dr. Johannes Lepsius, president de la Deutsche Orient mission et de la Societe germano-armenienne, sur les massacres d'Armenie*. Paris: Payot et cie.
- Libaridian, G. (1985) *A Crime of Silence: The Armenian Genocide*. London: Zed Books Ltd.
- Liman von Sanders, O. (1927) *Five Years in Turkey*. Annapolis, MD: United States Naval Institute.
- Lovejoy, E. P. (1927) *Certain Samaritans*. New York: Macmillan Company.
- Lynch, H.F.B. (1965) *Armenia: Travels and Studies, Vol. I*. First reprinted by Khayat Book & Publishing Company.
- _____, (1965) *Armenia: Travels and Studies, Vol. II*. First reprinted by Khayat Book & Publishing Company.
- Mandelstam, A. N. (1926) *La Societe des Nations et les Puissances Devant Le Probleme Armenien*. Paris, France: Librairie de la Cour D'Appel et de L'Ordre des Avocats.
- Manuelian, A., Austin, M. (1939) *Unending Journey*. London, Butterworth: Thornton Butterworth Ltd.
- Marashlian, L. (1990) *Politics and Demography: Armenians, Turks, and Kurds in the Ottoman Empire*. Cambridge, MA: Zoryan Institute, May.
- Marriott, J.A.R. (1930) *The Eastern Question: An Historical Study in European Diplomacy*. London: Oxford University Press.
- Martin, E. W. (1991) *The Hubbards of Sivas: A Chronicle of Love and Faith*. Santa Barbara, CA: Fithian Press.
- Martin, R. (1989) *Out of Darkness*. Cambridge, MA: Zoryan Inst. for Contemporary Armenian Research and Documentation.
- Mazian, F. (1990) *Why Genocide? The Armenian and Jewish Experiences in Perspective*. Ames, IA: Iowa State University Press.
- McNeill, W. H. (1989) *Arnold J. Toynbee: A Life*. New York, NY: Oxford University Press.

- Merguerian, B. (1994) *Genocide and Human Rights: Lessons from the Armenian Experience, A Special Issue of the Journal of Armenian Studies Volume IV, Nos. 1 and 2* Belmont, MA: National Association for Armenian Studies and Research Armenian Heritage Press.
- Miller, D. E. (1993) *Survivors: An Oral History of the Armenian Genocide* (Berkeley, CA: University of California Press.
- Minassian, J. (1986) *Many Hills Yet to Climb*. Santa Barbara: Jim Cook Publishing.
- Moranian, S. E. (1995) *The American Missionaries and the Armenian Question: 1915-1927*. Ann Arbor, MI: UMI Dissertation Services.
- Morgenthau, H. III. (1991) *Mostly Morgenthau: A Family History*. New York, NY: Ticknor & Fields.
- _____, (1918-19) *Ambassador Morgenthau's Story*. Garden City, NY: New Age Pub. (reprt) Doubleday, Page Co.
- _____, (1918) *Secrets of the Bosphorus, 1913-1916*. London: Hutchinson and Co.
- Mugerditchian E. (1918) *From Turkish Toils: The Narrative of an Armenian Family's Escape*. London: C. Arthur Pearson.
- Mukhitarian, O., Gossoian, H. (1980) *The defense of Van*. Michigan: Central Executive, General Society of Vasbouragan.
- Mutafian, C. (1995) *Metz Yeghern: Breve storia del genocidio degli armeni* (Milan: Edizioi Angelo Guerini e Associati s.r.l.
- Naayem, J. (1921) *Shall this Nation Die?*. New York, NY: Chaldean Rescue.
- Nakashian, A. (1941) *A Man Who Found a Country*. London: G. Allen and Unwin.
- Namias, J. (1978) *First Generation: In the Words of Twentieth-Century American Immigrants*. Boston, MA: Beacon Press.
- Nansen, F. (1928) *Armenia and the Near East*. New York, NY: Duffield & Company.

- Naslian, J. (1951) *Les Memoires de Mgr. Jean Naslian vol. I*. Vienna/Beirut: Imprimerie Mechithariste.
- Nassibian, A. (1984) *Britain and the Armenian Question, 1915-1923*. New York, NY: St. Martin's Press.
- Near East Relief (1920-28) *Annual Report*. New York: Near East Relief headquarters.
- Near East Relief (1981) *Rapport du Near East Relief, edition biligue (français-anglais) [Report of Near East Relief, bilingual edition (French-English)]*. Rocquevaire, France: Parentheses.
- Near East Relief (1920) *The Oldest Christian Nation-Shall it Perish?*. New York: Near East Relief.
- Niepage, M. (1975) *The Horrors of Aleppo*. Plandome, NY: New Age Publishers.
- _____, (1919) *Eindrücke eines deutschen Oberlehrers aus der Türkei*. Potsdam: Tempelverlag.
- Nogales, R. (1926) *Four Years Beneath the Crescent*. New York, NY: Charles Scribner's Sons.
- Panayi, P. (1993) *Minorities in Wartime: National and Racial Groupings in Europe, North America and Australia During the Two World Wars*. Providence, RI;Oxford: Berg Publishers.
- Papers Relating to the Foreign Relations of the United States: 1915 Supplement: The World War* (1928) Washington, DC: US Government Printing Office.
- Parsons, W. S. (1989) *Everyone's Not Here: Families of the Armenian Genocide, A Study Guide*. Cambridge, MA: Intersection Associates.
- Pears, E. (1916) *Forty Years in Constantinople*. New York, NY: D. Appleton and Company.
- Permanent People's Tribunal (1984) *Session on the Genocide of the Armenians, April 13-16, 1985: Verdict*. Cambridge, MA: Zoryan Institute.
- Perroomian, R. (1993) *Literary Responses to Catastrophe: A Comparison of the Armenian and Jewish Experiences*. Atlanta, GA: Scholars Press.

- Pierce, J. W. (1896) *Story of Turkey and Armenia*. Baltimore, MD: R H Woodward Company.
- Pilibosian, K., Pilibosian, H. (1992) *They call me Mustafa: Memoir of an Immigrant*. Watertown, MA: Ohan Press.
- Porter, J. N. (1982) *Genocide and Human Rights*. Washington, D.C.: University Press of America.
- Riser, A. (1993) *Federal Appeals Court Rules in Favor of Krikorian in Freedom of Information Act Suit Against State Department: Three Judge Panel Reaffirms U.S. Policy Recognizing The Turkish Government's Genocide Against the Armenian People*. Washington, D.C.: Armenian Assembly of America, Feb.
- Rockwell, W. W. (1916) *Ravished Armenia*. New York: ACASR.
- Rockwell, W. W. (1916) *The Deportation of the Armenians: Described from Day to Day by a Kind Woman Somewhere in Turkey*. New York: American Committee for Armenian and Syrian Relief.
- Ross, Frank A. et al. (1929) *The Near East and American Philanthropy; A Survey Conducted under the Guidance of the General of the Near East Survey*. New York: Columbia University Press.
- Rummel, R. J. (1994) *Death by Government: Genocide and Mass Murder Since 1900*. New Brunswick, NJ: Transaction Publishers.
- Sachar, H. M. (1969) *The Emergence of the Middle East, 1914-1924*. New York: Alfred A. Knopf.
- Safrastian, A. (1948) *Kurds and Kurdistan*. London, England: Harvill Press Ltd.
- Sarafian, A. (1993) *United States Official Documents on the Armenian Genocide, Volume I: The Lower Euphrates*. Watertown, MA: Armenian Review.
- Sarian, N. S. (1967) *I Shall Not Die: A Tribute to the Faithfulness of God*. London: Marshall, Morgan and Scott.
- Sarkiss, K. (1978) *Journey to the Light*. Yonkers, NY: Armenian Literary Society.
- Sarkissian, A. et al. (1965) *Martyrdom and Rebirth: Fateful years in Recent Armenian History*. New York, NY: Diocese of the Armenian Church of America.

- Sarkisyanz, M. (1975) *A Modern History of Transcaucasian Armenia*. Leiden, The Netherlands: E. J. Brill.
- Sassounian, H. (1995) *The Armenian Genocide: Documents and Declarations, 1915-1995*. Glendale, CA: 80th Anniversary of the Armenian Genocide Commemorative Committee.
- Shipey, A. M. (1983) *We Walked, Then Ran*. Phoenix, AZ.
- Shiragian, A. (1976) *The Legacy: Memoirs of an Armenian Patriot*. Boston, MA: Hairenik Press.
- Shiroyan, H. (1954) *Smiling Through the Tears*. Brattleboro, VT: Alan S. Browne Inc.
- Simpson, C. (1993) *The Splendid Blond Beast: Money, Law, and Genocide in the Twentieth Century*. New York, NY: Grove Press.
- Somakian, M. J. (1995) *Empires in Conflict: Armenia and the Great Powers, 1895-1920*. London: I.B. Tauris and Company Ltd.
- Soovajian, N. (1994) *Survivors Story of Nevart Soovajian*. Havertown, PA.
- Stanley, H. M. (1895) *My Early Travels and Adventures in Armenia and Asia (The Caucasus, Persia)*. London: Marston.
- Staub, E. (1989) *The Roots of Evil: The Origins of Genocide and Other Group Violence*. New York, NY: Cambridge University Press.
- Stephens, E., Stephens, M. (1986) *Survival Against All Odds: The First 100 Years of Anatolia College*. New Rochelle, NY: Aristide D. Caratzas.
- Stevens, C. L. M. (1918) *The Armenian Trek*. London: Frederick Publishing Co.
- _____, (1988) *Against the Devil's Current: The Life and Times of Cyrus Hamlin*. Lanham, MD: University Press of America.
- Stoddard, P. H. (1963) *The Ottoman Government and the Arabs, 1911 to 1918: A Preliminary Study of the Teskiat-i Mahsusa*. Ann Arbor, MI: University Microfilms.

- Strom, M. S., Parsons, W. S. (1982) *Facing History and Ourselves: Holocaust and Human Behavior*. Watertown, MA: Intentional Educations, Inc.
- Stuermer, H. (1917) *Two War Years in Constantinople*. New York: George H. Doran Company.
- Suakjian, K. (1981) *Genocide in Trebizond: A Case Study of Armenian-Turkish Relations During the First World War*. Lincoln, NE: University of Nebraska.
- Subcommittee of the Senate Committee on Foreign Relations (1919) *Maintenance of Peace in Armenia*. Washington DC: Government Printing House/Congressional Record.
- Surmelian, L. Z. (1945) *I Ask You, Ladies and Gentlemen*. New York: E.P. Dutton & Co., Inc.
- Sutherland, J. K. (1964) *The Adventures of An Armenian Boy: An Autobiography and Historical Narrative Encompassing the Last Thirty Years of the Ottoman Empire*. Ann Arbor, MI: The Ann Arbor Press.
- Svajian, S. G. (1977) *A Trip Through Historic Armenia*. New York: Green Hill Publishing Ltd.
- Tabibian, N. K. (1988) *Destined to Survive*. La Verne, CA: American-Armenian International College.
- Taft, E. H. (1981) *Rebirth*. Plandome: New Age Publishers.
- Tarbassian, H. A. (1975) *Erzurum (Garin): Its Armenian History and Traditions*. Garin Compatriotic Union of the United States.
- Tarzian, M. M. (1992) *The Armenian Minority Problem, 1914-1934: A Nation's Struggle for Security*. Atlanta, GA: Scholars Press.
- Tashjian, A. A. (1995) *Silences: My Mother's Will to Survive*. Princeton, NJ: Blue Pansy Press.
- Tavoukdjian, S. (1933) *Exiled: Story of an Armenian Girl*. Takoma Park, MD: Review and Herald Publishing Company.

- Tehliryan, S. (1993) *Verhishumner: Taleati Ahabekume [Reminiscences: The Terrorism of Talaat]* Erevan: Hayastani G.A.A. Hratarakchutyun.
- Ternon, Y. (1981) *The Armenians: History of a Genocide*. Delmar, NY: Caravan Books.
- The Armenian Genocide and America's Outcry: A Compilation of U.S. Documents 1890-1923* (1985) Washington, DC: Armenian Assembly of America.
- Thomas, L. V., Frye, R. N. (1951) *The United States and Turkey and Iran*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Toomajan, H. J. (1955) *Exit from Inferno: The Odyssey of an Armenian American*. Waukegan, Illinois.
- Topalian, N. G. (1986) *Dust to Destiny*. Watertown, MA: Baikar Publications.
- Toriguian, S. (1972) *Documents on the Armenian Question: European Parliament Resolution*. La Verne, CA: AAIC, University of La Verne.
- _____, (1973) *The Armenian Question and International Law*. Beirut, Lebanon: Hamaskaine Press.
- Torossian, S. (1947) *From Dardanelles to Palestine*. Boston: Meador Publishing Company.
- Totten, S. (1991) *First-Person Accounts of Genocidal Acts Committed in the Twentieth Century*. Westport, CT: Greenwood Press.
- Toynbee, A. J. (1915) *Armenian Atrocities: The Murder of a Nation*. London, England: Hodder and Stoughton.
- _____, (1975) *The Murderous Tyranny of the Turks*. London: Hodder and Stoughton.
- _____, (1917) *Turkey; A Past and a Future*. London: Hodder and Stoughton.
- Trumpener, U. (1989) *Germany and the Ottoman Empire, 1914-1918*. Delmar, NY: Caravan Books.
- Ussher, C. D., Knapp, G. (1917) *An American Physician in Turkey; A Narrative of Adventures in Peace and in War*. Boston and New York City: Houghton Mifflin Co.

- Vassilian, H. B. (1992) *The Armenian Genocide: A Comprehensive Bibliography and Library Resource Guide*. Glendale: Armenian Reference Books Co.
- Verneuil, H. (1987) *Mayrig*. New York, NY: Prelacy of the Armenian Apostolic Church of America.
- Walker, C. J. (1990) *Armenia: The Survival of a Nation, Revised Second Edition*. New York, NY: St. Martin's Press.
- Walliman, I., Dobkowski, M. (1987) *Genocide and the Modern Age: Etiology and Case Studies of Mass Death*. Westport, CT: Greenwood Press.
- Ward, M. H. (1922) *The Deportations in Asia Minor, 1921-1922*. London: Anglo-Hellenic League.
- Warfield, W. (1916) *The Gate of Asia: A Journey from the Persian Gulf to the Black Sea*. New York and London: Knickerbocker Press.
- Wegner, A. T. (1982) *Die Verbrechen der Stunde--die Verbrechen der Ewigkeit*. Hamburg: Buntbuch.
- _____, (1919) *Offener Brief an den Präsidenten der Vereinigten Staaten von Nord-Amerika, Herrn Woodrow Wilson, über die Austreibung des armenischen Volkes in die Wüste [A Brief Letter to the President of the United States of North America, Mr. Woodrow Wilson]*, Berlin O. Fleck.
- Werfel, F. (1937) *The Forty Days of Musa Dagh*. New York: The Modern Library.
- Whitaker, B. (1985) *Revised and Updated Report on the Question of the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide*. New York, NY: UN Doc. E/CN.4 /Sub.2/ 1985/6, Aug 29.
- White, G. E. (1940) *Adventuring with Anatolia College*. Grinnell, IA: Herald Register Publishing Co.
- Yale, W. (1968) *The Near East: A Modern History, New Edition Revised and Enlarged*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Yeghiayan, V. (1990) *The Armenian Genocide and the trials of the Young Turks*. La Verne, CA: American Armenian International College Press.

- _____, (1985) *The Case of Soghomon Tehlirian*. Los Angeles: A.R.F. Varantian Gomideh.
- Yervant, J. (1988) *Needle, Thread and Button*. Cambridge, MA: Zoryan Inst. for Contemporary Armenian Research and Documentation.
- Yessaian, H. (1994) *Out of Turkey: The Life Story of Donik Haji Bey Yessaian* Dearborn, MI: Armenian Research Center.
- Zahigian, K. M. (1923) *One Page of Armenia's Tragedy: A Story of the Year Wherein We Have Seen Evil--The Testimony of an Eye Witness*. Cleveland: K.M. Zahigian.
- Zarevand (1971) *United and Independent Turania: Aims and Designs of the Turks*. Netherlands: E. J. Brill, Leiden.
- Zaroukian, A. (1985) *Men Without Childhood*. New York: Ashod Press.

6.1.3 Filmografia/ Websites e Memoriais

Ravished Armenia (1919) Black and White Sound Mix: Silent Directed by Oscar Apfel (1878 -1938) Also Known As: ***Armenia Crucified*** (1919) (USA: working title) ***Auction of Souls*** (1919) Credited cast: Aurora Mardiganian Herself (as Aurora Mardijanian) Irving Cummings Andranik Anna Q. Nilsson Edith Graham Henry Morgenthau Himself, as Ambassador

Based on the novel ***Ravished Armenia; the Story of Aurora Mardiganian, the Christian Girl, Who Lived Through the Great Massacres*** ... by Aurora Mardiganian (interpreted by H. L. Gates; New York, 1918). Summary: During World War I, the Turks accuse the Armenians of secretly supporting the Russians, and despite the pleas of American Ambassador Henry Morgenthau the Armenians are rounded up to be sent south. Families are broken up as the men and women are separated; many men are massacred; and the refugees are forced to march across the desert without food or water. At night, only those girls who are buried in the sand by older women are able to escape the "infamy" of the Turks. Against this background is told the story of Aurora Mardiganian, the daughter of a prosperous Armenian family of Harpout, in the shadow of Mt. Ararat. Passelt Pasha, the Turkish governor, demands her hand in marriage, but her father refuses since she would have to deny her Christian faith. Miss Graham, an English girl who teaches at the mission, feeling an obligation to her students, disguises herself as an Armenian and joins the refugees. Miss Graham and Aurora, with the aid of Andranik, a young shepherd attracted to Aurora, escape but are captured by Kurds, violated, and sold into a harem. They are sent to a slave market, after trying to escape, where Andranik buys them. They are captured again by Turks, who have pursued them into a monastery. As a warning against further escape attempts they are shown "a supreme horror--The Cult of the Germans": a long line of naked girls who have been crucified. However, they do manage to escape again, making their way to the American mission. see Anthony Slide, ***Ravished Armenia and the Story of Aurora Mardiganian*** (Rowman & Littlefield, 1997, 240 p.

Assignment Berlin Director: Hrayr Toukhanian Produced by: Muse Pictures, Hrayr Toukhanian Genre: Drama Date: 1983 Language(s): English Length: 94 Minutes (not 1998 movie of the same name)

Forty Days of Musa Dagh (1982, 143 min.) Page 1 of 11 Directed by Sarky Mouradian Writing credits Franz Werfel (novel) Alex Hakobian (screenplay) Michael Constantine Talaat Pasha Peter Haskell - Maris Durand (1982)

See Richard G. Hovannisian, "The Armenian Genocide and Patterns of Denial," in *The Armenian Genocide in Perspective*, ed. Richard G. Hovannisian (New Brunswick and Oxford, 1986), pp. 120-21, elaborates that the 1934 filming of Werfel's novel in Hollywood by Metro-Goldwyn-Mayer evoked Turkish protests. As a result, the State Department got involved, and the Turkish embassy was authorized to censor the script before filming began. Continued Turkish activities caused the film to be suppressed until 1982, when it was released by a group of private Armenian businessmen. also www.mousaler.com

Komitas 1988 Director Don Askarian www.don-askarian.am

KOMITAS (1869- 1935) One of the most renowned Armenian Churchmen and musician of modern times was Gomidas Vartabed, also known as Komitas From 1910 Komitas lived in Constantinople, where he founded the choir, "Gusan", with 300 members. They organized several successful concerts. To him the credit is due that he visited the remote regions of Armenia, where he collected the songs of the peasants. This way he preserved the memory of Armenian talk-songs for future generations. Following a concert with Armenian music in Paris, Claude Debussy said: "Had Komitas only composed the one song 'Homeless', even then he would have been a great artist". In 1915, the Turkish government realized its plan for the systematic destruction of the Armenian people, and 3/4 of the Armenian population perished (2 million victims). Komitas, in exile, witnessed the horrors of slaughter (pregnant women with bellies slit open. The rape of children, dismembered bodies, etc.). The first signs of a nervous disorder. Internment in a psychiatric hospital. Komitas found himself in a hopeless Situation: The people to which he had dedicated his entire life was almost destroyed. To this was to be added the engendering physical and Spiritual suffering to which Komitas was subjected in the psychiatric hospital. In October 1922, the mental hospital Viliejuif in Paris issued Komitas a certificate of discharge which, however was not used. He kept his memory and analytical ability. He did not compose a single note of music. All of the so-called normal humanity became disgusting for him. The most normal place for him was a psychiatric clinic. Komitas spent his 20 last years in mental hospitals. He died on October 22, 1935, at the Viliejuif. In 1936 remains of this great man was transferred to Yerevan and interred in the Pantheon. "devastated by the horrors of the 1915 massacre and spent the rest of his years in various mental institutions." emigrated from the Soviet Union to West Germany, and biographer Nune Hovhannisyan gushes, "He is perhaps the only director whose 'purely Armenian' films have been professionally distributed and proved financially successful in Germany, Japan, Holland and England

Ararat 2002, 115 min.) Atom Egoyan Director: Atom Egoyan Distributed by: Miramax Theatrical Release Date: November 15, 2002 (NY/LA)

This film-within-a-film follows the production of a historical epic about the holocaust (1915-1923) of 1.5 million Armenians in the Ottoman Empire, focusing on how it changes the life of a young man working as a driver on the set. www.egofilmarts.com

Filmes Documentários:

Dr. J. Michael Hagopian, a 37 year resident of Thousand Oaks, recently celebrated his 50th year as a documentary filmmaker. Amazingly, Hagopian survived the Armenian Genocide by being placed inside a well by his parents when their lives were in danger in 1915. Currently, Hagopian is completing ***The Witnesses***, a film which presents the Genocide through eyewitness accounts. He has also produced several other outstanding documentaries. *Where Are My People* is Hagopian's first Genocide film and the first ever produced on the subject. He made the 30-minute piece in 1965 and says the film was "a cry for help. It was like saying look what happened." *The Forgotten Genocide*, narrated by Armenian-American actor Mike Connors, was the second film in his series and was made in 1976. The third film Hagopian made called *The Armenian Genocide*, was commissioned by the State of California in 1991 and produced for use in public high schools.

Where Are My People? (1965, 28 Min) J. Michael Hagopian's classic documentary with emphasis on Armenian history - the first film ever produced on the Armenian Genocide;

The Forgotten Genocide (1976, 28 Min) The classic documentary of the first genocide of the Twentieth Century. Narrated by Mike Connors, television and motion picture star;(nominated for two Emmy Awards in production and writing)

The Armenian Genocide (24 Min) A film originally commissioned by the State of California after a nationwide competition. Specially prepared for young people.;

Cilicia . . . Rebirth in Aleppo (30 min.), An inspiring view of how the Armenian survivors of the Genocide established a new life for themselves in Syria;

Supplement to the Forgotten Genocide (17 min) The Supplement to *The Forgotten Genocide* continues beyond the genocide, to the establishment of the first Armenian Republic in 1918, the Sovietization of Armenia and the rebuilding of Armenian life in Diaspora. Narrated by Mike Connors;

The Armenian Case (45 Min) *The Forgotten Genocide* along with the Supplement to *The Forgotten Genocide* comprises the contents of *The Armenian Case*. Narrated by Mike Connors;

Mandate for Armenia (25 Min) A rare documentary by the U.S. Army of General James G. Harbord's mission to Turkey and the Republic of Armenia in 1919;

Legacy (23 Min) depicts the work of the Armenian Film Foundation and the importance of motion pictures in telling the Armenian story. Rare sequences reveal for the first time the burning of Smyrna, Kurds living on the slopes of Mount Ararat, lost Armenian communities in the Great Syrian Desert, and selected testimonies of eyewitness survivors of the Armenian Genocide now living in North America and Australia.<http://www.armenianfilmfoundation.com/films.html>

Een Muur van Stilte Dutch Directed and produced by Dorothée Forma Humanistische Omroep Foundation, The Netherlands - A critically acclaimed documentary film paralleling the personal and professional lives of Turkish historian Tanar Akcam and Armenian historian Vahakn Dadrian - and their call for international recognition of the Armenian Genocide. The 54 - minute film was shot in Turkey, Germany, Belgium and the United States and was shown on Dutch national television.

http://www.omroep.nl/human/tv/muur/W_O_S/home. & [htm http://www.omroep.nl/human/tv/muur/home](http://www.omroep.nl/human/tv/muur/home).

Mr. Akcam spent a year in prison for "spreading communist propaganda" before escaping to Germany. There, influenced in part by Germany's continuing struggle to understand its history, he began to confront his own country's past. While researching the post-World War I trials of Turkish leaders, he began working with Vahakn Dadrian, a pre-eminent Armenian historian of the killings. Their unlikely friendship became the subject of a 1997 Dutch film, "The Wall of Silence."

Testemunhos de Sobreviventes

[Sion Abajian](#) b. 1908 "We used to eat grass."

[Vahe Antreasyan](#) 1913 "[S]pared thanks to a Turkish family friend who took them into her own home and pretended that the boys were her sons"

[Bedros Bahadourian](#) b. 1903 "Two, three, four, five bodies on top of each other."

[Garabet Bogosyan](#) b.@1908 "One day soldiers had come and they rounded up all the men"

[Kristine Hagopian](#) b. 1906 "They raped him. Raped! Just like that. Right in front of us. And that official made us watch"

[Sam Kadorian](#) b. 1907 "I was covered with blood from the other bodies on top of me."

[Shahnazar Keotahian](#) b. 1902 "Suddenly an order was given to stop under a walnut tree."

[Arpiar Missakian](#) b. 1894 "They had mixed sand with the flour--so we ate this hard bread, and sand crunched under our teeth."

[Iskouhi Parounagian](#) b. 1897* "The loss of my mother in this way inflicted a pain of denial from which I have never recovered. For a long time, I would not speak."

[Edward Racoubian](#) b. 1906 "Of a caravan of nearly 10,000 people, there were now only some of us 300 left."

[Hayastan Terzian](#)* b. 1905 "Consul Davis saved us. Everybody else, my sisters, my maternal aunt, all of them, all of them, were deported. Our whole village was wiped out."

Lorna Touryan Miller, Donald Eugene Miller, *Survivors : An Oral History of the Armenian Genocide* (February 1999) Univ California Press, 1999, 274 pp.

See also the Miller's [The Armenian Genocide: Survivor Interview Guide](#) (helpful as a guide to any survivor interview) www.cilicia.com/armo10b1.html

[Click here - For Survivor and Eyewitness Testimonies from other Genocides](#)

Websites

Armenian National Institute (est. 1997) Website includes international affirmation about the Armenian genocide (statements, resolutions, proclamations, trial extracts), educational resources (how to teach about genocide, resource guides, curricula, information on video documentaries, etc.), genocide research (chronology, sample documents, photos, survey to press coverage, and guide to bibliographies). www.amermerian-genocide.org See also preparations for a **Armenian Genocide Museum and Memorial in Washington DC at 14th and G Streets, N.W.** (two blocks from the White House) to be opened in 2008. Ross Vartian, executive director of the Armenian Assembly of America and former head of the museum effort, says the Museum's purpose is twofold: Remembrance of the murder of 1.5 million Armenians by the Ottoman Empire between 1915 and 1923; and education of visitors about genocide in an effort to prevent it from happening anywhere else in the world

The Genocide Education Project (www.GenocideEducation.org) - The Genocide Education Project is a nonprofit organization and it's mission is to help prevent genocide by assisting educators, students, and educational organizations with teaching and learning about human rights and genocide, particularly the Armenian Genocide, by developing and distributing instructional materials, providing access to teaching resources and organizing educational workshops.

The Armenian Film Foundation Eastablished in 1979 in California by filmmaker J. Michael Hagopian. Many films are available from the websites online store. www.armenianfilm.org.

TeachGenocide.org (www.TeachGenocide.org) - Site published for teachers by The Genocide Education Project where various downloadable teaching resources are available on the Armenian Genocide.

Zoryan Institute for Contemporary Armenian Documentation and Research (est. 1982, Cambridge, MA) www.zoryan.org

Armenian Research Center University of Michigan

Dearborn www.umd.umich.edu/dept/armenian/

www.armenica.org Begun in 1998, to provide complete information source about Armenia and its related issues. contains the complete history of Armenia, covering the period between 800 B.C. and 2004. 370 pages, more than 1000 references and hundreds of maps. The history of Armenia is the first stage which is been put online. It contains about 350 pages of text, more than 1100 references written by about 280 different authors, researcher, politicians and travellers. Special thanks to Professor Richard G. Hovannisian for allowing us to use his works.

Center for Holocaust Studies (est 1979, Brookdale Community College Lincroft, NJ) "To be a resource for: education about historical issues of the Holocaust, genocide, elimination of racism, anti-Semitism and all forms of prejudice that damage our society; and development of outstanding programs and activities regarding these crucial human issues." The library includes books on the "Holocaust and other genocidal events in history". The center also sponsors "Armenian Remembrance Day This is our commemoration of the first genocide of the 20th century." www.holocaustbcc.org

Armenian American Society for Studies on Stress and Genocide, New York

International Executive Service Corps (IESC, est. 1964) volunteer business experts working in developing regions, including Armenia and Rwanda. In 2001 IESC joined with **Geekcorps**, the "Peace Corps for Geeks" - "technology volunteers enabling communities worldwide", which has a partnered with the Kigali, Rwanda firm Alphasoft, to run a database of cases being brought before Gacaca Trials.

Coalition for the Defense of Human Rights (CDHR) Est. in 1993 as a cooperative effort of ethnic and religious organizations that pledged to share resources, information, and to work together for the promotion of human rights in countries where Islamic extremism is dominant. **The Coalition for the Defense of Human Rights represents minority religious and ethnic communities under attack by an ideological movement that is intolerant, discriminatory, racist and even genocidal: a Radical Islamist-Jihad culture.** The Coalition for the Defense of Human Rights is an umbrella coalition representing various organizations from the following communities: Catholic, Protestant and Orthodox Christians, Jews, Hindus, Buddhists, Bahais, Humanist Muslims, Copts, Assyrians, Syriacs, Southern Sudanese, Maronites, Philipinos, West Africans, Ibos, Slavic Christians, Armenians, Arab Christians, Nubians, secular intellectuals, and women's groups. www.dhimmi.com

Zoryan Institute of Canada (est. 1984, Toronto, Ontario) Research centre on the Armenian Genocide www.zoryan.org A Division of the Zoryan Institute, the International Institute for Genocide & Human Rights Studies holds **Intensive, Two-week Summer Institute on Genocide and Human Rights to be held in Minneapolis (July 5-16, 2004) and Toronto (Aug. 3- 13, 2004)** providing 4 credits from the University of Minnesota. www.genocidestudies.org

Intensive, Two-week Summer Institute on Genocide and Human Rights to be held in Minneapolis (July 5-16, 2004) and Toronto (Aug. 3- 13, 2004)

Two summer courses, providing 4 credits from the University of Minnesota, will feature world-renowned genocide scholars Taner Akçam, Joyce A. Apsel, Brent Beardsley, Frank Chalk, Vahakn N. Dadrian, Stephen C. Feinstein, Richard G. Hovannisian, Jacques Kornberg, Eric Markusen, Roger W. Smith and Gregory Stanton. The program uses a multidisciplinary approach to compare the Jewish Holocaust, the Cambodian Genocide and the Rwandan Genocide, among others, with a focus on the Armenian Genocide as the archetypal genocide of the 20th Century. The courses are organized by the International Institute for Genocide & Human Rights Studies (A Division of the Zoryan Institute) www.genocidestudies.org

Peace Pledge Union (est. 1934, London) Study guide on genocide for student, teachers and parents, includes material on past genocides in NAMIBIA, ARMENIA, UKRAINE, the HOLOCAUST, CAMBODIA, GUATEMALA, RWANDA and BOSNIA www.ppu.org.uk/genocide/

www.theforgotten.org (est. 2002) Armenian Genocide education website with high bandwidth graphic, photos and film interviews with survivors and others

Imperial War Museum (London) Offers two permanent exhibitions concerning genocide: "**The Holocaust Exhibition**" (opened 2000) and "**Crimes against humanity: an exploration of genocide and ethnic violence**" examines the common features of genocides and instances of ethnic violence over the last one hundred years, including Nazi Germany, Bosnia, Cambodia, Armenia and Rwanda. www.iwm.org.uk

Australian Institute for Holocaust and Genocide Studies (est. 2000, Shalom College, University of New South Wales, Sydney, formerly Centre for Comparative Genocide Studies, est. 1993) Website includes a special "Pontian Genocide and Asia Minor Holocaust Research Unit" which collects and translates archives and eyewitness testimonies. www.aihgs.com

Shato D'Sayfo (Year of the Sword): Ottoman Genocide Against the Assyrian Nation 1915 www.aina.org/martyr.htm The Armenians lost 1.5 million, Assyrians (Chaldeans) lost 250,000 people.

6.1.4 Mapeamento das Similaridades e Antagonismos

CARACTERÍSTICAS	ALGOZES (Turcos)	VÍTIMAS (Armênios)
Populacionais	<ul style="list-style-type: none"> • População de 20,0 milhões de pessoas. 	<ul style="list-style-type: none"> • População de 2,5 milhões de pessoas.
Comportamentais	<ul style="list-style-type: none"> • Valorizavam lealdade e obediência cega aos governantes; • Acreditavam na superioridade do povo turco, e buscavam a justiça natural da supremacia e poder. 	<ul style="list-style-type: none"> • Grande ênfase à formação e educação; • Famílias mais abastadas enviavam seus filhos para estudar no exterior (Paris e Veneza, principalmente); • Forte nacionalismo e tradição.
Étnicas	<ul style="list-style-type: none"> • Descendentes dos Halaf (séc. VII aC), e dos Hurrian (séc. IV aC), o povo Oguz que, por volta do séc. II aC constituiu a maioria populacional da região da Anatólia, deu origem à Turquia. 	<ul style="list-style-type: none"> • Os primeiros registros históricos de habitantes do país do Ararat foram os caldos, no séc. VI aC. Os armênios formaram-se a partir da miscigenação entre caldos, russos e danúbios, oriundos respectivamente das estepes e planícies.
Geográficas	<ul style="list-style-type: none"> • Em seu apogeu, no séc. XVI, o Império Turco-Otomano compreendia grande parte do sudeste europeu, norte da África, e quase todo o Oriente Médio. 	<ul style="list-style-type: none"> • Pequeno enclave no Médio Oriente, entre os mares Negro, Mediterrâneo e Cáspio, apresentando-se como passagem estratégica entre os continentes asiático e europeu; • Trata-se de uma “ilha-montanha”, de grande risco e instabilidade sísmica, com planaltos variando entre 1,000 e 2,000 metros, bem como montanhas entre 3,000 e 4,000 metros. O Monte Ararat, seu cartão postal, eleva-se a 5,172m; • O clima é continental e, portanto, bastante rigoroso. Verão curto e tórrido; inverno glacial, com nevascas entre outubro e maio.
Econômico-Funcionais	<ul style="list-style-type: none"> • Maior parte da população era constituída por camponeses e pequenos e desestruturados comerciantes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Comerciantes, homens de negócios, qualificados artesãos e profissionais liberais (médicos, advogados, funcionários públicos, etc).

Tabela 8A – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio dos Armênios – preparado pelo autor.

CARACTERÍSTICAS	ALGOZES (Turcos)	VÍTIMAS (Armênios)
Políticas	<ul style="list-style-type: none"> • Teocracia islâmica, com rígida separação entre muçulmanos e não-muçulmanos; • Os não-muçulmanos eram, ainda, divididos em (i) nações em guerra; (ii) nações em paz e reconciliação; • Todo um conjunto de leis, direitos e obrigações era definido a partir dessa prévia categorização do povo; • Pela própria história de sucessivos governantes despóticos e autocráticos, além de sua pouca inclinação à oxigenação e interação com nações estrangeiras, não aspirava a princípios liberais e democráticos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Como subproduto da ocupação e convivência com o subjugador, viviam em Millets (como que enclaves sociais) com regras próprias e segregadas dos efetivos cidadãos muçulmanos, tendo de conviver e aceitar diferenças de tratamento legal, moral e econômico-tributário, “posto serem inferiores”; • Seu líder era o único responsável, e oficialmente autorizado, a interagir com o poder subjugador; • Dada a educação e inclinação à internacionalização e intercâmbio com nações européias, princípios de igualdade, participação, cidadania, e democracia começaram a difundir-se entre os jovens de classes mais abastadas.
Religiosas	<ul style="list-style-type: none"> • Fundamentalismo islâmico-muçulmano (Turanismo). 	<ul style="list-style-type: none"> • Primeiro povo a converter-se, oficialmente, ao Cristianismo (entre 301 e 304 de nossa era); • Tem seu próprio papado, com uma tradicional igreja cristã ortodoxa.
Culturais	<ul style="list-style-type: none"> • Grande maioria analfabeta; • Pouco valor à educação (não havia um único Instituto de Educação Superior, em todo seu Império). 	<ul style="list-style-type: none"> • Alfabeto e língua próprios; • Artes, Literatura e Arquitetura marcantes e independentes; • Muito abertos às inovações científicas e tecnológicas; • Ávidos por conhecer e absorver os conhecimentos de sociedades ocidentais e desenvolvidas.

Tabela 8A – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio dos Armênios – preparado pelo autor – (continuação).

Observam-se, assim, grandes e importantes diferenças entre os grupos. A segregação e polarização foram facilitadas não só pelas claras e facilmente perceptíveis diferenças étnicas, fisiológicas e culturais, bem como geográficas e sociofuncionais, mas por símbolos de identificação, como os lenços e sapatos vermelhos que os armênios necessariamente deviam usar. Suas casas, não só pela arquitetura, mas pelas dimensões, eram igualmente de fácil identificação quando comparadas às turcas. Os Millets – enclaves sociais – serviam, igualmente, a bem isolar e agrupar a comunidade armênia. Seus cultos religiosos, tradições e manifestações culturais permitiam, igualmente, rápida e fácil segregação. Posto que os armênios dispunham de idioma e alfabeto próprios, também por meio da comunicação sua segregação era facilitada.

Argumentativamente, além da percepção de desequilíbrio (tributário, funcional e econômico), os turco-otomanos defendiam a aniquilação de armênios – a solução final da Questão Armênia – a partir do entendimento da necessidade geopolítica de dispor do território, dado seu importante acesso a rotas comerciais e militares, bem como pela desumanização das vítimas.

A organização, planejamento e envolvimento da sociedade foram garantidos a partir de eficientes modelos de comunicação e distribuição de poder. As técnicas de extermínio, embora rudimentares, mostraram-se eficientes, pois com as marchas forçadas, por exemplo, capitalizou-se nas características geográficas e climáticas da região.

Finalmente, a negação do Genocídio e responsabilização das vítimas cristaliza a posição desrespeitosa e preconceituosa que os grupos, ainda hoje, guardam entre si.

6.1.5 Contraposição ao Modelo “Aplicado”

<i>Modelo de Stanton</i>	<i>Armênios</i>
Classificação	<ul style="list-style-type: none"> • Importantes diferenças étnicas, religiosas, políticas, econômico-funcionais, e mesmo culturais (incluindo idioma escrito e falado); • Barreiras políticas, sociais, e legais à miscigenação e integração entre os grupos.
Simbolismo	<ul style="list-style-type: none"> • Armênios deviam portar lenços e sapatos vermelhos, que os diferenciavam de outros povos; • Armênios não podiam ter residências em determinadas localidades. Até mesmo o tipo de construção e arquitetura deveria ser compulsoriamente diferente da dos povos amigos.
Desumanização	<ul style="list-style-type: none"> • Há várias citações onde turcos referem-se a armênios como uma sub-raça; um povo hediondo que não merece respeito, ou goza de atribuições comuns às espécies superiores.
Organização	<ul style="list-style-type: none"> • Há vários documentos comprovando a organização, o comando, o planejamento do Estado turco para a execução de armênios: a forma de execução, a destinação dos corpos, o discurso oficial.
Polarização	<ul style="list-style-type: none"> • Jovens turcos extremistas, entendendo que os fins justificariam os meios, visando o objetivo maior da Turquização e manutenção e desenvolvimento de um grande estado, promoveram discurso de ódio e radicalização.
Preparação	<ul style="list-style-type: none"> • Isolamento das vítimas, seguido de deportação: as grandes marchas da fome; • Desarmamento de armênios.
Extermínio	<ul style="list-style-type: none"> • Valeram-se das mais variadas, e por vezes, primitivas técnicas: fuzilamentos em massa, assassinatos por espadas, baionetas, machados, serras; afogamentos, queimaduras, torturas e espancamentos, marchas forçadas, fome.
Negação	<ul style="list-style-type: none"> • Até os dias de hoje, não obstante as pressões internacionais, não houve reconhecimento do governo turco.

Tabela 8B – Genocídio dos Armênios: Contraposição ao Modelo do Stanton.

6.1.6 Contraposição ao Modelo “Teórico”

<i>Desengajamento Moral</i>	<i>Armênios</i>
Justificação Moral	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade territorial à materialização dos planos de expansão turca; • Tinham de manter a coesão e supremacia do grande Império, não aceitando a independência; • A cultura, tradição, religião e comportamento armênios eram significativamente contrários aos do Império.
Linguagem Eufemística	<ul style="list-style-type: none"> • Marchas; • Questão Armênia; • Deslocamentos populacionais.
Comparação Vantajosa	<ul style="list-style-type: none"> • Preferível a realocação ao extermínio.
Difusão de Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Atomização de funções entre os burocratas.
Deslocamento da Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Afirmaram que os eventuais atos de exceção do conflito foram cometidos de lado a lado; típico do contexto militar e geopolítico da época.
Distorção das Consequências	<ul style="list-style-type: none"> • Negação das estatísticas; • Não reconhecimento da planificação e organização estatal; • Pressão sobre os depoentes e vítimas; • Pressão sobre os parceiros internacionais para o não reconhecimento.
Desumanização	<ul style="list-style-type: none"> • Frequentes comparações a insetos, pragas.
Atribuição de Culpa	<ul style="list-style-type: none"> • Culpabilização das vítimas: pelo comportamento, pelas atividades, pela religião, pela ocupação territorial, pelo descuido e leniência durante as marchas, pelos boicotes, etc.

Tabela 8C – Genocídio dos Armênios: Contraposição ao Modelo do Desengajamento Moral, do Bandura.

6.2 Holodomor (ou Fome na Ucrânia)

6.2.1 Breve História

Stalin, líder da União Soviética, arquitetou eventos que causaram uma crise de fome na Ucrânia, destruindo um povo que buscava independência de seu governo. Como resultado, estima-se que 7 milhões de pessoas tenham morrido de fome, em uma região paradoxalmente conhecida como “A cesta de pão da Europa”. Assim, privou-se comida às pessoas que, com suas próprias mãos, a produziam.

Fome, quando causada por catástrofes naturais como clima, enchentes, ou mesmo pragas é um fenômeno terrível. No entanto, os episódios que se sucederam entre 1932 e 1933 na Ucrânia causam especial comoção, posto terem sido fruto de políticas governamentais de burocratas que, então, governavam a União Soviética.

O movimento de independência da Ucrânia surgiu como enfrentamento aos ideais e princípios comunistas. A Ucrânia, que tem o tamanho aproximado da França, esteve sob o domínio dos Imperadores Russos por quase 200 anos. Com o colapso da regra czarista de março de 1917, parecia que a tão almejada e esperada oportunidade de independência havia chegado. Ucrânios otimistas declararam a Ucrânia como uma República Popular Independente, e restabeleceram como capital e sede do Governo a antiga cidade de Kiev.

Entretanto, a liberdade recém conquistada duraria pouco. No final de 1917, Lênin, o primeiro líder da União Soviética, clamou por todas as áreas originalmente ocupadas pelos czares, especialmente a fértil Ucrânia. Como resultado, quatro anos de caos e conflitos se seguiram quando as tropas nacionais ucranianas lutaram com o Exército Vermelho de Lênin, bem como contra o Exército Branco Russo, além de outras forças invasoras, tais como alemães e poloneses.

Em 1921, as batalhas encerraram-se com vitória soviética, enquanto a parte oriental da Ucrânia foi dividida entre a Polônia, Romênia e Tchecoslováquia. Os soviéticos começaram a embarcar, imediatamente, grandes quantidades de grãos, a fim de garantir a alimentação de contingentes de esfomeados em Moscou, assim como outras grandes cidades russas. Coincidentemente, ocorreu uma seca na Ucrânia, espalhando fome e o crescimento de um sentimento popular contrário a Lênin e aos soviéticos.

Com vistas a reduzir o ressentimento, Lênin suavizou a pressão sobre o país, parou de lhes tirar tanto volume de grãos e chegou mesmo a encorajar um mercado livre para troca de bens. Esse alívio pontual renovou o interesse das pessoas pela independência, resultando em um movimento nacionalista celebrado por meio de atividades folclóricas, língua, poesia, música, artes, além da religião ortodoxa ucraniana.

Assim, os agricultores passaram a gozar de relativa paz e prosperidade, sendo livres para cultivar suas próprias terras, desde que revertissem, quando das colheitas, parte da produção ao governo como pagamento de impostos. Essa política de tolerância permitiu uma rápida recuperação das ruínas herdadas pela Revolução e a Guerra Civil que a sucedeu.

Muito embora essa política tenha sido importante à recuperação da economia soviética, que já se estabelecia mundialmente como importante fornecedora de grãos, os marxistas mais ortodoxos acompanhavam com grande desaprovação tal liberalidade. Insistiam em dois argumentos fundamentais: (i) a existência de múltiplas e pequenas unidades produtivas agrícolas (as propriedades agrícolas já haviam sido confiscadas pelo Estado, durante a Revolução) era ineficiente, pois seriam antieconômicas, absorvendo contingentes de trabalhadores maiores do que aqueles que seriam necessários em grandes e estatizadas unidades produtivas; e (ii) era uma concessão politicamente perigosa posto que, diferentemente do que ocorria em outros setores de atividade econômica, o governo não teria total e absoluto controle dos produtores, e dos meios de produção. Havia a percepção de que, enquanto classe, esses produtores poderiam barganhar com o governo por aumento de preços, ou ainda, alteração de suas condições de trabalho.

Lênin, morto em 1924, foi sucedido por Stalin. Para este último, o ressurgimento de um movimento nacionalista burguês, bem como a contínua perda de influência soviética na Ucrânia eram absolutamente inadmissíveis. A fim de eliminar o espírito de liberdade do povo ucraniano, Stalin começou a empregar os mesmos métodos que ele havia, de forma bem-sucedida, utilizado na União Soviética.

No biênio 1926-27 cresceu a pressão dos burocratas comunistas sobre os produtores rurais e fazendeiros (que constituíam 80% da população, à época). Assim, aqueles que se mostravam mais empreendedores, prósperos e eficientes eram penalizados com pesados impostos e expropriações. Esse claro desincentivo à expansão da produção e eficiência levou a um importante decréscimo de volumes já nas colheitas de 1928.

Contrariamente ao que se esperaria pelas consagradas formas de estimular a oferta, o governo intensificou a pressão sobre os produtores rurais e fazendeiros, com a rápida expansão da coletivização. Uma sociedade que era formada por algo em torno de 25 milhões de unidades produtivas familiares foi redistribuída em 250 mil fazendas coletivas e centralmente controladas pelo Estado. Assim, terra, gado, implementos agrícolas, e todo tipo de equipamento ou meio de produção foram confiscados e entregues à coletividade: as cooperativas. Essas eram administradas por pessoas externas à realidade da comunidade, muitas vezes completamente ignorantes das condições locais, ou mesmo de técnicas de produção e produtos agrícolas, mas que gozavam da confiança e simpatia dos burocratas comunistas.

As fazendas coletivas - cooperativas agrícolas - na prática, assemelhavam-se mais a colônias penais agrícolas nas quais os produtores eram forçados à servidão absoluta. Os novos gestores de tais unidades produtivas, designados muito mais por sua absoluta e total paixão e alinhamento ideológico aos princípios comunistas, eram jovens desqualificados e insensíveis às reais necessidades dos produtores, e antigos fazendeiros.

Gulags foram campos de concentração espalhados por toda a União Soviética. Como bem aponta Applebaum (2004), a palavra Gulag é um acrônimo de *Glavnoe Upravlenie Lagerei*, ou Administração do Campo Principal. Com o tempo, o termo passou a significar não apenas a Administração do Campo de Concentração, mas o sistema soviético de trabalho escravo propriamente dito, em todas as suas formas e variações: campos de trabalho forçado, campos de punição, campos de emprisonamento político e criminal, campos de mulheres, campos de crianças, campos de transição. De forma ainda mais ampla, o termo Gulag passou a representar o sistema de repressão soviética: as prisões, os interrogatórios, os transportes em vagões animais e não aquecidos, os trabalhos forçados, a destruição das famílias, os anos de exílio, os extermínios.

Embora tenha seus antecedentes na Rússia Czarista, foi após a Revolução de 1917 que os Gulags tornaram-se uma parte integrante do sistema soviético. Terror em massa contra os inimigos reais ou imaginários foi uma estratégia e prática usual desde os primeiros anos de Lênin.

A partir de 1929, os campos de concentração ganharam novo significado e importância. Stalin decidiu que o trabalho forçado seria uma das forças-motrizas ao desenvolvimento e rápida industrialização que se pretendia na União Soviética, bem como a forma de colonizar e ocupar as inóspitas regiões praticamente inabitadas do norte.

Ao longo dos anos 30, os Gulags tiveram expressiva expansão e podiam ser encontrados em cada uma das doze regiões horárias da União Soviética. Entre 1930 e 1933, mais de 2 milhões de camponeses Kulaks foram exilados na Sibéria ou Kazaquistão, bem como a outras regiões fracamente povoadas da União Soviética, onde passaram seus últimos dias na condição de “exilados especiais”, proibidos de deixar suas cidades de destino. Cem mil mais foram emprisonados em Gulags.

Desafiados por condições desumanas, bem como pelo sentimento da injustiça de terem sido roubados de suas propriedades, meios de produção, estilo de vida e cultura, os produtores – fossem eles russos, ucranianos ou da Ásia Central – lutaram, desesperadamente, contra essa espoliação.

Stalin impôs-lhes o sistema soviético de gestão da terra, conhecido como coletivização. Isso resultou em total eliminação de terras e rebanhos privados, em uma região tipicamente composta por vilarejos rurais tradicionais. Entre esses fazendeiros, havia uma classe denominada de Kulaks pelos comunistas. Os Kulaks eram, originalmente, fazendeiros abastados que possuíam 24 ou mais acres de terra, ou que empregavam trabalhadores rurais. Stalin acreditava que qualquer possível futura insurreição seria comandada pelos Kulaks. Assim, proclamou uma política para os liquidar como classe.

A propaganda oficial apresentava-os como exploradores e parasitas, sendo que na maior parte das circunstâncias, tratavam-se, apenas, de produtores mais eficientes e competentes.

Na prática, a própria segregação e identidade dos Kulaks era relativa, posto que eram assim rotulados muito mais por aspectos políticos do que étnicos, sociais ou econômicos. A arbitrariedade do termo referia-se a qualquer camponês que oferecesse, ou pudesse pretensamente oferecer, resistência à coletivização. Como explicado por Lewin (1968), “Kulak era aquele que assim fosse declarado pelas autoridades”.

Declarados inimigos do povo, os Kulaks foram privados de moradia ou qualquer outra posse, sendo que tudo lhes fora tirado, até mesmo seus utensílios domésticos e de cozinha. Decretou-se que era formalmente proibido, por lei, ajudar qualquer família Kulak desprovida, ou em necessidade. Alguns pesquisadores estimam que 10 milhões de pessoas foram retiradas de suas casas, postas em vagões de trem, e deportadas para “assentamentos especiais” na inóspita Sibéria da época, com cerca de um terço delas padecendo a morte frente às terríveis condições climáticas e de vida que lhes foram impostas. Homens, adolescentes, mulheres sem crianças e mulheres solteiras tornaram-se trabalhadores escravos em minas e grandes projetos industriais soviéticos. Aqueles que resistiram a tais determinações foram executados, e suas famílias exiladas nas inóspitas regiões do nordeste soviético.

Na Ucrânia, antigos fazendeiros foram rebaixados a simples trabalhadores agrícolas, em enormes e coletivas fazendas. Qualquer um que se negasse a participar do sistema compulsório de coletivização era simplesmente denunciado como Kulak, e deportado.

Uma campanha de comunicação foi conduzida por jovens ativistas comunistas que almejavam arregimentar suporte ao regime soviético. Suas tentativas foram, contudo, infrutíferas. A despeito da propaganda, coerção e ameaças, o povo continuava a resistir por meio de atos de rebeldia e sabotagem. Eles queimavam suas próprias casas, ao invés de se renderem. Eles reconquistavam suas propriedades, utensílios agrícolas, e animais da coletividade, perseguiram e até assassinavam as autoridades soviéticas locais. Essas atitudes acabaram por contrapor-los ao poder e comando soviético de Stalin.

Tropas soviéticas e a polícia secreta foram rapidamente enviadas a fim de conter os rebeldes. Eles confrontaram fazendeiros com tiros de aviso por sobre suas cabeças. Em alguns casos, no entanto, eles atiraram diretamente contra o povo. A polícia secreta de Stalin (GPU, que foi a predecessora da KGB) também se juntou à campanha, espalhando terror com vistas a abalar o moral de seus opositores. Esquadrões da GPU sistematicamente atacaram e mataram fazendeiros que se negaram a cooperar.

A partir do início de 1929, mais de cinco mil acadêmicos, cientistas, líderes religiosos e culturais ucranianos foram presos, após terem sido falsamente acusados de conceber e estimular uma revolta armada. Esses prisioneiros foram ou mortos sem julgamento, ou deportados a campos de trabalho forçado, em regiões remotas da Rússia.

Mace (1997) relata a destruição dos Kulaks promovida durante a coletivização soviética:

Transformando a sociedade pela força...requer a mobilização e motivação de grandes contingentes populacionais que podem ser acessados uma vez acionados pelos desejos e necessidades do Regime...Com vistas a expropriar os Kulaks, impor a coletivização, bem como tomar posse dos produtos e produção agrícola, as autoridades mobilizaram todos e tudo aquilo que puderam.

Complementarmente, Alvarez (2001) afirma que o Genocídio dos Kulaks demandou o envolvimento e comprometimento de vários elementos da sociedade soviética, como sindicatos, trabalhadores, burocratas, ativistas, camponeses, soldados, e policiais, entre outros.

Hochschild (1994) sugere forte engajamento, comprometimento e mobilização social para a aniquilação dos Kulaks, afirmando que:

Praticamente todo o país – uma parte denunciando, uma segunda parte julgando, uma terceira executando pessoas, e a quarta parte vigiando os campos de concentração.

A resistência continuou, porém. As pessoas mostravam obstinação em voltar à condição anterior à sovietação de suas vidas. Algumas se recusavam a trabalhar por completo, deixando que o trigo e demais grãos se estragassem nos campos sem que fossem colhidos. Mais uma vez, estavam contrapondo-se ao poder de Stalin.

Robinson (1932) expõe a hostilidade instaurada, a partir de instruções enviadas a um burocrata-gestor, de uma das fazendas coletivizadas:

Os camponeses estão adotando uma nova tática. Eles se recusam a colher a safra. Eles pretendem deixar os grãos apodrecerem no campo, de tal sorte a pressionar o governo soviético com uma quebra de safra. Todavia, o inimigo comete um grave erro de cálculo. Vamos mostrar-lhes o que é a fome. Sua missão é impedir a sabotagem Kulak das colheitas. Você deve executá-la até o último grão, e trazê-la às áreas de estocagem. Os camponeses não estão trabalhando. Eles estão contando com estoques formados a partir de colheitas precedentes, cujos estoques eles mantêm escondidos. Devemos forçá-los a entregar seus estoques.

Em Moscou, Stalin respondia a tal insubordinação ditando políticas que culminariam em milhões de mortes por fome forçada.

Por volta de meados de 1932, em torno de setenta e cinco por cento das fazendas ucranianas haviam sido, forçadamente, coletivizadas. A partir de determinações de Stalin, houve importante aumento de volume de exportação de alimentos à União Soviética em agosto, outubro e, novamente, em janeiro de 1933, até que não houvesse, literalmente, qualquer alimento ao povo ucraniano.

Praticamente toda a enorme colheita de trigo ucraniana daquele ano foi enviada ao exterior para gerar caixa e ajudar o Plano Quinquenal de Stalin à modernização da União Soviética, bem como financiar a massiva militarização. Caso o trigo tivesse permanecido na Ucrânia, estima-se que teria sido suficiente para alimentar toda a população por dois anos inteiros.

O terror não foi uma exclusividade dos camponeses. Os comunistas ucranianos também eram vistos como obstáculos aos objetivos de Stalin. Em 1929, o Partido Comunista Ucraniano e Organizações Soviéticas tiveram importantes e constantes desavenças, particularmente em relação à política de quotas-alvo de grãos.

Comunistas ucranianos apelaram a Moscou que, urgentemente, reduzisse as quotas de exportações de grãos, bem como pediram o envio emergencial de alimentos. Stalin respondeu denunciando-os como traidores, enviando 100 mil soldados russos a fim de extinguir o Partido Comunista Ucraniano.

Os soviéticos fecharam as fronteiras ucranianas, impedindo que qualquer alimento entrasse, transformando o país em um enorme campo de concentração. As tropas soviéticas na Ucrânia chegaram ao ponto de ir de casa em casa, buscando vestígios de alimentos, deixando a população local sem qualquer tipo de provento.

Todo alimento passou a ser considerado propriedade do Estado. Qualquer um que fosse surpreendido roubando a propriedade do Estado, mesmo uma espiga de milho ou grão de trigo, poderia ser morto ou preso por pelo menos dez anos.

Uma epidemia de fome rapidamente espalhou-se pela Ucrânia, sendo que os sintomas da desnutrição atingiram mais rapidamente os mais vulneráveis: crianças e velhos. Os sorrisos das crianças foram substituídos pela expressão da dor, e da fome constantes.

Mães desesperadas de regiões mais afastadas jogavam suas crianças em vagões que se dirigiam à Kiev, na esperança de que alguém delas tivesse compaixão. Nos grandes centros, contudo, crianças e adultos estavam morrendo de desnutrição nas ruas, com seus corpos sendo recolhidos pelas municipalidades a fim de serem enterrados em enormes e coletivas valas.

Enquanto policiais e oficiais do Partido Comunista permaneciam bem alimentados, ucranianos desesperados comiam folhas, arbustos, árvores. Matavam cães, gatos, sapos, ratos e pássaros a fim de se alimentarem. Outros, levados à loucura pela fome, voltaram-se ao canibalismo, com pais chegando mesmo a comer seus filhos.

Nesse meio tempo, silos controlados pelo Governo soviético estavam abarrotados de estoques de reserva de grãos, que ainda não haviam sido exportados da Ucrânia. Em algumas regiões, grãos e batatas eram estocados em áreas abertas, protegidas por cercas e muitos e bem armados guardas da GPU, que matavam qualquer indivíduo que tentasse adentrar nas áreas de estocagem. Animais rurais considerados necessários à produção eram regularmente alimentados, enquanto as pessoas que com eles conviviam não tinham acesso a qualquer alimento.

Com decretos expedidos em julho e agosto de 1932, Stalin consolidou a base de sanções legais que lhe permitiam o confisco integral de grãos dos camponeses. Por esses decretos, toda e qualquer propriedade de uma fazenda coletiva, fossem grãos ou gado, seria propriedade “sagrada e inviolável” do Estado. Aqueles que se opusessem a tal definição deveriam ser objeto de execução sumária, salvo em casos de real e inquestionável situação atenuante, quando se aplicaria a pena de encarceramento por período superior a dez anos.

Na primavera de 1933, no pico da epidemia de fome, estima-se que 25 mil pessoas morriam a cada dia na Ucrânia. Cidades inteiras estavam desaparecendo. Na Europa, América e Canadá descendentes de ucranianos respondiam aos apelos de seus familiares enviando-lhes suprimentos e alimentos. Todos os embarques eram, contudo, confiscados pelas autoridades soviéticas. Era política oficial soviética negar a existência de qualquer problema relacionado à fome na Ucrânia, e conseqüentemente, negar qualquer oferta de auxílio externo. Qualquer indivíduo que afirmasse que havia, de fato, uma crise de fome na Ucrânia, era acusado de fomentar propaganda anti-soviética. Na União Soviética, uma pessoa poderia ser presa exclusivamente por utilizar a palavra “fome” em uma sentença.

Os soviéticos sustentaram a negação do problema, apresentando fotos de membros da imprensa internacional e celebridades em paisagens cuidadosamente construídas na União Soviética e Ucrânia. O escritor George Bernard Shaw, juntamente com um grupo de socialistas ingleses, visitou a União Soviética e voltou com uma impressão muito positiva, que ele fez questão de disseminar pelo mundo.

Edouard Herriot, notável homem público francês da época, teve a oportunidade de permanecer cinco dias em visita assistida na Ucrânia. Inspeccionou uma fazenda modelo de coletivização. Ele voltou, igualmente, com uma impressão bastante favorável, chegando inclusive a declarar que não havia fome alguma na Ucrânia.

De volta a Moscou, seis engenheiros britânicos que trabalhavam na União Soviética foram presos e condenados por sabotagem, espionagem e corrupção, sendo sentenciados com pena de morte. O espetáculo do julgamento que se sucedeu teve o intuito de cinicamente desviar a atenção dos jornalistas internacionais em relação ao problema da fome. Os jornalistas foram ameaçados de expulsão do julgamento caso voltassem a escrever sobre o problema da fome. Boa parte da imprensa internacional atendeu à demanda soviética, não mais escrevendo sobre a fome na Ucrânia, ou escrevendo artigos que evidenciavam alinhamento e simpatia com a propaganda soviética. Entre esses jornalistas, pode-se citar o laureado do prêmio Pulitzer, Walter Duranty, do *New York Times*, que chegou a escrever:

(...) toda a conversa sobre fome, agora, é ridícula.

Fora da União Soviética, governos do Oeste adotaram uma atitude passiva em relação ao problema, muito embora alguns deles tenham de fato se tornado sabedores do problema real que se passava na Ucrânia, por meio de canais diplomáticos. Em novembro de 1933, os Estados Unidos, por meio de seu presidente, Franklin D. Roosevelt, optaram por reconhecer formalmente o Governo Comunista de Stalin, negociando as bases para um novo acordo de comércio. No ano seguinte, o padrão de negação do problema pelo Oeste culminou com a admissão da União Soviética à Organização das Nações Unidas.

O Plano Quinquenal de modernização de Stalin dependia fortemente da compra de enormes volumes de produtos manufaturados e tecnologia de nações ocidentais. Essas nações, desejosas de manter importantes e lucrativas atividades comerciais, concordaram em ignorar o problema da fome na Ucrânia.

Até o final de 1933, praticamente um quarto da população ucraniana, incluindo três milhões de crianças, havia sido dizimada. Os Kulaks, enquanto classe, tinham sido extintos. Toda uma nação havia sido transformada. Com seus objetivos imediatos atingidos, Stalin permitiu o afrouxamento do isolamento da Ucrânia, abrandando, então, a crise de fome que lhes fora imposta.

6.2.2 Bibliografia Complementar

- Adler, N. (2002) *The Gulag Survivor*, New Brunswick, NJ.
- Agnew, J. (1997) *The Comintern*, New York.
- Amalrik, A. (1970) *Involuntary Journey to Siberia*, trans. Manya Hirari and Max Hayward, New York.
- Amis, M. (2002) *Koba and Dread: Laughter and the Twenty Million*, London.
- Ammende, E. (1984) *Human life in Russia*, Cleveland: J.T. Zubal, reprint, originally published: London, England: Allen & Unwin, 1936.
- Andrew, C., Gordievsky, O. (1990) *KGB: The Inside Story*, New York.
- Applebaum, A. (2001) *A History of Horror*, Anchor, New York, USA.
- _____, (2004) *Gulag : A History*, Anchor, New York, USA.
- Bacon, E. (1994) *The Gulag at War*, London.
- Bardach, J., Gleeson, K. (1998) *Man is Wolf to Man: Surviving Stalin's Gulag*, London.
- Beck, F., Godin, W. (1951) *Russian Purge and the Extraction of Confession*, trans. Eric Mosbacher and David Porter, London.
- Berger, J. (1971) *Nothing But the Truth*, New York.
- Besançon, A. (1991) *Le Tsarevitch Immolé*, Paris.
- Brackman, R. (2001) *The Secret File of Joseph Stalin*, London and Portland, OR.
- Brodsky, J. (1998) *Solovki: Le Isole del Martirio*, Rome.
- Browne, M. (1971) *Ferment in the Ukraine*, Woodhaven, New York.
- Buber-Neumann, M. (1949) *Under Two Dictators*, trans. Edward Fitzgerald, London.
- Bukovsky, V. (1978) *To Build a Castle – My Life is a Dissenter*, New York.
- Colonna-Czosnowski, K. (1998) *Beyond the Taiga: Memoirs of a Survivor*, Hove, Sussex.
- Conquest, R. (1987) *The Harvest of Sorrow: Soviet Collectivization and the Terror-Famine*, Oxford University Press, London, England.
- Conquest, R. (1993) *Stalin: Breaker of Nations*, London.

- _____, (1996) *Small Terror, Few Dead*, The Times Literary Supplement, May 31st.
- Dallin, A., Firsov, F. I. (2000) *Dmitrov and Stalin: 1934-1943, Letters from the Soviet Archives*, New Haven and London.
- Darel, S. (1973) *A Sparrow in the Snow*, Barbara Norman, New York.
- Djilas, M. (1962) *Conversations with Stalin*, trans. Michael Petrovich, New York.
- Dmitriev, H. (1992) *Surviving the Storms: Memory of Stalin's Tyranny*, trans. Cathleen A. McClintic and George G. Mendez, Fresno, CA.
- Dolot, M. (1985) *Execution by Hunger: The Hidden Holocaust, a survivor's account of the Famine of 1932-1933 in Ukraine*, W.W. Norton & Company Inc., New York.
- Ekart, A. (1954) *Vanished Without Trace: Seven Years in Soviet Russia*, London.
- Famine in Ukraine 1932-33 (1986), edited by Roman Serbyn and Bohdan Krawchenko, -- Edmonton: Canadian Institute of Ukrainian Studies [Selected papers from a conference held at the Universite du Quebec a Montreal in 1983).
- Fehling, H. (1951) *One Great Prison: The Story Behind Russia's Unreleased POWs*, Boston.
- Gessen, M. (1998) *My Grandmother, the Censor*, Granta 64, London, jan.
- Getty, J. A., Naumov, O. (1999) *The Road to Terror: Stalin and the Self-Destruction of the Bolsheviks, 1932-1939*, New Haven and London.
- Gilboa, Y. (1968) *Confess! Confess!*, trans. Dov Ben Aba, Boston & Toronto.
- Ginzburg, L. (1995) *Blockade Diary*, trans. Alan Meyers, London.
- Gliksman, J. (1948) *Tell the West*, New York.
- Herling, G. (1951) *A World Apart*, trans. Andrzej Ciolkosz, London.
- International Commission of Inquiry into the 1932-1933 Famine in Ukraine. Final report (1990), Jacob W.F. Sundberg, President [Proceedings of the International Commission of Inquiry and its Final report are in typescript, contained in 6 vols. Copies available from the World Congress of Free Ukrainians, Toronto.
- Joffe, N. (1995) *Back in Time: My Life, My Fate, My Epoch*, trans. Frederick S. Choate, Oak Park, MI.
- Kitchin, G. (1935) *Prisoner of the OGPU*, London, New York, and Toronto.
- Kopelev, L. (1977) *To Be Preserved Forever*, trans. Anthony Austin, Philadelphia and New York.
- Kozhina, E. (2000) *Through the Burning Steppe: A Memoir of Wartime Russia, 1942-43*, New York.
- Kravchenko, V. (1947) *I Chose Freedom*, London.

- Kuusinen, A. (1974) *The Rings of Destiny*, trans. Paul Stevenson, New York.
- Kuznetsov, E. (1973) *Prison Diaries*, trans. Howard Spier, New York.
- Leipman, F. (1987) *The Long Journey Home*, London.
- Levi, P. (1987) *If This Is a Man*, London.
- Lipper, E. (1951) *Eleven Years in Soviet Prison Camps*, trans. Richard and Clara Winston, London.
- Mace, J. E. (1983) *Communism and the dilemma of national liberation: national communism in Soviet Ukraine, 1918-1933*, Cambridge, Mass.: Distributed by Harvard University Press for the Ukrainian Research Institute and the Ukrainian Academy of Arts and Sciences in the U.S.
- Mandelstam, N. (1999) *Hope Against Hope*, trans. May Hayward, New York.
- Marchenko, A. (1969) *My Testimony*, trans. Michael Scammel, London.
- Matlock, J. (1995) *Autopsy of an Empire*, New York.
- Moynahan, B. (1994) *The Russian Century*, New York.
- Nekipelov, V. (1980) *Institute of Fools*, trans. Marco Carynnyk and Marta Horban, London.
- Noble, J. (1960) *I Was a Slave in Russia*, New York.
- Nordlander, D. (1998) *Origins of a Gulag Capital: Magadan in the Early Stalin Era, 1929 – 1941*, PhD Dissertation, UNC Chapel Hill.
- Oleksiw, S. (1983) *The agony of a nation: the great man-made famine in Ukraine, 1932-1933*, London: The National Committee to Commemorate the 50th Anniversary of the Artificial Famine in Ukraine, 1932-1933.
- Ratushinskaya, I. (1988) *Grey is the Colour of Hope*, trans. Alyona Kojevnikov, London.
- Rawicz, S. (1984) *The Long Walk*, New York.
- Rosenberg, S. (1988) *A Soviet Odyssey*, Toronto.
- Rossi, J. (1997) *Qu'elle Etait Belle Cette Utopie*, Paris.
- Sharansky, N. (1988) *Fear No Evil*, trans. Stefani Hoffman, London.
- Stephan, J. (1994) *The Russian Far East: A History*, Stanford.
- The Foreign Office and the famine: British documents on Ukraine and the great famine of 1932-1933, edited by Marco Carynnyk, Lubomyr Y. Luciuk and Bohdan Kor.

United States Commission on the Ukraine Famine. Investigation of the Ukrainian Famine, 1932-1933: report to Congress / Commission on the Ukraine Famine (1988) [Daniel E. Mica, Chairman; James E. Mace, Staff Director], Washington D.C.: U.S. G.P.O.: For sale by the Supt. of Docs, U.S. G.P.O.

United States Commission on the Ukrainian Famine. Oral history project of the Commission on the Ukraine Famine (1990), James E. Mace and Leonid Heretz, eds., Washington, D.C.: Supt. of Docs, U.S. G.P.O.

Famine-Genocide in Ukraine, 1932-1933: Western Archives, Testimonies and New Research by Wsevolod W. Isajiw (2003), Other Contributor, January.

Cheryl A. M., (1983) *The Holodomor: 1932-1933*, London: The National Committee to Commemorate the 50th Anniversary of the Artificial Famine in Ukraine, 1932-1933.

Dimarov, A. et al. (2002) *A Hunger Most Cruel: The Human Face of the 1932-1933 Terror-Famine in Soviet Ukraine*, Harvard University Press for the Ukrainian Research Institute and the Ukrainian Academy of Arts and Sciences in the U.S.

Serbyn, R., Krawchenko, B. (1991) *Famine in Ukraine, 1932-1933*, The Canadian Library in Ukrainian Studies.

Taylor, S. J. (1990) *Stalin's Apologist: Walter Duranty : The New York Times Man in Moscow*, Oxford University Press, London, England.

Vallin, J., Mesle, F., Adamets, S., Pyrozhev, S. (2002) *A New Estimate of Ukrainian Population Losses during the Crisis of the 1930s and the 1940s*, Population Studies Vol. 56, n.3, November, pp. 249-264.

Kulchytsky, S. (2002) *How many of us perished in Holodomor in 1933*, Zerkalo Nedeli, November, pp. 23-29.

Wilson, A. (2002) *The Ukrainians: Unexpected Nation*, 2nd Ed., New Haven, Connecticut, Yale University Press.

Magocsi, P. R. (1996) *A History of Ukraine*, Toronto, University of Toronto Press.

6.2.3 Filmografia/ Websites e Memoriais

Filmes

Harvest of Despair: The 1932-33 Famine in Ukraine (55 min.Documentary). Director: Slavko Novytski, Producers Yuri Luhovy and S. Novytski.

Testemunhos de Sobreviventes

See Vasyl' Pakharenko, Oleksander Michchenko and others in Chapter 3 of Samuel Totten et al., eds., *Century of Genocide: Eyewitness Accounts and Critical Views* (Garland Reference Library, 1997).

Websites

Famine-Genocide Commemorative Committee Ukrainian Canadian Congress www.faminegenocide.org.

Ukrainian Congress Committee of America (UCCA, est. 1940) A past advocate from 1949 to 1988 for US Senate ratification of the Genocide Convention, UCCA is now campaigning to build a Monument in Wash DC to the Victims of the 1932-1933 Holodomor Famine Genocide AND to revoke the 1933 Pulitzer Prize awarded to New York Times reporter Walter Duranty (1884-1957) for his reports of the famine in the Ukraine, since proven to be deceptive and false. www.ucca.org

Victims of Communism Memorial Foundation Established by Congressional Res. H.R. 3000 (Oct. 21, 1998) & Presidential Approval, Public Law 103-199 (Dec 17, 1993). This law authorized The National Captive Nations Committee, Inc. to construct, maintain, and operate in Wash., D.C. an appropriate international memorial to honor victims of communism, tragically numbering more than 100 million, struck down in an unprecedented imperial communist holocaust through conquests, revolutions, civil wars, purges, wars by proxy, and other violent means. www.victimsofcommunism.org

The Artificial Famine/Genocide in Ukraine 1932-33 www.infoukes.com/history/famine/

The Holodomor Memorial Website www.holodomor.org

Library of Congress's Revelations from the Russian Archives: Ukrainian Famine
<http://lcweb.loc.gov/exhibits/archives/ukra.html>

American Association for Ukrainian Studies www.ukrainianstudies.org founded in 1989

Ukrainian Canadian Research & Documentation Centre (UCRDC)
www.interlog.com/~ucrdc/

The Ukrainian Weekly on the Great Famine 1932-33 in Ukraine (The Ukrainian Weekly)
www.ukrweekly.com/Archive/Great_Famine/

Also

Babi Yar Memorial Fund Kiev

Ukrainian Center for Holocaust Studies (Est. March 2002) The Center functions as a charitable foundation by the Department of Jewish History and Culture in Institute for Political and Ethnic Studies, [Ukrainian National Academy of Sciences](http://www.holocaust.kiev.ua). www.holocaust.kiev.ua

6.2.4 Mapeamento das Similaridades e Antagonismos

CARACTERÍSTICAS	ALGOZES (Russos)	VÍTIMAS (residentes na Ucrânia)
Populacionais	<ul style="list-style-type: none"> Se se considerarem exclusivamente os russos (e não as demais repúblicas soviéticas), tinha-se, estimativamente, 90 milhões de habitantes. A União Soviética, como um todo, já se avizinhava de 165 milhões de habitantes. 	<ul style="list-style-type: none"> À época, a população ucraniana beirava os 30 milhões de habitantes.
Comportamentais	<ul style="list-style-type: none"> Formação de grandes pólos de adensamento populacional urbano, em resposta à rápida industrialização de base. Nacionalismo, ufanismo e alinhamento ideológico eram fruto de considerável carga de propaganda política, associada à importante repressão a ideias e atitudes contrárias à determinação central. 	<ul style="list-style-type: none"> População predominantemente rural (80%), com vida comunitária intensa, atividades folclóricas, artísticas e musicais próprias. Movimento nacionalista como resposta à sovietação que lhes era imposta.
Étnicas	<ul style="list-style-type: none"> Povo de origem eslava teve, contudo, sucessivas hordas de invasores que lhe foram miscigenando a etnia: proto-indo-europeus, citas, turcos, poloneses, lituanos. 	<ul style="list-style-type: none"> Com clara predominância eslava, os ucranianos têm na sua origem, contudo, gregos, albanianos, búlgaros, armênios da Criméia, bem como tribos Anti.
Geográficas	<ul style="list-style-type: none"> A Rússia, isoladamente, já se apresentava como um dos maiores e mais extensos países do mundo, distribuído entre área continental e diversas ilhas à volta. Com clima continental e ártico, possui extensas áreas inóspitas e não-habitadas. Muito rica em recursos naturais, agrícolas e rebanhos. 	<ul style="list-style-type: none"> Encrustada entre repúblicas socialistas soviéticas, tinha a Bielorrússia ao norte, a Geórgia ao sul, a Rússia a leste, e a Moldávia a oeste. A Ucrânia era um país de dimensões semelhantes à da França, mas com solo e subsolo riquíssimo, sendo, por muitos anos, o celeiro agrícola (sobretudo de trigo) da União Soviética.

Tabela 9A – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio na Ucrânia (Holodomor) – preparado pelo autor.

CARACTERÍSTICAS	ALGOZES (Russos)	VÍTIMAS (residentes na Ucrânia)
Econômico-Funcionais	<ul style="list-style-type: none"> Em franco processo de rápida industrialização, imposta pelo primeiro Plano Quinquenal de Stalin, havia importante fluxo migratório às cidades que formavam a classe trabalhadora industrial. Muito embora esse processo fosse espantosamente rápido e bem coordenado, a população permanecia pobre, oprimida, e alijada de qualquer participação econômica. 	<ul style="list-style-type: none"> País predominantemente agrícola e de cultivo de rebanhos, possuía uma classe de pequenos, porém organizados e competitivos produtores, os Kulaks.
Políticas	<ul style="list-style-type: none"> Desde os primeiros anos, o governo da União Soviética estava baseado em um partido único, constituído na origem pelos Bolcheviques, o Partido Comunista Russo. De estrutura muito centralizada e autocrática, dispunha poderes universais a seus sucessivos e despóticos líderes: inicialmente Lênin e, à época do Holodomor, Stalin. 	<ul style="list-style-type: none"> Como oposição aos princípios comunistas e, mais especificamente, de sovietação do povo, surgiu movimento de independência por uma república popular, com sede em Kiev.
Religiosas	<ul style="list-style-type: none"> Predominantemente cristãos ortodoxos, na era Stalin, porém, as práticas e preceitos religiosos não foram tolerados, tendo ocorrido perseguições e mortes a clérigos e líderes religiosos em geral. 	<ul style="list-style-type: none"> Os ucranianos são, predominantemente, cristãos ortodoxos, sendo que o Patriarcado de Kiev tem sólidas ligações com o Patriarcado de Moscou.
Culturais	<ul style="list-style-type: none"> Com língua e manifestações folclóricas próprias, as expressivas contribuições da arquitetura, música, literatura, gastronomia e artesanato da época são, ainda hoje, presentes. 	<ul style="list-style-type: none"> Seu idioma próprio é uma derivação das línguas eslavas. Seu alfabeto é cirílico. Algumas palavras são comuns ao russo.

Tabela 9A – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio na Ucrânia (Holodomor) – preparado pelo autor – (continuação).

Contrariamente a outros casos estudados, não se veem, nesse Genocídio, importantes e irremediáveis antagonismos entre os grupos opostos. Suas origens étnicas são muito próximas. Seus idiomas e formas de expressão têm a mesma origem eslava e, até hoje, compartilham algumas palavras e expressões. A organização da sociedade e orientação econômico-funcional parecia ser, razoavelmente semelhante, também: predominantemente agrícola, com pequenas propriedades que haviam sido coletivizadas, após a Revolução de 1917.

Sob a ótica religiosa, muito embora tenham ocorrido importantes perseguições por parte do poder ditatorial de Stalin, suas histórias e orientações eram idênticas: cristãos-ortodoxos.

Do ponto de vista político, igualmente, os ucranianos rapidamente adotaram o modelo de partido comunista único, que se reportava ao poder central de Moscou.

Sob o ponto de vista cultural, muito embora guardassem suas particularidades folclóricas e festivas e, mesmo, mostrassem desbalanço na capacidade produtiva e criadora entre os grupos, pendendo nessa última dimensão à Rússia, essas características nunca chegaram a antagonizar esses povos.

Depreende-se, portanto, que à exceção da questão política, motivada pelo controle do poder e pelas questões de exploração econômica, russos e ucranianos têm impressionante conjunto de similaridades. Essa é, possivelmente, uma das razões que explica seus laços de interrelacionamento, ainda nos dias de hoje.

Nesse episódio, parece que o Genocídio foi promovido pela força, pelo estado de exceção, pela truculência e obstinação de um líder que detinha, porém, os meios e a legitimidade sociopolítica para tanto.

6.2.5 Contraposição ao Modelo “Aplicado”

<i>Modelo de Stanton</i>	<i>Holodomor</i>
Classificação	<ul style="list-style-type: none"> Embora não houvesse importantes diferenças étnicas, religiosas, ou culturais, a formação econômica, a ocupação funcional e, sobretudo, a organização política contrapôs URSS e Ucrânia, de forma aguda.
Simbolismo	<ul style="list-style-type: none"> Embora não houvesse o porte distintivo compulsório de algum símbolo, os grupos eram antagonizados fundamentalmente, pelo acesso (ou não) à posse dos meios de produção. Assim, os Kulaks, grandes inimigos do povo, seriam os detentores e usurpadores das riquezas da nação, e contrários ao desenvolvimento da classe operária e trabalhadora.
Desumanização	<ul style="list-style-type: none"> Não houve a necessidade de grandes justificativas morais, ou conceituais, reduzindo as vítimas a categorias subumanas. Para todos os efeitos, não houve extermínio, nem tampouco perseguição. Houve apenas um deslocamento de produção e riqueza (grãos) a trocas mais necessárias e vantajosas à construção do modelo de industrialização e desenvolvimento soviético.
Organização	<ul style="list-style-type: none"> Muitas foram as demonstrações de controle. Os campos de concentração (Gulags), o policiamento, as quotas, os controles, os confiscos evidenciam planejamento e máquina burocrática eficiente, a serviço de causa específica.
Polarização	<ul style="list-style-type: none"> Stalin via nos ucranianos, sobretudo na pequena burguesia campesina, os Kulaks, risco latente de insurreição à coletivização dos meios de produção: um dos alicerces à grande mudança político organizacional do modelo soviético.
Preparação	<ul style="list-style-type: none"> Marchas de fome, isolamentos em campos (Gulags), deportações a regiões inóspitas e despovoadas (Ártico e Sibéria), restrição de acesso e estocagem de alimentos foram algumas das medidas engendradas pelos líderes soviéticos.
Extermínio	<ul style="list-style-type: none"> As mortes naturais (por inanição) foram quase que absolutas. Casos de fuzilamentos e torturas foram, também, reportados.
Negação	<ul style="list-style-type: none"> Há extenso material comprovando os esforços (chegando-se, em determinadas situações a impasses diplomáticos, em período de preparação à Guerra Fria) soviéticos para ocultar, dissuadir, e negar os problemas de fome na Ucrânia. Chegou-se a punir (com ao menos dez anos de detenção) todo aquele que sequer pronunciasse a palavra fome. Visitas internacionais só foram toleradas se devidamente monitoradas.

Tabela 9B – Genocídio do Holodomor: Contraposição ao Modelo do Stanton

6.2.6 Contraposição ao Modelo “Teórico”

<i>Desengajamento Moral</i>	<i>Holodomor</i>
Justificação Moral	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de grãos para alimentar os soldados soviéticos; • Necessidade de grãos para a exportação e geração de recursos para o financiamento da industrialização da USSR; • A aceitação da estrutura Kulak de produção, ao invés da coletivização, era uma ameaça aos princípios socialistas de domínio dos meios de produção pois: (i) era menos eficiente; (ii) mantinha as distorções sociais que a Revolução devia eliminar.
Linguagem Eufemística	<ul style="list-style-type: none"> • Quotas; • Racionalização da produção; • Sacrifício pela grande USSR; • Disciplinar os inimigos de classe.
Comparação Vantajosa	<ul style="list-style-type: none"> • Preferível a realocação ao extermínio; • Preferível o bem do todo ao benefício exclusivo e individual; • Possibilidade de realinhamento a partir de deportações a Gulags.
Difusão de Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Atomização de funções entre os burocratas.
Deslocamento da Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Afirmaram que as críticas que se lhe faziam tinham um caráter exclusivamente ideológico, das potências ocidentais, e visavam a desestabilização política e econômica da USSR.
Distorção das Consequências	<ul style="list-style-type: none"> • Negação dos fatos e estatísticas; • Não reconhecimento da planificação e organização estatal; • Pressão sobre os depoentes e vítimas; • Pressão sobre os parceiros internacionais para o não reconhecimento.
Desumanização	<ul style="list-style-type: none"> • n.a.
Atribuição de Culpa	<ul style="list-style-type: none"> • Os próprios ucranianos, inimigos do povo, foram responsabilizados por alguns eventuais problemas, dado que se negaram, inclusive, a colher suas safras.

Tabela 9C – Genocídio do Holodomor: Contraposição ao Modelo do Desengajamento Moral, do Bandura.

6.3 Nanking

6.3.5 Breve História

Em 1928, o Governo Nacionalista da China transferiu a capital de Beijing à Nanking. A cidade tinha uma população de 250 mil habitantes, à época. Em meados dos anos 30, contudo, a população de Nanking já montava a mais de um milhão de habitantes. Muitos deles eram refugiados chineses, fugitivos do exército japonês que havia invadido a China.

Em dezembro de 1937, o Exército Imperial do Japão marchou sobre a capital chinesa de Nanking, e matou entre 300 e 600 mil civis e soldados. As seis semanas de carnificina que se sucederam ficaram conhecidas como “Rape of Nanking”, e representaram a pior atrocidade do período da Segunda Grande Guerra, em fato isolado.

A real invasão militar de Nanking foi precedida pela dura batalha de Shangai, que se iniciou no verão de 1937. Forças chinesas apresentaram ali uma forte e inesperada resistência ao exército japonês, que subestimou as dificuldades que encontraria na China. Os japoneses imaginavam, à época, poder conquistar toda a China em apenas três meses. A teimosa resistência das tropas chinesas atrapalhou os planos e programação japoneses, estendendo as batalhas por todo o verão até o outono. Esse desvio do planejamento inicial enfureceu os japoneses, aguçando-lhes o apetite de revanche que se materializou no episódio de Nanking.

Após terem finalmente derrotado os chineses em Shangai, em novembro, 50 mil soldados japoneses marcharam em direção à Nanking. Diferentemente das tropas de Shangai, os soldados chineses de Nanking estavam mal organizados e dispersos. Muito embora fossem muito mais numerosos que os japoneses e tivessem vasta munição, eles sucumbiram frente à truculência do ataque japonês. Após quatro dias de combate, apenas, as tropas japonesas alcançaram a cidade em 13 de dezembro de 1937, com ordens de matar todos os capturados.

A primeira ação foi eliminar qualquer possível ameaça que os 90 mil soldados chineses que se renderam pudessem apresentar. Para os japoneses, render-se era um ato impensável de covardia, e a maior violação possível do rígido código de honra militar (*Bushido*) que lhes fora passado desde a infância.

A identidade japonesa do início do século XX foi forjada a partir de um sistema milenar, no qual a hierarquia social era estabelecida e sustentada a partir da competição marcial. Para um soldado japonês, sob o código do *Bushido*, não poderia existir maior honra do que morrer em combate. Tão rígido era esse código que se esperava dos soldados que cometessem suicídio não apenas se capturados, mas diante de qualquer falha em suas honoráveis obrigações do serviço militar.

Como apresenta Chang (1997), é impressionante observar que enquanto as tropas aliadas, durante a Segunda Grande Guerra, tiveram um prisioneiro para cada três mortos em combate, os japoneses renderam-se à proporção de um para cada cento e vinte mortos. Como bem descrito por Azuma Shiro, relatado por Chang (1997):

(...) a maior honra que um soldado podia ter, durante a guerra, era retornar morto para casa. Morrer lutando pelo Imperador era a glória máxima; enquanto ser pego pelo inimigo era a pior vergonha (...) Como minha vida não era importante, é óbvio que a de meu inimigo o era ainda menos.

Consequentemente, os japoneses viam os soldados chineses, menos belicosos e mais propensos à rendição, como seres inferiores, subumanos, indignos de viver. Como descreve Azuma (1987), em seu relato enquanto soldado japonês:

Eu sentia pena dos soldados chineses, homens sedentos e amedrontados, que constantemente imploravam por água e a reconfirmação de que suas vidas seriam poupadas. Mas ao mesmo tempo, essa covardia me enojava (...) meu reflexo automático foi desumanizar os prisioneiros, comparando-os a insetos e animais.

Katsuichi (1999) descreve o seguinte relato de Tajima, um soldado japonês que participou das atrocidades, sobre as orientações de seu superior:

Um dia, o segundo tenente Ono disse-nos: Como vocês ainda não mataram ninguém, hoje vocês terão um pouco de treinamento em matar. Vocês não devem encarar os chineses como seres humanos, mas como algo que valhe menos do que um cão, ou gato. Sejam corajosos! Agora, aqueles que querem se voluntariar à prática de matar, deem um passo à frente.

A eliminação dos soldados chineses começava assim que eles eram transportados por caminhões a locais remotos, na periferia de Nanking. Tão logo eles eram reunidos, a selvageria começava, com jovens oficiais japoneses encorajados por seus superiores a impingir dor e sofrimento máximos aos adversários, como forma de prepara-los para as batalhas futuras, bem como extinguir qualquer sentimento civilizado de compaixão. Filmagens e fotografias retiradas pelos japoneses registraram a brutalidade desses atos. Soldados sorridentes podem ser vistos praticando torturas em prisioneiros, decapitando-os e guardando cabeças machucadas como recordações, bem como posando ao lado de corpos mutilados. Alguns soldados chineses eram simplesmente esmagados, enquanto outros eram queimados vivos.

Os soldados japoneses chegavam mesmo a participar de competições de matança, que eram avidamente seguidas pela imprensa japonesa como se fossem eventos esportivos. Como bem descrito por Fogel & Maier (2000), representativo exemplo é dado na edição de 7 de dezembro de 1937 do jornal *Japan Adviser*, sob a manchete: “Subtenentes em apertada disputa para completar 100 soldados chineses mortos”, com o seguinte texto:

O subtenente Mukai Toshiaki e o subtenente Noda Takeshi, ambos da unidade Katagari em Kuyung, empenharam-se em disputa amigável a fim de se verificar qual deles chegará primeiro à marca de cem soldados chineses mortos em combates individuais de espada, antes que as forças japonesas consigam ocupar totalmente a região de Nanking (...) estão entrando na fase final da corrida, disputando agora, quase pescoço a pescoço, a liderança (...) o placar, em 5 de dezembro, estava subtenente Mukai 89 contra 78 do subtenente Noda.

Após a eliminação dos soldados chineses, os soldados japoneses voltaram-se contra as mulheres de Nanking, iniciando-se uma terrível e impiedosa caça. Velhas senhoras de mais de 70 anos, bem como meninas de menos de 8 anos foram arrastadas e sexualmente molestadas. Mais de 20 mil mulheres (há quem estime que mais de 80 mil) foram estupradas por gangues de soldados japoneses, e depois esfaqueadas ou baleadas à morte, de tal sorte que nunca pudessem testemunhar. Como descreve Hua-Ling (1991), a partir do depoimento de Takokoro Kozo, um soldado da Divisão 114 do Exército Japonês em Nanking:

Não importava quão nova ou velha, nenhuma delas podia escapar de ser estuprada. Nós enviávamos caminhões de carvão de Hsiakwan às ruas da cidade e vilarejos a fim de capturar grande quantidade de mulheres. Então, cada uma delas era alocada a grupos de quinze a vinte soldados para que desenvolvessem atividades sexuais e abusos.

Hicks (1994) atesta que o estupro permanecia íntima e profundamente ligado à cultura e superstição militar japonesa. Assim, aquele que violentava virgens acreditava ganhar mais força e poder durante o combate. Os soldados japoneses chegavam mesmo a usar amuletos a partir dos pelos pubianos das virgens que haviam violentado, acreditando com isso, possuir poderes mágicos que lhes protegeriam de ferimentos durante os combates.

Mulheres grávidas não eram poupadas, tampouco. Em várias ocasiões, elas eram estupradas e então esfaqueadas no ventre, de tal sorte a deixar seus fetos expostos. Algumas vezes, após invadirem uma casa e molestarem uma família inteira, os soldados japoneses forçavam os chineses a estuprarem suas próprias filhas, filhos estuprando suas mães, irmãos e irmãs, enquanto o resto da família era obrigada a assistir.

Azuma (1987) descreve, ainda que:

(...) talvez, enquanto a estávamos estuprando a víssemos como uma mulher; mas quando a estávamos matando, a víamos como algo como um porco.

Ao longo da cidade de Nanking, atos isolados de assassinato eram comuns, posto que soldados frequentemente disparavam seus fuzis contra uma população de civis em pânico, matando indiscriminadamente. Outros soldados matavam lojistas, saqueando as mercadorias, e depois ateando fogo às lojas, com as pessoas lá dentro, trancafiadas. Eles demonstravam prazer em impingir extremo sofrimento às pessoas que, desesperadamente, tentavam escapar das chamas pelos telhados, ou rastejavam pelas ruas.

Suas ações, contudo, eram extremamente bem planejadas, preparadas e organizadas. Como descreve Katsuichi (1992) a partir dos relatos de Kurihara Riichi, um veterano do exército japonês:

Desarmamos milhares de prisioneiros, tirando-lhes tudo com exceção de suas roupas e lençóis, e os acompanhamos a acampamentos temporários. Quando recebemos as ordens, em 17 de dezembro, para matar todos os prisioneiros, procedemos com extrema cautela e método. Naquela manhã, anunciamos que iríamos transportar os prisioneiros chineses à Baghazhou, uma pequena ilha no meio do rio Yangtzé. Explicamos aos prisioneiros que eles precisavam tomar cuidados especiais para a remoção, e atamos suas mãos atrás de suas costas – uma tarefa que nos ocupou toda a manhã, e boa parte da tarde.

Entre 16h00 e 18h00, dividimos os prisioneiros em quatro colunas, e marchamos em direção oeste, alocando-os entre as margens do rio e os penhascos. Após três a quatro horas de espera e completo desconhecimento do que iria se passar, os prisioneiros não notaram nenhuma preparação para a travessia. Estava escurecendo. Embora os prisioneiros não tivessem se apercebido, nossos soldados já os haviam circundado, fortemente armados.

Quando a hora da execução chegou, era tarde demais para os chineses escaparem. De repente, todas as armas de fogo foram disparadas ao mesmo tempo. O som dessas armas misturava-se a gritos desesperados de dor e medo.

A terrível carnificina ao longo de toda a cidade, com queimadas, esfaqueamentos, afogamentos, estrangulamentos, estupros, roubos, e a destruição das propriedades em massa continuou sem resistência, do meio de dezembro de 1937 ao início de abril de 1938. Jovens ou velhos, homens ou mulheres, qualquer indivíduo poderia ser baleado e morto por um soldado japonês, sem qualquer razão aparente. Corpos podiam ser vistos por toda parte ao longo da cidade. Foi dito que nas ruas da cidade correu, literalmente, sangue.

Aqueles que não eram mortos imediatamente, eram levados à periferia da cidade e forçados a cavar suas próprias covas, grandes retângulos que seriam posteriormente enchidos com corpos decapitados, resultantes de competições promovidas entre soldados japoneses. Outras vezes, os japoneses forçavam os chineses a enterrarem uns aos outros, ainda vivos.

Alguns autores atribuem essas atrocidades de guerra à própria cultura japonesa. Benedict (1946), por exemplo, entende que as obrigações morais da sociedade japonesa não são vistas de forma universal, mas locais e particulares. Assim, poderiam (e foram) facilmente quebradas em solos estrangeiros. Outros, como Cook & Cook (1992) responsabilizam a natureza não-cristã da religião japonesa, entendendo que enquanto o Cristianismo defende a ideia de que todos os seres humanos são irmãos, e que todas as coisas foram criadas a partir da imagem de Deus, o Shintoísmo japonês defende que apenas o Imperador e seus descendentes foram criados à imagem de Deus. Essa seria a explicação para que algumas culturas, não obstante sua sofisticação e desenvolvimento tecnológico, permanecessem em regime tribal, sendo que as relações e obrigações que os indivíduos guardam entre os elementos da tribo são muito mais fortes e distintas daquelas que se guardam com os elementos de fora da mesma.

Fogel & Maier (2000) lembram que as tropas japonesas eram formadas por agricultores, operários fabris, e criminosos; pessoas que levavam vidas extremamente difíceis e duras, que estavam habituadas a sobreviver sob condições de muito baixas recompensas e compensações. Uma vez alistados ao serviço militar, esses indivíduos eram muito maltratados e os soldados eram constantemente estapeados e espancados pelos superiores. Unidades inteiras eram punidas com marchas ou exercícios físicos forçados à ocorrência de uma única falta de um único indivíduo. Eventuais reclamações levavam a punições ainda mais severas.

À sociedade civil impôs-se, progressivamente, um sentimento de superioridade japonesa. Enquanto a riqueza e poder japonês se desenvolveram ao longo do século XX, a China não saía de seu estado letárgico de desenvolvimento. Atitudes antichinesas espalharam-se no Japão, a partir de jornalistas e políticos que a condenavam por suas fraquezas, incitando a expansão territorial e militar japonesa em território chinês.

Nos anos 30, os livros escolares japoneses faziam com que os alunos acreditassem na superioridade japonesa na Ásia. Ensinavam que a China era uma civilização decadente e que se podia considerar o povo chinês como moralmente deficiente.

Assim, atribuírem-se tais atos e comportamentos à crueldade do exército, ou a questões de diferenças religiosas, apenas, parece ser uma visão muito simplista e reducionista dos antagonismos entre Japão e China de então.

Após seis semanas de violência sem precedentes, os japoneses abrandaram suas ações, e acomodaram-se durante a guerra. A fim de pacificar a população durante a ocupação, eram distribuídas grandes quantidades de narcóticos, incluindo ópio e heroína, pelos soldados japoneses ao povo de Nanking, independentemente da idade. Estima-se que 50 mil pessoas se tenham viciado em heroína, enquanto muitas outras se perderam nas rodas de ópio.

Adicionalmente, introduziu-se o famoso sistema de Conforto de Mulheres, que forçava jovens chinesas a se tornarem escravas-prostitutas, existindo unicamente para servir aos desejos de soldados japoneses. Como descrito por Yoshiaki (1991) a primeira casa oficial de Conforto de Mulheres foi aberta em 1938, e, seguramente, “conforto” foi o mais hipócrita dos eufemismos que se encontrou para denominá-las:

Na realidade, a condição desses bordéis era sórdida e além da imaginação de qualquer povo minimamente civilizado. Um número incalculável dessas mulheres (a quem os japoneses chamavam de “banheiros públicos”) suicidou-se a partir do momento em que souberam do destino que lhes cabia; outras morreram por doenças e outras, ainda, foram mortas. Aquelas que eventualmente sobreviveram tiveram uma vida de vergonha, isolamento, esterilidade, e saúde debilitada.

Tendo em vista que boa parte das vítimas advinha de culturas que idealizavam a castidade entre as mulheres, mesmo as poucas que sobreviveram não se dispuseram a narrar seus dramas após a guerra – muitas delas até mesmo recentemente – por vergonha ou medo de retaliação.

O Confucionismo asiático, particularmente o Confucionismo Coreano, tinha a pureza feminina como uma grande virtude, maior mesmo do que a própria vida, perpetuando a crença de que qualquer mulher que tivesse passado por uma experiência tão degradante e não cometesse suicídio, seria uma afronta à sociedade.

Talvez isso explique porque pouquíssimas das mulheres sobreviventes às Casas de Conforto tiveram a coragem de romper o silêncio, cinquenta anos depois dos fatos, pedindo compensação financeira ao governo japonês pelo sofrimento a elas imposto.

Relatórios sobre os acontecimentos de Nanking apareceram na imprensa oficial japonesa, bem como no Oeste, em primeiras páginas de jornais como o *New York Times*. As reportagens japonesas refletiam o espírito militar do país, em que qualquer vitória do Exército Imperial resultava na expansão do Império e devia, portanto, ser celebrada. Testemunhos de correspondentes militares japoneses refletiam a mentalidade de que a brutalidade do dominador sobre o povo subjogado, pretensamente inferior, era considerada justa.

Nos Estados Unidos, reportagens publicadas no *New York Times*, *Reader's Digest* e a Revista *Time* eram lidas com grande ceticismo pela população americana. As histórias emanadas de Nanking pareciam fantásticas demais para serem verdadeiras.

De forma geral, a grande maioria dos americanos tinha pouco interesse e conhecimento da Ásia. Líderes políticos dos Estados Unidos e Grã-Bretanha estavam fundamentalmente focados na situação da Europa, onde Adolf Hitler estava rearmando a Alemanha, e expandindo as fronteiras alemãs.

Em Nanking nem tudo estava perdido, no entanto. Um grupo de umas 20 pessoas, europeus e americanos que permaneciam na cidade, composto por missionários, médicos e homens de negócios chamaram para si a responsabilidade de estabelecer uma Zona Internacional de Segurança. Usando bandeiras da Cruz Vermelha, eles declararam uma área de 2,5 milhas quadradas, no meio da cidade, como inacessível às tropas japonesas. Essa Zona Internacional de Segurança era constituída por acampamentos de refugiados - estima-se que mais de vinte deles foram montados – e que cada um deles acomodava entre 200 e 12.000 pessoas. Em várias ocasiões, eles chegaram mesmo a arriscar suas vidas intervindo na prevenção à execução de chineses, ou de estupro de chinesas.

Esses ocidentais tornaram-se os heróis desconhecidos de Nanking, trabalhando noite e dia, à exaustão, a fim de ajudar os chineses. Eles escreveram também suas impressões diárias dos fatos testemunhados, com um deles descrevendo Nanking como “*o inferno na Terra*”. Um outro escreveu sobre os soldados japoneses: “*eu não imaginava que um povo tão cruel pudesse existir nos tempos modernos*”. Cerca de 300 mil chineses refugiaram-se na Zona de Segurança. Praticamente todos os perseguidos que não conseguiram acessar a Zona de Segurança acabaram perdendo a vida.

Ainda durante a guerra em 1941, o governo chinês começou a coletar dados sobre as perdas oriundas da agressão japonesa. Os chineses assinaram a Declaração dos Aliados de St. James, a propósito dos crimes de guerra de 1942, ajudando a estabelecer a Comissão sobre Crimes de Guerra das Nações Unidas, em outubro de 1943, bem como guiou o estabelecimento em Chongqing do Comitê do Extremo Leste da Comissão dos Crimes de Guerra das Nações Unidas de maio de 1944. Entrementes, o governo chinês estabeleceu uma comissão de investigação de ocorrências, denominada Comitê de Investigação de Danos Causados pela Guerra, com vistas a facilitar o levantamento de dados e evidências.

Quando a guerra foi encerrada e os tribunais de crimes foram estabelecidos em Tóquio e na China, os chineses estavam amplamente documentados com registros de óbitos, entrevistas, diários, e estatísticas de danos.

Mesmo com toda essa preparação, o Tribunal de Tóquio não trouxe os reparos minimamente desejados pelos chineses. Dado o enfoque político e direcionamento americano na condução dos julgamentos que foram estabelecidos, a China nunca foi uma prioridade ao longo dos processos. Como afirmou o professor Yu Xinchu, da Universidade de Nankai, em conferência ministrada em 1983:

Embora os julgamentos tenham de fato tratado dos conflitos de guerra entre China e Japão, os procedimentos enfatizaram a Guerra do Pacífico, às expensas de todo o resto. E, embora a luta contra os Estados Unidos tenha durado quatro anos, vale lembrar que os conflitos do Japão com a China levaram mais de meio século.

6.3.6 Bibliografia Complementar

- Ara, K. (2001) *The Nanking Incident Told by 48 Japanese Witnesses*, dec., Shogakukan Pocket Books.
- Biggerstaff, K. (1999) *Nanking Letters 1949*, Cornell University East Asia Program, Ithaca, NY.
- Brook, T. (1999) *Documents on the Rape of Nanking*, University of Michigan Press, Michigan, USA.
- CIA Factbook Japan, 2006.
- Eisfelder, H. P. (2004) *Chinese Exile: My Years in Shanghai and Nanking*, Avotaynu Foundation Incorporated, California, USA.
- Fitch, G. (1938) *Nanking Outrages*, jan., Yale Divinity School Press.
- Fuji, N. (1995) *How the Nanjing Massacre was created, and Deceptions of the Tokio Trial*, apr., Tentensha.
- Fujioka, N. (1999) *Exploding the Myth: The Problem of 'Photographic Evidence'*, sept., Shodensha.
- Hamilton, W. (2004) *Notes from Old Nanking: 1947-1949 the Great Transition*, The University of Hawaii Press, Hawaii, USA.
- Hatcher, M., Rham, M., Thorncroft, A. (1988) *Nanking Cargo*, Trafalgar Square, London, England.
- Hayder, M. (2006) *The Devil of Nanking*, Penguin Group, New York, USA.
- Higashinakano, S., Kpbayashi, S., Fukunaga, S. (2005) *Analysing the 'Photographic Evidence' of the Nanking Massacre*, jan., Soshisha.
- Hu, H.L., Simon, P. (2000) *American Goddess at the Rape of Nanking: The Courage of Minnie Vautrin*, Suthern Illinois University Press, IL, USA.
- International Religious Freedom Report 2008 – Saudi Arabia.
- Kaiyuan, Z., Macinnis, D. E. (2000) *Eyewitnesses to Massacre: American Missionaires Bear Witness to Japanese Atrocities*, East Gate Book, Portland, OR, USA.
- Kent, K. A. (2005) *Nanking*, BookSurge LLC, New York, USA.

- Kitamura, M. (2007) *The Politics of Nanjing: An Impartial Investigation*, trans. Hal Gold, Lanham, Boulder, New York, Toronto, Plymouth, UK. University Press of America.
- Kordick, P. (2003) *Life and Death in Nanking*, Noble House, London, England.
- Li, F., Liu, D., Sabella, R. (2001) *Nanking 1937: Memory and Healing*, Sharpe, M.E. & Inc., New York, USA.
- Lu, S. (2004) *They Were in Nanjing: The Nanjing Massacre Witnessed by American and British Nationals*, Hong Kong University Press, Hong Kong.
- Minoru, K., Gold, H. (2006) *The Politics of Nanjing*, University Press of America, New York, USA.
- Ogawa, N. (1997) *Demographic Trends and Their Implications for Japan's Future*, The Ministry of Foreign Affairs of Japan, Speech Delivered on March 7th.
- Rabe, J. (2000) *The Good Man of Nanking: The Diaries of John Rabe*, Vintage, New York, USA.
- Rummel, R. J. (1991) *China's Bloody Century: Genocide and Mass Murder Since 1900*, New Brunswick, N. J., Transaction, USA.
- Sakanaka, H. (2007) *Japan Immigration Policy Institute: Director's Message*, Japan Immigration Policy Institute, October 5th.
- Snyder, L. L. (1982) *Louis Snyder's Historical Guide to World War II*, Westport, Conn., Greenwood Press, USA.
- Suzuki, A. (1999) *A New Nanjing Massacre Illusion*, may, Asuka Shinsha.
- _____, (2006) *The Nanjing Massacre Illusion*, jun., WAC Paperbacks.
- Tanaka, M. (2001) *What Really Happened in Nanking*, nov., Tentensha.
- Tomisawa, S. (2003) *Solving the Riddle of the Nanking Incident*, jul., Tentensha.
- _____, (2007) *The Birth and Growth of the Nanjing Incident*, jan., Tentensha.
US State Department, 2007 Japan Report.
- Vautrin, M., Lu, S. (2008) *Terror in Minnie Vautrin's Nanjing: Diaries and Correspondence, 1937-38*, University of Illinois Press, IL, USA.

- Yamamoto, M. (2000) *Nanking: Anatomy of an Atrocity*, Greenwood Publishing Group, Inc., California, USA.
- Yin, J., Young, S., Dorfman, R. (1997) *Rape of Nanking: An Undeniable History in Photographs*, Innovative Publishing and Graphics, Florida, USA.
- Yoshida, T. (2006) *Making of the Rape of Nanking: History and Memory in Japan, China, and the United States*, Oxford University Press, New Jersey, USA.
- Wakabayashi, H. (2007) *The Nanking Atrocity, Vol.2*, Berghahn Books, Inc., Asia Pacific Studies: Past and Present, NC, USA.
- Winn, D., Davis, R. (2005) *Super Holocaust*, Authorhouse, Chicago, USA.

6.3.7 Filmografia/ Websites e Memoriais

Filmes

- [The Truth About Nanjing](#) - insists that the massacre never took place, despite evidence presented at the postwar Tokyo war crimes tribunals that Japanese troops slaughtered at least 142,000 people when they invaded Nanjing, then the capital of nationalist China. China has reacted angrily to plans by Japanese nationalists to make a documentary describing as a myth the massacre of tens of thousands of Chinese civilians by Japanese troops in 1937.
- [Nanking](#) - accounts of war-time atrocities by Japanese troops in China, should help the frosty Asian neighbours overcome historical differences, the filmmakers say. "Predominantly, this is an anti-war movie, not an anti-Japanese movie," the movie's producer and AOL vice-chairman Ted Leonsis told Reuters in an interview on Wednesday, a day after the film's Beijing premiere.
"My ultimate goal was to make a film that activated a lot of discussion... that these activities happened 70 years ago -- that two great countries and two great people -- they should acknowledge what happened and they should move on together in friendship," Leonsis said in a conference room at a five-star hotel in Beijing.
U.S.-made "Nanking" is one of a clutch of movies about the Nanjing Massacre to be released this year in the lead-up to the 70th anniversary of the fall of China's war-time capital to invading Japanese troops on December 13, 1937. Described as a Schindler's List-style movie about Westerners setting up a safe zone for refugees in the war-torn city, the film weaves grainy images of stacked bodies of infants with tearful accounts of rape and torture committed by Japanese soldiers from Chinese witnesses.
- [Rape of Nanking 2: Japanese Torture Beheading Rape Burning](#)
- [Black Sun: The Nanking Massacre \(1995\)](#) - This film is often classified as a horror film (most likely because it contains some of the most gruesome footage in cinematic history). Though that may work to sell the product, in some sense this is an injustice to what the director meant to achieve. If only the subject matter was the stuff of fantasy. This bold and utterly uncompromising film unveils the real life horrors of the Nanking Massacre. It describes the real life nightmare through the eyes of two young brothers who witness the brutal murders of their parents. While trying to escape with their uncle, they get separated and have to struggle for survival on their own. The story line is peppered generously with actual film footage and historic photographs. Yes, some of the images of slaughter are unbelievable. The average viewer would even expect to see violence of this kind. This film is intentionally difficult to watch because it is infinitely depressing to be reminded that mankind can be capable of such evil.

The purpose behind these shocking images of bloody torture, rape, and murder teaches that war is often an excuse to entertain man's sordid impulses without reservation. Many believe the true scale of this event has since been minimized. Other nations have done this when they were later embarrassed by their own senseless violence during wartime. The director succeeds in making it impossible for anyone to sweep the atrocities at Nanking under the carpet. An incredible film, for the very brave.

- [Don't Cry Nanjing](#) - On the eve of the 60th anniversary of the Nanjing Massacre, one Japanese film is making a small contribution to public awareness of the event. 'Don't Cry Nanjing' is a fictionalised version of the Imperial Japanese army's slaughter of hundreds of thousands of Chinese civilians and soldiers. But as our Arts Correspondent Simon Pitts reports, many cinemas in Japan are reluctant to screen the film. A co-production between Chinese and Hong-Kong film-makers, 'Don't Cry Nanjing' was finished back in 1995. But it has taken until this week to get it shown in Japan.
- [Nanjing Massacre](#) The footage that recorded horrible scenes of Nanjing Massacre shot by American Reverend John Magee in 1937 debuted at China's National Museum on Wednesday. Bloody slaughter scenes, horror-struck baby faces and plaintive expressions of raped women from the documentary of Magee, who was in Nanjing when Japanese army looted the then national capital of China, became the most shocking impression in the mind of Feng Lei, a student at the No. 161 High School in Beijing. John Magee's footage, 105 minutes in length, was clipped into a seven-minute documentary shown in the 20-day exhibition, which was opened Wednesday and is scheduled to last to the end of this month. The 16mm film made by Magee is believed to be the only documentary about the horrible massacre. The exhibition is held to commemorate China's victory in the war of resistance against Japanese aggression on the occasion of the 60th anniversary of the victory of the world's war against Fascism. Japan surrendered unconditionally on August 15, 1945.

Testemunhos de Sobreviventes

- Tillman, F. (1937) *All Captives Slain*, The New York Times, Dec. 18, pp.1-10.;
- Shuhsi, W. (1939) *Documents of the Nanking Safety Zone*, ed. Shangai, Kelly & Walsh, Sept.;
- Smythe, L. (1938) *War Damage in Nanking Area: Dec. 1937 – March 1938 Urban and Rural Surveys*, Department of Sociology – University of Nanking;
- Bates, M. S. (1938) *Notes given to foreign correspondents leaving Nanking on Dec. 15, 1938*, History Department of The University of Nanking;
- Bates, M. S. (1938) *Reports by the Western Media – Chicago Daily News, New York Times, South China Morning Post, Chicago Daily News, Life, Chinese Newspaper*;
- Timperley, H. (1938) *What War Means: Japanese Terror in Asia*, London and Paris, Victor Gollancz;
- *International Military Tribunal for the Far East – May 1946 – November 1948*.
- Katsuichi, H (1999) *The Nanjing Massacre- A Japanese Journalist Confront's Japan's National Shame*, M.E. Sharpe, Armonk, New York, USA, pp.311-347: Zhu Nianci; Wu Liangbi; Xue Adi; Xu Yuguan; Fan Xiren; Shen Baowen; Zhu Congliang; Zhang Tianchi; Yang Zhongren; Bai Denggao; Wu Shenggen; Cheng Guanfa; Ye Yintian; Ma Gonglin; Zhou Shuxin; Wang Shicheng; Cheng Yongshu; Wan Xuansheng; Ge Zhengkun; Zhou Youngsong; Yan Daoxi; Sun Zhaoyang; Sun Ziming.

Websites

http://www.sdh-fact.com/CL02_1/41_S4.pdf

http://www.prion.bchs.uh.edu/~zzhang/1/Nanking_Massacre/history.html

<http://gendercide.org>

<http://historyplace.com/worldhistory/genocide/nanking.html>

<http://www.nanking-massacre.com/>

<http://www.fordham.edu/halsall/mod/nanking.html>

http://www.geocities.com/nankingatrocities/Terror/terror_01.html

<http://www.arts.cuhk.edu.hk/NanjingMassacre/NM.html>

<http://www.hsiao.org/nj1937/main2.html>

<http://www.sjwar.org/>

6.3.8 Mapeamento de Similaridades e Antagonismos

CARACTERÍSTICAS	ALGOZES (Japoneses)	VÍTIMAS (Chineses)
Populacionais	<ul style="list-style-type: none"> Com uma população total que se avizinhava dos 115 milhões de habitantes, mandou cerca de 50 mil homens invadirem Nanking, em novembro de 1937. 	<ul style="list-style-type: none"> Nanking, que em 1928 passou a ser a capital da China, saiu de 250 mil habitantes para pouco mais de um milhão de habitantes, em meados dos anos 30. À época, o país já detinha perto de 550 milhões de habitantes.
Comportamentais	<ul style="list-style-type: none"> Valorizavam lealdade e obediência cega aos líderes; A educação formal valoriza a disciplina, o respeito, e a tradição; Códigos de ética, moral, e honra extremamente severos e restritos; Aos militares, sob o código do <i>Bushido</i>, não era permitida qualquer falha. O erro deveria ser seguido, necessariamente, por suicídio; A sociedade civil japonesa acreditava-se superior. Dado seu desenvolvimento econômico e tecnológico, parecia-lhes natural a posição de liderança e expansão territorial no leste asiático. 	<ul style="list-style-type: none"> De orientação e filosofia confuciana, pacífica, os chineses não tinham grandes e severas aspirações marciais. Viviam simplesmente, como camponeses em singelas plantações de arroz, em vida comunitária e pouco competitiva; Seus soldados, mal-treinados e equipados, não hesitaram em se render, frente à truculência do inimigo; Nessa época, a economia chinesa tinha grandes dificuldades em se desenvolver, dadas as condições demográficas e mesmo educacionais de sua população; Seus preceitos de pureza e virtude levaram as vítimas de abusos, sobretudo sexuais, a suicidarem-se ou calarem-se.
Étnicas	<ul style="list-style-type: none"> A ocupação inicial do Japão remonta 10 a 28 mil anos na história, no período pré-cerâmico; Em eras mais recentes, Jomons (agricultura e criação de animais, no séc. V aC), Yayoi (cultivo de arroz, em 250 aC), Yamatos (séc. IV de nossa era) unificaram o país. 	<ul style="list-style-type: none"> Muito embora tenham existido, desde sua origem, mais de uma centena de grupos étnicos vivendo em solo chinês, em termos numéricos, os Han sempre foram dominantes.

Tabela 10A – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio de Nanking – preparado pelo autor.

CARACTERÍSTICAS	ALGOZES (Japoneses)	VÍTIMAS (Chineses)
Geográficas	<ul style="list-style-type: none"> • É um país insular do extremo oriente, formado por um arquipélago, situado ao largo da costa nordeste da Ásia; • A maior parte das ilhas é montanhosa, com importante instabilidade sísmica (80 vulcões ativos); • Cerca de 75% do país é montanhoso, com pequenas e fortemente adensadas planícies costeiras; • Em função da região, embora comparativamente pequena, tem grande dispersão climática: subártico, temperado e subtropical. 	<ul style="list-style-type: none"> • Dada a sua extensão territorial, 9,5 milhões de km², a China tem enorme variedade de paisagens, com planaltos, montanhas, desertos, e planícies. Seu clima é, igualmente, vasto: de montanha, continental árido, subtropical, e temperado continental.
Econômico-Funcionais	<ul style="list-style-type: none"> • As tropas japoneses em Nanking, os efetivos perpetradores das ações de extermínio, foram constituídas a partir de agricultores, operários fabris, e criminosos. Pessoas cuja vida pregressa às ações militares era extremamente dura, e sem recompensas ou compensações. 	<ul style="list-style-type: none"> • Há especial respeito e valorização social por atividades voltadas à filosofia, artes, e religião; • Têm importante expressão e competência nas seguintes áreas do conhecimento: matemática, astrologia, alquimia, biologia e medicina.
Políticas	<ul style="list-style-type: none"> • Trata-se de uma monarquia constitucional, com a figura do Imperador sendo absoluta e onipresente. À época, a imagem do imperador era mais do que emblemática: ela resumia a própria existência da vida, era a personificação de Deus na terra. 	<ul style="list-style-type: none"> • Governo Nacionalista, de cunho e orientação socialistas.
Religiosas	<ul style="list-style-type: none"> • Shintoísmo (religião que cultua as forças da Natureza, não tendo livro sagrado, ou líder histórico), Budismo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Confucionismo, Taoísmo e Budismo (nessa ordem de importância).

Tabela 10A – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio de Nanking – preparado pelo autor – (continuação).

CARACTERÍSTICAS	ALGOZES (Japoneses)	VÍTIMAS (Chineses)
Culturais	<ul style="list-style-type: none"> • Há a aceitação de que os valores e preceitos de ética e moral servem apenas àqueles que, em solo japonês, representam o Imperador e seus descendentes, como exemplos vivos de representações de Deus na terra; • Não obstante seu desenvolvimento técnico e econômico, as relações guardam aspectos tribais, sendo que os laços intra-grupo são muito mais fortes que os entre-grupos; • Atos primitivos e brutais foram cometidos de forma consistente com a desumanização das vítimas; • Com idioma (japonês) e comunicação escrita próprios, os japoneses vivem uma realidade cultural hermética, autótene, e centrada em seus próprios e particulares valores, tradições, mitos e crenças. 	<ul style="list-style-type: none"> • De existência milenar – há relatos de 1000 aC – a China tem demonstrado grandes desalinhamentos em relação aos demais povos e nações contemporâneos. Ou está muito à frente deles, em aspectos tecnológicos, organizacionais, e mesmo culturais, ou está em profundo estado de letargia, perdendo qualquer força ou referência de comparação; • A filosofia chinesa tem extremo impacto na cultura e religião; • Sua literatura é tida como a mais antiga da humanidade, até porque a invenção da imprensa, presumidamente, ocorreu na China; • Entre as muitas invenções que lhe são atribuídas, listam-se: bússola, papel, pólvora, ábaco, estribo, besta (arma), leme (navegação), guarda-chuvas, ou mesmo o molinete de pesca; • Com idioma (mandarim) e comunicação escrita próprios, os chineses têm enorme diversidade cultural.

Tabela 10A – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio de Nanking – preparado pelo autor – (continuação).

As diferenças entre japoneses e chineses são tangíveis, explícitas, seculares. Os diferentes modelos filosóficos, valores, crenças, religiões, idiomas, modelos econômico, político e social, os diferentes interesses geopolíticos na região, bem como a origem étnica, com as devidas implicações físico-morfológicas, expuseram a dualidade e antagonismos dos dois grupos de forma bastante evidente.

A desumanização das vítimas, o requinte e selvageria das atrocidades, a velocidade das ações, o isolamento da comunidade internacional, as dificuldades operacionais dos chineses para se defenderem, não obstante sua supremacia numérica, têm de ser contextualizados ao momento político, social e econômico que ambas as sociedades estavam passando. Seja como for, contudo, suas diferenças, sem que se faça juízo de valores, mas apenas constatando sua existência, são gritantes nos vários níveis e dimensões acima mapeados.

6.3.9 Contraposição ao Modelo “Aplicado”

<i>Modelo de Stanton</i>	<i>Nanking</i>
Classificação	<ul style="list-style-type: none"> Havia importantes diferenças étnicas, comportamentais, religiosas e culturais (incluindo idioma).
Simbolismo	<ul style="list-style-type: none"> Dadas as importantes distinções classificatórias entre os grupos, símbolos de diferenciação não foram necessários. Símbolos de poder e conquista, porém, eram comuns. Pelos pubianos, por exemplo, eram guardados das vítimas virgens (defloradas e em seguida mortas).
Desumanização	<ul style="list-style-type: none"> Há varias citações da propagação do conceito de que os chineses seriam fracos, covardes, uma raça inferior, subumana. Reiteradas comparações a porcos, vermes e outros animais são comuns. As mulheres chinesas eram chamadas de banheiros públicos.
Organização	<ul style="list-style-type: none"> Dadas as dificuldades (de deslocamento geográfico), bem como inferioridade numérica, as ações japonesas nesse genocídio tiveram de ser extremamente organizadas, planejadas, gerenciadas. Há diversos relatos do planejamento militar para a execução dos atos genocidas.
Polarização	<ul style="list-style-type: none"> Os antagonismos recrudesceceram a partir de discurso e mobilização de uma postura imperialista, belicosa e expansionista, por parte do Japão. Eles se acreditavam superiores e os líderes naturais a ocupar e controlar a Ásia; A resistência inicial com a Batalha de Shangai gerou ira entre os líderes japoneses, que viram ameaçado e desrespeitado seu exército imperial.
Preparação	<ul style="list-style-type: none"> Há importante conjunto de relatos e documentos com a descrição dos atos e comandos que precederam os massacres.
Extermínio	<ul style="list-style-type: none"> Isolamentos, marchas, massacres, torturas, fuzilamentos coletivos, competições entre soldados, na corrida pelo extermínio.
Negação	<ul style="list-style-type: none"> A negação dos atos foi possibilitada pela vergonha de exposição das vítimas (mulheres molestadas), pela maciça utilização e distribuição de ópio e heroína (alienação dos potenciais críticos e opositores), pelo entendimento de se estar vivendo período de exceção.

Tabela 10B – Genocídio de Nanking: Contraposição ao Modelo do Stanton.

6.3.10 Contraposição ao Modelo “Teórico”

<i>Desengajamento Moral</i>	<i>Nanking</i>
Justificação Moral	<ul style="list-style-type: none"> • Direito natural à expansão territorial e domínio da Ásia; • Superioridade ética, moral, cultural, e organizacional deveriam levá-los, naturalmente, ao controle e poder da região; • A obediência e reverência cega é merecimento exclusivo do Imperador e seus descendentes, posto terem atributos divinos.
Linguagem Eufemística	<ul style="list-style-type: none"> • Deslocamentos e realocações populacionais; • Disputa (esportiva) entre subtenentes na contagem de vidas inimigas retiradas; • Sistema de Conforto de Mulheres; • Ópio e heroína foram distribuídos à população como calmantes.
Comparação Vantajosa	<ul style="list-style-type: none"> • Preferível a realocação ao extermínio; • Preferível o bem do todo ao benefício exclusivo e individual; • O progresso requer atos de purga e sacrifícios.
Difusão de Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Em função do rígido código militar japonês (Bushido), não se questionavam as ordens superiores; cumpriam-se.
Deslocamento da Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Afirmaram que os eventuais excessos cometidos, seguramente pontuais e não coordenados e planejados, foram fruto do contexto de guerra e situação de exceção que o mundo vivia naquele momento.
Distorção das Consequências	<ul style="list-style-type: none"> • Negação dos fatos e estatísticas; • Pressão sobre os depoentes e vítimas.
Desumanização	<ul style="list-style-type: none"> • A desumanização das vítimas era subproduto do antagonismo dogmático que fora incutido nos algozes. Imagens como ratos, porcos, insetos, pragas, cães, eram, recorrentemente, emprastadas ao povo chinês.
Atribuição de Culpa	<ul style="list-style-type: none"> • A eventual responsabilização, se é que é o caso de se atribuir alguma, restringe-se aos indivíduos que, no calor do exercício de sua função, extrapolaram alguns limites convencionalmente aceitos.

Tabela 10C – Genocídio de Nanking: Contraposição ao Modelo do Desengajamento Moral, do Bandura.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social**

SERGIO VEZNEYAN

**Genocídios no século XX: uma leitura sistêmica de causas e
consequências.**

v.2

**São Paulo
2009**

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	11
LISTA DE FIGURAS	13
SIGLAS	14
1. INTRODUÇÃO	15
2. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TEMA	16
3. ESTRUTURA E SEQUENCIAMENTO LÓGICO DO TRABALHO	25
3.1 Análise Conceitual	25
3.2 Análise de Conteúdo	25
3.3 <i>Research Design</i>	27
4. MÉTODO DE PESQUISA	28
4.3 Metodologia	28
4.4 Tipos de Pesquisa	29
5. PARAMETRIZAÇÃO CONCEITUAL	34
5.1 Definições de Genocídio	34
5.2 Panorama Jurídico de Genocídios	40
5.3 Grandes Linhas de Pesquisa em Psicologia Social sobre Genocídios	43
5.4 Modelo de Prevenção de Stanton (“Modelo Aplicado”)	48
5.5 O Desengajamento Moral de Albert Bandura	53
5.5.1 Bibliografia Complementar de Albert Bandura (“Modelo Teórico”)	69
5.6 Teoria Geral de Sistemas	93
6. GRANDES OCORRÊNCIAS DO SÉCULO XX	98
6.1 Armênios	98
6.1.1 Breve História	98
6.1.2 Bibliografia Complementar	110
6.1.3 Filmografia/ Websites e Memoriais	133
6.1.4 Mapeamento das Similaridades e Antagonismos	138
6.1.5 Contraposição ao Modelo “Aplicado”	141
6.1.6 Contraposição ao Modelo “Teórico”	142
6.2 Holodomor (ou Fome na Ucrânia)	143
6.2.1 Breve História	143
6.2.2 Bibliografia Complementar	150
6.2.3 Filmografia/ Websites e Memoriais	154
6.2.4 Mapeamento das Similaridades e Antagonismos	155
6.2.5 Contraposição ao Modelo “Aplicado”	158
6.2.6 Contraposição ao Modelo “Teórico”	159

6.3 Nanking	160
6.3.1 Breve História	160
6.3.2 Bibliografia Complementar	166
6.3.3 Filmografia/ Websites e Memoriais	169
6.3.4 Mapeamento das Similaridades e Antagonismos	173
6.3.5 Contraposição ao Modelo “Aplicado”	177
6.3.6 Contraposição ao Modelo “Teórico”	178
6.4 Holocausto Nazista	186
6.4.1 Breve História	186
6.4.2 Bibliografia Complementar	197
6.4.3 Filmografia/ Websites e Memoriais	204
6.4.4 Mapeamento das Similaridades e Antagonismos	222
6.4.5 Contraposição ao Modelo “Aplicado”	227
6.4.6 Contraposição ao Modelo “Teórico”	228
6.5 Cambódia	229
6.5.1 Breve História	229
6.5.2 Bibliografia Complementar	236
6.5.3 Filmografia/ Websites e Memoriais	243
6.5.4 Mapeamento das Similaridades e Antagonismos	247
6.5.5 Contraposição ao Modelo “Aplicado”	248
6.5.6 Contraposição ao Modelo “Teórico”	249
6.6 Bósnia-Herzegovina	250
6.6.1 Breve História	250
6.6.2 Bibliografia Complementar	257
6.6.3 Filmografia/ Websites e Memoriais	264
6.6.4 Mapeamento das Similaridades e Antagonismos	267
6.6.5 Contraposição ao Modelo “Aplicado”	289
6.6.6 Contraposição ao Modelo “Teórico”	290
6.7 Ruanda	291
6.7.1 Breve História	291
6.7.2 Bibliografia Complementar	298
6.7.3 Filmografia/ Websites e Memoriais	303
6.7.4 Mapeamento das Similaridades e Antagonismos	310
6.7.5 Contraposição ao Modelo “Aplicado”	313
6.7.6 Contraposição ao Modelo “Teórico”	314
7. DESENVOLVIMENTO DO MODELO “TEÓRICO AJUSTADO”	315
7.1 Mapeamento da Aderência do “Modelo Teórico Ajustado”	318
8. POSSÍVEIS CRÍTICAS	321
9. CONCLUSÕES	324
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	326
11. ANEXO	341

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Genocídios do séc. XX.

TABELA 2 – Representatividade de 18 milhões de vidas na população brasileira, segundo o Censo de 2000, do IBGE.

TABELA 3 – Populações dos países mais populosos.

TABELA 4 – Mortes por país durante a Segunda Grande Guerra.

TABELA 5 – Características metodológicas do estudo.

TABELA 6 – Resumo sintético das contribuições, por autor, à definição de Genocídios.

TABELA 7 – Principais conceitos associados à Teoria Geral de Sistemas.

TABELA 8A – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio dos Armênios.

TABELA 8B – Genocídio dos Armênios: contraposição ao Modelo do Stanton.

TABELA 8C – Genocídio dos Armênios: contraposição ao modelo do Desengajamento Moral, do Bandura.

TABELA 9A – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio do Holodomor..

TABELA 9B – Genocídio do Holodomor: contraposição ao Modelo do Stanton.

TABELA 9C – Genocídio do Holodomor: contraposição ao modelo do Desengajamento Moral, do Bandura.

TABELA 10A – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio de Nanking.

TABELA 10B – Genocídio de Nanking: contraposição ao Modelo do Stanton.

TABELA 10C – Genocídio de Nanking: contraposição ao modelo do Desengajamento Moral, do Bandura.

TABELA 11A – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio Nazista.

TABELA 11B – Genocídio do Holocausto: contraposição ao Modelo do Stanton.

TABELA 11C – Genocídio do Holocausto: contraposição ao modelo do Desengajamento Moral, do Bandura.

TABELA 12A – Genocídio do Camboja: contraposição ao Modelo do Stanton.

TABELA 12B – Genocídio do Cambódia: contraposição ao modelo do Desengajamento Moral, do Bandura.

TABELA 13a – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio da Bósnia-Herzegovina – (sérvios X bósnios).

TABELA 13b – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio da Bósnia-Herzegovina – (sérvios X albanianos).

TABELA 13c – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio da Bósnia-Herzegovina – (sérvios X cosovares).

TABELA 13d – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio da Bósnia-Herzegovina – (sérvios X macedônios).

TABELA 13e – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio da Bósnia-Herzegovina – (sérvios X montenegrinos).

TABELA 13f – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio da Bósnia-Herzegovina – (sérvios X croatas).

TABELA 13g – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio da Bósnia-Herzegovina – (sérvios X eslovenos).

TABELA 13h – Genocídio da Bósnia-Herzegovina: contraposição ao Modelo do Stanton.

TABELA 13i – Genocídio da Bósnia-Herzegovina: contraposição ao modelo do Desengajamento Moral, do Bandura.

TABELA 14A – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio de Ruanda.

TABELA 14B – Genocídio de Ruanda: contraposição ao Modelo do Stanton.

TABELA 14C – Genocídio de Ruanda: contraposição ao modelo do Desengajamento Moral, do Bandura.

TABELA 15 – Detalhamento das Dimensões relativas ao Fator Ambiental, do “Modelo Teórico Ajustado” proposto.

TABELA 16 – Detalhamento das Dimensões relativas aos Algozes, do “Modelo Teórico Ajustado” proposto.

TABELA 17 – Detalhamento das Dimensões relativas às Vítimas, do “Modelo Teórico Ajustado” proposto.

TABELA 18 – Detalhamento das Dimensões relativas às Consequências, do “Modelo Teórico Ajustado” proposto.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – *Research Design*.

FIGURA 2 – Modelo de causação recíproca triádica.

FIGURA 3 – Sub-funções do sistema de auto-regulação de Bandura.

FIGURA 4 – Fluxo do Desengajamento Moral de Bandura.

FIGURA 5 – Modelo Sistêmico Proposto (“Modelo Teórico Ajustado”).

SIGLAS

APA – *American Psychology Association*

CUP – Partido pela União e Progresso

DEDALUS – Banco de Dados Bibliográficos da Universidade de São Paulo

FUNK – Frente Nacional Unida do Kampuchea

GPU – Polícia Secreta Comunista

GULAG – Administração do Campo Principal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICTY – Tribunal Criminal Internacional para a antiga Iugoslávia

KGB – Komitet Gosudarstvenoi Bezopasnosti, ou Serviço de Inteligência Soviético

MRND – Movimento Revolucionário Nacional pelo Desenvolvimento

NATO – Organização do Tratado do Atlântico Norte

ONU – Organização das Nações Unidas

PARMEHUTU – Partido do Movimento pela Emancipação Hutu

RAF – Forças Armadas Ruandenses

RPF – Frente Patriótica Ruandense

RTLTM – Rádio e Televisão Livre das Mil Colinas

SD – Serviço de Segurança

SS – Escudo de Proteção (Organização Paramilitar ligada ao Partido Nazista Alemão)

TGS – Teoria Geral de Sistemas

TPI – Tribunal Penal Internacional

UNBISNET – Sistema de Informações Bibliográficas das Nações Unidas

UNPROFOR – Força de Proteção das Nações Unidas

USP – Universidade de São Paulo

WRB – Comitê dos Refugiados de Guerra

6.4 Holocausto Nazista

6.4.5 Breve História

Começou com um simples boicote aos lojistas judeus e terminou nas câmaras de gás em Auschwitz, com Adolf Hitler e seus seguidores tentando exterminar totalmente a população judaica da Europa.

Em janeiro de 1933, após dez anos de difíceis batalhas políticas, Adolf Hitler chegava ao poder na Alemanha. Como descrito por Shirer (1990):

O Major Oskar von Hindenburg começava, finalmente, a ceder. Ele estava com oitenta e seis anos, e esmorecendo frente à senilidade. Na tarde de domingo, dia 29 de janeiro, enquanto Hitler tomava café e comia biscoitos com Goebbels e outros assessores, Hermann Goering, o então Presidente da Reichstag e segundo homem no Partido Nazista de Hitler, irrompeu afirmando, categoricamente, que na manhã seguinte Hitler seria nomeado Chanceler.

Na manhã de 30 de janeiro de 1933 seus companheiros presenciaram um milagre. O homem com o bigode de Charles Chaplin, que havia sido um vagabundo socialmente excluído durante sua juventude em Viena, um reles e inexpressivo soldado durante a Primeira Grande Guerra, um desocupado em Munich nos primeiros dias do pós-guerra, um líder até certo ponto cômico do Beer Hall Putsch, esse sujeito que sequer era alemão, mas austríaco, e que tinha apenas 43 anos de idade, tinha acabado de ser empossado como o Chanceler do Reich Alemão.

Durante sua ascensão, Hitler repetidamente culpou os judeus pela derrota alemã na Primeira Grande Guerra, e a subsequente crise econômica. Hitler defendeu, ainda, teorias racistas de que arianos de pele clara, cabelos loiros e olhos azuis seriam a supremacia da raça humana. Os judeus, segundo Hitler, seriam a raça oposta e estariam ativamente engajados em conspirações internacionais a fim de impedir que a raça superior assumisse sua posição legítima e legal de comandar o mundo. Segundo Reich (1974), Hitler conseguiu o apoio de milhares de pessoas à causa nazista explorando as bases afetivas das mesmas, forjadas no ambiente apolítico do núcleo familiar. Assim, a empatia das massas nacional-socialistas com o estado-nação e com Hitler – figura austera, que aparecia na propaganda nazista como o protetor da pátria – pode ser entendida como a afetividade familiar deslocada do objeto e finalidade.

Albertini (1997) propõe que hábeis manipuladores de símbolos e representações, como Joseph Goebbels – um dos pais do nacional-socialismo e responsável pela propaganda nazista – souberam explorar com maestria os efeitos eróticos das paradas e dos uniformes nazistas, confeccionados com aparato de pavões até a utilização de recursos imaginativos, que estabelecessem analogias entre a pátria e a figura materna, ou mesmo entre o Führer e a nação.

Judeus, nessa época, representavam aproximadamente 1 por cento da população alemã, de 55 milhões de pessoas. Judeus alemães eram essencialmente cosmopolitas e, orgulhosamente, consideravam-se alemães de nacionalidade, e judeus de religião. Eles haviam vivido na Alemanha por séculos, lutado bravamente pela mãe-pátria em suas guerras, e prosperado em numerosas profissões.

Eles foram, contudo, progressivamente excluídos da sociedade alemã pelos nazistas por meio de uma série infindável de leis e decretos, culminando nas leis de Nuremberg de 1935, que os privaram da nacionalidade alemã, bem como os proibiram de se casarem fora da comunidade judaica. Eles foram excluídos das escolas, banidos de suas profissões, excluídos do serviço militar e até mesmo proibidos de partilhar um banco de parque com um não-judeu.

A ideologia antissemitista não fora inventada por Hitler e seus companheiros nazistas, contudo. Sequer o surgimento e ascensão dos Estados-Nação a eles se pode associar, pois historicamente, o antissemitismo ganhou importância concomitantemente ao declínio dos Estados-Nação. Assim, como ensinou Tocqueville (1993), não é a opressão ou a exploração a principal causa do ressentimento de um povo em relação a uma determinada classe ou grupo que possua privilégios; riqueza, sem uma função visível e tangível, é absolutamente intolerável, posto ser percebido como parasitismo.

Segundo Arendt (2004),

o antissemitismo atinge seu clímax quando os judeus perderam suas funções públicas e respectivas influências, e foram deixados com nada além de suas riquezas. Quando Hitler chegou ao poder, os bancos alemães já estavam quase todos juden-rein (e fora aqui que os judeus ocuparam posições de destaque por mais de cem anos) e o judaísmo alemão, como um todo, após um longo e constante crescimento em status e número, começava a declinar tão rapidamente que os estatísticos previram seu desaparecimento completo em poucas décadas.

Simultaneamente, uma muito bem orquestrada campanha sob o comando do Ministro da Propaganda Joseph Goebbels apresentava os judeus como inimigos do povo alemão. Diariamente, mensagens antissemitas eram apresentadas em jornais nazistas, posters, filmes, rádios, e em discursos de Hitler e dos líderes nazistas, bem como nas salas de aula. Como resultado, o antissemitismo oficial, sancionado pelo Estado, tornou-se norma em toda a Alemanha. Os judeus perderam tudo, incluindo casas e negócios, sem que houvesse protesto público de comunidades alemãs não-judaicas. O devastador filme-propaganda nazista *The Eternal Jew* foi ao ponto de comparar judeus a pragas de ratos, antecipando os acontecimentos futuros.

Em março de 1938, Hitler expandiu as fronteiras do Reich Nazista, anexando a Áustria à força. Uma brutal perseguição aos judeus austríacos imediatamente se sucedeu. Eles igualmente perderam tudo, sendo mesmo forçados a manifestações de humilhação pública, como limpar calçadas e sanitários para grupos pró-nazistas.

De volta à Alemanha, a “noite dos vidros quebrados” (Kristallnacht) ocorreu em 9-10 de novembro depois que o jovem Herschel Grynszpan, então com 17 anos, baleou e matou o oficial da embaixada alemã em Paris, Ernst von Rath, em retaliação ao duro tratamento que seus pais judeus receberam de nazistas.

Incentivados por Joseph Goebbels, os nazistas usaram a morte de von Rath como a desculpa ao programa oficial contra judeus. Noventa judeus foram mortos, 500 sinagogas foram queimadas, e a maioria das lojas de judeus teve suas janelas quebradas. A primeira detenção em massa de judeus ocorreu quando mais de 25 mil homens foram enviados a campos de concentração. Como uma piada cínica, os nazistas multaram os judeus em 1 bilhão de Reichmarks pela destruição que os nazistas causaram durante a Kristallnacht. Como ordenado pelo então Chefe do Serviço de Segurança (SD) e da Gestapo, Reinhard Heydrich, a partir das transcrições de documentos alemães apreendidos e reportado por Shirer (1990), houve claras instruções sobre como organizar e coordenar as ações de violência que se sucederam:

- *Somente poderiam ser tomadas medidas que não atentassem contra a vida e a propriedade de alemães (por exemplo, sinagogas devem ser queimadas apenas quando não houver perigo de que o fogo se alastre pelas vizinhanças);*
- *Negócios e apartamentos privados de judeus podem ser destruídos, mas não devem ser pilhados (...);*
- *As demonstrações que se passarão não podem ser impedidas pela polícia (...);*
- *O máximo de judeus, sobretudo os ricos, devem ser presos e acomodados em prisões existentes...Uma vez presos, os campos de concentração apropriados devem ser imediatamente contatados, de tal sorte que eles possam ali ser confinados o mais rapidamente possível.*

Muitos judeus alemães e austríacos estavam tentando fugir do Reich de Hitler. No entanto, a maioria dos países do Oeste mantinha reduzidas quotas de imigração, e mostrava pouco interesse em receber grandes quantidades de refugiados judeus. Isso pode ser exemplificado pelo “Apuro de St. Louis”, um navio com 930 judeus que foi recusado sucessivamente por Cuba, Estados Unidos e outros países, voltando à Europa, ao controle de Hitler.

Às vésperas da Segunda Grande Guerra, Hitler pretendia responsabilizar os judeus por um novo conflito mundial que se descortinava. Após estabelecer um pacto de não-agressão com os soviéticos, tentou, após várias e infrutíferas negociações diplomáticas com a Inglaterra e a França, neutralizá-los para sua iminente ação sobre a Polônia. Como descrito pelo embaixador inglês Henderson, na Alemanha de então, e transcrito a partir de Kordt (1950):

Ele desejava (Hitler explicou) promover uma aproximação em relação à Inglaterra que fosse tão decisiva quanto aquela promovida em relação à Rússia...O Führer está pronto a concluir acordos com a Inglaterra que não só lhe assegurem a existência do Império Britânico, sob quaisquer circunstâncias, naquilo em que a Alemanha esteja envolvida, bem como asseguraria a assistência da Alemanha ao Império Britânico, naquilo que lhe fosse necessário.

Igualmente advogando pela integridade e independência polonesa, o embaixador francês Coulondre, como reportado no *French Yellow Book* de 1939, foi a Hitler dar sua palavra de honra de que, “como um soldado, ele não tinha a menor dúvida de que caso a Polônia fosse atacada, a França estaria ao lado da mesma, com todas as suas forças”.

A guerra iniciou-se, então, em setembro de 1939, quando tropas alemãs invadiram a Polônia. Tratava-se da residência de mais de 3 milhões de judeus que, após a rápida derrota do exército polonês, foram agrupados e isolados em recém criados guetos como Lodz, Krakow, e Varsóvia. Dentro desses super-povoados e murados guetos, dezenas de milhares de judeus morreram de fome e de doenças provenientes das péssimas condições de vida. Os guetos rapidamente recaíram sob o controle de Heinrich Himmler, líder da SS nazista, a organização mais leal e confiável a Hitler, composta por jovens fanáticos e considerados, pelos padrões nazistas, puros e racialmente superiores.

Na primavera de 1940, Himmler ordenou a construção de um campo de concentração perto da cidade polonesa de Oswiecim, renomeada Auschwitz pelos alemães, a fim de manter prisioneiros poloneses e prover trabalho escravo para as novas fábricas comandadas por alemães, a serem construídas naquelas imediações.

Entrementes, Hitler continuava a conquistar a Europa, invadindo a Bélgica, Holanda, Luxemburgo e França, acumulando cada vez mais judeus sob o seu controle. Os nazistas começaram a inventariar todos os judeus e seus bens, por eles capturados. A questão que restava, contudo, era o que fazer com os milhões de judeus que estavam sob o controle nazista – definido pelos nazistas como a “questão judaica”.

No ano seguinte, 1941, seria o ano da virada. Em junho, Hitler assumiu um grande risco militar ao invadir a União Soviética. Antes da invasão, ele agrupou seus principais generais e disse-lhes que promovessem uma “guerra de aniquilação”, mirando comunistas e judeus, sendo que as regras básicas de conflitos militares deveriam ser claramente ignoradas.

Dentro da União Soviética havia estimativamente 3 milhões de judeus, muitos dos quais vivendo em vilarejos isolados, conhecidos como Shtetls. Seguindo a invasão do exército alemão, quatro unidades SS especiais de ação, conhecidas como Einsatzgruppen, cercaram e eliminaram todos os habitantes desses Shtetls. Esquadrões de execução Einsatz eram auxiliados por unidades da polícia alemã, alemães locais, e voluntários antissemitas locais. Líderes de Einsatzgruppen competiam informalmente entre si para aferir qual grupo tinha a mais alta taxa de morte a judeus.

Durante o verão de 1941, o líder da SS, Heinrich Himmler, atribuiu ao Comandante Rudolf Hoess, de Auschwitz, a seguinte missão: *“O Führer ordenou a Solução Final à Questão Judaica. Nós da SS temos de cumprir com essa ordem ... Eu escolhi, então, Auschwitz para esse propósito”*.

Em seu longo e impressionante depoimento em Nuremberg, Hoess, citado por Bloxham (2003), relata como operacionalizou e perfeccionou seus métodos de extermínio:

A ‘Solução Final’ da questão judaica significava o completo extermínio dos judeus na Europa. Foram dadas ordens de se estabelecerem facilidades de extermínio em Auschwitz, em junho de 1941. Naquela época, já havia no Governo Geral da Polônia três outros campos de extermínio: Belzec, Treblinka, e Wolzek(...)

Eu visitei Treblinka para descobrir como eles realizavam seus extermínios. O comandante do campo de Treblinka disse-me que eles haviam liquidado 80.000 no curso de meio ano. Ele estava particularmente preocupado em liquidar todos os judeus do gueto de Varsóvia.

Ele usava monóxido de carbômo, e eu não achava que seus métodos eram muito eficientes. Então, quando eu construí o centro de extermínio de Auschwitz, eu usei o Zyklon B, que era o ácido prússico cristalizado, e que nós jogávamos nas câmaras de gás, por meio de pequenos orifícios. Levava entre três e quinze minutos para matar as pessoas que estavam na câmara de gás, dependendo das condições climáticas.

Sabíamos quando as pessoas estavam mortas porque os gritos cessavam. Normalmente, esperávamos em torno de meia hora, antes de abrímos as portas e removermos os corpos. Após a remoção dos corpos nossos 'kommandos' especiais retiravam-lhes os anéis, bem como o ouro que tivessem entre os dentes (...).

Uma outra melhoria que fizemos, comparativamente a Treblinka, foi a construção de câmaras de gás que acomodassem 2.000 pessoas por vez, enquanto em Treblinka as dez câmaras de gás acomodavam apenas 200 pessoas cada.

Em Auschwitz, um novo campo de concentração já estava em construção e seria conhecido por Auschwitz II (Birkenau). Essa seria a área de quatro grandes câmaras de gás a serem usadas em extermínios em massa. A ideia de se usar câmaras de gás surgiu durante o Programa de Eutanásia, o então conhecido “Assassinato Grato” de pessoas doentes e desabilitadas na Alemanha e Áustria, por médicos nazistas. É interessante observar que tamanha empreitada movimentava a economia alemã e gerava, mesmo, importante competição entre os potenciais fornecedores de projetos e equipamentos, como descrito por Shirer (1990):

Houve, mostram os registros, uma grande competição entre os homens de negócios alemães para a construção desses dispositivos de morte, transporte e acondicionamento de corpos, bem como pelo fornecimento dos cristais letais azuis. A empresa I. A. Topf and Sons of Erfurt, fabricante de equipamentos de aquecimento, ganhou o processo de licitação para a construção dos crematórios de Auschwitz. A história desse empreendimento empresarial foi revelada a partir de volumosa correspondência encontrada nos registros do Campo. Uma carta da empresa, datada de 12 de fevereiro de 1943, dá o tom:

Ao Escritório Central de Construção da SS e da Polícia, Auschwitz

Assunto: Crematórios 2 e 3 do Campo

Nós acusamos o recebimento de seu pedido para cinco fornalhas triplas, incluindo dois elevadores elétricos para levantamento de corpos, bem como um elevador de emergência. Uma instalação prática para estoque de carvão, bem como transporte das cinzas, foi igualmente solicitada.

Nessa época, câmaras de gás móveis estavam sendo usadas pelo Einsatzgruppen para matar judeus na Rússia. Caminhões especiais foram convertidos pela SS em câmaras de gás portáteis. Judeus eram trancafiados em contêineres com escape de ar traseiro, enquanto a fumaça era exalada pelos motores dos caminhões a seu interior, de tal sorte que sufocassem. Esse método mostrou-se relativamente ineficaz, posto que a capacidade média dos contêineres era inferior a 50 pessoas. Àquela época, o método de morte mais rápido continuava a ser o de fuzilamentos em massa. Enquanto as tropas de Hitler continuavam a avançar na União Soviética, o ritmo dos assassinatos de Einsatz acelerava. Mais de 33 mil judeus foram mortos na Ucrânia, no rabinato de Babi Yar, perto de Kiev, durante dois dias, em setembro de 1941.

O ano seguinte, 1942, foi marcado pelos extermínios em massa em uma escala nunca antes vivida pela história da humanidade. Em janeiro, 15 líderes nazistas guiados por Reinhard Heydrich, segundo no comando da SS, conduziram a Conferência de Wannsee em Berlim, para coordenar os planos da Solução Final. Os judeus da Europa seriam então agrupados e deportados à Polônia ocupada, onde novos centros de extermínio estavam sendo construídos em Belzec, Sobibor, Treblinka, e Auschwitz-Birkenau.

Codenomeada “Aktion Reinhard”, em homenagem a Heydrich, a “Solução Final” começou na primavera, quando mais de 2 milhões de judeus, já em território polonês, estavam para serem enviados às câmaras de gás tão logo os novos campos de concentração se tornassem operacionais. Hans Frank, o Governador nazista da Polônia, havia declarado, então: “*Eu não peço nada aos judeus a não ser que desapareçam*”.

Como descrito por Aly (1999):

Cada detalhe do processo real de extermínio foi meticulosamente planejado. Judeus chegavam em trens de Belzec, Sobibor, e Treblinka. Eram falsamente informados que estavam em conexão e estariam, posteriormente, sendo reembarcados para o destino final. Era-lhes dito que suas roupas seriam desinfetadas, e que todos seriam enviados para salas de banho para uma boa limpeza. Homens eram então separados de mulheres e crianças. Todos eram destinados para barracas a fim de se despirem completamente. Mulheres e crianças tinham seus cabelos cortados. Primeiramente os homens, depois as mulheres e crianças eram alinhados, nus, em uma corrente apelidada pela SS de Himmelstrasse (estrada para o céu). Ao fim do caminho, havia uma sala azulejada com chuveiros. Tão logo as pessoas eram amontoadas dentro das salas, as portas se fechavam, criando um isolamento de ar. Fumaça mortal de gás carbono era então exalada a partir de um motor diesel estacionado na parte de fora da câmara.

Em Auschwitz-Birkenau era dito às pessoas recém-chegadas que memorizassem os números dos cabides numerados em que penduravam suas roupas e pertences. Era-lhes dado um pedaço de sabonete para então serem conduzidos a uma câmara de gás adjacente, disfarçada em grande sala de banho. No lugar de monóxido de carbono, porções do pesticida comercial Zyklon-B (ácido prússico) eram dispostas sob as entradas das câmaras onde cínicos oficiais da SS diziam-lhes que as mastigassem. Os paletes de Zyklon-B eram vaporizados após o contato com o ar, gerando fumaças letais de cianeto, dentro das câmaras. As crianças eram as primeiras a morrer, posto estarem mais próximas do chão, de onde subia a fumaça letal rosa.

Normalmente, rompia-se um pandemônio tão logo o odor amendoado do gás se espalhava entre os adultos que, desesperadamente, subiam uns sobre os outros na busca de um ar mais puro no teto.

Em cada um dos campos de morte, esquadrões especiais de trabalhadores escravos judeus, chamados *Sonderkommandos* eram utilizados a fim de desamarrar as vítimas e removê-las das câmaras de gás. Eles procuravam, então, eventuais obturações de ouro para removê-las. Cavidades corpóreas eram igualmente investigadas a fim de buscarem eventuais objetos de valor escondidos. Posteriormente, os corpos eram dispostos de diversas formas, incluindo enterros em massa, cremação em fornos abertos, ou em crematórios especialmente desenvolvidos para esse fim, como aqueles utilizados em Auschwitz. Toda a roupa, dinheiro, ouro, jóias, relógios, óculos e outros objetos de valor eram enviados de volta à Alemanha, para serem reutilizados. Os cabelos das mulheres eram enviados a uma firma na Bavária, a fim de se manufaturar feltro.

Um dos extraordinários aspectos das jornadas para a morte dos judeus enviados aos campos de concentração nazistas é que eles eram deportados da Europa Ocidental como passageiros de terceira classe em trens, a fim de serem “realocados no Leste”. Os oficiais da SS tiravam fotos dos recém-chegados aos campos de concentração como se fossem locais fictícios “Waldsee” que eram reenviados aos familiares em suas respectivas terras natais, com os seguintes dizeres: “Estamos indo muito bem aqui. Temos trabalho e somos bem tratados. Aguardamos a vossa chegada”.

Nos guetos da Polônia, era dito aos judeus que eles estavam simplesmente sendo “transferidos” a campos de trabalho. Muitos iam voluntariamente, na esperança de deixar as brutais condições de vida dos guetos. Eles eram enviados, então, em vagões sem aquecimento, mal ventilados e sem condições sanitárias. Crianças pequenas e os mais idosos frequentemente morriam muito antes de atingirem seus destinos.

Carregamentos de carga humana chegavam a Auschwitz por meio de um processo de seleção conduzido pelos médicos da SS, como Josef Mengele. Aos jovens adultos considerados aptos ao trabalho escravo era concedido o direito de viver, sendo-lhes tatuado um número de identificação no braço esquerdo. Todos os demais eram conduzidos às câmaras de gás. Poucos internos, incluindo crianças gêmeas, eram colocados de lado para participar de experimentos médicos esporádicos.

O campo de morte de Majdanek operava segundo o modelo de Auschwitz, e servia duplamente como campo de trabalho forçado, e centro de extermínio. Chelmno, o sexto campo de concentração da Polônia ocupada, operava de forma ligeiramente diferente dos demais, de forma que as câmaras móveis de gás fossem constantemente utilizadas.

Muito embora os nazistas tentassem manter todos os campos de morte em segredo, rumores e alguns testemunhos foram gradualmente reportados. Mais difíceis de ocultar foram as mortes em massa ocorridas na Rússia ocupada. Em 30 de junho e 2 de julho de 1942, o *New York Times* reportou por meio do *London Daily Telegraph*, que mais de 1 milhão de judeus já haviam sido mortos.

Naquele verão, representantes suíços do Congresso Mundial Judaico receberam informações de um industrial alemão sobre o plano nazista de extermínio dos judeus. Eles passaram a informação para Londres e Washington.

Em dezembro de 1942, o Secretário Britânico para Assuntos Externos, Anthony Eden, apresentou-se diante da Casa dos Comuns e declarou que os nazistas “*estavam tornando realidade a intenção recorrentemente anunciada por Hitler de extermínio do povo judaico na Europa*”.

Judeus americanos responderam às várias informações que lhe chegaram por meio de um manifesto diante do *Madison Square Garden*, em março de 1943, com vistas a pressionar o governo americano a agir. Como resultado, houve a Conferência das Bermudas, entre 19 e 30 de abril, com representantes dos Estados Unidos e Grã-Bretanha encontrando-se a fim de discutir o problema dos refugiados dos países ocupados por nazistas. No entanto, o encontro provou-se absolutamente ineficaz para cessar os extermínios em curso.

Sete meses depois, em novembro de 1943, o Congresso Americano debateu a total inação do Departamento de Estado Americano em relação ao extermínio dos judeus europeus. O presidente Franklin D. Roosevelt respondeu à crescente pressão política com a criação do *War Refugee Board* (WRB), em janeiro de 1944, a fim de ajudar os países neutros a resgatar os judeus. O WRB ajudou a resgatar em torno de 200 mil judeus dos campos de morte, por meio de esforços heróicos de pessoas como o diplomata sueco Raoul Wallenberg, que trabalhou incansavelmente nos países ocupados.

O WRB também advogou a favor do bombardeio aéreo de Auschwitz, muito embora isso nunca tenha ocorrido, posto que ainda não se tratava de um alvo militar vital. Os Estados Unidos e seus aliados militares defendiam que a melhor forma de acabar com as atrocidades nazistas seria derrotar a Alemanha o mais rapidamente possível.

Em abril de 1944, dois internos de Auschwitz escaparam com vida e chegaram à Tchecoslováquia. Um deles, Rudolf Vrba, submeteu um relatório detalhado ao papado na Eslováquia, sendo então conduzido ao Vaticano, em meados de junho. Até então, o Papa Pio XII não havia oficializado uma condenação pública aos maltratos nazistas e às consequentes mortes em massa de judeus. Ele preferiu manter o silêncio.

Os nazistas tentaram suprimir os crescentes relatórios da “Solução Final”, convidando a Cruz Vermelha a visitar Theresienstadt, um gueto na Tchecoslováquia contendo judeus proeminentes. Uma delegação da Cruz Vermelha inspecionou Theresienstadt, observando lojas, bancos, cafés, e salas de aula que foram astuciosamente preparados para essa visita. Eles ainda assistiram a um maravilhoso programa musical, conduzido por crianças judaicas. Após a partida da Cruz Vermelha, a maioria dos habitantes do gueto, incluindo todas as crianças, foi enviada para câmaras de gás na cidade modelo que seria deixada à deterioração.

Em várias circunstâncias, os judeus chamaram a si a responsabilidade da solução e violentamente resistiram aos nazistas. O exemplo mais notável foi a batalha de 28 dias, travada no gueto de Varsóvia. Ali, um grupo de 750 judeus com armas rudimentares enfrentou mais de 2 mil soldados da SS, armados com pequenos tanques, artilharia e lança-chamas. Após encontrar forte resistência dos judeus, os nazistas decidiram queimar todo o gueto.

Um relatório da SS assim descreveu a cena:

Os judeus permaneciam em prédios em chamas até que o medo de serem queimados vivos fizesse com que eles pulassem dos andares mais altos. Com ossos quebrados, eles ainda tentavam rastejar pelas ruas e pelos prédios, onde o fogo ainda não havia sido ateado. A despeito do risco de serem queimados vivos, os judeus frequentemente preferiam retornar às chamas, a correr o risco de por nós serem capturados.

Em relatório de 31 de julho de 1942, o Comissário Geral Alemão para a Rússia Branca, citado por Klee, Dressen & Riess (1991), descreve em detalhes os métodos e a contabilização das ações de extermínio sob sua responsabilidade. A organização, a metodologia, a sistematização dos dados mostram não só engenhosidade e empreendedorismo, mas, sobretudo, comprometimento e dedicação à causa.

Resistência também ocorreu dentro dos campos de concentração. Em Treblinka, internos judeus promoveram uma revolta em agosto de 1943, depois que Himmler ordenou que o campo fosse desmontado. Em Sobibor, uma grande fuga ocorreu em outubro de 1943, quando judeus e soldados soviéticos mataram 11 homens da SS, e acessaram as matas como refúgio. Dos 300 fugitivos originais, a maioria foi caçada e apenas 50 sobreviveram. Himmler decidiu-se por fechar, igualmente, Sobibor. Em Auschwitz-Birkenau, *Sonderkommandos* conseguiram destruir o crematório número quatro, em outubro de 1944.

No entanto, ao longo de toda a Europa ocupada, relativamente poucos não-judeus estavam dispostos a arriscar suas próprias vidas para ajudar os judeus. Exceções notáveis incluem Oskar Schindler, um alemão que salvou 1.200 judeus movendo-os do campo de trabalho de Plaszow para sua cidade natal de Brunnlitz. A Dinamarca resgatou quase toda uma população de judeus, mais de 7.000, transportando-os, com segurança, pelo mar. Itália e Bulgária recusaram-se a cooperar com as demandas alemãs de exportação de judeus. Em outros lugares da Europa, normalmente as pessoas se mantinham distantes e passivas, assistindo à marcha pelas ruas de famílias judaicas ao encontro de trens ou, em alguns casos, ativamente participando de perseguições nazistas.

Em 1944, a onda da guerra voltou-se contra Hitler, e seus exércitos estavam sendo derrotados em todas as frentes pelas Forças Aliadas. No entanto, a matança de judeus continuou ininterrupta. Locomotivas e caminhões fretados, de grande necessidade e utilidade ao exército alemão, eram utilizados incessantemente pela SS no transporte de judeus a Auschwitz.

Em maio, nazistas sob a direção do Tenente-Coronel da SS Adolf Eichmann começaram um intenso processo de deportação em massa da mais importante população judaica remanescente na Europa. De 15 de maio a 9 de julho, mais de 430 mil judeus húngaros foram deportados a Auschwitz. Durante esse período, Auschwitz reportou sua mais alta taxa diária de extermínios e cremações, acima de 9 mil. Seis grandes covas foram utilizadas para enterrar corpos, posto que o número de mortos suplantava muito a capacidade dos crematórios.

O incessante avanço das Forças Aliadas continuou e, em 24 de julho de 1944, tropas soviéticas libertaram o primeiro campo, Majdanek, no leste polonês, onde mais de 360 mil pessoas foram mortas. Com a aproximação do exército soviético de Auschwitz, Himmler ordenou a completa destruição das câmaras de gás. Ao longo do cambaleante Reich de Hitler, a SS iniciou as marchas da morte dos sobreviventes dos campos de concentração, levando à morte ainda, só nas proximidades de Auschwitz, mais 66 mil pessoas.

O exército soviético chegou a Auschwitz em 27 de janeiro de 1945. À época, estima-se que 1,5 milhão de judeus e 500 mil prisioneiros poloneses, militares soviéticos e ciganos tenham sido mortos lá. Quando as Forças Aliadas chegaram à Alemanha na primavera de 1945, liberaram Buchenwald, Bergen-Belsen, e Dachau. Então, os 12 terríveis anos do regime nazista começaram a descortinar-se à frente dos soldados americanos e britânicos, incluindo o Comandante Supremo, Dwight D. Eisenhower, presenciando pilhas com milhares de corpos, e ouvindo os terríveis depoimentos de sobreviventes.

Em 30 de abril de 1945, cercado pelo exército soviético em Berlim, Adolf Hitler suicidou-se, e seu Reich colapsou rapidamente. O seu “Testamento Político”, como ficou conhecido, é abaixo parcialmente reproduzido, a partir de Trevor-Roper (1947):

Mais de trinta anos se passaram desde que eu fiz minha modesta contribuição como voluntário na Primeira Grande Guerra Mundial, que foi forçada ao Reich.

Nessas três décadas, apenas amor e lealdade a meu povo guiaram-me em todos os meus pensamentos, ações e vida. Eles me deram poder para tomar as mais difíceis decisões que já confrontaram um mortal...

Não é verdade que eu, ou qualquer outra pessoa na Alemanha, tenha desejado a guerra em 1939. Ela foi provocada e desejada exclusivamente pelos estadistas internacionais que, ou eram de origem judaica, ou trabalhavam pelos interesses judaicos.

Eu fiz excessivas ofertas para a limitação e controle de armamentos, que a posteridade não poderá ignorar para sempre, para que a responsabilidade da eclosão dessa guerra seja atribuída a mim. Ademais, eu nunca desejei que após o término da Primeira Grande Guerra houvesse uma Segunda, contra a Inglaterra ou América. Séculos passarão, mas sobre as ruínas de nossas cidades e monumentos o ódio daqueles efetivamente responsáveis sempre reaparecerá. Eles são aqueles a quem temos de agradecer tudo isso: a comunidade judaica internacional, e seus ajudantes.

Como legado, a maior parte dos judeus europeus havia sido exterminada. Quatro milhões foram mortos nas câmaras de gás e outros dois milhões foram mortos a tiros, ou nos guetos a eles designados. Os Aliados vitoriosos, Estados Unidos, Grã-Bretanha e União Soviética começaram a levantar dados sobre a carnificina, a fim de identificar os verdadeiros responsáveis.

Sete meses mais tarde, iniciaram-se os Julgamentos de Crimes de Guerra em Nuremberg, com 22 líderes nazistas sobreviventes acusados de crimes contra a humanidade.

Durante o julgamento, o então arrependido antigo Governador da Polônia, Hans Frank, declarou: “Mil anos passarão, e a culpa dos alemães não será apagada”.

Arendt (2006), em suas reflexões sobre o Julgamento de Eichmann em Jerusalém, em 1961, causou grande polêmica ao mostrar que os Conselhos Judaicos (Judenrates) acabaram por proporcionar, por meio de sua disciplina germânica, listas, informações e alinhamento da população judaica frente às demandas de deportação que, sem a sua leniência e comprometimento, dificilmente seriam obtidos.

A grande verdade é que se o povo judaico tivesse realmente sido tão desorganizado e sem liderança, teria havido caos e muita miséria, mas o número total de vítimas teria dificilmente atingido algo entre 4 e 5 milhões de pessoas.

Ainda gerando polêmica, discordou da visão de que Eichmann tenha sido um dos mentores intelectuais do conjunto de atrocidades que o nazismo promoveu contra os judeus. Via nele o comportamento e a inteligência banal, afirmando que o mal que gerou fora fruto de um raciocínio defeituoso e medíocre.

6.4.6 Bibliografia Complementar

Abraham, D. (1987) *The collapse of the Weimar Republic*, New York, Holmes and Meier.

Abzug, R. (1998) *America Views the Holocaust*, Bedford/St. Martin's.

_____, (1985) *Inside the Vicious Heart: Americans and the Liberation of Nazi Concentration Camps*, Oxford, Oxford University Press.

Adorno, T. W., Frenkel-Brunswik, E., Levenson, D. J., Sanford, R. N. (1950) *The Authoritarian Personality*, New York, Harper & Row.

Ainsztein, R. (1962) *Review of Hilberg's Destruction of the European Jews*, The Jewish Observer and the Middle East Review, vol. 16, March, pp. 26-27.

Allen, M. T. (1995) *Engineers and Modern Managers in the SS*, Ph.D. thesis, Pennsylvania, USA.

Altemeyer, B. (1996) *The authoritarian specter*, Cambridge, MA, Harvard University Press.

Aly, G., Chroust, P., Pross, C. (1994) (eds.) *Cleansing the Fatherland: Nazi Medicine and Racial Hygiene*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, USA.

_____, (1999) *Final Solution: Nazi Population Policy and Murder of European Jews*, London, Arnold.

Améry, J. (1980) *At the Mind's Limits: Contemplations by a Survivor on Auschwitz and Its Realities*, Bloomington, Indiana University Press.

Anchel, R. (1928) *Un Baron Juif au 18^{ème} siècle*, Souvenir et Science, vol. 1, Paris.

Annas, G., Grodin, M. (1992) *The Nazi Doctors and the Nuremberg Code: Human Rights in Human Experimentation*, Oxford, Oxford University Press.

Apenszlak, J. (1943) *The Black Book of Polish Jewry: An Account of the Martyrdom of the Polish Jewry under the Nazi Occupation*, New York, Roy.

Arad, Y. (1987) *Belzec, Sobibor, Treblinka: The Operation Reinhard Death Camps*, Bloomington ind., University of Indiana Press.

Aron, R. (1958) *The Vichy Regime: 1940-1944*, New York, USA.

Baldwin, P. (1990) *Reworking the Past: Hitler, the Holocaust, and the Historian's Debate*, Boston, Mass, Beacon.

- Barnett, C. (1989) *Hitler's Generals*, New York, Quill and Morrow.
- Baron, S. W. (1952) *A Social and Religious History of the Jews*, vol. II, Ancient Times, Philadelphia, Jewish Publication Society of America.
- Barracclough, S. (1946) *The Origins of Modern Germany*, Oxford, England.
- Bartoszewski, W. T. (1990) *The Convent at Auschwitz*, London, Bowerdean.
- Bauer, Y. (1982) *A History of the Holocaust*, 2nd edition. Watts Publishers.
- _____, (2001) *Reexamining the Holocaust*, New Haven, Yale University Press.
- Bauman, Z. (1992) *Modernity and Holocaust*, New York, Cornell University Press.
- Baynes, N. (1942) *The Speeches of Adolph Hitler, April 1922 – August 1939*, 2 vols., New York.
- Belgion, M. (1946) *Epitaph on Nuremberg*, London, Falcon Press.
- Benton, W. E., Grimm, G. (1955) *Nuremberg: German Views of the War Trials*, Dallas, Tx, Southern Methodist University Press.
- Benz, W. (2000) *The Holocaust: A Short History*, London Profile Books.
- Bloxham, D. (2000) *Jewish Slave Labour and Its Relationship to the "Final Solution"*, London, Macmillan.
- Botwinick, R.S. (1989) *A History of the Holocaust*, 2nd edition. Prentice Hall.
- Bourgin, G. (1932) *Le Problème de la fonction économique des Juifs*, Souvenir et Science, v. 3, n. 2-4, Paris.
- Boyarín, D. (1994) *A Radical Jew: Paul and the Politics of Identity*, Berkeley, University of California Press.
- Braham, R. (1981) *The Politics of Genocide: The Holocaust in Hungary*, New York, Columbia University Press.
- Browning, C. R. (1992) *Ordinary Men: Reserve Police Battalion 101 and the Final Solution in Poland*, New York, HarperCollins.
- Byrnes, R. (1950) *Antisemitism in Modern France*, New Brunswick, USA.
- Cesarini, D. (1994) *The Final Solution: Origins and Implementation*, London, Routledge.
- Charensol, G. (1930) *L'Affaire Dreyfus et la Troisième République*, Paris, France.
- Craig, G. A. (1982), *The Germans*, New York, New American Library.

- Darley, J. M. (1992) *Social organization for the production of evil*, *Psychological Inquiry*, vol. 3, pp. 199-218.
- Dawidowicz, L. S. (1975) *The war against the Jews: 1933-1945*, New York, Holt, Rinehart & Winston.
- DeJong, A. (1978) *The Weimar chronicle: Prelude to Hitler*, New York, New American Library.
- Dicks, H. V. (1972) *Licensed mass murder: A socio-psychological study of some SS killers*, New York, Basic Books.
- Dimont, M. I. (1962) *Jews, God and history*, New York, Signet.
- Dosick, W. (1973) *Living Judaism: The Complete Guide to Jewish Belief, Tradition and Practice*, Behrman House.
- Dwork, D., Jan van Pelt, R. (2002) *Holocaust: A history*. New York: W.W. Norton.
- Engel, D. (1987) *In the Shadow of Auschwitz: The Polish Government-in-exile and the Jews, 1939-1942*, Chapel Hill, NC, University of North Carolina Press.
- Epstein, E. J., Rosen, P. (1997) *Dictionary of the Holocaust: Biography, Geography, and Terminology*, New York, USA.
- Fenigstein, A. (1998) *Were obedience pressures a factor in the Holocaust?* *Analyse & Kritik*, v. 20, pp. 54-73.
- Finkelstein, N. (2000) *The Holocaust Industry*, London, Verso.
- Fogelman, E. (1994) *Conscience & Courage: Rescuers of Jews during the Holocaust* Anchor.
- Fulbrook, M. (1991) *A Concise History of Germany*, Cambridge University Press.
- Gellately, R. (1990) *The Gestapo and the German Society: Enforcing Racial Policy, 1933-1945*, Oxford, Clarendon Press.
- Gilbert, M. (1985) *The Holocaust: A History of the Jews in Europe during the Second World War*. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- _____, (1994) *Historical Atlas of the Holocaust*, U.S. Holocaust Memorial Museum and the Wexner Learning Center.
- _____, (1947) *Nuremberg Diary*, New York, Farrar, Straus and Giroux.
- Girard, P. (1980) *Historical foundations of anti-Semitism*. In J. Dimsdale (Ed.), *Survivors, victims, and perpetrators: Essays on the Nazi Holocaust*, New York, Hemisphere.

- Goldhagen, D. J. (1996) *Hitler's Willing Executioners: Ordinary Germans and the Holocaust*, New York, Knopf.
- Goldstein, J. (1995) *Jewish History in Modern Times*, Sussex Academic Press.
- Gordon, S. (1984) *Hitler, Germans, and the 'Jewish Question'*, Princeton, NJ, Princeton University Press.
- Gutman, Y. (1990) *Encyclopedia of the Holocaust*, New York, Harper & Row.
- _____, Barenbaum, M. (1994) *Anatomy of the Auschwitz Death Camp*, Bloomington, Indianapolis, University of Indiana Press.
- Herf, J. (1997) *Divided Memory: The Nazi Past in the Two Germanys*, Cambridge Mass., Harvard University Press.
- Hilberg, R. (1985) *The Destruction of the European Jews*. Chicago: Quadrangle Books, New York: Holmes and Meier.
- Irving, D. (1977) *Hitler's War*, New York, Viking.
- Janowitz, M. (1946) *German Reactions to Nazi Atrocities*, American Journal of Sociology, v. 52, pp. 141-6.
- Jarman, T. L. (1955) *The Rise and Fall of Nazi Germany*, London, England.
- Johnson, P. (1988) *A History of the Jews*, HarperCollins.
- Karbach, O. (1945) *The Founder of Modern Political Antisemitism: George von Schoenerer*, Jewish Social Studies, v. 7, n.1, January, New York.
- Kershaw, I. (1989) *The Nazi Dictatorship: Problems and Perspectives of Interpretation*, London, Arnold.
- Kesting, R. (1987) *The Black Experience during the Holocaust*, The Holocaust & History.
- Kren, G. M., Rappoport, L. (1980) *The Holocaust and the crisis of human behavior*, New York, Holmes and Meier.
- Kushner, T. (1994) *The Holocaust and the Liberal Imagination: A Social and Cultural History*, Oxford, Blackwell.
- Landau, R. (1998) *Studying the Holocaust*, London, Routledge.
- Laqueur, W., Baumel, J. T. (2001) *The Holocaust Encyclopedia*, New Haven, Conn.: Yale Univ Press.
- Latane, B., Darley, J. (1970) *The unresponsive bystander: Why doesn't he help ?*, Englewood Cliffs, NJ, Prentice-Hall.

- Lewis, B. (1984) *The Jews of Islam*, Princeton, Princeton University Press.
- _____, (1999) *Semites and Anti-Semites: An Inquiry into Conflict and Prejudice*, W. W. Norton & Co.
- Lifton, R. J. (1986) *The Nazi Doctors: Medical killing and the Psychology of genocide*, New York, Basic Books.
- Lipstadt, D. (1993) *Denying the Holocaust: The Growing Assault on Truth and Memory* Free Press.
- London, P. (1970) *The rescuers: Motivational Hypotheses about Christians who saved Jews from the Nazis*, New York, Academic Press.
- Luther, M. (1975) *Works: on the Jews and their lies*, Muhlenberg Press, St. Louis, MO.
- Mandel, D. R. (1998) *The obedience alibi: Milgram's account of the Holocaust reconsidered*. *Analyse & Ktitik*, vol. 20, pp. 74-94.
- Marcus, J. R. (1934) *The Rise and Destiny of the German Jews*, New York, USA.
- Marrus, M. (1987) *The Holocaust in History*, Hanover, NH: University Press of New England.
- Milgram, S. (1963) *Behavioral study of obedience*, *Journal of Abnormal and Social Psychology*, vol. 67, pp. 371-378.
- Mitchell, J. R., Mitchell, H. B. (1992) *The Holocaust: Readings and Interpretations*. McGraw Hill.
- Mourin, M. (1948) *Les Complots contre Hitler*, Paris, France.
- Nathan, O. (1944) *The Nazi Economic System: Germany's Mobilization for War*, Durham, NC, USA.
- Neusner, J. (1991) *Studying Classical Judaism: A Primer*, Westminster John Knox Press.
- Novick, P. (1999) *The Holocaust in American Life*, Boston, Houghton Mifflin.
- Oliner, S., Oliner, P. (1990) *The Altruistic Personality* New York, Free Press.
- Pinnow, H. (1936) *History of Germany*, London, England.
- Poliakov, L. (1974) *The History of Anti-semitism*, New York, The Vanguard Press.
- Prange, G. W. (1944) *Hitler's Words*, Washington, USA.
- Rauschnig, H. (1946) *Time of Delirium*, New York, USA.

- Reitlinger, G. (1953) *The Final Solution – The Attempt to Exterminate the Jews of Europe, 1939-1945*, New York, USA.
- Rosenbaum, R. (1998) *Explaining Hitler: The search for the origins of his evil*, New York, Random House.
- Rosinski, H. (1944) *The German Army*, Washington, USA.
- Rossino, A. (1997) *Destructive Impulses: German Soldiers and the Conquest of Poland*, Holocaust and Genocide Studies, v. 11, pp. 351-65.
- Rothfels, H. (1948) *The German Opposition to Hitler*, Hindsdale, Ill., USA.
- Rozett, R., Spector, S. (1991) *Encyclopedia of the Holocaust*, New York, Coward McCann.
- Sammler, R. (1947) *Goebbels: The Man Next to Hitler*, London, England.
- Schachter, H. (1975) *The Holocaust: A Brief Survey*, Jerusalem, World Zionist Organisation Information Division.
- Schumann, F. L. (1939) *The Nazi Dictatorship*, New York, USA.
- Scolez, M. S. (1941) *The Structure of Nazi Economy*, Cambridge, England.
- Spector, S. (2001) *The Encyclopedia of Jewish life before and during the Holocaust*, New York: New York University Press.
- Stallbaumer, L. M. (1999) *Big Business and Persecution of the Jews: The Flick Concern and the "Aryanization" of Jewish Property before the War*, Holocaust and Genocide Studies, v. 13, pp. 1-27.
- Sullivan, E. T. (1999) *The Holocaust in Literature for Youth: A Guide and Resource Book*, Free Press.
- Taylor, A. J. P. (1946) *The Course of German History*, New York, Coward McCann.
- Taylor, T. (1952) *Sword and Swastika*, New York, USA.
- Tenenbaum, J. (1956) *Race and Reich: The Story of an Epoch*, Westport, Conn., Greenwood Press.
- Tent, J. F. (1982) *Mission on the Rhine: Reeducation and Denazification in American-Occupied Germany*, Chicago, Ill., University of Chicago Press.
- Toynbee, A., Veronica, M. (1958) *The Eve of the War*, London, England.
- Vallacher, R. R., Wegner, D. M. (1987) *What do people think they are doing ? Action Identification and Human Behavior*, Psychological Review, vol. 94, pp. 3-15.

- Vermeil, E. (1953) *L'Allemagne Contemporaine, Sociale, Politique, et Culturelle, 1890-1950*, 2 vols., Paris, France.
- Weber, M. (1967) *Ancient Judaism*, Free Press.
- Welles, S. (1944) *The Time for Decision*, New York, Coward McCann.
- Wertheimer, J. (1997) *A People Divided: Judaism in Contemporary America*, Brandeis University Press.
- Wistrich, R. S. (2001) *Hitler and the Holocaust*, New York: The Modern Library.
- Wyman, D. S. (1984) *The abandonment of Jews: America and Holocaust, 1941-1945*, New York, Pantheon.
- Yahil, L. (1990) *The Holocaust: The Fate of European Jewry*. New York: Oxford Press.
- Zillmer, E. A., Harrower, M., Ritzler, B. A., Archer, R. P. (1995) *The quest for the Nazi personality: A psychological investigation of Nazi war criminals*, Hillsdale, NJ, Erlbaum.

6.4.7 Filmografia/ Websites e Memoriais

Celebração

[Simon Wiesenthal Center's Timeline of the Holocaust: 1933-1945](http://motlc.wiesenthal.com/resources/education/timeline)

motlc.wiesenthal.com/resources/education/timeline

Annual Remembrance:

April-May 2005 also mark the 60th anniversary of the end of World War II and the liberation of Jews, Roma other survivors from Nazi Concentration Camps. The liberation by Allied armies entering Germany, Czechoslovakia and Austria shocked the world with photos and newsreels of emaciated survivors and enormous piles of skeletal corpses. US soldiers liberated [Ohdruf](#) (Apr. 4, with 44 survivors, toured by Generals Eisenhower, Patton, and Bradley on Apr. 12), [Buchenwald](#) (Apr. 10 - 21,000 survivors), [Dachau](#) (Apr. 29 -67,000 survivors) and [Mathausen](#) (May 6 - 60,000 survivors). British soldiers liberated [Bergen-Belson](#) (Apr. 15, 60,000 survivors). Soviet solders liberated [Sachsenhausen](#) (Apr. 22 - 3,000 survivors), [Ravensbrück](#) (Apr. 29 - 3,000 female and 300 male survivors, liberated from a nearby death march) and [Theresienstadt](#) (May 8 -16,800 survivors), after previously liberating the death camps [Majdanek](#) (Jul. 27, 1944) and [Auschwitz-Birkenau](#) (Jan. 27, 1945 - 7,000 survivors, including 611 children). Also previously French forces liberated [Natzweiler-Struthof](#) on Nov. 23, 1944. The death camps [Belzec](#), [Chelmno](#), [Sobibor](#) and [Treblinka](#) had been already been closed by the Nazis. Other smaller camps were found throughout Germany. Tens of thousands of survivors died in the initial days and weeks after liberation. During 2005 **Yom ha-Shoah** will be observed on May 5. Most European countries marked the 60th anniversary of the Holocaust/Shoah on January 27, 2005. On August 2, 2004 the 60th anniversary of Roma-Sinti Auschwitz Day, marking the 1944 "liquidation" to the gas chambers of the [Roma and Sinti](#) inmates of the Auschwitz's *Zigeunerlager* ("Gypsy Family Camp").

January 27 - Holocaust Remembrance Day marking the anniversary of the [liberation of Auschwitz-Birkenau](#). Some of the Commemorations of January 27th include: **Denmark's** "[Auschwitz-dag 2004: Tilskuer eller redningsmand?](#)" (also: www.27-1.dk), **Estonia's** [Holokausti päeva](#), **Finland's** [Holocaustin Muistopäivän](#), **Germany's** "[Tag des Gedenkens an die Opfer Des Nationalsozialismus begangen](#)" (Day of Remembrance for the Victims of National Socialism), **Italy's** [Giorno della Memoria](#), **Norway's** [Holocaustdagen](#), **Poland's** "[59 lat temu wyzwolono KL Auschwitz](#)" (KL Auschwitz Liberated 58 Years Ago) , **Sweden's** [Förintelsens minnesdag](#), **United Kingdom's** "[Holocaust Memorial Day 2004](#)". **The 60th anniversary will be in 2005**

Yom HaShoah marking 27 Nisan (April 19, 1943) commemorated in [Israel](#), the [United States](#) and around the world. April 19, 1943 was the beginning of the Warsaw Ghetto Uprising when about 750 ghetto fighters held heavily- armed German police troops for nearly a month to May 16, 1943.

April 25 - Jasenovac Remembrance Day. On April 22, 1945 prisoners in the Jasenovac Concentration Camp held a mass breakout in which a few managed to escape. Jasenovac was run by the Nazi-allied Croatian Ustaša regime and held Serbian, Jewish, Roma and Muslim prisoners. . The breakout is remembered every year on the Sunday closest to April 22.

May 16, 2004 marks the [60th anniversary of the deportation of Hungarian Jews to Auschwitz](#). Following 'selection' most new arrivals were sent directly to the gas chambers. Trains continued to arrive daily until July 7, 1944.. Four-fifths of the Hungarian Jewish community perished in 1944-1945. Under pressure the Hungarian government halted deportations in July. In October when they resumed, Rescue effort by Raoul Wallenberg and other saved tens of thousands, through the use of safe houses and *schutzbriefe* (safe conduct passes).

June 12-18 marks the anniversary of the 1938 "Gypsy Clean-Up Week" ('*Zigeuneraufräumungswoche*') when about 1,000 [German and Austrian Roma and Sinti were deported to concentration camps](#) at Buchenwald, Dachau, Sachsenhausen, and Lichtenburg (a camp for women) in Saxony. This event lead what survivors call the *Porrajmos* ('devouring') the Nazi genocide of Roma people during World War II (*see August 2*)

July 4 - Latvia's Holocaust Remembrance Day (July 4, 1941, [Rumbula Forest](#))

July 16 - France's Holocaust Remembrance Day, [the roundup of Jews at the "Vel' d'Hiv" in Paris](#) before deportation to Auschwitz (July 16, 1942).

July 23, 2004 - 60th Anniversary of the Liberation of Majdanek (Maidanek) On this day in 1944 the Soviet Army liberated the second largest Nazi *Vernichtungslager* (Extermination Camp) located in southeast Poland near Lublin It was at Majdanek that soldiers and news reporters first encountered can s of Zyklon B (prussic acid), mounds of ashes and signs reading "*bad und desinfektion*" The BBC and other western news bureaus dismissed news stories filed their own reporters as unconfirmed "horror stories". Only 8 months later in April 1945, when Buchenwald, Belsen, and Dachau were liberated by US and British soldiers, would the West fully acknowledge the overwhelming proof of Nazi Germany's genocidal policies. . Only the Auschwitz Death Camp was larger than Majdnek. The other 3 of the 5 Nazi death camps in Poland had been dismantled in 1943: Belzec in March, Sobibor after the October 14 prisoner uprising and Treblinka in November.

August 2, 2004 the 60th anniversary of Roma-Sinti Auschwitz Day, marking the 1944 "liquidation" to the gas chambers of the [Roma and Sinti](#) inmates of the Auschwitz's *Zigeunerlager* ("Gypsy Family Camp"). *See also June 12-18*.

September 9 - Slovakia's Holocaust Remembrance Day marking the day September 9, 1941 when the Slovakia enacted the "*Zidovský Kodex*" (anti-Jewish code). Ruled by Monsignor Josef Tiso (1887-1947), Slovakia cooperated with Germany in the deportation of Jews. In April 1944 two Slovak Jews, Rudolf Vrba and Alfred Wetzler escaped from Auschwitz and wrote the first detailed report on the death camp, which reached the West in June 1944.

Sept. 23 - Lithuania's Holocaust Remembrance Day ([Žydų genocido diena](#)), Liquidation of the Vilna ghetto to [Ponar](#), September 23, 1943)

September 29 - Babi Yar, Ukraine, [Babi Yar](#) Memorial near Kyiv (September 29, 1941)..

November 9 - [Kristallnacht](#) ("the Night of Broken Glass") in Nazi Germany (November 9 & 10, 1938) a nationwide organized pogrom by stormtroopers all over the German Reich (including Austria) which resulted in the murder of 91 persons, the destruction and burning of nearly a thousand synagogues, the vandalism of Jewish cemeteries and the smashing of the plate glass (*Kristallglas*) shop windows of Jewish-owned stores, which gave the event it's name. The pogrom was instigated, with Hitler's approval, by Nazi Propaganda Minister Joseph Goebbels (1897-1945) after the death on November 9 of German diplomat Ernst vom Rath, who had been shot in Paris two days before by Herschel Grynszpan, a Jewish teenager whose parents had been expelled along with 17,000 other Polish Jews from the Reich. Nazis throughout Germany were already assembled on November 9 for the holiday known as *Blutzeuge* (blood oath) Day, in memory of the failed Munich 'Beer Hall' putsch of 1923. During and after the violence about 30,000 Jewish males were arrested and sent to concentration camps, where brutal conditions caused an estimated that 2,000-2,500 additional deaths.

German officials calculated that 7,500 Jewish businesses were damaged or destroyed. At a conference on November 13, 1938 Hermann Goering (1893-1946) and others decided to force German Jews to pay the costs of the pogrom, imposing an "atonement" fee of 1 billion Reichsmarks (about \$400 million). In the 10 months between *Kristallnacht* and the invasion of Poland, more than 115,000 Jews emigrated from Germany.

November 15, 2004 marks the **60th anniversary** of the Publication of the 1944 book [Axis Rule in Occupied Europe](#) by **Raphael Lemkin** (1900-1959). This book was the first place where the word "genocide" appeared in print. Raphael Lemkin coined the new word "genocide" in 1943 both as a continuation of his [1933 Madrid proposal](#) and as part of his analysis of German occupation policies in Europe.

November 23, 1944 - 60th anniversary of Allied troops entering the [Natzweiler-Struthof Concentration Camp](#) southwest of Strasbourg, France. No prisoners or corpses remained in the camp, but soldiers found a disinfection unit, an autopsy room, a gas chamber, an incinerator room with equipment intended for the burning of human bodies and a large pile of human hair, a cell room and a gas chamber and improved crematory for the killing of Jews, Roma, and captured Resistance fighters from Holland, Belgium, and France. This was the first camp found by advancing Western Armies,, but did not have the impact of the camps liberated in Germany in April 1945.

December 9 - Genocide Convention Day (and Human Rights Day). On Dec. 9, 1948 the [Genocide Convention](#) was unanimously approved by the third UN General Assembly meeting in Paris. The [Universal Declaration of Human Rights](#) was approved the following day, Dec. 10, 1948

The year 2005 includes several major anniversaries, including:

- the **60th anniversaries** of liberation of Auschwitz (Jan. 27, 1945), and in April the anniversaries of the liberation of the Belson, Buchenwald and Dachau.

- the **60th Anniversary of the publication of the Nuremberg Indictment**, the first public document to use the new word 'genocide'. (October 18, 1945)

Filmes

Professor Mamlock, 1938, 105 min

Filmed in the USSR, released in New York in November 1938. Studio: LENFILM Country: RUSSIA Length: 105' Year: 1938 Sergei Medjinsky S. Nickitina I. Zonne E. Jarov Vasili Mercouriev Oleg Zjakov Nina Sjaternikova Crew Directed by Herbert Rappaport Directed by Adolph Minkin Remake in

Last stop french, 1948

The Diary of Anne Frank (1959) George Stevens (*Giant*) directed this

1959 film adaptation of the hit play based on the writings of Anne Frank, the Jewish girl from Amsterdam who hid in an attic with her family and others during the Nazi occupation. As Anne, Millie Perkins is something of a milky eyed enigma and--in retrospect--too old for the part; but she is surrounded by an outstanding cast, including Joseph Schildkraut as Anne's patient father, Ed Wynn as a cranky dentist who moves into Anne's "room," and Shelley Winters as the loud Mrs. Van Daan.

Justice at Nuremberg (1964, 3 hours, 11 minutes) Director: Stanley Kramer

Cast: Spencer Tracy, Burt Lancaster, Marlene Dietrich, Maximilian Schell, Montgomery Clift >> more cast & crew... Synopsis: True story dealing with the Nazi war crimes trials of several members of the German judiciary. Here the focus is on two particular individuals, the judge who must render a final opinion and one particular defendant, a well respected German scholar the defendant, played by Burt Lancaster, must come to grips with the reality of his actions or inaction

Ostre Sledované Vlaky (Closely Watched Trains) 1966, Jiri Menzel

Jiri Menzel is one of the youngest of the well-known Czech directors. His first full-length feature "", is an adaptation of a short novel by the popular Czech author Bohumil Hrabal, who collaborated with Menzel on the screenplay for the film. Menzel was 27 years old when he completed "Closely Watched Trains"; he was only 29 when it became the first Czech film to win the Oscar for Best Foreign Film in 1968. "Closely Watched Trains" is, in one sense, a sophisticated sex comedy. Set in a small town near Prague during the German occupation, it can be described as the adventures of a young man in search of an end to his virginity. In the course of this odyssey, the young man- Milos Hrma- has all kinds of misunderstandings with the older generation and frequent clashes with various officials. In a prologue to the action of the film, Hrma underscores the rifts between the generations by describing his own family's reactions to the German occupation. His grandfather, a patriotic circus magician, is killed when he heroically tries to prevent the German tanks from entering Prague by hypnotizing the enemy tank drivers. Hrma's father, on the other hand, has ignored the occupation and continues to collect a pension awarded to him through an error by his railroad union. Hrma himself is pleased with the uniform supplied to him by the Germans as a station guard- a position assigned him by an all-pervasive bureaucracy- but is indifferent to the repetitive exhortations and propaganda voiced by his distant superiors. During the first half of the film, the audience is introduced to a representative of these superiors- Zednicek, the quisling official. Zednicek first appears at the station (his entry 'is reminiscent of Lohengrin on the swan or Field Marshal Keitel entering the captured cities...') to explain 'the situation of our armies fighting for the freedom of the people of Europe, whether they appreciate it or not...' The railroad station staff, particularly the three younger members, ignore the lecture, but Hrma shows a grudging curiosity. The official responds gleefully to Hrma's questions by explaining the situation in detail, then retreats to explanation by slogan: 'When the final battle is being fought, never mind about your clothes; finery comes after the battle is won.' Finally exasperated by Hrma's repeated 'Why?', Zednicek angrily snaps, 'Because it is the Fuehrer's wish and that is enough!' What Menzel has accomplished in this and similar scenes throughout the film is to comment on contemporary Czech society by disguising the contemporary aspects. For example, to illustrate the concept of 'ideological fatigue'- the rejection of constant propagandist harangues by the socialist population- Menzel transforms the Marxist propagandists into the quisling Zednicek. To criticize the drabness and austerity of modern Czechoslovakia, he has disguised the present conditions with images of wartime shortages and controls. Perhaps the alien presence in Czech society- the Russian influence- is represented in the film by the despised Wehrmacht soldiers.

This technique of hiding his criticisms gives Menzel great freedom to examine the various societal reactions to the young railroad guard's very human, very personal problem. Disgusted with his inability to prove his manhood, Hrma decides to take his own life. The unsuccessful attempt brings him to the disapproving attention of railroad officials, who announce that he is suspect because of his family's anti-regime record and who threaten him with the charge of 'self-mutilation in order to avoid the duties of service for the protection of the Reich.' The station-manager blames Hrma's act on the selfishness of the younger generation and the decline of morality, complaining that Hrma has jeopardized his promotion to railroad inspector. The Church offers Hrma psychoanalysis. In the end, Hrma's search for sexual fulfillment leads him to join the partisans and to his subsequent death while destroying a German train. Some critics add that this ending is a challenge to the accepted stereotypes of the resistance, but these critics are too often the same ones who are blind to the deeper significance of the film as social commentary on modern Czechoslovakia. In "Closely Watched Trains", more than in any other Czech film, the director has emphasized the theme that a society without human values has little interest in youth. Hrma is interested in his personal problem and wants the others around him to be sympathetic. Ideology is confusing to him and boring to the other young railroad workers, and the traditional values of patriotism, piety and respect for the nobility- all of which are frequently expressed by the station-manager- mean little or nothing to him. By concentrating on these aspects, "Closely Watched Trains" appears as a strong, thoughtful commentary on the problem of alienation among the young people in modern Eastern Europe.

Le chagrin et la pitié (The Sorrow And The Pity) (1971, 260 min) Marcel Ophuls

Director Marcel Ophuls' monumental, award-winning chronicle of life in France under Nazi occupation during World War II was originally made for, then banned from, French TV. Newsreel footage is mixed with period music and interviews with German soldiers, members of the Resistance, and ordinary citizens who often supported--actively or inactively--the occupying forces.

Le dernier métro (The Last Metro) (1980, 2h 10m) François Truffaut, Catherine Deneuve, Gérard Depardieu, et al. Comédie dramatique.

Genocide (1981) Director: Arnold Schwartzman Narrated by Elizabeth Taylor and Orson Welles)

Synopsis: Riveting feature-length documentary by Holocaust scholar Schwartzman examines Hitler's efforts to destroy European Jewry. This Academy Award-winner will haunt and inform those studying anti-Semitism and Nazi procedures. Well-known stars provide narration. Schwartzman's film, which won an Academy Award, was the first of three feature length documentaries made for the Simon Wiesenthal Center. The 1981 "Genocide" was folloed by the 1991 ***Echoes that Remain*** narrated by Martin Landau and Miriam Margolyes) and the 1994 ***"Liberation"*** 100 min. Narrated by Ben Kingsley, Miriam Margolyes, Patrick Stewart, Jean Boht and Whoopi Goldberg

Sophie's Choice (1982, 150 min) Alan J. Pakula director

Adaptation of the William Styron novel. Sophie (Meryl Streep) is the survivor of Nazi concentration camps, who has found a reason to live in Nathan (Kevin Kline) Streep earned her second Academy

Shoah (1985, 9 h, 26 min) Claude Lanzmann Director Dominique Chapuis Camera Operator

Through haunted landscapes and human voice SHOAH is a magical film about the most barbaric act of the 20th century. Previous commentaries on the Holocaust, with its ravished skeletons and corpses, have left us shaken, but now for the first time, we experience it in our heads, in our flesh. Claude Lanzmann spent eleven years spanning the globe for surviving camp inmates, SS commandants, and eyewitnesses of the Final Solution - the Nazi's effort to systematically exterminate human beings. Without dramatic enactment or archival footage, but with extraordinary testimonies, SHOAH renders the step-by step machinery of extermination, the minutiae of timetables and finances, the logistics of herding victims into the gas chambers and disposing of the corpses afterward, the bureaucratic procedures which expedited the killing of millions of people without mentioning the words "killing" or "people."

Hitlerjunge Salomon 1990 by Arthur Brauner, himself a Holocaust survivor whose output of over 50 films ranged from shlock to the Oscar-nominated

Life Is Beautiful (1998) Roberto Benigni, Nicoletta Braschi, et al.

Italy's rubber-faced funnyman Roberto Benigni accomplishes the impossible in his World War II comedy *Life Is Beautiful*: he shapes a simultaneously hilarious and haunting comedy out of the tragedy of the Holocaust. An international sensation and the most successful foreign language film in U.S. history, the picture also earned director-cowriter-star Benigni Oscars for Best Foreign Language Film and Best Actor. He plays the Jewish country boy Guido, a madcap romantic in Mussolini's Italy who wins the heart of his sweetheart (Benigni's real-life sweetie, Nicoletta Braschi) and raises a darling son (the adorable Giorgio Cantarini) in the shadow of fascism.

When the Nazis ship the men off to a concentration camp in the waning days of the war, Guido is determined to shelter his son from the evils around them and convinces him they're in an elaborate contest to win (of all things) a tank. Guido tirelessly maintains the ruse with comic ingenuity, even as the horrors escalate and the camp's population continues to dwindle--all the more impetus to keep his son safe, secure, and, most of all, hidden.

Benigni walks a fine line mining comedy from tragedy and his efforts are pure fantasy--he accomplishes feats no man could realistically pull off--both of which have drawn fire from a few critics. Yet for all its wacky humor and inventive gags, *Life Is Beautiful* is a moving and poignant tale of one father's sacrifice to save not just his young son's life but his innocence in the face of one of the most evil acts ever perpetrated by the human race.

I Am Alive and I Love You, Roger Kahane's, winner of the Audience Award at the 1999 Washington Jewish Film Festival,

A railroad worker, Julien (Jerome Deschamps), seizes a letter that a Jewish woman named Sarah drops through the slats of a deportation car and delivers it to her parents and son. The encounter touches him to an extent he can't immediately gauge; he tries to save Sarah's parents, and ends up taking her boy home when the child alone survives a Nazi raid. Deschamps told a French interviewer that he admired the film precisely because Julien "arrives at Resistance by different ways." His superb performance is the rock of the movie. Julien is a real but reluctant champion: a bookish fellow who hooks up with the Underground only after he falls in love with Sarah through her diary and becomes a surrogate father to her son. Tender and unsentimental, the movie elicits tears. What's unusual is that it earns them.

The Optimists (83 min) Jack and Lisa Comforty

takes a simple human act like Julien's and multiplies it by 50,000: This tightly knit, 83-minute documentary describes a veritable epic of ethical courage. With its own casual lucidity, it draws you into history, chronicling the Bulgarian citizenry's refusal to accept genocide and their incredible success at saving their Jewish population - even though the Nazi-allied Bulgarian government deported Jews from its occupied territories of Macedonia, Yugoslavia and Thrace to the death camps. Rooted in Jack Comforty's own Bulgarian heritage, the movie shows how the protective acts of friends, the timely protests of right-minded politicians, and the towering rectitude of the Bulgarian Orthodox Church conjured a grassroots moral force that protected Jews like an invisible shield. And this shield grew visible when necessary: like when a bishop marched into a yard filled with Jews and proclaimed that if Nazis herded them into the cattle cars, he would go along with them. The movie resurrects both a forgotten piece of history and an inspirational dream of Jews, Christians and Muslims forging bonds of neighborly affection and civic partnership. The movie is named for a big band that aped the styles of Artie Shaw or Benny Goodman; in one of its most heartrending scenes, non-Jewish members save a fellow musician from certain death. Near the end, a Bulgarian Orthodox cleric declares that men must hold on to their faith and respect the faith of others, even when stripped of goods and livelihood and pride. You have to agree with the rabbi who suggests that you can define a Bulgarian as "a mensch."

Divided We Fall Directed by Jan Hrebek

Daily Telegraph 6 Dec 2001 Divided We Fall Film Review by VICKY ROACH, Daily Telegraph SET in a small, occupied Czech town during the last years of World War II, Divided We Fall is a second-generation Holocaust film. Like the Oscar-winning Italian film *Life Is Beautiful*, it's informed by acceptance rather than shock or anger and, as such, is working towards the final stages of grief. Directed by Jan Hrebejk (Cory Dens), it is a story of everyday heroism in the face of impossible circumstances. Josef (Boleslav Polivka) and his wife Marie (Anna Siskova) are a childless couple trying to maintain some semblance of normality in the face of his sterility and the war on their doorstep. When Josef, a good but passive man who has thus far observed events from the relative safety of his couch, bumps into his Jewish ex-neighbour one night after curfew, he is forced to take a stand. Unable to turn his back on the son of his former employer (Csongor Kassai), who has recently escaped from a concentration camp, Josef hides him in their pantry.

One act leads to another and before he is fully aware of the consequences of his actions, Josef has become a reluctant, at times ungracious, and sometimes even downright cantankerous hero, masquerading as a Nazi collaborator. Based on a true story, Divided We Fall conjures up a strange and morally complex world in which traitors can turn out to be fundamentally decent human beings and their self-righteous anti-Nazi neighbours aren't as blameless as they might first appear to be. Divided We Fall, voted most popular film at this year's Sydney Film Festival, tackles a dark subject with a light touch. A surprising story of hope and forgiveness set against a backdrop of genocide and despair. Divided We Fall (M) Director: Jan Hrebejk Starring: Boleslav Polivka, Anna Siskova and Csongor Kassai

Varians's War (2000), a cable movie about an Armenian-American "Schindler" (the real-life Varian Fry (William Hurt) was quoted as having said,

Pianist (2002) Polanski

Release Date: December 27th, 2002 (LA/NY); expands wider in early 2003 World Premiere: May, 2002, Cannes Film Festival, in competition Premise: This is the true story of how Polish pianist Wladyslaw Szpilman (Brody) avoided being sent to the Nazi concentration camps, living and hiding in the Warsaw ghetto from 1939-1945, focusing on how he used his music to get through the horror.

Polanski explained: "I was living in the Cracow Ghetto, which means I know that period, I know Germans from that time, just like I know Poles and Jews. When writing the screenplay I could use my personal experiences without making the film too autobiographical, which is what I was trying to avoid." Story of his life: Wladyslaw Szpilman Polanski and Szpilman met three times. First in Los Angeles many years ago, when Szpilman was touring the U.S. Then they ate dinner together at the Journalists' Club in Warsaw. Finally, when Polanski decided to film *The Pianist*, they met to discuss the project. But Szpilman did not live to see the film. He died in 2000, at the age of 88. Before the war, Captain Wilm Hosenfeld was a village teacher. He was drafted in 1939 and throughout the war saved a number of Poles and Jews. In 1944 he discovered Szpilman hiding in the attic of one of the very few buildings in Warsaw not razed by the Germans after the Warsaw Uprising. Hosenfeld saved Szpilman, who was starved almost to death, giving food and his own warm military coat. Later on, Hosenfeld was captured by the Red Army and Szpilman, like other Poles and Jews, tried to secure his release. Unfortunately, they failed and Hosenfeld died in 1952 in a Soviet labor camp.

Szpilman, Wladyslaw. Main Title: *Pianista : warszawskie wspomnienia 1939-1945 / Wladyslaw Szpilman ; wstep i opracowanie Andrzej Szpilman ; fragmenty pamietnika Wilm Hosenfeld ; poslowie Wolf Biermann*. Uniform Title: [*'Smier'c miasta*] Edition Information: Wyd. 1. (2). Published/Created: Kraków : Wydawn. Znak, 2000. Related Names: Szpilman, Andrzej. Hosenfeld, Wilm. Description: 212 p. : ill. ; 22 cm. + 1 sound disc (digital ; 4 3/4 in.) ISBN: 8370069541 Notes: Full version of the 1946 ed.

Szpilman, Wladyslaw. *The pianist : the extraordinary story of one man's survival in Warsaw, 1939-45 / Wladyslaw Szpilman ; with extracts from the diary of Wilm Hosenfeld ; foreword by Andrzej Szpilman ; epilogue by Wolf Biermann ; translated by Anthea Bell*. 1st ed. *'Smier'c miasta*. English New York : Picador USA, c1999. 221 p. ; 22 cm.

Szpilman, Wladyslaw. *The pianist : the extraordinary story of one man's survival in Warsaw, 1939-45 / Wladyslaw Szpilman ; with extracts from the diary of Wilm Hosenfeld ; foreword by Andrzej Szpilman ; epilogue by Wolf Biermann ; translated by Anthea Bell*. *'Smier'c miasta*. English Bath, England : Chivers Press ; Thorndike, Me. : Thorndike Press, 2000. 241 p.

From the introduction and the afterward we learn that the book first appeared in Poland in 1946 under the title *'Smierc Miasta' (Death of a city)*. Already then it suffered from heavy-handed treatment by the censor - when Szpilman speaks of the German officer whom he owes his life, the censor cannot stomach a 'good German' - he has to be portrayed as an Austrian!

and yet be discovered against the backdrop of the Warsaw Rising of August 1944, and to be discovered by a German Officer....and fed, and saved. An officer who lost his own life in a Soviet camp. Often he is saved by Poles, and finally by a German captain, Wilm Hosenfeld, who feeds, clothes and helps to hide him, and for whom he plays Chopin's Nocturne in C sharp minor on a clapped-out piano amidst the rubble of Warsaw - the most unforgettable scene in an altogether unforgettable book. This is not a politically correct memoir. Indeed, if there is any bitterness - and there is almost none - it is reserved for the rich Jews of the ghetto, for the Jewish Labour Bureau and the Jewish police, who hunted their fellows and delivered them to concentration camps "with all the professionalism of racially pure SS men". Szpilman also pays tribute to the thousands of Poles who risked their lives to save the Jews, and to their own sufferings in their destroyed city. Szpilman published his story as *Smierc Miasta* ("Death of a City") in 1946.

The book, unacceptable to Communist Poland, remained out of print until its recent publication in Germany, where it appeared - as does this English edition - together with sections from the diary of Wilm Hosenfeld, a chronicle of the utter despair felt by this good German soldier. Hosenfeld's reward for saving many Jews was seven years, and death, in a Russian labour camp.

The Grey Zone www.thegreyzonethefilm.com

Amen. (France / Germany - 2002)

Starring: Ulrich Tukur, Mathieu Kassovitz, Ulrich Mühe Director: Costa-Gavras Plot: During the height of World War II, a devoutly Catholic SS officer, with the help of a young Jesuit priest, tries desperately to inform Pope Pius XII about the Reich's programmed mass extermination of the Jews. Review: Based on Rolf Hochhuth's play *The Representative*, the historical thriller *Amen* is politically-minded director Costa-Gavras' (Music Box, Missing) denunciation of the Vatican under Pope Pius XII. Gavras doesn't need melodrama to make the tension apparent, alternating between the world of the SS officers grimly set to their horrifying deeds, to the immaculate corridors of the Vatican where the Roman Catholic authorities turn away from their obligations of moral condemnation. Indeed, more concerned about the threat of Communism than to the fate of "a few" Jews and worried about their own neutrality, the Vatican refused to speak out against the Nazis. The film doesn't show any of the atrocities directly (audiences have already had their fill), but alluding to them is just as powerful (the empty trains coming back from the camps, the crematorium chimneys billowing dark smoke, the powerful close-up reactions of the eye-witnesses). Though the realization that the world governments knew of the truth but did (or could do) little about it is not surprising, the film is at its most harrowing when showing the efficiency at which the task was taken by those involved, from the engineers to the bureaucrats, men whose conscience had been put on hold for their country. There are no Jewish characters in evidence here, those extras that we see limited to being powerless, anonymous victims of the Holocaust, a statement that is all the more terrifying by its blandness. The unlikely hero is the dramatized real figure of Kurt Gerstein, an SS officer whose testimony was crucial during the Nuremberg trials, superbly played by Tukur. As for the fictional young priest, played with intense idealism by Kassovitz, he is necessary to take us around the Vatican community, showing the urgency of the situation reduced to being politely dismissed. A powerful, well-acted true drama, *Amen* is an important testament to another side of a dark chapter in human history.

Into The Arms Of Strangers - Stories Of The Kindertransport (2000)

This Academy Award®-winning documentary (produced with the cooperation of the United States Holocaust Museum) chronicles one of the lesser-known stories of the Holocaust: that of the kindertransport, which saved the lives of 10,000 Jewish children. In the late 1930s, England agreed to accept these children seeking refuge from Nazi oppression. They were placed in foster homes and hostels. Narrated by Dame Judi Dench and directed by Mark Jonathan Harris (who received an Oscar® for his 1997 Holocaust documentary *The Long Way Home*),

Anne Frank - The Whole Story (2001)

The Whole Story delivers exactly what it promises: the incredibly moving complete story of Anne Frank, going beyond what the Jewish teenage girl wrote in her widely read diary. Hannah Taylor Gordon is a superb Anne, bringing to life the multifaceted girl, in turns intelligent, dreamy, creative, spoiled, and bratty, a girl like any other except that Anne is a Jew in Nazi-occupied Holland. The only one who outshines Gordon is Ben Kingsley as Anne's father, Otto Frank.

Tomorrow - The World (1944)

with Fredric March, Betty Field *The Young Lions* (1958) with Marlon Brando, Montgomery Clift; *They Saved Hitler's Brain* (1963) ; *The Shop On Main Street* - Criterion Collection (1965) with Ida Kaminska, Jozef Kroner; *Jacob the Liar* (1975) *Vault of Horror* (1985) *The Holcroft Covenant* (1985) with Michael Caine, Anthony Andrews *The Architecture of Doom* (1989) with Meryl Streep, Kevin Kline; *Triumph of the Spirit* (1990) Willem Dafoe, Edward James Olmos *The Quarrel* (1992) with Saul Rubinek, R.H. Thomson; *Shine* (1996) with Geoffrey Rush, Armin Mueller-Stahl; *Mother Night* (1996) with Nick Nolte, Sheryl Lee, based on Kurt Vonnegut novel; *The Long Way Home* (1997) with Morgan Freeman; *In The Presence of Mine Enemies* (1997) ; *Jacob the Liar* (1999) with Robin Williams

EXODUS 1947: THE SHIP THAT LAUNCHED A NATION

A New One Hour Documentary, narrated by Morley Safer EXODUS 1947 is the true story of how American Jews secretly financed and crewed the Exodus 1947, the most famous of the Aliyah Bet (illegal immigration) ships that tried to run the British blockade of Palestine--and captured worldwide attention in the process. In the summer of 1947, this aging Baltimore steamer crewed with an odd assortment of former Jewish-American GI's took on a cargo of 4,500 Holocaust survivors in France and sailed for Palestine. After a bloody battle with the British, the immigrants were sent back into Displaced Person camps in Germany. The newsreel and print media seized on Exodus 1947 as a symbol of Jewish struggle and the aborted voyage galvanized international support for the creation of a Jewish homeland in Palestine. Eyewitness testimonies and interviews with scholars are incorporated with newsreel footage and recently declassified documents to reveal how American ships, crew and financiers played a vital role in undermining British control of Palestine during the turbulent time between the Holocaust and the creation of the State of Israel--even though such involvement was contrary to U.S. government policy. "This splendid, carefully researched and assembled documentary is chock-full of fascinating details as it recalls a courageous, complex and dangerous mission with immense consequences." - Kevin Thomas, Los Angeles Times, 11/96 EXODUS 1947 USA 1996 60 minutes Color English Video; Directed by Elizabeth Rodgers and Robby Henson A video copy, for classroom/library use only, is now available for purchase from: THE NATIONAL CENTER FOR JEWISH FILM Brandeis Univ. - Lown 102 Waltham, MA 02254 617-899-7044 fax: 617-736-2070 email: ncjf@logos.cc.brandeis.edu For public performance rights information contact the NCJF.

Nazi Genocide of Roma-Sinti (Gypsies) film see [Parajimos 1941 - film](#)

Nazi destruction of Gay Men and Lesbians

Paragraph 175 (2000, 1 hr. 21 min.) www.tellingpictures.com/films/5.html

Another will promote "Paragraph 175," a documentary film Klaus Mueller produced with Academy Award-winning directors Rob Epstein and Jeffrey Friedman. Paragraph 175, Mueller noted, was the sodomy provision of the German penal code in effect during World War II. "Paragraph 175" features five gays who lived to tell their stories. The film, which last year won the Sundance Film Festival documentary jury prize for directing and the Berlin International Film Festival international film critic award, will be shown on HBO in July. A Telling Pictures Production Produced and Directed by Rob Epstein & Jeffrey Friedman Narrated by Rupert Everett.

Gad Beck Born into a Jewish-Christian family in 1923, autobiography *An Underground Life* interviews with Gad Beck (b. 1923), Heinz Dormer (b.1912), Pierre Seel (b@ 1923), Heinz F., (b. 1905), Albrecht Becker (b.1906), Annetee Eick (b.1909).

Paragraph 175 "An unnatural sex act committed between persons of male sex or by humans with animals is punishable by imprisonment; the loss of civil rights may also be imposed. - German Penal Code, 1871.

Testemunhos de Sobreviventes

[Isak Borenstein](#) * b. 1918 "They put them on trucks, and we never saw them again."

[Marcel Braitsteine](#) "You must forget your old name, and never reveal it to anyone."

[Jeannine Burk](#) * b. 1939 "She would hide me in the outhouse."

[Aaron Elster](#) b. 1932 "We are surrounded by tall brick walls and sharp wire that'll cut you if you touch it. We are trapped."

[Felicia Fuksman](#) b. 1924 "Searching for my family took all my energy."

[Eva Galler](#) b. 1924 "I jumped from the train and my sister and brother jumped from the train and they were killed right away."

[Henry G.](#) b. 1921 "And they said, Out! And my mother said, Where are you taking them?"

[Hermann Graebe](#) "The next batch was approaching already. They went down into the pit, lined themselves up against the previous victims and were shot."

[Charles Kotkowsky](#)* "They packed us into cattle wagons so that nobody had space to sit down."

[Marcus Leckere](#) * b. 1923, "All were buried, even those who were still alive."

[Anne Levy](#) b. 1935 "[T]he dogs were smelling something, but they just never found us."

[Edmund M.](#) (eyewitness) "It was just so much so that I first just wanted to grab my breath and maybe walk out immediately without going any further."

[Helen R.](#) "One morning...they started taking away the children from the mothers."

[Solomon Radasky](#) b. 1910 "We had to walk to work barefoot. . . After a few days some people could not take it anymore, and they fell down in the road. If they could not get up, they were shot where they lay."

[Peter S.](#) b. 1936 "Death was there all the time. You saw people die. You moved their bodies."

[Joseph Sher](#) b. 1917 "I was careful not to let them hit me because when they beat you up, that was it. If you could not work, you were worth nothing to them."

[Leo Scher](#) b. 1921 "We never hear from them. Nobody ever came back."

[Rose Ickovits Weiss Svarcs](#)* "Because we had no facilities to wash in, in no time diarrhea and the spreading of all kinds of bacteria started to eliminate the population."

[Anna W.](#) "We had to give up our clothes and shower. Then they shaved us...the parents were with us. That was terrible. Father, mother had to undress, too."

[Kalmen Wewryk](#)* b. 1906 "Starvation isn't something you can communicate with words. Only those who have been through it know."

[Shep Zitler](#) * b. 1917 "This is the only picture I have of my family. . . Except for my sister Rachel and myself, none of them died a natural death."

[Voices of the Holocaust](#) Interviews conducted in 1946 in displaced persons camps around Europe and transcribed into English. Illinois Institute of Technology website *voices.iit.edu*

Websites

Large educational websites:

[The United States Holocaust Memorial Museum](http://www.ushmm.org) Includes online library catalog
www.ushmm.org

[The Simon Wiesenthal Center](http://www.wiesenthal.com) www.wiesenthal.com

[Holocaust Teacher Resource Center](http://www.holocaust-trc.org) www.holocaust-trc.org

[The Holocaust History Project](http://www.holocaust-history.org) An archive of documents, photographs, recordings, and essays regarding the Holocaust www.holocaust-history.org

International

Argentina:

[Fundacion Memoria Del Holocausto](http://www.fmh.org.ar) (est. 1993, Buenos Aires. El Museo de la Shoá queda en Montevideo 919, Capital Federal.) Exhibits include artifacts and documents donated by individuals and families of some of the 8,000 survivors who arrived in Argentina after WWII. www.fmh.org.ar

Austria:

[Dokumentationsarchiv des österreichischen Widerstandes](http://www.doew.at) (*Documentation archives of the Austrian resistance*) www.doew.at

[KZ Gedenkstätte Mathausen](http://www.mauthausen-memorial.at) mauthausen memorial, the website sponsored by the Austrian Ministry of the Interior (Bundesministerium für Inneres) site in German, English and 28 other languages www.mauthausen-memorial.at

Australia:

[Australian Institute for Holocaust and Genocide Studies](http://www.aihgs.com) (est. 2000, Shalom College, University of New South Wales, Sydney, formerly Centre for Comparative Genocide Studies, est. 1993) Website includes a special "Pontian Genocide and Asia Minor Holocaust Research Unit" which collects and translates archives and eyewitness testimonies. www.aihgs.com

[Jewish Holocaust Museum and Research Centre](http://www.sprint.net.au/%7Ehc/) Melbourne, First Holocaust Museum in Australia. Our Survivor-Guides bring to life this "tragic period of European History when 6 million Jews, Gypsies, Homosexuals and others were murdered by the Nazi regime." www.sprint.net.au/%7Ehc/

Belgium:

Auschwitz Foundation Study and Documentation Center

Canada:

[Montreal Institute for Genocide and Human Rights Studies](http://www.migs.org) (MIGS, est. 1986, Concordia Univ, Montreal, Quebec) www.migs.org

Chile:

Fundacion Museo Shoa Y Tolerancia, Santiago

Czech Republic:

holocaust.cz Internetové stránky o holocaustu, rasismu a antisemitismu "The aim of this website is to provide Czech public with reliable and up-to-date information about the history of the Holocaust, about the Holocaust education and different related events in the Czech republic. The site is being developed as a practical tool for Czech teachers and students."

Terezinska Iniciativa, Prague. The Terezín Initiative Institute is a non-profit organization which came to existence through transformation from Terezín Initiative Foundation (Nadace Terezínská iniciativa) founded in 1993 by international association of former prisoners of Terezín ghetto, Terezín Initiative. During WWII 150,000 Jews were held in the Theresienstadt ghetto concentration camp. The Pinkas synagogue, housing an impressive monument to the victims of "final solution of Jewish question" in Czech lands, listing 77, 297 names of Jewish victims. On August 16, 2002 the town of Terezín and the Terezín Memorial were severely affected by flooding. www.terezinstudies.cz/

Denmark:

Department for Holocaust and Genocide Studies (Copenhagen) www.dchf.dk see also www.folkedrab.dk

Estonia:

Estonian International Commission for the Investigation of Crimes against Humanity Lennart Meri, President of the Republic of Estonia, convened the Commission on October 2, 1998. After a detailed discussion the Commission decided that the investigation would focus on crimes against humanity committed during three distinct historical periods: The occupation of Estonia by Soviet forces in 1940-41, The occupation of Estonia by German forces in 1941-44, The second Soviet occupation beginning in 1944. www.historycommission.ee

Okupatsioon Muuseum www.okupatsioon.ee

France:

Centre de documentation juive contemporaine (CDJC, 37 rue de Turenne, 75003 Paris) Established in 1945 with an international library and research center. Now also the site of a memorial. Website is in French and [English](#).. [In 2004 the Centre commemorated the Rwandan genocide and hosted a photo exhibit](#). www.memorial-cdjc.org

Conservatoire historique du camp de Drancy www.camp-de-drancy.asso.fr

Fondation pour la memoire de la Shoah (est. 1995) www.fondationshoah.org

Le centre Simon Wiesenthal-Europe (Paris) European office of the Simon Wiesenthal Center www.wiesenthal.com

Les Fils et Filles des Déportés Juifs de France (The Sons and Daughters of the Deported Jews of France) www.klarsfeld.org/ffdjf.htm

www.anti-rev.org (Michel Fingerhut) Ressources documentaires sur le génocide nazi et sa négation (Documentary Resources on the Nazi Genocide and its Denial)

Survie France "Donner valeur de loi au devoir de sauver les vivants" Estblished in 1985 www.survie-france.org

Germany:

Documentation and Culture Centre of German Sinti and Roma Dokumentations- und Kulturzentrum Deutscher Sinti und Roma, Heidelberg www.sintiundroma.de

Fritz Bauer Institut Studien- und Dokumentationszentrum zur Geschichte und Wirkung des Holocaust (Fritz Bauer Institute Study- and Documentation Center on the History and Impact of the Holocaust) The first German interdisciplinary center for the study and documentation of the history and the impact of the Holocaust. www.fritz-bauer-institut.de

Gedenkstätten Forum (est. 2000) the Information Portal to Memorial Sites in Germany www.gedenkstaettenforum.de

Haus der Wannsee-Konferenz (House of the Wannsee Conference) Est. 1992 in Berlín as a memorial and educational center on the 50th anniversary of the Wannsee conference on January 20th, 1942. The permanent exhibit is "The Wannsee Conference and the Genocide of the European Jews" Website had educational materials in 12 languages. www.ghwk.de/

www.shoah.de deutschsprachiges internetportal zum thema shoah und holocaust. Diese Seite wird von der Aktion Kinder des Holocaust, **Aktion Kinder des Holocaust** (AKdH www.akdh.net) betreut

Stiftung Denkmal für die ermordeten Juden Europas (Foundation for the Memorial to the Murdered Jews of Europe) Est. April 6, 2000, the Foundation administers the Berlin Holocaust Memorial approved by the Bundestag on June 25, 1999. The memorial, which will open in 2004 near Brandenburg Gate, is a field of 2,751 concrete steles complemented by an underground Information Centre in the southeastern corner of the field. www.holocaust-mahnmal.de The Memorial was established at the urging of the **Förderkreis zur Errichtung eines Denkmals für die ermordeten Juden Europas e.V.** (Association Memorial to the Murdered Jews of Europe), the idea originating in 1988 by a circle of people around the journalist Lea Rosh. www.holocaust-denkmal-berlin.de

Stiftung Topographie des Terrors (Topography of Terror Foundation Berlin Germany) www.topographie.de

Hungary:

Budapesti Holokauszt Múzeum és Dokumentációs Központ (Holocaust Museum and Documentation Centre). Expected to open on Budapest's Páva Street in 2004 www.bphm.org

Israel:

Institute on the Holocaust and Genocide (est 1979, Jerusalem)

Ghetto Fighters' House Holocaust and Jewish Resistance Heritage Museum www.gfh.org.il

Yad Vashem The Holocaust Martyrs' and Heroes' Remembrance Authority (est. 1953, Jerusalem) www.yad-vashem.org.il

Japan:

Holocaust Education Center Hiroshima www.urban.ne.jp/home/hecjpn/

Tokyo Holocaust Education Center www.ne.jp/asahi/holocaust/tokyo/

Latvia

Committee for Evaluation of the Consequences of Totalitarian Regime Est. March 11, 1996. Its predecessor, Commission for the Investigation of Totalitarian Regime Crimes had been functioning since March 31, 1992.15 Skunu Str, Riga, LV-1050, Latvia

Lithuania:

Lietuvos gyventojų genocido ir rezistencijos tyrimo centras Genocide and Resistance Research Centre of Lithuania www.genocid.lt

Tarptautinė komisija nacių ir sovietų okupacinių režimų nusikaltimams Lietuvoje ivertinti (*International Commission for the Evaluation of the Crimes of the Nazi and Soviet Occupation Regimes in Lithuania*) estab. Sept. 7. 1998. Often holds conferences in late September near the [Žydų genocido diena](#) www.komisija.lt

Jewish Community of Lithuania (JCL,est. 1989) www.litjews.org

Committee on Human Rights of the Seimas of Lithuania www.lrs.lt

Tarptautinis Vilniaus Forumas Holokausto aukų išgrobstyto kultūros vertybių tema (*Vilnius International Forum on Holocaust-Era Looted Cultural Assets*) www.vilniusforum.lt

Netherlands:

Anne Frank Huis Anne Frank House works to familiarize young people across the globe with the story of Anne Frank and to encourage them to reflect on what it means for the present. www.annefrank.nl

Centrum voor Holocaust- en Genocidestudies (Center for Holocaust and Genocide Studies, est. 2002 by the University of Amsterdam and the Netherlands Institute for War Documentation. The primary activities of the organization are university teaching and scholarly research in Holocaust and genocide studies. Apart from the emphasis on teaching and research, the Center aspires to make a larger audience attentive to the subjects of Holocaust and Genocide. Through public lectures and other activities, the Center provides new views to the present debate on the Holocaust and other cases of Genocide. The staff therefore directs itself on all layers in society, from high school students to academic researchers. www.chgs.nl

Nederlands Instituut voor Oorlogsdocumentatie (NIOD - Netherlands Institute for War Documentation) Part of the Royal Netherlands Academy of Arts and Sciences. www.niod.nl

Norway:

HL senteret Senter for studier av Holocaust og livssyns-minoriteters stilling i Norge (The Center for Studies of Holocaust and Religious Minorities in Norway) has two main fields of interest: the Holocaust on the one hand and religious minorities on the other. Within these two fields of interest the Center will contribute with new research, education and information activities, exhibitions and conferences. Moreover, it is the explicit aim to be a meeting-place for people who want to participate in the enduring controversy concerning all kinds of religious, racist and ethnic motivated repression. In 2005 we will move to Villa Grande, Quisling's residence during World War II. www.hlsenteret.no

Poland:

Auschwitz-Birkenau Memorial and Museum (Panstwowe Muzeum Auschwitz-Birkenau, Oswiecim, Poland) Est. July 2, 1947 by the [Sejm](#) (Parliament) www.auschwitz.org.pl

Instytut Pamięci Narodowej (IPN) - Komisja Ścigania Zbrodni przeciwko Narodowi Polskiemu.[**The Institute of National Remembrance** - Commission for the Prosecution of Crimes against the Polish Nation (IPN) was created on December 18th, 1998.www.ipn.gov.pl

Russia:

Russian Holocaust Research and Educational Center Moscow www.holocaust.nm.ru

Slovakia:

Slovak Institute of Nation Remembrance (Est. Jan. 29, 2003) In April 25th, the Slovak National Council elected authorities of the Institute of Nation Remembrance of the Slovak Republic. Mr. Jan Langosz was nominated to the position of the Institute's President. Mr. Langosz is a former Interior Minister and parliamentarian. The tasks of the Institute are to gather, elaborate and publish analyses concerning all crimes against humanity committed during the existence of the Slovak state during the WWII and the communist regime. The Institute has been placed in the Ministry of Justice. It is estimated by the Slovak Institute's President that every Slovak citizen will have a possibility to examine his or her records that were accumulated by the former communist services within three months starting from May 2003. In September 2003 lists of names of the former Secret Service collaborators are to be promulgated. Ministerstvo spravodlivosti Slovenskej republiky Župné námestie 13, 813 11 Bratislava www.justice.gov.sk

South Africa:

Cape Town Holocaust Centre the first and only Holocaust Centre in Africa. www.museums.org.za/ctholocaust/

Sweden:

Uppsala Program for Holocaust and Genocide Studies (Programmet för studier kring Förintelsen och folk mord) Part of the Uppsala University Center for Multiethnic Research (Centrum för multi-etnisk forskning) www.multi-etn.uu.se/uppsalaprogrammet.html

Ukraine:

Babi Yar Memorial Fund Kiev

Ukrainian Center for Holocaust Studies (Est. March 2002) The Center functions as a charitable foundation by the Department of Jewish History and Culture in Institute for Political and Ethnic Studies, **Ukrainian National Academy of Sciences**. www.holocaust.kiev.ua

United Kingdom:

Imperial War Museum (London) Offers two permanent exhibitions concerning genocide: "**The Holocaust Exhibition**" (opened 2000) and "**Crimes against humanity: an exploration of genocide and ethnic violence**" examines the common features of genocides and instances of ethnic violence over the last one hundred years, including Nazi Germany, Bosnia, Cambodia, Armenia and Rwanda. www.iwm.org.uk

Genocide Research and Education Centers - United States

California:

[Center for the Study of the Holocaust, Genocide and Human Rights](#) (est. 2003) Center for the Study for the Holocaust, Genocide, and Human Rights in March 2003. "With the study of the Holocaust as its foundation, the Center promotes research, publication, teaching, internships, and service that explore not only the causes of genocide and human rights abuses, but also the ethical commitments, economic policies, political processes, and leadership qualities that are necessary to oppose and correct those destructive conditions." Claremont is 35 miles east of downtown Los Angeles. holocaustcenter.claremontmckenna.edu/

[Museum of Tolerance](#) (Los Angeles) motlc.wiesenthal.com/

[State of California Center for Excellence on the Study of the Holocaust, Genocide, Human Rights, and Tolerance](#) (California State Univ., Chico) Provides teachers with updated curricular materials, survivor testimony and other educational resources to support the Model Curriculum for Human Rights and Genocide established 1988, revised 1998 www.csuchico.edu/mjs/center/

[Survivors of the Shoah Visual History Foundation](#) www.vhf.org

District of Columbia (Washington, D.C.):

[United States Holocaust Memorial Museum](#) (USHMM), 1979, opened 1993, Wash, DC Includes the **[Center for Advanced Holocaust Studies](#)** and the **[Committee on Conscience](#)** www.ushmm.org

Florida:

[Florida Holocaust Museum](#) (St. Petersburg) Opened in 1992 to honor the memory of those who suffered or died in the Holocaust by "teaching members of all races and cultures to recognize the inherent worth and dignity of human life in order to prevent future genocides." The Museum hosts the Human Rights and Genocide Seminar, 5-day seminar studying genocides that have occurred around the globe. www.flholocaustmuseum.org

Massachusetts:

[Strassler Family Center for Holocaust and Genocide Studies](#) (CHGS) Clark University, Worcester, MA www.clarku.edu/departments/holocaust/

Minnesota:

[Center for Holocaust and Genocide Studies](#) (CHGS, est. 1997) University of Minnesota. Website includes a "Virtual Museum of Holocaust and Genocide Arts;" historical narratives and documents; links, bibliographies and educational resources. The website hosts the directory of the **[Association of Holocaust Organizations](#)** (Est. 1985). www.chgs.umn.edu See also the **[Univ. of Minnesota Human Rights Library](#)**

Missouri:

[Center for Study of the Holocaust, Genocide, and Human Rights](#)
Webster University, St. Louis

New Jersey:

[Center for Holocaust Studies](#) (est 1979, Brookdale Community College Lincroft, NJ) "To be a resource for: education about historical issues of the Holocaust, genocide, elimination of racism, anti-Semitism and all forms of prejudice that damage our society; and development of outstanding programs and activities regarding these crucial human issues." The library includes books on the "Holocaust and other genocidal events in history". The center also sponsors "Armenian Remembrance Day This is our commemoration of the first genocide of the 20th century." www.holocaustbcc.org

[Drew University Center for Holocaust/Genocide Study](#) (est. 1992, Madison, NJ) www.depts.drew.edu/chs/

[Julius & Dorothy Koppelman Holocaust/Genocide Resource Center](#) Rider University, Lawrenceville, NJ www.rider.edu/holctr

[Resource Center for Holocaust and Genocide Studies at Ramapo College](#) (est. 1980, Mahwan, NJ) www.ramapo.edu/resources/SpecialResources/holocaust

Holocaust and Genocide Resource Center at William Paterson University, Wayne, NJ. Located in the Curriculum Materials Department of the Library, provides Holocaust Education resources for teachers

New York:

Human Rights and Genocide Forum, Hobart and William Smith Colleges www.hws.edu

Remember the Women Institute conducts and supports "research and cultural activities that contribute to including women in history and in memorialization." A special emphasis is on Holocaust and its aftermath. Also "topics of research may include the effects of other genocides on women (past, present, and possibly future)". www.rememberwomen.org

Holocaust, Genocide and Human Rights Institute [Nassau Community College](http://NassauCommunityCollege.edu), Garden City, NY . Includes a "Holocaust and Genocide Teacher Training Program" and courses such as "Twentieth Century Genocide" Dr. Sharon Leder leder@sunynassau.edu

Holocaust-Genocide Studies Project (est. 1998) Monroe Community College, Rochester, NY a special collection of materials housed in the LeRoy V. Good Library. www.monroecc.edu/depts/holocaust/

Nevada:

Center for Holocaust, Genocide & Peace Studies (CHGPS) University of Nevada, Reno www.unr.edu/chgps/blank.htm

North Carolina:

Eastern North Carolina Holocaust Project at East Carolina University, Greenville, NC, is an educational and research resource for the people of eastern North Carolina. By helping preserve the memory of the 6,000,000 Jews and 5,000,000, Slavs, Gypsies, Gays, and others murdered by Nazi Germany between 1939-45, the project seeks to help prevent future genocides from occurring. www.lib.ecu.edu/Reference/holocaust.html

Pennsylvania:

Holocaust Awareness Museum Gratz College, Philadelphia, PA

Holocaust and Genocide Education Center (est. 1978) West Chester University, West Chester www.wcupa.edu/_academics/holocaust/

Philadelphia Center on the Holocaust, Genocide and Human Rights, (Marion, PA)

Advocacy Organizations

Global Organizations, Coalitions, Federations and Networks:

Israel:

[AMCHA](#) National Israeli Center for Psychosocial Support of Survivors of the Holocaust and the Second Generation

[Association of Hidden Children of Holocaust in Poland](#), Est. 1991

www.jewish.org.pl/english/foundati/HIDDEN.html

[ccjo.renécassin](#) is an organization of Jewish people committed to the promotion of the human rights of all people, building on the Universal Declaration on Human Rights, one of whose authors was the first president of the Consultative Council of Jewish Organizations (CCJO www.ccjo.org), René Cassin. www.renecassin.org

[The Appeal of Conscience Foundation](#) (est. 1965) is an interfaith coalition of business and religious leaders promoting religious freedom, human rights, peace, tolerance and ethnic conflict resolution throughout the world. Founder and President Rabbi Arthur Schneier (b. 1930) is a Holocaust survivor, Rabbi Schneier who survived the Nazi occupation of Budapest before arriving in the United States in 1947. In the November 1992 "Berne Declaration: Appeal for Peace in Bosnia and Herzegovina" Rabbi Schneier and others asserted that "a crime committed in the name of religion is the greatest crime against religion." www.appealofconscience.org

[Facing History and Ourselves National Foundation, Inc.](#), (est. 1976, Brookline, MA, USA) "By studying the historical development of the Holocaust and other examples of collective violence, students make the essential connection between history and the moral choices they confront in their own lives.") www.facing.org

International Network of Holocaust and Genocide Survivors and Their Friends

(Established in November 2001 in Kigali, Rwanda at the International conference of genocide survivors - An international conference of genocide and holocaust survivors organized with the theme "Rebuilding the lives of Genocide survivors"

[Memory to Action Project](#) (Santa Barbara, CA). Est. in 1997 as the Holocaust Home Commemoration Project, Inc., now working "towards a future free of genocide." www.memorytoaction.org

[Holocaust/Genocide Project \(HGP\)](#) of the International Education and Resource Network (IERN) www.earn.org/hgp

[Web Genocide Documentation Centre Home Page](#) (Resources on Genocide, War Crimes and Mass Killing by Dr. Stuart Stein of the University of the West of England) www.ess.uwe.ac.uk/genocide.htm

6.4.8 Mapeamento de Similaridades e Antagonismos

CARACTERÍSTICAS	ALGOZES (Nazistas)	VÍTIMAS (Judeus)
Populacionais	<ul style="list-style-type: none"> A Alemanha detinha uma população total que se avizinhava dos 70 milhões de habitantes, quando a Segunda Grande Guerra inciou-se em 1939. 	<ul style="list-style-type: none"> Havia na Europa, quando do início do Holocausto, cerca de 36 milhões de judeus espalhados por diversos países, inclusive Alemanha e Áustria.
Comportamentais	<ul style="list-style-type: none"> Começou-se a propagar um sentimento de real superioridade da raça ariana, que seria pura, mais evoluída, geneticamente mais bem adaptada ao comando, liderança e tomada de decisão; Paralelamente, foi sob o comando de Hitler que o mundo conheceu o antissemitismo em sua forma mais destrutiva, posto ter feito a eliminação dos judeus uma total prioridade do Estado, a eles associando e casualmente estabelecendo relações a todos os problemas sociais, econômicos e políticos que a Alemanha enfrentava. 	<ul style="list-style-type: none"> Os Judeus possuem uma série de eventos de passagem no ciclo de vida: (i) <i>Brit Milah</i> – trata-se das boas-vindas à comunidade, aos bebês do sexo masculino, quando são circuncisados em seu oitavo dia de vida; (ii) <i>Bar mitzvah</i>, e <i>Bat mitzvah</i> – trata-se da passagem da infância à vida adulta, ocorrendo aos doze anos entre as meninas, e aos treze anos entre os meninos; (iii) Casamento; (iv) Morte e Luto – sendo promovido em vários estágios – <i>shiva</i> (sete dias), <i>shloshim</i> (um mês), <i>avelut yud bet chodesh</i> (onze meses).
Étnicas	<ul style="list-style-type: none"> Assume-se que a etnogênese de tribos germânicas tenha ocorrido durante a Era Nórdica de Bronze ou, ao menos, durante a Era Pré-Romana do Ferro; Do sul da Escandinávia ao norte da Alemanha, essas tribos começaram a expandir-se territorialmente ao sul, leste e oeste, no primeiro século antes de Cristo, travando contato com tribos celtas, gaulesas, iranianas, bálticas, e eslavas do leste europeu. 	<ul style="list-style-type: none"> A origem dos Judeus remonta ao segundo milênio antes da era cristã, aos patriarcas Abraão, Isaac e Jacó, que criaram um grupo étnico-religioso originado por israelenses e hebreus; Entre os judeus, há divisões étnicas, sendo que a maior parte delas está associada a distinções geográficas entre as populações israelenses originais, e as subsequentes evoluções (diásporas). Assim, há os <i>Ashkenazim</i> (ou alemães, posto que Ashkenaz significa alemão em hebreu medieval), os <i>Sephardim</i> (ou espanhóis, dado que Sefarad significa ibéricos em hebreu), e ainda os <i>Mizrahim</i> (Mizrach significa leste em hebreu), nome que se deu aos judeus originários da Europa do Leste e Norte da África.

Tabela 11A – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Holocausto Nazista – preparado pelo autor.

CARAC- TERÍS- TICAS	ALGOZES (Nazistas)	VÍTIMAS (Judeus)
Geográficas	<ul style="list-style-type: none"> • Trata-se do mais importante (econômica e populacionalmente) país da Europa Ocidental, com fronteiras ao norte com o Mar do Norte, Dinamarca e Mar Báltico; a leste com a Polônia e República Tcheca; ao sul com a Áustria e Suíça; e a oeste com a França, Luxemburgo, Bélgica e Holanda; • Possui um território de 357.021 km², de clima temperado. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ao longo da história, muitos comandantes, impérios e nações oprimiram a população judaica, tentando eliminá-la, inteiramente. Assim, muitos e variados ciclos migratórios foram promovidos (diásporas) como forma de escapar ao antissemitismo mais exacerbado: Cruzadas, Inquisição Espanhola, Inquisição Portuguesa, Massacres cossacos na Ucrânia, e os <i>Progroms</i> dos Czares russos fizeram com que os judeus se espalhassem pelo mundo todo e, às vésperas do Holocausto, estima-se que seu grande adensamento estivesse na Europa Ocidental, notadamente na Polônia, Alemanha, França, Bélgica, Suíça, República Tcheca, e Áustria.
Econômico -Funcionais	<ul style="list-style-type: none"> • Forte adensamento urbano, com grandes hordas de famintos desempregados, operários que haviam perdido seus empregos a partir do esfacelamento econômico-social, que a crise de 1929 deflagrou na Alemanha. 	<ul style="list-style-type: none"> • Os judeus têm feito importantes contribuições nas mais diversas áreas de conhecimento e empreendedorismo humano. As ciências, as artes, a política, os negócios, a filosofia têm sido fortemente marcadas por contribuições judaicas. A título exemplificativo, pode-se citar que foram laureados em torno de 160 prêmios Nobel a judeus, ao longo da história.
Políticas	<ul style="list-style-type: none"> • Sofrendo terrivelmente com a Crise de 1929, além das severas condições de paz que lhe foram impostas com o Tratado de Versailles, ao término da Primeira Grande Guerra, a Alemanha da República de Weimar (1919-1933) tinha uma grande massa populacional de operários desempregados e famintos. A classe política, igualmente desestruturada em uma Democracia Parlamentarista, mostrava oscilações entre monarquistas, comunistas e nacional socialistas (base do Partido Nazista); • Com a ascensão de Hitler e o Terceiro Reich (1933-1945) importante energia dedicou-se à indústria de base, com a regulação e planejamento de quotas e metas de produção, voltando a economia à uma base de produção bélica. 	<ul style="list-style-type: none"> • Não há uma forma única de Governo da comunidade judaica, nem tampouco, uma única autoridade que acumule responsabilidades da doutrina religiosa, ou político-econômico-social. Contrariamente, os judeus apresentam uma variedade secular de instituições religiosas e organizacionais que seguem lideranças locais, nacionais e internacionais, comandando suas diferentes comunidades, em uma grande variedade de questões.

Tabela 11A – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Holocausto Nazista – preparado pelo autor (continuação).

CARAC- TERÍS- TICAS	ALGOZES (Nazistas)	VÍTIMAS (Judeus)
Religiosas	<ul style="list-style-type: none"> Com quase dois terços da população cristã, sendo que Protestantismo e Catolicismo Romano dividem, quase igualmente, essa proporção. 	<ul style="list-style-type: none"> O Judaísmo é uma religião monoteísta baseada em princípios e éticas incorporados na Bíblia Hebraica (<i>Tanakh</i>), como mais bem detalhado e explicado, posteriormente, no <i>Talamud</i>, e outros textos; O Judaísmo está entre as religiões mais antigas da humanidade e que ainda estão sendo praticadas nos dias de hoje; A história do Judaísmo bem como seus princípios e éticas têm influenciado outras religiões, como o Cristianismo e o Islamismo; No Judaísmo moderno, a autoridade central não está materializada em nenhum indivíduo ou corpo, mas em textos sagrados, tradições, bem como nos ensinamentos de rabinos que estudaram esses textos e leis; Ao longo das eras, o Judaísmo aderiu a um conjunto de princípios religiosos, entre os quais: (i) crença em um único, onipresente, onipotente, benevolente e transcendente Deus, que criou o universo e continua a governá-lo; (ii) Deus estabeleceu um pacto com os israelenses e seus descendentes, revelando-lhes leis e mandamentos por meio de Moisés no Monte Sinai, nas formas escrita e oral do <i>Torah</i>; De acordo com a especificidade da doutrina e interpretação das escrituras, há subdivisões, denominações, no Judaísmo: (i) Judaísmo Ortodoxo – que por sua vez, subdivide-se em Judaísmo Ortodoxo Moderno, Judaísmo Ultra Ortodoxo (ou Haredi), ou ainda Hasidic; (ii) Judaísmo Conservador, ou Masorti; (iii) Judaísmo Reformador, Liberal, ou Progressivo – com subdivisões que levam ao Judaísmo Reconstitutivista, ou Judaísmo Renovador, ou ainda Judaísmo Humanista.

Tabela 11A – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Holocausto Nazista – preparado pelo autor (continuação).

CARACTERÍSTICAS	ALGOZES (Nazistas)	VÍTIMAS (Judeus)
Culturais	<ul style="list-style-type: none"> • O idioma oficial é o alemão, seja falado ou escrito, sendo um idioma germânico ocidental, com algumas poucas influências de idiomas indo-europeus, latim, grego, francês e mais recentemente, o inglês; • Com grande tradição e valorização de funções técnico-científicas, detêm quase uma centena de laureados com Prêmio Nobel; • Conhecida como <i>a terra dos poetas e pensadores</i>, a cultura alemã começou a disseminar-se muito antes da consolidação do estado-nação alemão, como formado a partir do século XIX. Exponentes como Mozart, Kafka e Celan, por exemplo, embora não fossem cidadãos alemães no sentido atual, devem ser entendidos a partir do contexto cultural alemão; • Na Filosofia, as contribuições alemãs são notáveis até os dias de hoje. Pensadores como Leibniz, Kant, Hegel, Schelling, Fichte, Marx, Engels, Schopenhauer, Nietzsche, Heidegger e Habermas são alguns de seus mais notáveis expoentes; • Na literatura, nomes como Vogelweide, Eschenbach, Goethe, e Schiller, Grimm, Mann, Brecht, Hesse, Boll e Grass são alguns de seus representantes; • Na música erudita, sobressaem-se nomes como Mozart, Beethoven, Brahms e Wagner ; • Tradicionais e folclóricas atividades espalham-se por todo o país, com significados e celebrações típicas; • A culinária varia em função da região, mas carne bovina, aves e principalmente porco são larga e abundantemente consumidos pela população. 	<ul style="list-style-type: none"> • Muitas das leis e ensinamentos judaicos levam a atividades, ritos, e manifestações culturais que lhe são bastante próprias. Entre elas: • Leis quanto à dieta e alimentação: <i>Kashrut</i> (ou manter-se <i>kosher</i>) – têm, segundo a interpretação de vários rabinos, o objetivo de manter o ritual de pureza, controlar comportamentos extremados, proporcionar benefícios à saúde. Assim, deve-se abster do consumo de aves e outros animais que se alimentem de outros animais, ou ainda criaturas que rastejem no fundo do oceano, alimentando-se dos excrementos de outros animais. As maiores interdições estão relacionadas ao consumo da carne de porco, que é considerado um animal sujo, bem como frutos do mar. A carne é geralmente moída, sendo que carne e leite não devem ser consumidos juntos. Embora siga princípios higiênicos e sanitários, o propósito fundamental da alimentação <i>kashrut</i> é atribuir uma dimensão espiritual ao ato físico de comer. Judeus não devem colocar nada na boca que esteja associado à dor, doenças, sujeira, ou mesmo crueldade com animais; • Pureza Familiar – as leis do <i>niddah</i> – que proíbe as mulheres de manterem relações sexuais com seus maridos durante o período menstrual, estendendo-o por sete dias após o término do período menstrual; • O Hebreu é a língua litúrgica do Judaísmo, em que as escrituras foram originalmente escritas (<i>Tanakh</i>), e a língua falada pelos judeus por séculos. Em torno do século quinto antes de nossa era, o Aramaico (uma língua próxima e correlata) passou a ser igualmente falada na então Judéia. Em torno do século terceiro antes de Cristo, os judeus da diáspora falavam grego. Hoje, além do Hebreu Moderno, o árabe é uma das duas línguas oficiais do Estado de Israel; • Por muitos séculos, dadas as constantes diásporas, os judeus falaram os idiomas dominantes nas regiões por eles ocupadas, desenvolvendo, todavia, dialetos distintos como forma de línguas independentes. <i>Yiddish</i>, por exemplo, é a língua judaico-germânica desenvolvida por judeus <i>Ashkenazi</i> que migraram à Europa Central. <i>Ladino</i> é a língua judaico-espanhola desenvolvida por judeus <i>Sepharadim</i> que migraram da Península Ibérica.

Tabela 11A – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Holocausto Nazista – preparado pelo autor (continuação).

As diferenças entre alemães e judeus são muito marcantes, sob as mais diversas dimensões: filosóficas, crenças, valores, religiosas, idiomas, modelos econômico, político e social, bem como a origem étnica, com as devidas implicações físico-morfológicas expondo a dualidade e antagonismos dos dois grupos, de forma bastante evidente.

A desumanização das vítimas, a preparação e justificativa à ação, muito bem engendrada e comunicada, o requinte e selvageria das atrocidades, a velocidade das ações, a dissiminação e controle das informações, as dificuldades operacionais dos judeus para se defenderem, bem como a eficiência e organização dos métodos de extermínio conquistaram, nesse episódio, o ápice do esforço e competência da humanidade na empreitada de aniquilar um grupo social.

6.4.9 Contraposição ao Modelo “Aplicado”

<i>Modelo de Stanton</i>	<i>Holocausto Nazista</i>
Classificação	<ul style="list-style-type: none"> Muito significativas diferenças comportamentais, religiosas, étnicas e econômico-funcionais.
Simbolismo	<ul style="list-style-type: none"> Posto que muitos dos judeus viviam entre os alemães, compartilhando de vários de seus hábitos e idioma, a segregação via rótulos era importante. A estrela amarela de identificação de judeus, assim como a gravação do número nos braços esquerdos dos prisioneiros dos campos de concentração eram formas de rápida e compulsória segregação. Por parte dos nazistas, a suástica, o uniforme, a música, e os cumprimentos eram formas, simbólicas, de se propagar uma determinada mensagem.
Desumanização	<ul style="list-style-type: none"> Muitas foram as formas de se difundir o sentimento de que os judeus seriam pragas, ratos, piores do que seres inferiores, subraças. O antissemitismo remonta a milênios, e querem alguns estudiosos que a eclosão do Holocausto tenha sido seu apogeu.
Organização	<ul style="list-style-type: none"> Há muitos relatos e evidências do poder de planejamento, controle e execução dos nazistas em sua empreitada de extermínio. Empresas, logística, tecnologia, recursos. Nada faltou à operacionalização dos planos de aniquilação.
Polarização	<ul style="list-style-type: none"> Com a ascensão de Hitler ao poder e o desenvolvimento do estado-nação houve uma radicalização do discurso. O conceito da superioridade ariana justificaria, em modelo darwiniano, a decantação e purificação da espécie humana.
Preparação	<ul style="list-style-type: none"> Muitos foram os expedientes utilizados. Segregação a guetos. Campos de concentração. Deportações.
Extermínio	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento e aprimoramento de técnicas de melhor eficiência e rendimento. A aniquilação foi levada a uma escala industrial, empresarial. As câmaras de gás, seguidas de crematórios lembram a engenhosidade dos frigoríficos modernos.
Negação	<ul style="list-style-type: none"> Dada a derrocada dos nazistas e a força política dos judeus entre os aliados (vencedores da Segunda Grande Guerra), entre os genocídios do século XX o Holocausto é aquele onde a negação é a mais fraca; A desinformação e a responsabilização pela transferência de culpa estão, contudo, entre os derradeiros esforços de mascaramento dos massacres.

Tabela 11B – Genocídio do Holocausto: Contraposição ao Modelo do Stanton.

6.4.10 Contraposição ao Modelo “Teórico”

<i>Desengajamento Moral</i>	<i>Holocausto Nazista</i>
Justificação Moral	<ul style="list-style-type: none"> • Princípios darwinistas de melhoria da espécie, a partir da purificação genética e utilização da raça ariana; • Reparo histórico aos desequilíbrios causados pelos acordos após a Primeira Grande Guerra; • Havia que se extirpar os parasitas sociais que emperravam o desenvolvimento econômico e político da Alemanha.
Linguagem Eufemística	<ul style="list-style-type: none"> • Goebels foi o mentor de boa parte da comunicação e manipulação dogmática dos princípios nazistas. Superioridade, pureza de raça, mãe-pátria, família alemã, trabalho, limpeza, retidão, eram conceitos antagonizados a sujeira, desonestidade, avareza, mesquinhez; • Os atos praticados receberam denominações variadas: campos de trabalho, colônia de férias, purificação, limpeza, contribuição, custo menor, assassinato grato (eutanásia).
Comparação Vantajosa	<ul style="list-style-type: none"> • Preferível a realocação ao extermínio; • Preferível o bem do todo ao benefício exclusivo e individual; • Para que a planta possa crescer e prosperar, as ervas daninhas e pragas naturais têm de ser eliminadas.
Difusão de Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Atomização de funções entre os burocratas; • Pequenos funcionários executando ordens superiores, nem sempre totalmente entendidas.
Deslocamento da Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprimento de ordens; • <i>Doubling</i> de médicos e líderes nazistas.
Distorção das Consequências	<ul style="list-style-type: none"> • Negação das estatísticas; • Fuga (exílio) dos responsáveis; • Pressão sobre os depoentes e vítimas; • Pressão sobre os parceiros internacionais para o não reconhecimento.
Desumanização	<ul style="list-style-type: none"> • Frequentes comparações a insetos, pragas, ratos.
Atribuição de Culpa	<ul style="list-style-type: none"> • Afirmaram que as vítimas eram as reais e compulsórias responsáveis pelo seu destino.

Tabela 11C – Genocídio do Holocausto: Contraposição ao Modelo do Desengajamento Moral, do Bandura.

6.5 Cambódia

6.5.5 Breve História

Uma tentativa do líder Pol Pot do Khmer Rouge de formar uma sociedade de agricultores comunistas resultou na morte de 25% da população do país por fome, trabalhos forçados, e execuções. Trata-se de algo entre 800 mil (Vickery; Mogozi) e 1,5 milhão de vítimas (Kiernan; Wain; Osborne; Heder), segundo estimativas.

O entendimento desse processo exige, segundo Etcheson (2005), que se retroceda ao início da Guerra dos Trinta Anos, ou seja, ao ano de 1968, quando o Partido Comunista do Kampuchea – popularmente conhecido como Khmer Rouge – declarou luta armada contra o governo do líder e príncipe cambodiano, Norodom Sihanouk.

Ao longo desses trinta anos de guerra, os conflitos tomaram as mais diversas e variadas formas, passando por diversas fases, e envolvendo um enorme número de países. Nesse período, o país mudou sua denominação seis vezes: de Reino do Cambódia para República do Khmer (1970), para Democracia do Kampuchea (1975), para República do Povo do Kampuchea (1979), para o Estado do Cambódia (1989), para retornar, finalmente, ao Reino do Cambódia (1993). Essa instabilidade de nomenclatura espelha a extraordinária violência e efervescência que dominaram a região ao longo desses anos.

No epicentro desse processo, do início até sua conclusão, houve sempre uma constante e desafiadora presença, a do Khmer Rouge. Em outro trabalho, Etcheson (1991) propôs-se a estudar a problemática do sudoeste asiático no século XX, a partir da análise das três guerras da Indochina: (i) A primeira seria a da descolonização francesa no Vietnã, Laos e Cambódia, iniciada em 1946, e encerrada com a Conferência de Gênova de 1954; (ii) A segunda ocorreu entre 1954 e 1975, sendo conhecida nos países ocidentais como a Guerra do Vietnã, e no Vietnã, como a Guerra Americana. Nessa guerra, em que o Vietnã buscava a unificação e os Estados Unidos tentaram impedir a consolidação do comunismo naquele país, os conflitos, como apontado por Caldwell & Tan (1973), rapidamente alastraram-se pelo Laos e Cambódia; e finalmente (iii) Sucedeu-se entre 1975 e 1991, antagonizando interesses e grupos que, segundo Turley & Race (1980), apesar da intervenção das Nações Unidas, não evitou a continuidade dos conflitos.

A despeito das constantes invasões e influências externas, ao longo das três guerras da Indochina, o Khmer Rouge foi o principal e contínuo responsável por perpetrar impressionante nível de violência sobre a população cambodiana. Embora alguns historiadores classifiquem o Khmer Rouge como um partido político, talvez fosse mais adequado enquadrá-lo como uma organização criminosa, como defende Kiernan (1985). Durante seus últimos cinco anos de existência, o Khmer Rouge foi formalmente designado, pelas leis cambodianas, como uma organização criminosa.

Pol Pot nasceu em 19 de maio de 1928, como Saloth Sar, sendo o mais novo de uma família de sete filhos. Seus pais tinham uma fazenda de nove hectares de arroz, três de mata, e seis búfalos. Suas plantações de arroz eram suficientes para alimentar vinte pessoas. Portanto, pelas definições que mais tarde impôs à sociedade que veio a controlar, sua própria família, na origem, figurava entre os “inimigos de classe”.

O jovem camponês Saloth Sar nunca trabalhou nas colheitas dos campos de arroz, ou teve muito contato com a vida citadina. Um ano no monastério real foi sucedido por seis em uma escola católica de elite. Aos quatorze anos, Pol Pot foi realizar seus estudos secundários no pólo comercial cambodiano de Kompong Cham. Ele não participou, portanto, do tumultuado desfecho da Segunda Grande Guerra em Phnom Penh, quando jovens nacionalistas forçaram o menino-rei Norodom Sihanouk a rapidamente declarar independência da França e dos monges budistas, equalizando o Camboja, então, à independência dos comunistas vietnamitas.

Em 1949, viajou à Paris com uma bolsa de estudos para rádio-eletrônica. Ali, tornou-se membro da seção cambodiana do Partido Comunista Francês, que seguia os preceitos e dogmas estalinistas. Segundo Myrdal (1981), aqueles que conviveram com o jovem Saloth Sar à época afirmavam que “ele seria incapaz de fazer mal a uma galinha”. Ele juntou-se à Khieu Ponnary, oito anos mais velha do que ele, a primeira mulher cambodiana a obter o *baccalauréat*. O casal escolheu o dia da queda da Bastilha para, já de volta ao Camboja, contraírem núpcias, em 1956.

Absorvido por questões políticas e pelo estudo do Marxismo, Pol Pot perdeu a bolsa de estudos francesa após ser reprovado por três anos, consecutivamente, em seus estudos. Após perder a bolsa de estudos, retornou ao Camboja em 1953. Na véspera de seu regresso, o rei Sihanouk declarou lei marcial com vistas a suprimir o movimento de independência do Camboja, que começava a radicalizar-se em função de forças coloniais francesas.

O irmão mais próximo de Pol Pot, Saloth Chhay, juntou-se aos comunistas cambodianos e vietnamitas, levando-o consigo. Nesse período, pôde trabalhar com as massas na base, de tal sorte a criar comitês de independência dos vilarejos.

No ano seguinte, o Camboja conquistou independência plena da França, e passou a ser governado por uma Monarquia Real.

Em 1962, Pol Pot tornou-se o líder do Partido Comunista cambodiano, sendo forçado a refugiar-se nas florestas a fim de fugir do encalço promovido pelo príncipe Norodom Sihanouk, líder do Camboja. Na floresta, Pol Pot formou um movimento de resistência armada, que se tornou conhecido como Khmer Rouge, e promoveu uma guerrilha contra o governo de Sihanouk. Os líderes do Partido Comunista do Kampuchea, ou Khmer Rouge - como seus guerrilheiros eram melhor conhecidos - conseguiram dominar as províncias de Ratanakiri, Mondulkiri, Stung e Treng. Eles moviam-se de vilarejo em vilarejo, matando os líderes locais e substituindo-os por líderes revolucionários designados, como descreveu Colm (1996).

Assim, os comunistas cambodianos desenvolveram sua organização revolucionária a partir da periferia, das florestas, deixando os centros urbanos para o momento em que se sentissem devidamente fortes e qualificados.

Na distante Phom Penh, no entanto, alguns eventos começavam a descortinar-se para transformar a situação de maneira que nem os mais entusiastas e otimistas dos revolucionários pudessem antecipar.

Em 1970, o golpe de estado contra o Príncipe Sihanouk foi um importante divisor de águas para a história do Laos, Vietnã e Cambódia. Até então, o Khmer Rouge era o único grupo que se contrapunha, de forma ostensiva e militarmente aparelhada, ao regime de Sihanouk, sem qualquer tipo de assistência de partidos comunistas externos como da União Soviética, República Popular da China, ou mesmo do Vietnã do Norte. Até então, os partidos comunistas externos viam o Khmer Rouge como um grupo desarticulado do ponto de vista de liderança e com importantes falhas dogmáticas e doutrinárias. Com o golpe contra Sihanouk, o novo governo cambodiano, que era apoiado pelos Estados Unidos, voltou-se contra o Vietnã, tentando impedir a evolução das forças comunistas.

A resposta imediata da União Soviética e China foi apoiar de forma massiva e logística as forças revolucionárias cambodianas. Assim, o Khmer Rouge estava posicionado para um crescimento explosivo, no qual suas práticas assassinas puderam, rapidamente, atingir proporções épicas.

Aproximados pelo inimigo comum e externo, os Estados Unidos, Sihanouk, já deposto, juntou-se a Pol Pot, seu inimigo original, formando a Frente Nacional Unida do Kampuchea (FUNK), em oposição ao novo governo cambodiano. Nesse mesmo ano, os Estados Unidos invadiram o Cambódia a fim de expelir os norte-vietnamitas de seus acampamentos nas fronteiras, mas promoveram a sua interiorização, onde se aliaram ao Khmer Rouge.

De 1969 a 1973, os Estados Unidos bombardearam, intermitentemente, santuários norte-vietnamitas no leste cambodiano, matando cerca de 150 mil agricultores. Como resultado, os agricultores abandonaram o campo às centenas de milhares, fixando-se na capital do Cambódia, Phnom Penh.

O Khmer Rouge valeu-se do FUNK para arrebanhar simpatizantes à sua causa, enquanto Sihanouk e sua corte moveram-se para Pequim, confortável e seguramente distante de qualquer real e efetiva influência. Essa sucessão de eventos resultou em importante desestabilização econômica e militar do Cambódia e no surgimento de suporte popular a Pol Pot.

Em 1975, os Estados Unidos estavam retirando suas tropas do Vietnã. O governo cambodiano, marcado pela corrupção e incompetência, também perdeu o suporte militar americano. Capitalizando nessa oportunidade, o exército Khmer Rouge de Pol Pot, formado por jovens agricultores guerrilheiros, marchou sobre Phnom Penh, em 17 de abril, oficialmente tomando o controle do Cambódia. Promoveram-se matanças indiscriminadas. Num primeiro momento, a violência dos combatentes do Khmer Rouge voltou-se contra os oficiais militares vencidos do governo da República do Khmer. Assim, desde generais até o mais raso e inexpressivo dos soldados foram executados. Juntamente com os soldados, os servidores públicos do antigo regime, não obstante sua irrelevância, ou mesmo fundamental importância, foram todos compulsoriamente mortos. Esses atos de desmesurada violência seriam voltados, igualmente, às minorias estrangeiras que viviam no Cambódia, como chineses, vietnamitas e muçulmanos.

Em documentos da embaixada americana em Bangkok, relatados por Becker (1986), há registros de Veasna descrevendo os primeiros momentos da tomada do poder do Khmer Rouge.

Assim, regimentos formados por crianças, perto da Biblioteca Nacional, carregavam pilhas do que era por eles designado “livros imperialistas”, para serem rasgadas ou queimadas. Nas cercanias do hospital de Preah Khet Mealea, viam-se tropas expulsarem os pacientes de seus leitos, que vagavam pelas ruas em tumulto. Os habitantes das cidades estavam igualmente sendo violenta e agressivamente expulsos de suas casas, não sabendo contudo aonde deveriam ir, ou o que deveriam fazer. As tropas fuzilaram muitos daqueles que não se dispunham a prontamente seguir as ordens.

Quando chegou ao poder, o Khmer Rouge encontrou uma sociedade que havia sido devastada pela guerra, convulsão social, bem como o colapso econômico. Essas circunstâncias, de acordo com Hinton (2005), propiciaram o surgimento de um estado autoritário pós-moderno, posto que esses regimes fazem, constantemente, o uso coercitivo da força, implementando programas radicais de mudança social, e a fragilizada e desarticulada sociedade pouco pode fazer para impedir esses atos.

Como mostrou Scott (1998), embora o Khmer Rouge tivesse disputas e facções que lhe permitiram purgar o Partido Democrático do Kampuchea, seus líderes viram-se em uma situação na qual foi possível o rápido e total controle da implementação das reformas comunistas desejadas.

Assim, Pol Pot iniciou uma experiência radical para criar uma utopia agrária, inspirada em parte na Revolução Cultural de Mao Tsé Tung, que ele teve a oportunidade de testemunhar em primeira mão durante a visita ao Partido Comunista chinês.

Pol Pot, fortemente influenciado por Mao, argumentava que a luta de classes é um processo contínuo. A fim de superar as “contradições de vida ou morte que ainda infestavam o Kampuchea”, dirigentes e dirigidos deveriam engajar-se em uma batalha contínua para destruir e extirpar as características específicas da classe capitalista, bem como de suas classes opressoras. Jackson (1989) mostrou que o Partido provia diversos mecanismos com vistas a auxiliar as pessoas em sua constante luta para construir a consciência política, incluindo educação política, reuniões de crítica e autocrítica, e atribuição de tarefas. Esperava-se dos membros do Partido, dirigentes e soldados que entusiasticamente desempenhassem suas atividades laborais (agricultura, construção civil, e limpeza), como as massas, com vistas a assegurar que eles não se haviam tornado uma nova camada social, corrompida por tendências capitalistas de individualismo, e desejo de propriedade privada.

O programa econômico “grande salto à frente”, de Mao, incluiu evacuações forçadas de cidades chinesas e purgação de “inimigos de classe”. Pol Pot promoveu, então, seu próprio “super grande salto à frente”, no Cambódia, que rebatizou de República Democrática da Kampuchea.

Começou por declarar “este é o ano zero”, e esta sociedade está em vias de ser “purificada”. Capitalismo, cultura ocidental, vida cidadina, religião, e todas as influências estrangeiras deveriam ser extintas em favor de uma forma extrema de comunismo de agricultores.

Apesar de sua economia subdesenvolvida, o Regime de Pol Pot foi, segundo Kiernan (1996), provavelmente o que mais controlou seus cidadãos entre todos os Estados da história mundial. Ele controlava e dirigia suas vidas pública e privada de forma mais intensa que qualquer outro governo tenha jamais realizado.

Segundo relato de Sin Song, no livro de Kiernan (1996), que em 1975 era o Comissário político do Terceiro Batalhão da Primeira Divisão Leste de Chakrey, Pol Pot havia recomendado oito pontos distintos que deveriam nortear as ações de suas forças militares:

1. Evacuar as pessoas de suas cidades;
2. Abolir todos os mercados;
3. Abolir a moeda do Regime de Lon Nol e implantar a moeda da revolução que havia sido impressa;
4. Capturar todos os monges budistas e forçá-los a trabalhar no plantio de arroz;
5. Executar todos os líderes do Regime de Lon Nol, começando pelos mais graduados;
6. Estabelecer cooperativas de alto nível ao longo de todo o país, com áreas de alimentação comuns;
7. Expelir toda a população minoritária vietnamita;
8. Enviar tropas às fronteiras, especialmente à fronteira com o Vietnã.

Todos os estrangeiros foram expulsos, embaixadas foram fechadas, e qualquer tipo de assistência médica e/ou econômica estrangeira foi rigorosamente recusada. O uso de línguas estrangeiras foi igualmente suprimido. Jornais e canais de televisão foram fechados, rádios e bicicletas foram confiscados, bem como o uso de correio e telefone foram severamente reduzidos e controlados. A utilização de dinheiro foi proibida. Todos os negócios foram extintos, religiões foram banidas, educação e assistência médica suprimidas, e a autoridade paterna extinta. O Cambódia foi absolutamente fechado para o mundo exterior.

Todas as cidades cambodianas foram totalmente evacuadas. Em Phnom Penh, uma cidade de 2 milhões de habitantes à época, a população foi evacuada a pé, em direção ao campo, sob a mira de armas de fogo. Ao longo dessa curta jornada, morreram cerca de 20 mil pessoas.

Milhões de cambodianos acostumados à vida citadina foram forçados a trabalhos nos “campos da morte” de Pol Pot, onde rapidamente começaram a sucumbir face ao excesso de trabalho, doenças, e desnutrição. Os indivíduos tinham direito a uma xícara de arroz (180 gramas) por pessoa a cada dois dias.

As jornadas de trabalho no campo começavam às 4 da manhã e duravam até às 10 da noite, com apenas dois períodos de descanso permitidos ao longo do dia de 18 horas e sob a supervisão armada de jovens soldados do Khmer Rouge, sedentos por matar qualquer indivíduo que cometesse a mais leve das infrações. Indivíduos famintos eram proibidos de comer as frutas ou arroz que estavam colhendo. Após a colheita da safra de arroz, os caminhões do Khmer Rouge chegavam para operacionalizar o confisco de toda a safra.

Entre 10 e 15 famílias viviam juntas com a designação de um supervisor para cada grupo. Todas as decisões de trabalho eram tomadas pelos controladores armados, sem qualquer participação dos trabalhadores, a quem era dito: “Se você viver ou morrer, não é de grande significado”. Todo décimo dia era um dia de descanso. Havia, ainda, três dias de descanso durante o festival de Ano Novo do Khmer.

Carney (1977) aponta que um dos pilares dos núcleos do Khmer Rouge, assentava-se sobre “as forças da juventude”, ou seja, crianças que foram formadas a desempenhar toda e qualquer função que interessasse aos líderes revolucionários.

Assim, o Khmer Rouge recrutava crianças como soldados combatentes. Sua doutrinação começava a partir dos seis anos e, não raro, a partir dos dez ou onze anos, segundo a constituição e alinhamento comportamental, aparelhava-se-lhe para o combate. O depoimento de um homem da província de Ratamakiri, como citado por Colm (1996), é abaixo transcrito:

À época, os professores faziam propaganda nas próprias salas de aula para que os alunos fossem para as florestas. O Khmer Rouge havia infiltrado-se entre os professores, que nos diziam que nosso país precisava do comunismo para desenvolver-se e tornar-se próspero, para superar os monarquistas. Eu me juntei à Angkar (organização) porque à época, em meu vilarejo, não havia sal, ou mesmo qualquer coisa para comer. Angkar tinha comida e ainda nos ensinava como servir ao país. Eu era jovem demais para discernir sobre a propaganda política que me estava sendo inculcada.

Ao longo de todo o Cambódia, grupos de extermínio eram enviados para eliminar os reminiscências do velho regime: educados, ricos, monges budistas, policiais, médicos, advogados, professores, e antigos funcionários públicos. Antigos soldados eram mortos juntamente com suas esposas e filhos. Qualquer um, suspeito de deslealdade a Pol Pot, incluindo até vários líderes do Khmer Rouge, era morto de forma atroz. “O que é podre tem de ser extirpado”, bradava um slogan do Khmer Rouge.

Nas pequenas cidades, agrupamentos não autorizados e/ou reuniões com mais de duas pessoas eram proibidos. Jovens eram recolhidos de seus pais e colocados em comunidades. Eles eram, mais tarde, casados em cerimônias coletivas, em centenas de casais que não se desejavam.

Mais de 20 mil pessoas foram torturadas até que confessassem seus crimes em Tuol Sleng, uma escola de Phnom Penh que foi convertida em cadeia. Em outras localidades, suspeitos eram sumariamente mortos antes mesmo de serem questionados.

Grupos étnicos foram atacados, incluindo as três minorias mais representativas: vietnamitas, chineses, e muçulmanos, juntamente com vinte outros grupos minoritários. Cinquenta por cento dos 425 mil chineses que lá viviam, em 1975, foram mortos. O Khmer Rouge forçou muçulmanos a comerem carne de porco, matando aqueles que se recusavam.

Em 25 de dezembro de 1978, o Vietnã promoveu uma invasão ao Cambódia em grande escala, buscando acabar com os ataques do Khmer Rouge às fronteiras. Em 7 de janeiro de 1979 Phnom Penh caiu, e Pol Pot foi deposto. Os vietnamitas instalaram, então, um governo composto por desertores do Khmer Rouge.

Pol Pot refugiou-se na Tailândia com o exército remanescente do Khmer Rouge, e começou uma guerrilha com uma sucessão de governos cambodianos que perdurou por mais de 17 anos. Após uma série de batalhas internas pelo poder nos anos 90, ele finalmente perdeu o controle do Khmer Rouge. Em abril de 1998, Pol Pot morreu aos 73 anos de idade, aparentemente de ataque cardíaco. Não passou, portanto, por um tribunal internacional em função dos eventos por ele conduzidos entre 1975-79.

6.5.2 Bibliografia Complementar

- Ablin, D. A., Hood, M. (1990) *The Cambodian Agony*, Armonk, New York, M. E. Sharpe.
- Acharya, A. et al. (1991) *Cambodia – The 1989 Paris Peace Conference: Background Analysis and Documents*, Toronto, Center for International and Strategic Studies.
- Améry, J. (1980) *At the Mind's Limits: Contemplations by a Survivor on Auschwitz and Its Realities*, Bloomington, Indiana University Press.
- Amnesty International (2002), *Cambodia: Cambodians Deserve International Standards of Justice*, nov., ASA 23/010.
- Anderson, B. R. (1990) *Language and Power: Exploring Political Cultures in Indonesia*, Ithaca, New York, Cornell University Press.
- Ang, C. (1986) *Les êtres surnaturels dans la religion populaire khmère*, Collection Bibliothèque Khmère, Série Travaux et Recherches, Paris, Cederock.
- Appadurai, A. (1998) *Dead Certainty: Ethnic Violence in the Era of Globalization*, Public Culture, v. 10, n. 2, pp. 225-47.
- Ashe, V. H. (1988) *From Phnom Penh to Paradise: Escape from Cambodia*, London, Hoder and Stoughton.
- Ashley, D. W. (1998) *The Failure of Conflict Resolution in Cambodia: Causes and Lessons*, In *Cambodia and the International Community: The Quest for Peace, Development and Democracy*, ed. F. Z. Brown and D. G. Timberman, New York, Asia Society, pp. 49-78.
- Ayres, D. M. (2000) *Anatomy of a Crisis: Education, Development, and the State in Cambodia – 1953 – 1998*, Honolulu, University of Hawaii Press.
- Barth, F. (1990) *Cosmologies in the Making: A Generative Approach to Cultural Variation in Inner New Guinea*, New York, Cambridge University Press.
- Boua, C. (1991) *Genocide of a Religious Group: Pol Pot and Cambodia's Buddhist Monks*, In *State Organized Terror: The Case of Violent Internal Repression*, ed. T. Bushnell, V. Shlapentokh, C. K. Vanderpool, and J. Sundram, Boulder, Colorado, Westview.
- Breckon, L. A. (1999) *The Other Side: Ethnic and Transnational Identity among Khmer-Americans in Southern New England*, Ph. D. diss., Department of Anthropology, Yale University.
- Brown, F. Z., Tiberman, D. G. (1998) *Cambodia and the International Community: The Quest for Peace, Development and Democracy*, New York, Asia Society.

- _____, MacAlister, A., Zasloff, J. J. (1998) *Cambodia Confounds the Peacemakers – 1979 – 1998*, Ithaca, New York, Cornell University Press.
- Bun, C. M. (1973) *Châret Khmaer (Cambodian Character)*, Phnom Penh, Kehâdtan 79, distributor.
- Burchett, W. (1981) *The China Cambodia Vietnam Triangle*, Chicago, Vanguard.
- Burgler, R. A. (1990) *The Eyes of the Pineapple: Revolutionary Intellectuals and Terror in Democratic Kampuchea*, Fort Lauderdale, Flroda, Verlag Breitenbach.
- _____, (1998) *The Cambodian Genocidal Program 1994 – 1997*, New Haven, CT, Yale Center for International and Area Studies, feb.
- Chanda, N. (1986) *Brother Enemy: The War after the War. A Hsitory of Indochine since the Fall of Saigon*, New York, Harcourt Brace Jovanovich.
- Chandler, D. P. (1996) *A History of Cambodia*, 2nd Edition, Boulder, Colardo: Westview Press.
- _____, Kiernan, B. (1983) *Revolution and Its Aftermath in Kampuchea: Eight Essays*. New Haven: Yale University Southeast Asia Studies.
- _____, Kiernan, B., Boua, C. (1988) *Pol Pot plans the future : confidential leadership documents from Democratic Kampuchea, 1976-1977*, New Haven, Conn. : Yale Center for International and Area Studies.
- _____, (1998) *Voices from F-21: Terror and History in Pol Pot's Secret Prison*, Berkeley, University of California Press.
- _____, (1999) *Brother Number One: A Political Biography of Pol Pot*. Boulder: Westview Press.
- Cook, S. E. (2004) *Genocide in Cambodia and Rwanda: New Perspectives*, Yale Center for International and Area Studies, Genocide Studies Program Monograph Series n^o. 1.
- Corfield, J. (1994) *Khmers Stand Up! A History of the Cambodian Government, 1970 – 1975*, Clayton, Australia, Monash University Centre of Southeast Asian Studies.
- Criddle, J. D., Mam, T. B. (1987) *To Destroy You Is No Loss: The Odyssey of a Cambodian Family*, New York, Doubleday.
- Delvert, J. (1961) *Le paysan cambodgien*, Paris, Mouton.
- Democratic Kampuchea (1978) *Livre Noir: Faits et prevues des acts d'agression et d'annexion du Vietnam contre le Kampuchéa*, Phnom Penh, Département de la Presse et de l'Information du Ministère des Affaires Etrangères du Kampuchéa Démocratique, sept.

- De Nike, H., Quigley, J., Robinson, K. J. (2000) *Genocide in Cambodia: Documents from the Trial of Pol Pot and Ieng Sary*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press.
- Dith, P. (1997) *Children of Cambodia's Killing Fields: Memoirs by Survivors*, New Haven, Conn., Yale University Press.
- Ebihara, M. M. (1968) *Svay, a Khmer Village in Cambodia*, Ph. D. diss., Dept. of Anthropology, Columbia University.
- _____, Mortland, C. A., Ledgerwood, J. (1994) *Cambodian Culture since 1975: Homeland and Exile*, Ithaca, New York, Cornell University Press.
- Etcheson, C. (1984) *The Rise and Demise of Democratic Kampuchea*, Boulder, Colorado: Westview Press.
- Evans, G., Rowley, K. (1990) *Red Brotherhood at War: Vietnam, Laos and Cambodia since 1975*, London, Verso.
- Frieson, K. G. (1991) *The Impact of Revolution on Cambodian Peasants: 1970 – 1975*, Ph. D., diss., Monash University, Australia.
- Gottesman, E. (2002) *Cambodia after the Khmer Rouge: Inside the Politics of Nation Building*, New Haven, Conn., Yale University Press.
- Haing, N. (1987) *A Cambodian Odyssey*, New York, Warner Books.
- Hanks, L. M. (1962) *Merit and Power in the Thai Social Order*, *American Anthropologist* v. 64, n. 6, pp. 1247-61.
- Hansen, A. R. (1999) *Ways of the World: Moral Discernment and Narrative Ethics in a Cambodian Buddhist Text*, Ph. D., diss., Department of Religion, Harvard University.
- Hawk, D. (1986) *International Human Rights Law and Democratic Kampuchea*, *International Journal of Politics*, 16, N° 3, Fall, pp.3-38.
- Heder, S. R. (1980) *Kampuchean Occupation and Resistance*, Bangkok, Chulalongkorn, University Institute of Asian Studies.
- _____, (2004) *Cambodian communism and the Vietnamese model*, Bangkok, Thailand : White Lotus Press.
- _____, Tittmore, B. D. (2001) *Seven Candidates for Prosecution: Accountability for the Crimes of the Khmer Rouge*, Washington, D. C., War Crime Research Office, American University.
- Hinton, A. L. (1996) *Agents of Death: Explaining the Cambodian Genocide in Terms of Psychosocial Dissonance*, *American Anthropologist* v. 98, n. 4, pp. 818-31.
- _____, (1997) *Cambodia's Shadow: An Examination of the Cultural Origins of Genocide*, Ph. D., diss., Department of Anthropology, Emory University.

- _____, (1998) *A Head for an Eye: Revenge in the Cambodian Genocide*, American Ethnologist, v. 25, n. 3, pp. 352-77.
- _____, (2002) *Purity and Contamination in the Cambodian Genocide*, In Cambodia Emerges from the Past: Eight Essays, ed. J. Ledgerwood, 60-90, DeKalb: Northern Illinois University Press.
- Honda, K. (1981) *Journey to Cambodia: Investigation into Massacre by Pol Pot Regime*, Tokio.
- Hughes, C. (2003) *The Political Economy of Cambodia's Transition, 1991-2001*, New York, Routledge.
- Jessup, H. I., Zephir, T. (1997) *Sculpture of Angkor and Ancient Cambodia: Millenium of Glory*, Washington, D. C., National Gallery of Art.
- Jordens, J. (1996) *Persecution of Cambodia's Ethnic Vietnamese Communities during and since the UNTAC Period*, In Propaganda, Politics, and Violence in Cambodia: Democratic Transition under United Nations Peace-Keeping, Ed. S. Heder and J. Ledgerwood, Armonk, N.Y., M. E. Sharpe, pp. 134-58.
- Kamm, H. (1998) *Cambodia: Report from a Stricken Land*, New York, Arcade.
- Khieu, S. (1979) *Cambodia's Economy and Industrial Development*, trans. L. Summers, Ithaca, N. Y., Cornell University Southeast Asia Program.
- Kiernan, B. (2004) *How Pol Pot came to power: colonialism, nationalism, and communism in Cambodia, 1930-1975*, 2nd ed., New Haven : Yale University Press.
- _____, Boua, C. (1982) *Peasants and Politics in Kampuchea, 1942-81*. London: Zed Press.
- Kissi, E. (2003) *Genocide in Cambodia and Ethiopia*, New York : Cambridge University Press.
- Ledgerwood, J. L. (1992) *Analysis of the Situation of Women in Cambodia: Research on Women in Khmer Society*, Phnom Penh, UNICEF.
- _____, (2002) *Cambodia emerges from the Past: Eight Essays*, DeKalb: Northern Illinois University Center for Southeast Asian Studies.
- Levy, M. (1998) *Tales of Cambodia's Latest "Killing Fields"*, Camnews, vooi. n 634.3, june 8, camnews@lists.best.com.
- Locard, H., Sonn, M. (1993) *Prisonnier de l'Angkar*, Paris, Fayard.
- Luong, U. (2000) *First They Killed my Father: A Daughter of Cambodia Remembers*, New York, Harper Collins.

- Mabbett, I., Chandler, D. (1995) *The Khmers*, Cambridge, Blackwell.
- Mam, K. E. (1999) *An Oral History of Family Life under the Khmer Rouge*, Working Paper, GS 10, New Haven, Conn.: Yale Center for International and Area Studies.
- Marston, J. (1985) *Language Reform in Democratic Kampuchea*, M. A. Thesis, University of Minnesota.
- Martin, M. A. (1994) *Cambodia: A Shattered Society*, trans. M. W. McLeod, Berkeley, University of California Press.
- Moyer, N. (1991) *Escape from Killing Fields: One Girl Who Survived the Cambodian Holocaust*, Grand Rapids, Mich., Zondervan.
- Peang-Meth, A. (1991) *Understanding the Khmer: Sociological-Cultural Observations*, Asian Survey, v. 31, n. 5, pp. 442-55.
- Phandara, Y. (1982) *Retour à Phnom Penh*, Paris, Métailié.
- Picq, L. (1984) *De la reforme linguistique et de l'usage des mots chez les Khmers Rouges*, Asia du Sud-est et Monde Insulindien, v. 15, n., 1-4, pp. 351-57.
- Pin, Y. (1980) *L'Utopie Meurtrière*, Paris, Laffont.
- Ponchaud, F. (1978) *Cambodia, Year Zero*, New York, Holt, Reinehart and Winston.
- Power, S. (2002) *A Problem from Hell: America and the Age of Genocide* New York : Basic Books.
- Quinn, K. M. (1976) *Political Change in Wartime: The Khmer Krahom Revolution in Southern Cambodia, 1970 – 1974*, U. S. Naval War College Review, spring, pp. 3-31.
- Rice, P. L. (1994) *Childbirth and Health: Cultural Beliefs and Practices among Cambodian Women*, in Asian Mothers, Australian Birth: Pregnancy, Childbirth and Childrearing, Melbourne, Ausmed Publications, pp. 47-60.
- Sim, S., Meng-Try, E. (2001) *Children under the Khmer Rouge Regime*, Phnom Penh, Documentation Center of Cambodia.
- Scroggins, H. (1998) *Master of the Mekong Goes Down*, Phnom Penh Post, oct.16 – nov.12, p.3.
- Shapiro-Phim, T. (1994) *Dance and the Spirit of Cambodia*, Ph. D. diss., Dept. of Anthropology, Cornell University.
- Shaw, M. (2003) *War and genocide : organized killing in modern society*, Malden, MA : Polity Press, June.

- Shawcross, W. (1979) *Sideshow: Kissinger, Nixon, and the Destruction of Cambodia*. New York: Simon and Schuster.
- _____, (1994) *Cambodia's New Deal*, Washington, Carnegie Endowment for International Peace.
- Sihanouk, P. N. (1980) *War and Hope: The Case for Cambodia*, trans. M. Feeney, New York, Pantheon.
- _____, (1973) *My War with the CIA, The Memoirs of Prince Norodom Sihanouk as related to Wilfred Burchett*, Pantheon Books.
- Smith, F. (1989) *Interpretive Accounts of the Khmer Rouge Years: Personal Experience in Cambodian Peasant World View*, Madison, Center of Southeast Asian Studies, University of Wisconsin.
- Soth, P. (1980) *Pol Pot's Diabolical Sweetness*, Index on Censorship v. 5, pp. 43-45.
- Stanton, G. H. (1989) *Blue Scarves and Yellow Stars: Classification and Symbolization in the Cambodian Genocide*, Occasional Paper of the Montreal Institute for Genocide Studies, April, www.genocidewatch.org/bluescarves.htm.
- Stuart-Fox, M., Bunheang, U. (1985) *The Murderous Revolution: Life and Death in Pol Pot's Kampuchea*, Sydney, APCOL.
- Szymusiak, M. (1986) *The Stones Cry Out: A Cambodian Childhood, 1975 – 1980*, trans. L. Coverdale, New York, Hill and Wang.
- Thion, S. (1993) *Watching Cambodia: Ten Paths to Enter the Cambodian Tangle*, Bangkok, White Lotus.
- Tooze, R. (1962) *Cambodia: The Land of Contrasts*, New York, Viking.
- Valentino, B. A. (2004) *Final solutions : mass killing and genocide in the twentieth century*, Ithaca, N.Y. Cornell University Press.
- Vann, N. (1998) *Cambodian Prison Portrait: One Year in the Khmer Rouge's S-21*, Bangkok, White Lotus.
- Vickery, M. (1984) *Cambodia, 1975-82*, Boston: South End Press.
- _____, (1986) *Kampuchea: Politics, Economics, and Society*, London: Frances Pinter.
- Weitz, E. D. (2003) *A century of genocide : utopias of race and nation*, Princeton, NJ : Princeton University Press.
- Werner, J. Huynh, L. D. (1993) *The Vietnam War: Vietnamese and American Perspectives*, New York, M. E. Sharpe.

Livro em Vietnamita

Tôi a'c diêt ch?ung c?ua bon Pôn P'ôt-lêng Xa-Ry. Published/Created: Hà Nội : Su' thât, 1980. Description: 214 p. Subjects: Pol Pot. Ieng Sary. Parti communiste du Kampuchea. Political atrocities--Cambodia. Cambodia--Politics and government--1975-1979

Relatórios e Pesquisas

"[Life Inside Cambodia](#)," May 10, 1976, Brento Scowcroft to President Ford, two pages. Folder "Cambodia (23)", Box 3, National Security Adviser. Presidential Country Files for East Asia and the Pacific, Gerald R. Ford Library
www.ford.utexas.edu/library/exhibits/vietnam/760510a.htm

[Chronology of Cambodian Events Since 1950](#) [from Yale University's [Cambodian Genocide Program](#)]

6.5.3 Filmografia/ Websites e Memoriais

Celebração

January 7, 2004 - Fall of Phnom Pehn - the **25th anniversary** of the [fall of the Khmer Rouge regime in Phnom Penh](#) to the Vietnamese Army ending the genocidal regime.

April 17 - Khmer Rouge 'Killing Fields' began - After defeating the US-backed Lon Nol regime, the [Khmer Rouge](#) immediately expelled the entire population of the capital city Phnom Pehn and began policies which resulted in the genocides of Cham Muslims, Ethnic Vietnamese and Chinese and the mass killing of many ethnic Cambodians.

Filmes

Killing Fields (1984 2 hours, 21 minutes) , filmmaker **Roland Joffé**, previously a documentarist. This was his feature film debut

This drama concerns the real-life relationship between *New York Times* reporter Sidney H. Schanberg (Sam Waterston) and his Cambodian assistant Dith Pran (Haing S. Ngor), originally told in Schanberg, *The Death and Life of Dith Pran* (New York: Penguin, 1980). Dith Pran was left at the mercy of the Khmer Rouge after Schanberg—who chose to stay after American evacuation but was booted out—failed to get him safe passage. While stationed in Phnom Penh in the early 1970s, Schanberg and Pran become close friends and confidants, negotiating and writing many groundbreaking stories. When the ruling Lon Nol government was overthrown by the Khmer Rouge, the country is turned upside down—killing is common in the streets, and children become gun-toting informants.. The film spends some time with Schanberg's feelings of guilt after the fact, but most of the film is an account of Dith's survival during Khmer Rouge's genocidal campaign. After years of brutal torture, Pran manages to escape and begins a long odyssey to Thailand and the border refugee camps. The late Haing S. Ngor (1940-1996) --a real-life doctor who had never acted before and who lived through the events depicted by Joffé--is outstanding, and he won a Best Supporting Actor Oscar.

Cambodia before the genocide 1987

Productions Iadra Devi Fil ; a presentation of V. Bopha Vaddey and Eas Proeung ; scenario, Biv Chhay Lieng. . Description: 2 videocassettes of 2 : sd., col. ; 3/4 in. viewing copy. Notes: Copyright: REG 18Mar87; PAu1-023-329. In Cambodian with English subtitles.

Dancing through Death: The Monkey, Magic, and Madness of Cambodia, (1999, 52 min) Produced and directed by Janet Gardner. Sophy Theam associate producer

“This is the story of Thavro Phim, who came of age under the Pol Pot regime and lost his father, brother, and grandfather to the blood thirsty Khmer Rouge. What kept him whole after the ordeal was his Buddhist faith and dedication to Cambodian classical dance where he performs the role of Hanuman, the magical white monkey.” *Dancing Through Death* is a poignant and thought provoking study of the role of folk and classical dance in reviving the culture of Cambodia in the wake of the horrors of the Khmer Rouge and Pol Pot. Survivors and refugees are interviewed extensively by the filmmakers who relate their stories of surviving the horror. Many of the dancers, members of the royal court’s troupe, had, like other artists, professionals and intellectuals, were among those targeted by the Pol Pot regime for extermination. Many of those remaining survivors are teachers of dance at the University of Fine Arts in Phnom Penh. Thavro Phim and his sister, classical dancers and young survivors of the camps, pay a visit to the Prison Museum housing photographs and records of the victims of torture by the Khmer Rouge.

The images in this museum of horror are as emotionally wrenching as those on display at the National Holocaust Museum. Among those interviewed: Thavro Phim [Cambodian classical dancer], Sithoeun hang [Thavro's mother], Dr. Sam-Ang Sam [U. of Fine Arts, Phnom Penh], Dr. Toni Shapiro [Cambodian Genocide Program, Yale University], Yit Sarin & Pun Bun Chan Roth [teachers, U. of Fine Arts and survivors of the Killing Fields], Dean Proeung Chhieng [School of Dance, U. of Fine Arts], Pen Sok Huon [master teacher, U. of Fine Arts], Tim Chan Thou [co-founder, Angkor Dance Troupe, Lowell, Mass.], Samnor Hor [13, Angkor Dance Troupe], Phousita Huy [Artistic director, Angkor Dance Troupe], Thavrak Seuar [monkey dancer], Ros Kung [master teacher and mother of the Seuar brothers], Soth Sam Om [master dancer], Youk Chhang [Director of the Documentation Center of Cambodia], Dr. Ang Choulean [Anthropologist, U. of Fine Arts]. Notes: Produced and directed by Janet Gardner. Photography by Kevin Cloutier. Edited by Dina Potocki. Narrated by Marlene Sanders. Music and sound design by Richard Fiocca. Cambodian music performed by Sam-Ang Sam and Ensemble.

S21: The Khmer Rouge Killing Machine (2003, 101 min.) Cambodian film-maker Rithy Panh (Rice People, One Evening After the War)

Cambodian film-maker Rithy Panh (Rice People, One Evening After the War) continues to confront his country's painful history with this extraordinary documentary based at S21 at Phnom Penh, now a genocide museum, but once the country's main state security office, where, between 1975 and 1977, Pol Pot's regime sanctioned the interrogation, torture and execution of untold thousands of people. Van Nath was one of the death camp's few survivors. A painter whose experience at S21 has informed his work, he returns with Panh to the rooms where he was beaten and starved. Also returning are a number of S21 prison guards, the very men who tortured Nath and thousands of others. Nath gets to confront his former captors, still trying to come to terms with what he was put through nearly thirty years ago. His passionate demand for answers is met by incredulous, banal responses from the former guards, who not only seem to be emotionally detached from their part in the brutal running of the jail, but who talk fondly of Khmer Rouge slogans and ideology, and recreate their daily routine for Pahn's camera. This is eerie, uncomfortable viewing at times, but it's also a brave film from a significant film-maker, one that suggests there were victims of S21 beyond those murdered there.

Testemunhos de Sobreviventes

[Thida B. Mam](#) "Very few families were truly relocated to clear new land. Most of the trucks and ox carts containing these people were driven to mass graves in jungle clearings and deep wells."

["My"](#) b. 1940 "I told my sons to run along and save themselves."

[Arn Chorn-Pond](#) "My teacher told me that before I played this flute I had to speak a little bit. I have to, because when he taught me he was killed five days later by the Khmer Rouge. He was killed because he taught me to play."

[Pom Sarun](#) (b. 1950) "The day after Sarun was beaten with a cattle prod, for hiding her watch in a palm leaf (the neighbors must have told the soldiers on her), her husband ate the poisonous fruit."

[Sophia Srey Sharp](#) b. 1960 "[P]eople disappeared from the village; the cadre did not talk about what had happened to them, and no one dared to ask."

[Sambo Thouch](#) b. 1938 "He just took off his wedding band and said, "Save this. Save this so you can feed the children."

[Loung Ung](#) b. 1969 "The soldier finishes dumping the clothes onto the pile. I cannot take my eyes off my dress. . . I do not hear the fingers strike a match . . . the next thing I know the pile of clothes bursts into flames and my red dress melts like plastic in the fire." Her book is called, *First They Killed My Father: A Daughter of Cambodia Remembers*

[Ranachith Yimsut](#) "I cried my heart out when I recognized a few dead bodies next to me."

Memórias de Sobreviventes:

Chanrithy Him, *When Broken Glass Floats: Growing Up Under the Khmer Rouge*

Ly Y, *Heaven Becomes Hell: A Survivor's Story of Life Under the Khmer Rouge*, by Yale Southeast Asia Studies, Monograph 50.

Kim DePaul and Dith Pran, editors, *Children of Cambodia's Killing Fields Memoirs by Survivors* Introduction by Ben Kiernan, Yale University Press. 1999, 199pp.

Carol Wagner, *Soul Survivors Stories of Women and Children in Cambodia* With photographs by Valentina DuBasky Creative Arts Book Company 833 Bancroft Way, Berkeley, CA 2002, 259 pp.

Soul Survivors gives voice to the women and children who survived the Khmer Rouge's secret genocide and the two decades of civil war that followed. The moving personal narratives document the lives of twelve people who stayed in Cambodia after the genocide when nearly two million people died between 1975 and 1979 from execution, starvation or disease. It includes two refugees who came to the US as orphans, returning as young adults to help their country. Coming from diverse backgrounds, including a farmer, a teacher, a Buddhist nun, a landmine victim and a women's leader, the survivors' engaging accounts demonstrate the strength and goodness of the human spirit. Additional chapters describe how the Khmer Rouge came to power, the role of the US in Cambodia, the problem of six million landmines, the Buddhist peace movement, and how to help women and children in Cambodia.

Websites

[Genocide Studies Program - Yale University](http://www.yale.edu/gsp) (est. 1998, New Haven, CT, USA) Cambodian genocide project data-base contains thousands of files of records of Khmer Rouge genocide, with summaries in both Khmer and English. www.yale.edu/gsp [Interview with GSP Director Ben Kiernan](#) See also the [Cambodian Genocide Program](#)

[Cambodian Cultural Museum and Killing Fields Memorial](http://www.killingfieldsmuseum.com) (Seattle, WA, USA) Opened in May 2005, the Museum is the creation of Dara Duong, a Cambodian refugee who lost 30 relatives to the genocide. www.killingfieldsmuseum.com

[Cambodian Genocide Program Documentation Project](http://www.cgp.sistm.unsw.edu.au) University of New South Wales, Sydney [www-cgp.sistm.unsw.edu.au](http://www.cgp.sistm.unsw.edu.au)

[Documentation Center of Cambodia](http://www.bigpond.com.kh/users/dccam.genocide) (DC-Cam - Phnom Penh), www.bigpond.com.kh/users/dccam.genocide

[Imperial War Museum](http://www.iwm.org.uk) (London) Offers two permanent exhibitions concerning genocide: "**The Holocaust Exhibition**" (opened 2000) and "**Crimes against humanity: an exploration of genocide and ethnic violence**" examines the common features of genocides and instances of ethnic violence over the last one hundred years, including Nazi Germany, Bosnia, **Cambodia**, Armenia and Rwanda. www.iwm.org.uk

[World Cambodian Congress](http://www.wccpd.org) WCC was set up at their first convention in Suffern, upstate New York, district of Congressman Benjamin Gilman, Chairman of the House International Relations Committee on November 26, 1994. There were more than 75 participants from 9 states in the US, as well as Canada and Cambodia www.wccpd.org

[Digital Archive of the Cambodian Holocaust Survivors](http://www.cybercambodia.com/dachs/) www.cybercambodia.com/dachs/

Khmer Rouge archive at Rutgers-Newark, New Jersey. Newly established in April 2005 with the Documentation Center of Cambodia (DC-CAM), see [Alexander Hinton webpage](#).

6.5.4 Mapeamento de Similaridades e Antagonismos

Diferentemente dos demais Genocídios do século XX, como assim oficialmente definidos pelas Nações Unidas, o do Khmer Rouge no Cambódia é o único rotulado como “autoGenocídio”, posto não contrapor etnias ou grupos claramente distintos, mas constituir, de fato, atos de extrema barbárie cometidos pelos meios do Estado contra a sua própria população.

Sem que se tenham contraposto etnias, grupos políticos ou religiosos, ou ainda se tenha buscado a explicação das atrocidades a partir de uma ocupação geográfica em disputa, no caso do Cambódia as perseguições e extermínios foram conduzidos com vistas a eliminar todos aqueles que pudessem trazer algum sopro de reminiscência ao velho regime. Eram cambojanos educados, ricos, monges budistas, policiais, médicos, advogados, professores, funcionários públicos, comerciantes, cidadãos que não se submetessem ao regime de exceção, com total e absoluto controle do Khmer Rouge.

O único antagonismo que se tem aqui é, portanto, funcional e comportamental, posto que qualquer um que se tenha interposto aos desejos e anseios dos reformadores do “super grande salto à frente” deveria ser eliminado compulsoriamente.

6.5.5 Contraposição ao Modelo “Aplicado”

<i>Modelo de Stanton</i>	<i>Cambódia</i>
Classificação	<ul style="list-style-type: none"> • Posto ser um “autogenocídio”, os antagonismos restringiram-se essencialmente às diferenciações funcionais e ocupacionais. A segregação a partir da identificação de diferenciações políticas, religiosas e, sobretudo, de acesso e formação educacional foram fundamentais.
Simbolismo	<ul style="list-style-type: none"> • Lenços azuis, para os habitantes da região leste. Listas de educados. Portadores de óculos (estudiosos e com recursos).
Desumanização	<ul style="list-style-type: none"> • As ações belicosas eram justificadas a partir da percepção de contraposição, de inimigos do povo. Aqueles que aceitavam a mudança, a transformação, o grande salto à frente, não morreriam. Assim, o mascaramento nesse caso se deu mais pela responsabilização da vítima por seu próprio destino, do que pelo seu rebaixamento à condição subumana.
Organização	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiado por maciço suporte Soviético e da República Popular da China, os líderes do Khmer Rouge puderam aparelhar-se e armar-se livremente.
Polarização	<ul style="list-style-type: none"> • As tensões externas e conflitos entre vizinhos, permitiu que a organização terrorista e marginal que vivia na selva e promovia saques e massacres a pequenos vilarejos, chegasse oficialmente ao poder instituído de fato e de direito no Cambódia.
Preparação	<ul style="list-style-type: none"> • As grandes migrações ao campo, com marchas forçadas e a alocação de enormes contingentes populacionais a áreas rurais, na plantação de arroz, foram o prelúdio dos massacres.
Extermínio	<ul style="list-style-type: none"> • Fome, excesso de trabalho, fuzilamentos. Enfim, todos aqueles que não concordavam (ou não conseguiam) aderir às funções que individualmente lhes foram atribuídas para materializar o “grande salto à frente”.
Negação	<ul style="list-style-type: none"> • Mesmo depois de depostos, Pol Pot e outros líderes do Khmer Rouge mantiveram suas atividades de planejamento e ativismo político, nunca deixando de aspirar ao poder. A morte de Pol Pot no início dos anos 1990 impediu que fosse levado a júri pelos crimes de Genocídio por ele cometidos.

Tabela 12A – Genocídio do Cambódia: Contraposição ao Modelo do Stanton.

6.5.6 Contraposição ao Modelo “Teórico”

<i>Desengajamento Moral</i>	<i>Cambódia</i>
Justificação Moral	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção do “grande salto à frente”; • Necessidade de controle absoluto da sociedade a fim de garantir sua organização e desenvolvimento; • A eliminação dos inimigos de classe é uma pré-condição ao desenvolvimento da sociedade almejada.
Linguagem Eufemística	<ul style="list-style-type: none"> • Quotas de alimentos; • Racionalização dos recursos; • Busca dos prazeres e equilíbrio da vida comum e produtiva; • O que é podre tem de ser extirpado.
Comparação Vantajosa	<ul style="list-style-type: none"> • Preferível a realocação ao extermínio; • Preferível o bem do todo ao benefício exclusivo e individual.
Difusão de Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Atomização de funções entre os burocratas; • Vasta utilização de crianças (acríticas) para a execução das funções.
Deslocamento da Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Afirmaram que as críticas que se lhe faziam tinham um caráter exclusivamente ideológico, das potências ocidentais, e visavam a desestabilização política e econômica de seus parceiros soviéticos e chineses.
Distorção das Consequências	<ul style="list-style-type: none"> • Negação dos fatos e estatísticas; • Pressão sobre os depoentes e vítimas.
Desumanização	<ul style="list-style-type: none"> • A desumanização das vítimas era subproduto do antagonismo dogmático que fora incutido nos algozes. Alguém que não se dispusesse a trabalhar no sentido de criar um grande Cambódia, não mereceria ser tratado como igual.
Atribuição de Culpa	<ul style="list-style-type: none"> • Os ricos, educados, capitalistas e exploradores, que não se dispuseram a aceitar as mudanças necessárias foram os responsáveis por seu próprio destino.

Tabela 12B – Genocídio do Cambódia: Contraposição ao Modelo do Desengajamento Moral, do Bandura.

6.6 Bósnia-Herzegovina

6.6.1 Breve História

Na república da Bósnia-Herzegovina conflitos entre os três principais grupos étnicos - sérvios, croatas e muçulmanos - resultaram em um Genocídio cometido pelos sérvios contra os muçulmanos na Bósnia.

A Bósnia é um dos muitos países que surgiram do desmembramento da Iugoslávia, um país multicultural criado após a Primeira Grande Guerra pelas Forças Aliadas vitoriosas.

A Iugoslávia era composta por grupos étnicos e religiosos que haviam sido rivais históricos, mesmo ácidos inimigos, incluindo sérvios (cristãos ortodoxos), croatas (católicos), e albanianos (muçulmanos).

Durante a Segunda Grande Guerra, a Iugoslávia foi invadida pela Alemanha nazista e dividida. Um violento movimento de resistência surgiu sob o comando de Josip Tito. Em seguida à derrocada alemã, Tito reunificou a Iugoslávia sob o slogan “Irmandade e Unidade”, mantendo juntos Eslovênia, Croácia, Bósnia, Sérvia, Montenegro, e Macedônia, juntamente com duas províncias independentes: Kosovo e Vojvodina.

Tito foi um carismático líder comunista que manteve laços com a União Soviética e com os Estados Unidos durante a Guerra Fria, jogando uma superpotência contra a outra, enquanto obteve assistência financeira de ambas. Após sua morte, em 1980, e sem sua forte influência, a Iugoslávia rapidamente submergiu em um caos político e econômico. Como descrito por Bennett (1995), esse desfacelamento do Estado iugoslavo era por muitos antecipado e justificado:

Eles argumentavam que profundas linhas históricas divisórias separavam o país. O norte era comparativamente rico, sendo que a distância que o separava do sul era enorme (a renda per capita da Eslovênia – a mais rica unidade federativa – era quase seis vezes maior do que a do Kosovo – a mais pobre). Sérvios, montenegrinos, e macedônios eram ortodoxos que viviam sob as regras e influências culturais otomanas, enquanto croatas e eslovenos eram católicos e viviam sob os valores do Império de Habsburg. Ademais, durante a Segunda Grande Guerra, fanáticos nacionalistas sérvios e croatas mataram-se uns aos outros, deixando uma herança de ódio e desconfiança. Assim, a Iugoslávia seria um conjunto artificial, fadado ao ódio e à irracionalidade que, com a ausência da liderança carismática e presença unificadora de Tito, seguramente não sobreviveria enquanto país.

Essa percepção de agudas e irreconciliáveis diferenças, fomentada por líderes e propagada pela mídia, que deliberadamente apresentou análises e interpretações distorcidas do passado, ao menos durante os anos da ditadura comunista de Tito, que perdurou por 35 anos, mostrou-se questionável. A diversidade cultural não só fora tolerada, como disseminada com o orgulho que fazia da Iugoslávia um país único e à frente daquilo que a Comunidade Europeia começaria a implementar somente a partir de 1992. Dada sua condição geopolítica, que a situava estrategicamente entre o Leste e o Oeste, sem que perdesse a independência, bem como em função do grande prestígio internacional do qual gozava Tito, a Iugoslávia possuía vários aliados.

Hospedou um grande número de eventos internacionais, entre os quais os Jogos Olímpicos de Inverno de 1984, em Sarajevo e, todos os anos, hordas de turistas invadiam suas facilidades hoteleiras, sobretudo aquelas às margens do Adriático. Diferentemente do que mais tarde viria a se propagar, a Iugoslávia não esteve dividida em dois campos hostis e irreconciliáveis: um formado pelas antigas repúblicas de Habsburg, e outro formado a partir das repúblicas otomanas. Ao contrário, existia uma série de alianças entre a antiga Eslovênia de Habsburg e a antiga Sérvia Otomana. Segundo Rieff (1996):

Não obstante a complexidade do modelo político e do processo de tomada de decisões na antiga Iugoslávia, o país obteve importantes avanços nesse período. A saúde e a expectativa de vida cresceram enormemente, o acesso à educação tornou-se universal e mandatório, e o analfabetismo foi literalmente dissipado. A urbanização após 1945 mudou radicalmente o mapa do país. Trabalhadores migraram às cidades em busca de oportunidades e prosperidade econômica e social. Casamentos entre grupos creceu a taxas muito significativas, e uma nova geração, como constatado no último censo antes do início dos conflitos da década de 90, considerava-se iugoslava, antes de se apresentar como croata, sérvia, ou de outra nacionalidade qualquer. O espírito nacionalista e separatista deixava de ser algo representativo ou relevante àquela sociedade.

Nesse ambiente, surgiu um novo líder ao término dos anos 80, um sérvio de nome Slobodan Milosevic. Milosevic foi um comunista que se tornou um nacionalista sem religião, visando o poder a qualquer preço. Ele começou a insuflar tensões entre sérvios e muçulmanos na província independente de Kosovo. Cristãos ortodoxos sérvios, no Kosovo, eram minoria e reclamavam que estavam sendo maltratados pela maioria albaniana muçulmana. O suporte político à desestabilização acabou por levar o Kosovo a perder sua condição de independência, sendo, então, dominado por Milosevic.

Em junho de 1991, a Eslovênia e a Croácia declararam, ambas, independência da Iugoslávia, resultando em guerra civil. O exército nacional da Iugoslávia, então composto por sérvios e controlado por Milosevic, invadiu a Eslovênia a fim de subjugar os separatistas. Diante de seu fracasso na empreitada, recuou após dez dias de combate.

Milosevic rapidamente perdeu interesse na Eslovênia, um país que praticamente não tinha sérvios. Diferentemente, ele voltou sua atenção à Croácia, um país católico onde sérvios ortodoxos perfaziam doze por cento da população.

Durante a Segunda Grande Guerra, a Croácia foi um estado pró-nazista liderado por Ante Pavelic e seu partido fascista Ustasha. Sérvios residentes na Croácia, assim como judeus foram alvo de vários massacres promovidos pelo Ustasha. No campo de concentração de Jasenovac os sérvios foram mortos às dezenas de milhares.

Em 1991, o novo governo croata liderado por Franjo Tudjman parecia estar revivendo princípios fascistas, valendo-se, inclusive, da antiga bandeira de Ustasha, bem como, aprovando leis discriminatórias em relação aos sérvios ortodoxos.

Suportadas pelos guerrilheiros sérvios, as forças de Milosevic invadiram a Croácia em julho de 1991 com vistas a “proteger” a minoria sérvia. Na cidade de Vukovar, bombardearam os croatas por 86 dias consecutivos, reduzindo-a a escombros. Após a queda de Vukovar, os sérvios começaram a promover execuções em massa, matando centenas de croatas, e enterrando-os em covas coletivas.

As reações da comunidade internacional foram limitadas. Os Estados Unidos do presidente George Bush optaram por não se envolverem militarmente, reconhecendo a independência de ambas Eslovênia e Croácia. Um embargo de armas foi imposto pelas Nações Unidas a todas as nações que formaram a antiga Iugoslávia. Entretanto, os sérvios, sob o comando de Milosevic, já eram os mais bem armados e equipados, sendo que o embargo garantiu-lhes a vantagem militar comparativa.

No fim de 1991, um cessar-fogo patrocinado pelos Estados Unidos foi negociado entre sérvios e croatas que lutavam na Croácia.

Em abril de 1992, Estados Unidos e Comunidade Europeia reconheceram a independência da Bósnia, um país de maioria muçulmana, onde a minoria sérvia representava 32 por cento da população. Esse reconhecimento de independência, por parte dos Estados Unidos, representou uma grande mudança na política externa americana em relação às antigas repúblicas iugoslavas. Dez meses antes de tal reconhecimento e apenas alguns dias antes da Eslovênia e Croácia elas mesmas se terem declarado independentes, o então Secretário de Estado americano, James Baker, esteve em visita oficial a Belgrado a fim de oficial e categoricamente declarar que os Estados Unidos não reconheceriam a independência da Eslovênia e da Croácia “sob qualquer circunstância”. A posição consensual da diplomacia internacional era de que não se deveria estimular a desintegração da Iugoslávia. A insegurança quanto à estabilidade da região dos Bálcãs era contraposta aos quase quarenta anos de paz e prosperidade que reinaram na Iugoslávia, o que permitiu a seus muitos e diferentes povos, culturas e tradições conviver lado a lado em paz e harmonia. Era um paradoxo que concomitantemente à integração europeia e formação da Comunidade, de um lado, coexistisse temporalmente o desejo da desintegração, sob a argumentação de princípios étnicos e nacionalistas.

Estimulado pela hesitação da comunidade internacional, Milosevic respondeu à declaração de independência da Bósnia atacando Sarajevo, a capital. Assim, Sarajevo tornou-se rapidamente conhecida como a cidade das atrocidades contra civis, incluindo a morte de mais de três mil e quinhentas crianças.

Os muçulmanos bósnios foram facilmente superados no aparato militar. Assim que foram conquistando espaço, os sérvios começaram a encurralar muçulmanos, em atitudes semelhantes àsquelas dos nazistas durante a Segunda Grande Guerra, incluindo matanças coletivas, repovoamento de cidades inteiras, e confinamento de homens e meninos em campos de concentração. Os sérvios aterrorizaram famílias muçulmanas, valendo-se de estupro como arma contra mulheres e meninas.

As ações sérvias foram rotuladas como “limpeza étnica”, uma expressão que rapidamente foi adotada pela imprensa internacional.

A despeito dos relatórios apresentados pela imprensa quanto a campos de concentração secretos, matanças em massa, bem como destruição de templos muçulmanos e da arquitetura histórica da Bósnia, a comunidade internacional permaneceu praticamente indiferente. As Nações Unidas impuseram sanções econômicas à Sérvia, bem como dispuseram suas tropas a fim de proteger a distribuição de alimentos e remédios aos muçulmanos carentes.

As forças das Nações Unidas, ou UNPROFOR (*United Nations Protection Force*), começaram a chegar à Croácia em março de 1992, após o décimo-sétimo cessar-fogo da guerra da Croácia ter perdurado por dois meses. Até maio de 1994, mais de 30.000 enviados das Nações Unidas estavam sediados, permanentemente, em territórios da antiga Iugoslávia, nas repúblicas da Croácia, na Bósnia-Herzegovina, e na Macedônia. Segundo dados coletados por Bennett (1995), os dois primeiros anos do conflito custaram aos cofres das Nações Unidas US\$ 1,74 bilhões, bem como a vida de oitenta soldados da UNPROFOR.

Além das operações de paz, as Nações Unidas ajudaram a alimentar mais de 4 milhões de pessoas da antiga Iugoslávia, 2,7 milhões na Bósnia-Herzegovina individualmente, por meio de suas agências.

Não obstante os vultosos recursos ali comprometidos, as Nações Unidas deram claras instruções de proibição às suas tropas de se envolverem militarmente contra os sérvios. Consequentemente, tornaram-se espectadores neutros, independentemente de quão terríveis fossem os fatos. Segundo Rieff (1995):

Tratou-se de um dos mais heróicos e maiores esforços humanitários da história moderna, sob o comando do Alto Comissariado para Refugiados das Nações Unidas, enquanto negociações diplomáticas, não tão heróicas, estavam em curso. O propósito dessas ações, como posteriormente ficou claro, não era o de salvar a Bósnia, mas de “conter a crise”, como alguns políticos gostavam de dizer. Todas as propostas que então se sucederam para a solução da crise propunham algum tipo de divisão a partir de critérios étnicos.

Ao longo de 1993, confiando que nem os Estados Unidos, nem as Nações Unidas, ou tampouco a Comunidade Europeia iriam agir militarmente, os sérvios na Bósnia cometeram, livremente, Genocídio contra os muçulmanos. Os sérvios bósnios agiam sob o comando local de Radovan Karadzic, presidente da ilegítima república bósnia-sérvia. Karadzic disse uma vez a um grupo de jornalistas: “Sérvios e muçulmanos são como gatos e cachorros. Eles não podem viver em paz. É impossível”.

Mesmo assim, quando perguntado por repórteres sobre as atrocidades que se desenrolavam, Karadzic negava completamente o envolvimento de seus soldados, ou das unidades policiais.

Em 6 de fevereiro de 1994, as atenções do mundo se voltaram para a Bósnia, em um mercado de Sarajevo, quando um atentado sérvio matou 68 pessoas, e deixou mais de 200 feridos. Imagens e sons da carnificina foram transmitidos mundialmente e resultaram na solicitação de intervenção imediata contra os sérvios.

Os Estados Unidos, sob o comando de seu novo presidente, Bill Clinton, que prometera durante a campanha presidencial parar com a “limpeza étnica” na Bósnia, emitiu um ultimato através da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) exigindo que os sérvios retirassem sua artilharia de Sarajevo. Os sérvios rapidamente aderiram, e um cessar-fogo imposto pela NATO foi declarado em Sarajevo.

Os Estados Unidos começaram, então, esforços diplomáticos a fim de unificar os muçulmanos bósnios e os croatas contra os sérvios. Entretanto, essa aliança croato-muçulmana não conseguiu impedir os ataques às cidades muçulmanas na Bósnia, que haviam sido declaradas áreas livres de conflito pelas Nações Unidas.

Sérvios bósnios não apenas atacaram as áreas livres de conflito, bem como atacaram os agentes enviados pelas Nações Unidas. As forças da NATO responderam com ataques aéreos a bases sérvias. Os sérvios retaliaram fazendo centenas de reféns entre os agentes das Nações Unidas, usando-os como escudos humanos.

Algumas das mais terríveis atividades de Genocídio foram praticadas nos quatro anos desse conflito. Em Srebrenica, uma área livre de conflito, agentes das Nações Unidas acompanharam impotentes os sérvios, comandados pelo General Ratko Mladic, selecionarem e matarem oito mil homens e meninos entre doze e sessenta anos, o pior massacre na Europa desde a Segunda Grande Guerra. Adicionalmente, os sérvios continuaram a promover estupro coletivo em mulheres muçulmanas.

Em 30 de agosto de 1995, uma efetiva intervenção militar iniciou-se quando os Estados Unidos lideraram um sistemático bombardeio promovido pela NATO em resposta aos assassinatos em Srebrenica, visando posições de artilharia sérvia na Bósnia. O bombardeio continuou ao longo do mês de outubro. Forças sérvias também perderam espaço para muçulmanos bósnios que receberam carregamentos de armas do mundo islâmico. Como resultado, metade da Bósnia foi finalmente reconquistada por tropas croatas muçulmanas.

Frente ao pesado bombardeio da NATO, bem como um conjunto de derrotas sucessivas para a aliança croato-muçulmana, o líder sérvio Milosevic estava pronto para falar sobre paz. Em primeiro de novembro de 1995, líderes de diversas facções, incluindo Milosevic e Tudjman, viajaram aos Estados Unidos para discussões sobre paz, na base aérea de Wright-Patterson, em Ohio.

Após três semanas de negociações, um acordo de paz foi declarado. Os termos do acordo incluíam a divisão da Bósnia em dois grandes territórios: República da Bósnia-Sérvia e Federação Croato-Muçulmana. O acordo estipulava, ainda, a realização de eleições democráticas, que os crimes de guerra seriam encaminhados a julgamento, bem como seriam enviados 60 mil soldados da NATO a fim de preservar o cessar-fogo.

Mais de 200 mil civis muçulmanos foram sistematicamente mortos nesse conflito. Mais de 20 mil estavam desaparecidos e presumidos mortos, enquanto 2 milhões haviam se tornado refugiados. Foi, segundo o Secretário-Assistente do Estado, Richard Holbrooke, “o maior fracasso do Ocidente, desde os anos 30”.

Pouco após sua derrocada militar, Milosevic perdeu o poder face à importante revolta popular. Teve, então, de fazer frente à justiça internacional, promovida pelas Nações Unidas, no então criado Tribunal Criminal Internacional para a Antiga Iugoslávia (ICTY), em Haia, na Holanda. De acordo com Scharf & Schabas (2002), o caso IT-02-54 coloca Milosevic como o primeiro chefe de estado a depor em um tribunal internacional de justiça, sendo acusado pelos piores crimes conhecidos pela humanidade: graves desrespeitos à Convenção de Genebra, violações às leis e costumes de guerra, crimes contra a humanidade, e Genocídios.

Assim, Milosevic foi indiciado em três casos distintos. Cronologicamente, tem-se: (i) Guerra de Croácia, no final de 1991, com a “limpeza étnica”, onde foram promovidas brutais e destrutivas ações em Vukovar e Dubrovnik; (ii) Guerra na Bósnia-Herzegovina, iniciada em abril de 1992, em que as forças sérvias foram responsabilizadas por atrocidades contra as populações croatas e muçulmanas, incluindo o massacre de 7 mil civis em Srebrenica, em julho de 1995; (iii) A Guerra do Kosovo, nos seis primeiros meses de 1999, em que Milosevic é acusado de promover assassinatos, pilhagens e perseguições, bem como a fuga da população albaniana.

Durante os depoimentos, como descritos por Sell (2002), Milosevic manteve a altivez e beligerância, apresentando-se como vítima de complô e perseguição, acusando líderes internacionais (Estados Unidos, NATO e Inglaterra foram seus principais alvos de críticas) de se alinharem e promoverem terrorismo contra a Sérvia e seu povo. Sua habilidade e oratória constrangeram sucessivamente testemunhas chamadas pela promotoria, como Mahmut Bakalli (o líder albaniano da Liga de Comunistas), e Ibrahim Rugova (o então recém-empossado presidente do Kosovo). Como posteriormente descrito pelo embaixador americano William Walker que, igualmente, depôs nesse julgamento, “o estilo agressivo de Milosevic fazia crer que ele era o presidente do Tribunal, e não o acusado”.

O comportamento de Milosevic durante os julgamentos mostrou o desrespeito pelos indivíduos, característica sempre apontada por aqueles que com ele puderam conviver. Como descrito por um antigo embaixador da Iugoslávia em Washington, e crítico ferrenho de Milosevic, Zivorad Kovacevic (2002):

O que é mais impressionante é sua completa falta de sensibilidade pelo sofrimento humano(...) O tópico pode ser o assassinato de crianças, ou a dor e sofrimento das vítimas, mas ele fala com a frieza e convicção de um promotor de justiça.

A estratégia de defesa de Milosevic claramente passava por construir a imagem do herói solitário, que se interpunha às tentativas de ataques ao povo sérvio. Não obstante suas vitórias e argumentações iniciais, à medida que as evidências e testemunhos de suas atrocidades foram sendo expostas, sobretudo com depoimentos de seus antigos comandados e executores, sua verve foi cedendo, e mesmo sua saúde começou a esvaír-se.

Mais de dois anos e meio após a queda de Milosevic, o então primeiro-ministro da Sérvia, Zoran Djindjic foi assassinado em 12 de março. O estado de emergência decretado, bem como as sanções e represálias governamentais impostas às atividades de inteligência e paramilitares expôs atividades e organizações que não só estiveram intimamente ligadas aos atos cometidos por Milosevic, enquanto governante, como ainda lhe davam suporte logístico e operacional ao longo dos julgamentos em Haia. Como declarou Marko Nicovic, um antigo chefe de polícia em Belgrado citado por Sell (2002), “em nenhum outro lugar do mundo existe tamanha simbiose entre criminosos, serviços de segurança, e as instituições de Governo, como aqui na Iugoslávia”.

O assassinato de Djindjic descortinou a persistência e continuidade da influência de Milosevic na Sérvia, mesmo enquanto preso e em julgamento, em Haia.

O polêmico julgamento encerrou-se sem que se tivesse a oportunidade de se chegar a um veredicto final, dado o súbito falecimento de Milosevic. Embora sofresse de pressão alta e insuficiência cardíaca, a corte negou-lhe a solicitação de tratamento especializado em clínica cardiológica de Moscou, como por ele solicitado. Dias depois, em 12 de março de 2006, Milosevic fora encontrado morto em sua cela, após ataque cardíaco.

De acordo com Scharf & Schabas (2002):

Uma das premissas subjacentes ao Tribunal instituído na Iugoslávia é a crença de que a responsabilização pelos crimes de guerra e outras atrocidades é essencial à paz e à reconciliação. Feridas não cicatrizadas, datando da Segunda Grande Guerra, ou mesmo anteriores, são citadas como estando entre as causas dos conflitos. Apenas a partir do momento em que os crimes são endereçados, e apenas a partir do momento em que a justiça parece ser feita e restabelecida, é que as sociedades podem avançar.

6.6.2 Bibliografia Complementar

- Ahmed, A. S. (1997) *Ethnic Cleansing: A Metaphor for Our Time*, In *The Conceit of Innocence: Losing the Conscience of the West in the War against Bosnia*, ed. Stjepan G. Mestovic, College Station, Texas A&M University Press.
- Ali, R., Lifschultz, L. (1993) *Why Bosnia? Writings on the Balkan War*, Pamphleteer's Press.
- Almond, M. (1994) *Europe's Backyard War: The War in the Balkans*, London, Mandarin.
- Anzulovic, B. (1999) *Heavenly Serbia: From Myth to Genocide*. New York and London: New York University Press.
- Banac, I. (1984) *The National Question of Yugoslavia: Origins, History, Politics*, Cornell University Press, Ithaca.
- Bass, G. J. (2000) *Stay the Hand of Vengeance: The Politics of War Crimes Tribunals*, Princeton University Press.
- Bassiouni, M. C., Manikas, P. (1996) *The Law of the International Criminal Tribunal for the former Yugoslavia*, Irvington-on-Hudson, N.Y., Transnational.
- Bildt, C. (1998) *Peace Journey: The Struggle for Peace in Bosnia*, Weinfield, London, Orion
- Bokovoy, M. K., Irvine, J. A., Lilly, C. S. (1997) *State-Society Relations in Yugoslavia, 1945-1992*, New York, St. Martin's Press.
- Boyle, F. A. (1996) *The Bosnian People Charge Genocide*, Northampton, Mass., Aletheia.
- Burg, S., Shoup, P. (1998) *The War in Bosnia-Herzegovina: Ethnic Conflict and International Intervention*, London, M.E. Sharpe.
- Campbell, D. (1998) *National Deconstruction: Violence, Identity and Justice in Bosnia*, Minneapolis, University of Minnesota Press.
- Carment, D., Harvey, F. (2000) *Using Force to Prevent Ethnic Violence An Evaluation of Theory and Evidence*, Praeger Publishers. Westport, Conn.
- Carmo, A. (2001) *Antropologia das Religiões*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Ceh, N., Harder, J. (1996) *The Golden Apple: Wars and Democracy in Croatia and Bosnia*, Boulder, Colo., Eastern European Monographs.
- Cekic, S. (1995) *The Aggression on Bosnia and Genocide against Bosniacs, 1991-1993*, Sarajevo, Institute for the Research of Crimes Against Humanity and International Law.

- Chayes, A., Chayes, A. H. (1996) *After the End*, In *The World and Yugoslavia's Wars*, ed. Richard H. Ullman, New York, Council of Foreign Relations.
- Christopher, W. (1998) *The Stream of History: Shaping Foreign Policy for a New Era*, Stanford, California, Stanford University Press.
- Cigar, N. (1995) *Genocide in Bosnia: The Policy of Ethnic Cleansing*, College Station, Texas A&M University Press.
- Clark, R. S., Sann, M. (1996) *The Prosecution of International War Crimes*, New Brunswick, N.J., Transaction.
- Cohen, L. (1995) *Broken Bonds: Yugoslavia's Desintegration and Balkan Politics in Transition*, Boulder, Colo., Westview Press.
- _____, (2000) *Serpent in the Bosom: The Rise and Fall of Slobodan Milosevic*, Boulder, Colo., Westview Press.
- Cohen, R. (1998) *Hearts Grown Brutal: Sagas of Sarajevo*, New York, Random House.
- Collin, M. (2001) *This Is Serbia Calling: Rock 'N' Roll Radio and Belgrade's Underground Resistance*, London, Serpent's Tail.
- Cviic, C. (1991) *Remaking the Balkans*, Pinter, London.
- Daalder, I. H. (2000) *Getting to Dayton: The Making of America's Bosnia Policy*, Washington, D. C., Brookings Institution Press.
- _____, O'Hanlon, M. E. (2000) *Winning Ugly: NATO's War to Save Kosovo*, Washington, D. C., Brookings Institution Press.
- Danopoulos, C. P., Messas, K. G. (1997) *Crisis in the Balkans: Views from the Participants*, Boulder, Colo., Westview Press.
- Debeljak, A. (1994) *Twilight of the Idols: Recollections of a Lost Yugoslavia*, Fredonia, N.Y., White Pine Press.
- Denitch, B. (1996) *Ethnic Nationalism: The Tragic Death of Yugoslavia*, 3rd. ed., Minneapolis, University of Minnesota Press.
- Dinkic, M. (1999) *Final Account: Economic Consequences of NATO Bombing: Estimate of the Damage and Finances Required for the Economic Reconstruction of Yugoslavia*, Belgrade, Stubovi Kulture.
- Djilas, A. (1991) *The Contested Country: Yugoslav Unity and Communist Revolution, 1919-1953*, Harvard University Press, Cambridge, M.A.
- Djukic, S. (1997) *He, She, and We: A Political Portrait of Slobodan Milosevic and His Wife*, trans. FBIS, Belgrade, Radio B-92.

- Doder, D., Branson, L. (1999) *Milosevic: Portrait of a Tyrant*, New York, Free Press.
- Donia, R., Fine, J. (1994) *Bosnia-Herzegovina: A Tradition Betrayed*, London, Columbia University Press.
- Dragnitch, A. (1992) *Serbs and Croats: The Struggle in Yugoslavia*, New York, Harcourt Brace.
- Dyker, D. (1990) *Yugoslavia: Socialism, Development and Debt*, Routledge, London.
- Elias, J. J. (2000) *Islamismo*, Lisboa, Edições 70.
- Emmert, T. A. (1991) *The Battle of Kosovo: Early Reports of Victory and Defeat*, In *Kosovo: Legacy of a Medieval Battle*, ed. Wayne S. Vucinich & Thomas A. Emmert, Minneapolis, University of Minnesota Press.
- Friedman, F. (1996) *The Bosnian Muslims: Denial of a Nation*, Boulder, Colo., Westview Press.
- Gagnon, Jr., V. P. (1995) *Historical Roots of the Yugoslav Conflict*, In *International Organization and Ethnic Conflict*, ed. Milton J. Esman & Shelby Telhami, New York, Cornell University Press.
- Gallagher, T. (2003) *The Balkans after the Cold War : from tyranny to tragedy*, London : Routledge.
- Glenny, M. (1992) *The Fall of Yugoslavia: The Third Balkan War*, London, Viking Penguin.
- Gompert, D. C. (1996) *The United States and Yugoslavia's Wars*, In *The World and Yugoslavia's Wars*, ed. Richard H. Ullmann, New York, Council on Foreign Relations Press.
- Gordy, E. D. (1999) *The Culture of Power in Serbia: The Destruction of Alternatives*, University Park: Pennsylvania State University Press.
- Gow, J. (1991) *Legitimacy and the Military: The Yugoslav Crisis*, Pinter, London.
- Grmek, M., Gjidara, M., Simac, N. (1993) *Le Nettoyage Ethnique, Documents Historiques sur une Idéologie Serbe*, Fayard, Paris.
- Gutman, R. (1993) *A Witness to Genocide*, Element Books, London.
- Hamzaj, B. (2000) *A Narrative about War and Freedom: Dialogue with the Commander Ramush Haradinaj*, Pristina, Zeri.
- Helsinki Watch (1992) *Yugoslavia: Human Rights Abuses in Kosovo, 1990-1992*, New York, October.

- _____, and International Helsinki Federation (1990), *Yugoslavia: Crisis in Kosovo*, New York, March.
- Hosmer, S. T. (1998) *The Conflict over Kosovo: Why Milosevic Decided to Settle When He Did*, C. Hurst.
- International Crisis Group, (1998) *Kosovo Spring: The International Crisis Group Guide to Kosovo*, Brussels.
- _____, (2000) *Reality Demands: Documenting Violations of International Humanitarian Law in Kosovo 1999*, Brussels.
- Jelavich, B. (1983) *History of Balkans*, Cambridge, England, Cambridge University Press.
- Jones, A. (1963) *Genocide, war crimes, and the West : ending the culture of impunity*. New York, Palgrave.
- Judah, T. (1997) *The Serbs: History, Myth and Destruction of Yugoslavia*, New Haven, Yale University Press.
- _____, (2000) *Kosovo: War and Revenge*, New Haven, Conn., Yale University Press.
- Kandic, N. (1997) *Human Rights Violations in the Territory of Former Yugoslavia, 1991-1995*, Belgrade, Humanitarian Law Center.
- Koff, C. (2004) *The bone woman : a forensic anthropologist's search for truth in the mass graves of Rwanda, Bosnia, Croatia, and Kosovo*, New York : Random House.
- Koljevic, S. (1991) *The Battle of Kosovo in Its Epic Mosaic*, In *Legacy of a Medieval Battle*, ed. by Wayne S. Vucinich & Thomas A. Emmert, Minneapolis, University of Minnesota Press.
- Lampe, J. (1996) *Yugoslavia as History: Twice There Was a Country*, Cambridge, England, Cambridge University Press.
- Lazic, M. (1999) *Protest in Belgrade*, Budapest, Central European Press.
- Lescure, K., Trintignac, F. (1996) *International Justice for Former Yugoslavia: The Workings of the International Criminal Tribunal*, The Hague, Kluwer Law International.
- MacDonald, D. B. (2002) *Balkan holocausts? : Serbian and Croatian victim-centred propaganda and the war in Yugoslavia*, New York: Manchester University Press ; New York, Palgrave.
- Magas, B. (1993) *The Destruction of Yugoslavia: Tracking the Breakup, 1980-92*, London, New Left Books.
- Malcolm, N. (1994) *Bosnia: A Short History*, New York, New York University Press.

- Maliqi, S. (1998) *Kosovo: Separate Worlds, Reflections , and Analyses, 1989-1998*, Pristina, Dukagjini.
- Mazowiecki, T. (1993) *The Situation of Human Rights of the Former Yugoslavia* (A/48/92/s/25341), New York, United Nations, February 26.
- Meier, V. (1999) *Yugoslavia: A History of Its Demise*, New York, Routledge.
- Mertus, J. A. (1999) *Kosovo: How Myths and Truths Started a War*, Los Angeles, University of California Press.
- Metrovic, S. (1996) *Genocide after Emotion The Postemotional Balkan War*, Routledge.
- Michas, T. (2001) *Unholy Alliance: Greece and Milosevic's Serbia in the Nineties*, Texas A&M University Press: Eastern European Studies, College Station, Texas.
- Mousavizadeh, N. (1995) *The Black Book of Bosnia: The Consequences of Appeasement*, New York, Perseus Books.
- Muller, S. et al. (1994) *Ethnic Cleansing Operations in Northeast Bosnian City of Zvornik from April through June 1992*, Vienna, Ludvig Boltzmann Institute of Human Rights.
- Naimark, N. M. (2001) *Fires of Hatred: Ethnic Cleansing in Twentieth-Century Europe*, Cambridge and London: Harvard University Press.
- O'Ballance, E. (1995) *Civil War in Bosnia, 1992-94*, London, St. Martin's Press.
- Owen, D. (1995) *Balkan Odyssey*, New York, Harcourt Brace.
- Pavkovic, A. (1997) *The Fragmentation of Yugoslavia: Nationalism in a Multi-National State*, London, Macmillan.
- Pavlowitch, S. (1989) *The Improbable Survivor: Yugoslavia and its Problems, 1918-1988*, London, C. Hurst.
- Pesic, V. (1996) *Serbian Nationalism and the Origins of the Yugoslav Crisis*, Washington, D.C., United States Institute of Peace.
- Petrovic, D. (1994) *Ethnic Cleansing - An Attempt at Methodology*, European Journal of International Law www.ejil.org Vol. 5, N^o 3.
- Pipa, A., Repishti, S. (1984) *Studies on Kosovo*, New York, Columbia University Press.
- Plestina, D. (1992) *Regional Development In Communist Yugoslavia: Success, Failure, and Consequences*, Boulder, Colo., Westview Press.
- Poulton, H. (1993) *The Balkans: Minorities and States in Conflict*, London, Minority Rights Publications.

- Power, S. (1993) *Breakdown in the Balkans: A Chronicle of Events January 1989 to May 1993*, Washington D. C.
- Ramet, S. P. (1996) *Balkan Babel: The Desintegration of Yugoslavia from the Death of Tito to Ethnic War*, Boulder, Colo., Westview Press.
- Rezun, M. (1995) *Europe and War in the Balkans: Towards a New Yugoslav Identity*, Westport, Conn., Praeger.
- Rogel, C. (1998) *The Breakup of Yugoslavia and the War in Bosnia*, Westport, Conn., Praeger.
- Ron, J. (2003) *Frontiers and ghettos : state violence in Serbia and Israel*, Berkeley : University of California Press.
- Rose, M. (1998) *Fighting for Peace: Bosnia 1994*, London, Harvill Press.
- Rugova, I. (1994) *La Question du Kosovo*, Paris, Fayard.
- Sadkovich, J. J. (1998) *The U.S. Media and Yugoslavia, 1991-1995*, Praeger Publishers. Westport, Conn.
- Scharf, M. P. (1997) *Balkan Justice: The Story behind the First International War Crimes Tribunal since Nuremberg*, Durham, N.C., Carolina Academic Press.
- Schuon, F. (2006) *Para Compreender o Islā*, Rio de Janeiro, Saber.
- Sekelj, L. (1993) *Yugoslavia: The Process of Desintegration*, New York, Columbia University Press.
- Silber, L., Little, A. (1997) *Yugoslavia: Death of a Nation*, New York, Penguin Books.
- Stojanovic, S. (1997) *The Fall of Yugoslavia*, New York, Prometheus Books.
- Stewart, C. B. (1994) *Broken Lives: A Personal View of the Bosnian Conflict*, New York, HarperCollins.
- Tanner, M. (1997) *Croatia: A Nation Forged in War*, New Haven, Yale University Press.
- Thomas, R. G. C. (2003) *Yugoslavia unraveled : sovereignty, self-determination, intervention*, Lanham, Md. : Lexington Books.
- Thompson, M. (1994) *Forging War: The Media in Serbia, Croatia and Bosnia-Herzegovina*, The Bath Press, Avon.
- Tomasevich, J. (1975) *War and Revolution in Yugoslavia: The Chetniks*, Stanford University Press.
- Troebst, S. (1998) *Conflict in Kosovo: Failure of Prevention*, Flensburg, Germany, European Center for Minority Issues.

- Udovoicki, J., Ridgeway, J. (1995) *Yugoslavia's Ethnic Nightmare: The Inside Story of Europe's Unfolding Ordeal*, Chicago, Chicago Review Press.
- Vukmanovic-Tempo, S. (1990) *The Struggle for the Balkans*, London, Merlin Press.
- Vulliamy, E. (1994) *Seasons in Hell: Understanding Bosnia's War*, New York, St. Martin's Press.
- Wachtel, A. B. (1998) *Making a Nation, Breaking a Nation: Literature and Cultural Politics in Yugoslavia*, Stanford, California, Stanford University Press.
- Williams, P., Scharf, M. P., Orentlicher, D. (1998) *Making Justice Work*, New York, Century Foundation.
- Woodward, S. (1996) *Balkan Tragedy: Chaos and Dissolution after the Cold War*, Washington D. C., Brookings Institution Press.
- Wynaendts, H. (1993) *L'engrenage: Chroniques Yougoslaves*, Juillet 1991 – Aout 1992, Paris, Denoel.
- Zametica, J. (1992) *The Yugoslav Conflict*, Brassey's, Adelphi Paper, n. 270.

6.6.3 Filmografia/ Websites e Memoriais

Relatórios e Pesquisas

Srebrenica Report 1999 (PDF file): "Report of the Secretary-General pursuant to General Assembly resolution 53/35: the fall of Srebrenica" A/54/549 presented 15 November 1999. Written in accordance with resolution 53/35 approved by the General Assembly on November 30, 1998, Secretary-General **Kofi Annan's** report says the UN Security Council should have approved "more decisive and forceful action to prevent the unfolding horror" in Bosnia and that "safe areas" should never be established again without credible means of defence." The report refers to an "attempted genocide" in Bosnia. Since the conviction of perpetrators for genocide at the Hague in August 2001, the Srebrenica crime has become widely recognized as genocide.

Srebrenica, a 'safe' area - reconstruction, background, consequences and analyses of the fall of a safe area - April 15, 2002. Read the Summary, Conclusion and Epilogue from the Report that caused the entire Dutch Government to resign.

Burning the Evidence in Kosovo - 25 Jan 2001 During the war in Kosovo in 1999, war-crimes investigators suspected that Serbian forces were hiding evidence of atrocities by removing bodies of murdered Albanians from graves and execution sites. This is the story of a secret and grisly operation by Serbian security forces to destroy evidence of possible war crimes in an industrial furnace in northern Kosovo.
<http://www.americanradioworks.org>.

Celebração

Annual Remembrance: This year is the **10th anniversary** of the **Srebrenica Massacre** in Bosnia (July 11-16, 1995). See www.srebrenica2005.com

Conference: "**Genocide Against Bosniaks in the U.N. Safe Area Srebrenica, July 1995**" Location: Sarajevo and Srebrenica, Bosnia-Herzegovina Date: July 10-14, 2005 Sponsor: Institut za istraživanje zlocina protiv čovječnosti i međunarodnog prava Univerziteta u Sarajevu (Institute for Research of Crimes against Humanity and International Law of Sarajevo University) est. 1992. www.inzl.unsa.ba

May 27 - Five years ago on May 27, 1999, **Yugoslav President Slobadan Milosevic was indicted** by International Criminal Tribunal for the former Yugoslavia (ICTY) at the Hague. In the midst Serbia's enormous [mass expulsion of Albanians Kosovars from Kosovo](#) and the NATO Bombing campaign, the ICTY announced war crimes indictments against President Milosevic and four other top Serb officials. **Milosevic was the first Head of State indicted by an international court.**

July 11-16 Srebrenica Massacre in Bosnia (July 11-16, 1995). Established as a "[safe area](#)" in the Spring of 1993, Srebrenica became the site of Europe's worst massacre since World War Two in which some 8,000 Muslim men and boys were killed. In July 2003 the Bosnian Serb government announced Tuesday it would donate one million euros to the foundation maintaining the *Potocari/Srebrenica Memorial and Cemetery* for the victims of the Srebrenica massacre. The cemetery opened on September 20, 2003 with the burial of 107 victims alongside 882 already laid to rest at the cemetery.

Filmes

[Welcome to Sarajevo](#) (1997, 102 min.) Michael Winterbottom Based on "Natasha's Story," the 1993 memoir of ITN correspondent Michael Nicholson. Director Michael Winterbottom has fashioned a remarkable film by taking the events in Nicholson's book and interweaving them with actual footage of the siege of Sarajevo. And he's couldn't have assembled a better cast; Stephen Dillaine and Woody Harrelson give the performances of their careers (thus far) as Henderson and Flynn, and they're ably supported by Kerry Fox, Marisa Tomei, Emira Nusevic, and a charismatic, pre-ER Goran Visnjic

[Behind Enemy Lines](#) 106 min. John Moore " Set in war-torn Bosnia, the film portrays a mass grave where victims of genocide lie decomposing in the mud. Violence ranges from deafening mine and tank explosions to point-blank shootings and spattering blood. A near-catatonic child sits amid the destruction in one scene. Owen Wilson plays Lt. Burnett, a cocky but amiable naval aviator flying reconnaissance missions over Bosnia. He and his pilot photograph something sinister and are shot down. Stranded, Burnett is hunted and marked for death by Serbs in the middle of a supposed cease-fire. Back on the aircraft carrier, the admiral (Gene Hackman) who once thought Burnett was a hotdog tries to mount a mission to save him, but NATO wants the United States to back off. The film derides NATO's good intentions but does better with the metaphor of a lone American caught between factions in a foreign war." Jane Horwitz Wash. Post, 30 Nov 2001

Websites

[Bosfam](#) (**Bosanska familija - Bosnian Family**) is a Bosnian non-governmental organization that was started in 1994 by a group of women displaced from Eastern Bosnia. Directed by Munira Beba Hadzic, Bosfam assists displaced women and returnees to generate income through carpet weaving and knitting, and through the ongoing provision of informal psycho-social help. Recently, Bosfam has begun to lay the groundwork for return to Srebrenica. Working under the conviction that women of all ethnicities were traumatized by the war, Bosfam works for reconciliation by helping all disadvantaged women of Srebrenica. www.bosfam.ba

[Udruzenje Gradjana "Zene Srebrenice"](#) Tuzla, Bosnia- Citizens Association of Women of Srebrenica www.srebrenica.org

[The Appeal of Conscience Foundation](#) (est. 1965) is an interfaith coalition of business and religious leaders promoting religious freedom, human rights, peace, tolerance and ethnic conflict resolution throughout the world. Founder and President Rabbi Arthur Schneier (b. 1930) is a Holocaust survivor, Rabbi Schneier who survived the Nazi occupation of Budapest before arriving in the United States in 1947. In the November 1992 "Berne Declaration: Appeal for Peace in Bosnia and Herzegovina" Rabbi Schneier and others asserted that "a crime committed in the name of religion is the greatest crime against religion." www.appealofconscience.org

[Friends of Bosnia](#) (Est. 1995, Boston, MA, USA) Friends of Bosnia provides reconstruction and humanitarian aid to the Balkans and educates the American public about the wars, reconstruction, reconciliation, and peace. www.friendsofbosnia.org

[Instituta za istrazivanje zlocina protiv covjecnosti i medjunarodnog prava](#) (Institute for Research of Crimes Against Humanity and International Law) Sarajevo

[Imperial War Museum](#) (London) Offers two permanent exhibitions concerning genocide: "**The Holocaust Exhibition**" (opened 2000) and "**Crimes against humanity: an exploration of genocide and ethnic violence**" examines the common features of genocides and instances of ethnic violence over the last one hundred years, including Nazi Germany, Bosnia, Cambodia, Armenia and Rwanda. www.iwm.org.uk

[Women for Women International](#) (Wash.D.C., USA) Projects include work with genocide survivors in Bosnia and Rwanda www.womenforwomen.org

[International War Crimes Project](#) Est. 1996 Boston, MA at the New England School of Law. "During the past five years, the Center has provided more than 70 legal memoranda and hundreds of thousands of pages of supporting research" to the International Criminal

Tribunals for the former Yugoslavia and for Rwanda (now available online). www.nesl.edu/center/WAR_CRIMES.htm

Humanitarian Law Center (est. 1992, Belgrade) www.hlc.org.yu

6.6.4 Mapeamento de Similaridades e Antagonismos

CARACTERÍSTICAS	ALGOZES (Sérvios)	VÍTIMAS (Bósnios)
Populacionais	<ul style="list-style-type: none"> Se se considerar o censo oficial de 1971, a população sérvia representava a importante maioria da população iugoslava, perfazendo 41% de seus 20,5 milhões de habitantes, ou seja, 8,4 milhões de habitantes. 	<ul style="list-style-type: none"> A partir dos mesmos dados do censo de 1971, a população bósnia representava 3,7 milhões de habitantes, ou seja, 18% da população iugoslava.
Comportamentais	<p>Presumidamente, as grandes diferenças comportamentais advinham não da origem étnica, não obstante as importantes diferenças religiosas, sobretudo, mas da distinção entre as comunidades urbanas e rurais. Os moradores das cidades eram mais sofisticados e mais bem educados. A população das cidades era cosmopolita, com grande dispersão e representatividade de etnias, onde os casamentos entre os diferentes grupos tornava a miscigenação ainda mais relevante. Aproximadamente 42% da população Bósnia-Herzegovina vivia em cidades.</p>	
Étnicas	<ul style="list-style-type: none"> Os sérvios são um povo eslavo, oriundo da Galícia, que a partir de 29 a.C. começou a ocupar o território da então província romana da Mésia. 	<ul style="list-style-type: none"> De idêntica origem étnica do que os sérvios, os bósnios tiveram uma evolução histórica que lhes trouxe importantes diferenças e especificidades; A partir do século VII várias partes da região que hoje corresponde à Bósnia-Herzegovina foram tomadas pelos sérvios, croatas, húngaros, venezianos e bizantinos. No século XII o reino da Hungria passou a governar a região. Anos depois, a região foi invadida pelo Império Otomano, tornando-se uma província turca; Durante os séculos XVI e XVII a Bósnia foi um ponto estratégico nos constantes conflitos entre Habsburgos e Veneza. Durante esse período, a maior parte da população converteu-se ao Islamismo; Em 1908 a Bósnia-Herzegovina foi anexada ao Império Austro-Húngaro.
Geográficas	<ul style="list-style-type: none"> Situada nos Bálcãs e na Pananóia (Europa Central), faz fronteira com Albânia, Montenegro, Bósnia, Herzegovina, Bulgária, Croácia, Hungria, Macedônia e Romênia. Embora não tenha saída direta ao mar, o rio Danúbio proporciona-lhe acesso de barco à Europa Central, bem como ao Mar Negro; Seu território abrange os férteis e planos campos da Vojvodina, regiões calcárias a leste, e montanhas e colinas a sudeste. Ao norte, corre o Danúbio; Seu clima varia entre o continental do norte, com invernos frios e verões quentes e úmidos, com padrões de precipitação bem definidos, e um clima adriático ao sul, com verões e outonos quentes e secos, bem como invernos frios, com fortes nevascas. 	

Tabela 13a – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio da Bósnia-Herzegovina – (sérvios X bósnios) preparado pelo autor.

CARACTERÍSTICAS	ALGOZES & VÍTIMAS
Econômico-Funcionais	<ul style="list-style-type: none"> • Como em outros estados comunistas europeus, a maior fragilidade da Iugoslávia herdada de Tito estava na economia. Um padrão de vida declinante, falta de bens de consumo e de primeira necessidade fizeram parte da triste realidade do país, nos difíceis anos 80; • Nos anos 60 e início dos 70, mais de um milhão de iugoslavos imigraram a países estrangeiros, sobretudo à Alemanha Oriental, buscando melhores condições e oportunidades de trabalho e sustento. As divisas por eles enviadas às famílias que permaneceram na Iugoslávia foram rapidamente compensadas pelo Choque do Petróleo de 1973; • Com sua recente dependência de suporte financeiro do oeste, amalgamada a partir do jogo político de apoio e interesses desenvolvido por Tito durante a Guerra Fria, apoiou-se em grande endividamento junto ao FMI, elevando sua dívida externa de US\$ 3,5 Bi em 1973 para US\$ 20,5 Bi em 1981; • Fragilizada e exposta ao Segundo Choque do Petróleo, em 1979, bem como refém de políticas públicas mal conduzidas, viu o padrão de vida da população declinar de 40% entre 1982 e 1989, bem como a inflação subir mais de 2,000%; • Sem indústria de base, sem empregos, sem mão-de-obra especializada, sem um setor de serviços pujante, ou mesmo uma agricultura competitiva, a Iugoslávia apresentava-se ao mundo como uma economia frágil, dependente, e sem qualquer vantagem comparativa; • De origem humilde e camponesa, os sérvios tiveram sua natural rota às cidades por meio de aparato do Partido Comunista e, principalmente, a partir de força de polícia. Sem o preparo educacional que lhes permitisse assumir funções outras que não as de segurança, o nepotismo promovido em seus quadros e gestão permitiu aos sérvios dominar as forças policiais a mais de 70%, não obstante o território e sua eventual minoria étnica (como no caso da Croácia, onde representavam apenas 12% da população); • A Bósnia-Herzegovina estava entre as mais pobres das repúblicas da antiga Iugoslávia. A agricultura esteve quase sempre em mãos privadas, mas as quintas eram pequenas e ineficientes, sendo que os bens alimentares constituíam-se entre as importações, não obstante sua contribuição com 19% do PIB. No modelo econômico planejado de Tito, coube à Bósnia-Herzegovina albergar uma grande porção da indústria bélica iugoslava, uma indústria ineficiente e com grandes excedentes de trabalhadores.
Políticas	<ul style="list-style-type: none"> • Com a morte de Tito, em 1980, Stambolic foi promovido a Primeiro Ministro, mantendo portanto o poder no partido comunista, a Liga dos Comunistas; • Como protegido de Stambolic, Slobodan Milosevic foi rapidamente alçado a postos de destaque e comando, chegando a presidente da Liga dos Comunistas em 1986, sucedendo seu mentor Stambolic, que assumia a presidência da Iugoslávia; • A exemplo de Stalin, Milosevic fora o burocrata que soube utilizar a força do partido e máquina de governo a seu favor, criando uma poderosa rede de informações e centralizando o poder. Suas proposituras ultranacionalistas tinham menos cunho ideológico, e muito mais político controlador. Assim, gradativamente isolou e afastou moderados e opositores, chegando a um estado totalitário e absoluto.

Tabela 13a – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio da Bósnia-Herzegovina – (sérvios X bósnios) preparado pelo autor (continuação).

CARACTERÍSTICAS	ALGOZES (Sérvios)	VÍTIMAS (Bósnios)
Religiosas	<ul style="list-style-type: none"> • Cristãos ortodoxos (bizantinos), com sua própria igreja nacional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Islão – religião monoteísta que surgiu na Península Arábica, no século VII, baseadas nos ensinamentos religiosos do profeta Maomé (<i>Muhammad</i>), e na escritura sagrada, o Alcorão; • O Islão tem os cinco seguintes pilares essenciais, como deveres básicos de cada muçulmano: (i) A recitação e aceitação do credo (<i>Chahada</i> ou <i>Shahada</i>); (ii) Orar cinco vezes ao longo do dia (<i>Salá</i>, <i>Salat</i>, ou <i>Salah</i>); (iii) Pagar esmola (<i>Zakat</i>, ou <i>Zakah</i>); (iv) Observar o jejum no Ramadão (<i>Saum</i>, ou <i>Siyam</i>); e (v) Fazer a peregrinação a Meca (<i>Haj</i>), caso tenha condições físicas e financeiras.
Culturais	<ul style="list-style-type: none"> • As fronteiras entre grandes impérios deixaram marcas profundas e diversas. Assim, apresentou-se sempre como a divisão entre o Ocidente e o Oriente, seja durante o Império Romano, o Império Otomano, ou ainda o Império Austro-Húngaro. Como resultado, o norte assemelha-se à Europa Central, enquanto o sul é mais oriental; • Adotaram originalmente o alfabeto cirílico, mas se valem igualmente do alfabeto latino; • Têm forte influência otomana, posto sob eles terem estado formalmente controlados entre 1459 e 1804. 	<ul style="list-style-type: none"> • Bósnios-herzegovinos têm, na alimentação, a clara influência turca e do leste europeu; • Têm uma tradição patriarcal, onde se espera que as mulheres sejam subservientes aos homens; • Durante os anos do Governo Tito, todo e qualquer artista que glorificasse o Estado obtinha recursos e incentivos. Os demais eram perseguidos; • Bósnios-herzegovinos valem-se do alfabeto latino, muito embora a língua falada seja absolutamente idêntica à dos sérvios.

Tabela 13a – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio da Bósnia-Herzegovina – (sérvios X bósnios) preparado pelo autor (continuação)

CARACTERÍSTICAS	ALGOZES (Sérvios)	VÍTIMAS (Albanianos)
Populacionais	<ul style="list-style-type: none"> Se se considerar o censo oficial de 1971, a população sérvia representava a importante maioria da população iugoslava, perfazendo 41% de seus 20,5 milhões de habitantes, ou seja, 8,4 milhões de habitantes. 	<ul style="list-style-type: none"> A partir dos mesmos dados do censo de 1971, a população albaniana representava 1,3 milhões de habitantes, ou seja, 6% da população iugoslava.
Comportamentais	Presumidamente, as grandes diferenças comportamentais advinham não da origem étnica, não obstante as importantes diferenças religiosas, sobretudo, mas da distinção entre as comunidades urbanas e rurais. Os moradores das cidades eram mais sofisticados e mais bem educados. A população das cidades era cosmopolita, com grande dispersão e representatividade de etnias, onde os casamentos entre os diferentes grupos tornava a miscigenação ainda mais relevante. Aproximadamente 42% da população Bósnia-Herzegovina vivia em cidades.	
Étnicas	<ul style="list-style-type: none"> Os sérvios são um povo eslavo, oriundo da Galícia, que a partir de 29 a.C. começou a ocupar o território da então província romana da Mésia. 	<ul style="list-style-type: none"> A Albânia foi o local de diversas colônias gregas, e mais tarde fez parte da província romana da Ilíria. Após sucessivas invasões, foi absorvida pelo Império Otomano em 1478.
Geográficas	<ul style="list-style-type: none"> Situada nos Bálcãs e na Pananóia (Europa Central), faz fronteira com Albânia, Montenegro, Bósnia, Herzegovina, Bulgária, Croácia, Hungria, Macedônia e Romênia. Embora não tenha saída direta ao mar, o rio Danúbio proporciona-lhe acesso de barco à Europa Central, bem como ao Mar Negro; Seu território abrange os férteis e planos campos da Vojvodina, regiões calcáreas a leste, e montanhas e colinas a sudeste. Ao norte, corre o Danúbio; Seu clima varia entre o continental do norte, com invernos frios e verões quentes e úmidos, com padrões de precipitação bem definidos, e um clima adriático ao sul, com verões e outonos quentes e secos, bem como invernos frios, com fortes nevascas. 	

Tabela 13b – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio da Bósnia-Herzegovina – (sérvios X albanianos) preparado pelo autor.

CARACTERÍSTICAS	ALGOZES & VÍTIMAS
Econômico-Funcionais	<ul style="list-style-type: none"> • Como em outros estados comunistas europeus, a maior fragilidade da Iugoslávia herdada de Tito estava na economia. Um padrão de vida declinante, falta de bens de consumo e de primeira necessidade fizeram parte da triste realidade do país, nos difíceis anos 80; • Nos anos 60 e início dos 70, mais de um milhão de iugoslavos imigraram a países estrangeiros, sobretudo à Alemanha Oriental, buscando melhores condições e oportunidades de trabalho e sustento. As divisas por eles enviadas às famílias que permaneceram na Iugoslávia foram rapidamente compensadas pelo Choque do Petróleo de 1973; • Com sua recente dependência de suporte financeiro do oeste, amalgamada a partir do jogo político de apoio e interesses desenvolvido por Tito durante a Guerra Fria, apoiou-se em grande endividamento junto ao FMI, elevando sua dívida externa de US\$ 3,5 Bi em 1973 para US\$ 20,5 Bi em 1981; • Fragilizada e exposta ao Segundo Choque do Petróleo, em 1979, bem como refém de políticas públicas mal conduzidas, viu o padrão de vida da população declinar de 40% entre 1982 e 1989, bem como a inflação subir mais de 2,000%; • Sem indústria de base, sem empregos, sem mão-de-obra especializada, sem um setor de serviços pujante, ou mesmo uma agricultura competitiva, a Iugoslávia apresentava-se ao mundo como uma economia frágil, dependente, e sem qualquer vantagem comparativa; • De origem humilde e camponesa, os sérvios tiveram sua natural rota às cidades por meio de aparato do Partido Comunista e, principalmente, a partir de força de polícia. Sem o preparo educacional que lhes permitisse assumir funções outras que não as de segurança, o nepotismo promovido em seus quadros e gestão permitiu aos sérvios dominar as forças policiais a mais de 70%, não obstante o território e sua eventual minoria étnica (como no caso da Croácia, onde representavam apenas 12% da população); • A Albânia era um dos países mais pobres da Europa, onde metade da população economicamente ativa ainda estava ligada às atividades agrícolas. 20% da população trabalhava no exterior. O país tinha grande dependência econômica e material da Itália e da Grécia, dadas inclusive suas ligações históricas com ambos os países.
Políticas	<ul style="list-style-type: none"> • Com a morte de Tito, em 1980, Stambolic foi promovido a Primeiro Ministro, mantendo portanto o poder no partido comunista, a Liga dos Comunistas; • Como protegido de Stambolic, Slobodan Milosevic foi rapidamente alçado a postos de destaque e comando, chegando a presidente da Liga dos Comunistas em 1986, sucedendo seu mentor Stambolic, que assumia a presidência da Iugoslávia; • A exemplo de Stalin, Milosevic fora o burocrata que soube utilizar a força do partido e máquina de governo em seu favor, criando uma poderosa rede de informações e centralizando o poder. Suas proposituras ultranacionalistas tinham menos cunho ideológico e muito mais político controlador. Assim, gradativamente isolou e afastou moderados e opositores, chegando a um estado totalitário e absoluto; • Após a primeira guerra balcânica, a Albânia declarou independência do Império Otomano (1912). Foi ocupada pela Itália durante a Segunda Grande Guerra. Com a saída dos italianos, a resistência stalinista liderada por Enver Hoxha tomou o poder. Até 1990, cinco anos após a morte de Hoxha, a Albânia foi um estado isolado, quer do ocidente, quer dos outros estados situados no outro lado da Guerra Fria, como a União Soviética e a China.

Tabela 13b – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio da Bósnia-Herzegovina – (sérvios X albanianos) preparado pelo autor – (continuação).

CARACTERÍSTICAS	ALGOZES (Sérvios)	VÍTIMAS (Albanianos)
Religiosas	<ul style="list-style-type: none"> • Cristãos ortodoxos (bizantinos), com sua própria igreja nacional. 	<ul style="list-style-type: none"> • 70% da população albanesa é muçulmana, mesmo sendo a religião proibida durante a era Comunista. A Igreja Ortodoxa conta com 20%, e a Católica Oriental com 10% da população.
Culturais	<ul style="list-style-type: none"> • As fronteiras entre grandes impérios deixaram marcas profundas e diversas. Assim, apresentou-se sempre como a divisão entre o Ocidente e o Oriente, seja durante o Império Romano, o Império Otomano, ou ainda o Império Austro-Húngaro. Como resultado, o norte assemelha-se à Europa Central, enquanto o sul é mais oriental; • Adotaram originalmente o alfabeto cirílico, mas se valem igualmente do alfabeto latino; • Têm forte influência otomana, posto sob eles terem estado formalmente controlados entre 1459 e 1804. 	<ul style="list-style-type: none"> • A língua oficial é o albanês, muito embora parte da população fale igualmente o grego.

Tabela 13b – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio da Bósnia-Herzegovina – (sérvios X albanianos) preparado pelo autor.

CARACTERÍSTICAS	ALGOZES (Sérvios)	VÍTIMAS (Cosovares)
Populacionais	<ul style="list-style-type: none"> Se se considerar o censo oficial de 1971, a população sérvia representava a importante maioria da população iugoslava, perfazendo 41% de seus 20,5 milhões de habitantes, ou seja, 8,4 milhões de habitantes. 	<ul style="list-style-type: none"> A partir dos mesmos dados do censo de 1971, a população do Cosovo representava 1,3 milhões de habitantes, ou seja, 6% da população iugoslava.
Comportamentais	<ul style="list-style-type: none"> Presumidamente, as grandes diferenças comportamentais advinham não da origem étnica, não obstante as importantes diferenças religiosas, sobretudo, mas da distinção entre as comunidades urbanas e rurais. Os moradores das cidades eram mais sofisticados e mais bem educados. A população das cidades era cosmopolita, com grande dispersão e representatividade de etnias, onde os casamentos entre os diferentes grupos tornava a miscigenação ainda mais relevante. 	
Étnicas	<ul style="list-style-type: none"> Os sérvios são um povo eslavo, oriundo da Galícia, que a partir de 29 a.C. começou a ocupar o território da então província romana da Mésia. 	<ul style="list-style-type: none"> São oriundos da região conhecida como Dardânia, na Antiguidade.
Geográficas	<ul style="list-style-type: none"> Situada nos Balcãs e na Pananóia (Europa Central), faz fronteira com Albânia, Montenegro, Bósnia, Herzegovina, Bulgária, Croácia, Hungria, Macedônia e Romênia. Embora não tenha saída direta ao mar, o rio Danúbio proporciona-lhe acesso de barco à Europa Central, bem como ao Mar Negro; Seu território abrange os férteis e planos campos da Vojvodina, regiões calcáreas a leste, e montanhas e colinas a sudeste. Ao norte, corre o Danúbio; Seu clima varia entre o continental do norte, com invernos frios e verões quentes e úmidos, com padrões de precipitação bem definidos, e um clima adriático ao sul, com verões e outonos quentes e secos, bem como invernos frios, com fortes nevascas. 	

Tabela 13c – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio da Bósnia-Herzegovina – (sérvios X cosovares) preparado pelo autor.

CARACTERÍSTICAS	ALGOZES & VÍTIMAS
Econômico-Funcionais	<ul style="list-style-type: none"> • Como em outros estados comunistas europeus, a maior fragilidade da Iugoslávia herdada de Tito estava na economia. Um padrão de vida declinante, falta de bens de consumo e de primeira necessidade fizeram parte da triste realidade do país, nos difíceis anos 80; • Nos anos 60 e início dos 70, mais de um milhão de iugoslavos imigraram a países estrangeiros, sobretudo à Alemanha Oriental, buscando melhores condições e oportunidades de trabalho e sustento. As divisas por eles enviadas às famílias que permaneceram na Iugoslávia foram rapidamente compensadas pelo Choque do Petróleo de 1973; • Com sua recente dependência de suporte financeiro do oeste, amalgamada a partir do jogo político de apoio e interesses desenvolvido por Tito durante a Guerra Fria, apoiou-se em grande endividamento junto ao FMI, elevando sua dívida externa de US\$ 3,5 Bi em 1973 para US\$ 20,5 Bi em 1981; • Fragilizada e exposta ao Segundo Choque do Petróleo, em 1979, bem como refém de políticas públicas mal conduzidas, viu o padrão de vida da população declinar de 40% entre 1982 e 1989, bem como a inflação subir mais de 2,000%; • Sem indústria de base, sem empregos, sem mão-de-obra especializada, sem um setor de serviços pujante, ou mesmo uma agricultura competitiva, a Iugoslávia apresentava-se ao mundo como uma economia frágil, dependente, e sem qualquer vantagem comparativa; • De origem humilde e camponesa, os sérvios tiveram sua natural rota às cidades por meio de aparato do Partido Comunista e, principalmente, a partir de força de polícia. Sem o preparo educacional que lhes permitisse assumir funções outras que não as de segurança, o nepotismo promovido em seus quadros e gestão permitiu aos sérvios dominar as forças policiais a mais de 70%, não obstante o território e sua eventual minoria étnica (como no caso da Croácia, onde representavam apenas 12% da população); • O Cosovo era a região mais pobre da extinta Iugoslávia.
Políticas	<ul style="list-style-type: none"> • Com a morte de Tito, em 1980, Stambolic foi promovido a Primeiro Ministro, mantendo portanto o poder no partido comunista, a Liga dos Comunistas; • Como protegido de Stambolic, Slobodan Milosevic foi rapidamente alçado a postos de destaque e comando, chegando a presidente da Liga dos Comunistas em 1986, sucedendo seu mentor Stambolic, que assumia a presidência da Iugoslávia; • A exemplo de Stalin, Milosevic fora o burocrata que soube utilizar a força do partido e máquina de governo em seu favor, criando uma poderosa rede de informações e centralizando o poder. Suas proposituras ultranacionalistas tinham menos cunho ideológico e muito mais político controlador. Assim, gradativamente isolou e afastou moderados e opositores, chegando a um estado totalitário e absoluto.

Tabela 13c – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio da Bósnia-Herzegovina – (sérvios X cosovares) preparado pelo autor – (continuação).

CARACTERÍSTICAS	ALGOZES (Sérvios)	VÍTIMAS (Cosovares)
Religiosas	<ul style="list-style-type: none"> • Cristãos ortodoxos (bizantinos), com sua própria igreja nacional. 	<ul style="list-style-type: none"> • 95% da população de Cosovo é muçulmana, sendo que a Igreja Ortodoxa conta com 1%, e a Católica com 4% da população.
Culturais	<ul style="list-style-type: none"> • As fronteiras entre grandes impérios deixaram marcas profundas e diversas. Assim, apresentou-se sempre como a divisão entre o Ocidente e o Oriente, seja durante o Império Romano, o Império Otomano, ou ainda o Império Austro-Húngaro. Como resultado, o norte assemelha-se à Europa Central, enquanto o sul é mais oriental; • Adotaram originalmente o alfabeto cirílico, mas se valem igualmente do alfabeto latino; • Têm forte influência otomana, posto sob eles terem estado formalmente controlados entre 1459 e 1804. 	<ul style="list-style-type: none"> • As línguas oficiais são o albanês, o sérvio, e o turco; • A população é composta, na sua esmagadora maioria, por albaneses (85%). Assim, os costumes, hábitos e tradições seguem aquelas já discutidas e avaliadas anteriormente.

Tabela 13c – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio da Bósnia-Herzegovina – (sérvios X cosovares) preparado pelo autor – (continuação).

CARACTERÍSTICAS	ALGOZES (Sérvios)	VÍTIMAS (Macedônios)
Populacionais	<ul style="list-style-type: none"> Se se considerar o censo oficial de 1971, a população sérvia representava a importante maioria da população iugoslava, perfazendo 41% de seus 20,5 milhões de habitantes, ou seja, 8,4 milhões de habitantes. 	<ul style="list-style-type: none"> A partir dos mesmos dados do censo de 1971, a população de macedônios representava 1,6 milhões de habitantes, ou seja, 8% da população iugoslava.
Comportamentais	<ul style="list-style-type: none"> Presumidamente, as grandes diferenças comportamentais advinham não da origem étnica, não obstante as importantes diferenças religiosas, sobretudo, mas da distinção entre as comunidades urbanas e rurais. Os moradores das cidades eram mais sofisticados e mais bem educados. A população das cidades era cosmopolita, com grande dispersão e representatividade de etnias, onde os casamentos entre os diferentes grupos tornava a miscigenação ainda mais relevante. 	
Étnicas	<ul style="list-style-type: none"> Os sérvios são um povo eslavo, oriundo da Galícia, que a partir de 29 a.C. começou a ocupar o território da então província romana da Mésia. 	<ul style="list-style-type: none"> Comungando a mesma raiz étnica dos demais grupos aqui estudados, os Macedônicos guardam, contudo, as seguintes especificidades históricas: (i) No século VI de nossa era a região foi ocupada pelos eslavos; (ii) No século VII pelos búlgaros; (iii) em 1014, pelo Império Bizantino; (iv) em 1035, pelo Império Otomano; (v) entre 1912-1913 teve seu território dividido entre gregos (região costeira) e sérvios (região central).
Geográficas	<ul style="list-style-type: none"> Situada nos Bálcãs e na Pananóia (Europa Central), faz fronteira com Albânia, Montenegro, Bósnia, Herzegovina, Bulgária, Croácia, Hungria, Macedônia e Romênia. Embora não tenha saída direta ao mar, o rio Danúbio proporciona-lhe acesso de barco à Europa Central, bem como ao Mar Negro; Seu território abrange os férteis e planos campos da Vojvodina, regiões calcáreas a leste, e montanhas e colinas a sudeste. Ao norte, corre o Danúbio; Seu clima varia entre o continental do norte, com invernos frios e verões quentes e úmidos, com padrões de precipitação bem definidos, e um clima adriático ao sul, com verões e outonos quentes e secos, bem como invernos frios, com fortes nevascas. 	

Tabela 13d – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio da Bósnia-Herzegovina – (sérvios X macedônios) preparado pelo autor.

CARACTERÍSTICAS	ALGOZES & VÍTIMAS
Econômico-Funcionais	<ul style="list-style-type: none"> • Como em outros estados comunistas europeus, a maior fragilidade da Iugoslávia herdada de Tito estava na economia. Um padrão de vida declinante, falta de bens de consumo e de primeira necessidade fizeram parte da triste realidade do país, nos difíceis anos 80; • Nos anos 60 e início dos 70, mais de um milhão de iugoslavos imigraram a países estrangeiros, sobretudo à Alemanha Oriental, buscando melhores condições e oportunidades de trabalho e sustento. As divisas por eles enviadas às famílias que permaneceram na Iugoslávia foram rapidamente compensadas pelo Choque do Petróleo de 1973; • Com sua recente dependência de suporte financeiro do oeste, amalgamada a partir do jogo político de apoio e interesses desenvolvido por Tito durante a Guerra Fria, apoiou-se em grande endividamento junto ao FMI, elevando sua dívida externa de US\$ 3,5 Bi em 1973 para US\$ 20,5 Bi em 1981; • Fragilizada e exposta ao Segundo Choque do Petróleo, em 1979, bem como refém de políticas públicas mal conduzidas, viu o padrão de vida da população declinar de 40% entre 1982 e 1989, bem como a inflação subir mais de 2,000%; • Sem indústria de base, sem empregos, sem mão-de-obra especializada, sem um setor de serviços pujante, ou mesmo uma agricultura competitiva, a Iugoslávia apresentava-se ao mundo como uma economia frágil, dependente, e sem qualquer vantagem comparativa; • De origem humilde e camponesa, os sérvios tiveram sua natural rota às cidades por meio de aparato do Partido Comunista e, principalmente, a partir de força de polícia. Sem o preparo educacional que lhes permitisse assumir funções outras que não as de segurança, o nepotismo promovido em seus quadros e gestão permitiu aos sérvios dominar as forças policiais a mais de 70%, não obstante o território e sua eventual minoria étnica (como no caso da Croácia, onde representavam apenas 12% da população); • A Macedônia tinha como grandes parceiros comerciais a Bósnia e a Grécia.
Políticas	<ul style="list-style-type: none"> • Com a morte de Tito, em 1980, Stambolic foi promovido a Primeiro Ministro, mantendo portanto o poder no partido comunista, a Liga dos Comunistas; • Como protegido de Stambolic, Slobodan Milosevic foi rapidamente alçado a postos de destaque e comando, chegando a presidente da Liga dos Comunistas em 1986, sucedendo seu mentor Stambolic, que assumia a presidência da Iugoslávia; • A exemplo de Stalin, Milosevic fora o burocrata que soube utilizar a força do partido e máquina de governo em seu favor, criando uma poderosa rede de informações e centralizando o poder. Suas proposituras ultranacionalistas tinham menos cunho ideológico e muito mais político controlador. Assim, gradativamente isolou e afastou moderados e opositores, chegando a um estado totalitário e absoluto.

Tabela 13d – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio da Bósnia-Herzegovina – (sérvios X macedônios) preparado pelo autor – (continuação).

CARACTERÍSTICAS	ALGOZES (Sérvios)	VÍTIMAS (Macedônios)
Religiosas	<ul style="list-style-type: none"> • Cristãos ortodoxos (bizantinos), com sua própria igreja nacional. 	<ul style="list-style-type: none"> • 90% da população da Macedônia é muçulmana.
Culturais	<ul style="list-style-type: none"> • As fronteiras entre grandes impérios deixaram marcas profundas e diversas. Assim, apresentou-se sempre como a divisão entre o Ocidente e o Oriente, seja durante o Império Romano, o Império Otomano, ou ainda o Império Austro-Húngaro. Como resultado, o norte assemelha-se à Europa Central, enquanto o sul é mais oriental; • Adotaram originalmente o alfabeto cirílico, mas se valem igualmente do alfabeto latino; • Têm forte influência otomana, posto sob eles terem estado formalmente controlados entre 1459 e 1804. 	<ul style="list-style-type: none"> • A língua oficial é o Macedônio; • A população é composta de acordo com a seguinte proporção: (i) 67% de eslavos-macedônios; (ii) 21% de albaneses; (iii) 4% turcos; e (iv) 3% de sérvios.

Tabela 13d – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio da Bósnia-Herzegovina – (sérvios X macedônios) preparado pelo autor – (continuação).

CARACTERÍSTICAS	ALGOZES (Sérvios)	VÍTIMAS (Montenegrinos)
Populacionais	<ul style="list-style-type: none"> Se se considerar o censo oficial de 1971, a população sérvia representava a importante maioria da população iugoslava, perfazendo 41% de seus 20,5 milhões de habitantes, ou seja, 8,4 milhões de habitantes. 	<ul style="list-style-type: none"> A partir dos mesmos dados do censo de 1971, a população montenegrina representava 0,53 milhões de habitantes, ou seja, 2,5% da população iugoslava.
Comportamentais	<ul style="list-style-type: none"> Presumidamente, as grandes diferenças comportamentais advinham não da origem étnica, não obstante as importantes diferenças religiosas, sobretudo, mas da distinção entre as comunidades urbanas e rurais. Os moradores das cidades eram mais sofisticados e mais bem educados. A população das cidades era cosmopolita, com grande dispersão e representatividade de etnias, onde os casamentos entre os diferentes grupos tornava a miscigenação ainda mais relevante. 	
Étnicas	<ul style="list-style-type: none"> Os sérvios são um povo eslavo, oriundo da Galícia, que a partir de 29 a.C. começou a ocupar o território da então província romana da Mésia. 	<ul style="list-style-type: none"> Comungando a mesma raiz étnica dos demais grupos aqui estudados, os montenegrinos guardam, contudo, as seguintes especificidades históricas: (i) durante muito tempo, Montenegro permaneceu um principado autônomo face ao poder hegemônico que o Império Otomano exerceu nos Bálcãs, sendo que sua independência foi formalmente reconhecida pelo Tratado de Berlim, de 1878; (ii) em 1910, o príncipe Nicolau proclamou-se rei; (iii) com o fim da Primeira Grande Guerra, em 1918, Montenegro foi integrado ao Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, que se tornaria, em 1929, o Reino da Iugoslávia.
Geográficas	<ul style="list-style-type: none"> Situada nos Bálcãs e na Pananóia (Europa Central), faz fronteira com Albânia, Montenegro, Bósnia, Herzegovina, Bulgária, Croácia, Hungria, Macedônia e Romênia. Embora não tenha saída direta ao mar, o rio Danúbio proporciona-lhe acesso de barco à Europa Central, bem como ao Mar Negro; Seu território abrange os férteis e planos campos da Vojvodina, regiões calcáreas a leste, e montanhas e colinas a sudeste. Ao norte, corre o Danúbio; Seu clima varia entre o continental do norte, com invernos frios e verões quentes e úmidos, com padrões de precipitação bem definidos, e um clima adriático ao sul, com verões e outonos quentes e secos, bem como invernos frios, com fortes nevascas. 	

Tabela 13e – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio da Bósnia-Herzegovina – (sérvios X montenegrinos) preparado pelo autor.

CARACTERÍSTICAS	ALGOZES & VÍTIMAS
Econômico-Funcionais	<ul style="list-style-type: none"> • Como em outros estados comunistas europeus, a maior fragilidade da Iugoslávia herdada de Tito estava na economia. Um padrão de vida declinante, falta de bens de consumo e de primeira necessidade fizeram parte da triste realidade do país, nos difíceis anos 80; • Nos anos 60 e início dos 70, mais de um milhão de iugoslavos imigraram a países estrangeiros, sobretudo à Alemanha Oriental, buscando melhores condições e oportunidades de trabalho e sustento. As divisas por eles enviadas às famílias que permaneceram na Iugoslávia foram rapidamente compensadas pelo Choque do Petróleo de 1973; • Com sua recente dependência de suporte financeiro do oeste, amalgamada a partir do jogo político de apoio e interesses desenvolvido por Tito durante a Guerra Fria, apoiou-se em grande endividamento junto ao FMI, elevando sua dívida externa de US\$ 3,5 Bi em 1973 para US\$ 20,5 Bi em 1981; • Fragilizada e exposta ao Segundo Choque do Petróleo, em 1979, bem como refém de políticas públicas mal conduzidas, viu o padrão de vida da população declinar de 40% entre 1982 e 1989, bem como a inflação subir mais de 2,000%; • Sem indústria de base, sem empregos, sem mão-de-obra especializada, sem um setor de serviços pujante, ou mesmo uma agricultura competitiva, a Iugoslávia apresentava-se ao mundo como uma economia frágil, dependente, e sem qualquer vantagem comparativa; • De origem humilde e camponesa, os sérvios tiveram sua natural rota às cidades por meio de aparato do Partido Comunista e, principalmente, a partir de força de polícia. Sem o preparo educacional que lhes permitisse assumir funções outras que não as de segurança, o nepotismo promovido em seus quadros e gestão permitiu aos sérvios dominar as forças policiais a mais de 70%, não obstante o território e sua eventual minoria étnica (como no caso da Croácia, onde representavam apenas 12% da população).
Políticas	<ul style="list-style-type: none"> • Com a morte de Tito, em 1980, Stambolic foi promovido a Primeiro Ministro, mantendo portanto o poder no partido comunista, a Liga dos Comunistas; • Como protegido de Stambolic, Slobodan Milosevic foi rapidamente alçado a postos de destaque e comando, chegando a presidente da Liga dos Comunistas em 1986, sucedendo seu mentor Stambolic, que assumia a presidência da Iugoslávia; • A exemplo de Stalin, Milosevic fora o burocrata que soube utilizar a força do partido e máquina de governo em seu favor, criando uma poderosa rede de informações e centralizando o poder. Suas proposituras ultranacionalistas tinham menos cunho ideológico e muito mais político controlador. Assim, gradativamente isolou e afastou moderados e opositores, chegando a um estado totalitário e absoluto.

Tabela 13e – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio da Bósnia-Herzegovina – (sérvios X montenegrinos) preparado pelo autor – (continuação).

CARACTERÍSTICAS	ALGOZES (Sérvios)	VÍTIMAS (Montenegrinos)
Religiosas	<ul style="list-style-type: none"> • Cristãos ortodoxos (bizantinos), com sua própria igreja nacional. 	<ul style="list-style-type: none"> • A religião predominante é a Cristã Ortodoxa.
Culturais	<ul style="list-style-type: none"> • As fronteiras entre grandes impérios deixaram marcas profundas e diversas. Assim, apresentou-se sempre como a divisão entre o Ocidente e o Oriente, seja durante o Império Romano, o Império Otomano, ou ainda o Império Austro-Húngaro. Como resultado, o norte assemelha-se à Europa Central, enquanto o sul é mais oriental; • Adotaram originalmente o alfabeto cirílico, mas se valem igualmente do alfabeto latino; • Têm forte influência otomana, posto sob eles terem estado formalmente controlados entre 1459 e 1804. 	<ul style="list-style-type: none"> • As línguas oficiais são o montenegrino e o sérvio.

Tabela 13e – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio da Bósnia-Herzegovina – (sérvios X montenegrinos) preparado pelo autor – (continuação).

CARACTERÍSTICAS	ALGOZES (Sérvios)	VÍTIMAS (Croatas)
Populacionais	<ul style="list-style-type: none"> Se se considerar o censo oficial de 1971, a população sérvia representava a importante maioria da população iugoslava, perfazendo 41% de seus 20,5 milhões de habitantes, ou seja, 8,4 milhões de habitantes. 	<ul style="list-style-type: none"> A partir dos mesmos dados do censo de 1971, a população croata representava 4,4 milhões de habitantes, ou seja, 21,5% da população iugoslava.
Comportamentais	<ul style="list-style-type: none"> Presumidamente, as grandes diferenças comportamentais advinham não da origem étnica, não obstante as importantes diferenças religiosas, sobretudo, mas da distinção entre as comunidades urbanas e rurais. Os moradores das cidades eram mais sofisticados e mais bem educados. A população das cidades era cosmopolita, com grande dispersão e representatividade de etnias, onde os casamentos entre os diferentes grupos tornava a miscigenação ainda mais relevante. 	
Étnicas	<ul style="list-style-type: none"> Os sérvios são um povo eslavo, oriundo da Galícia, que a partir de 29 a.C. começou a ocupar o território da então província romana da Mésia. 	<ul style="list-style-type: none"> De idêntica origem étnica do que os sérvios, os croatas tiveram uma evolução histórica que lhes trouxe importantes diferenças e especificidades: em 925, o Duque Tomislav foi coroado rei dos Croatas, criando-se um reino que compreendia as terras desde o rio Drava, até o Mar Adriático. Esse reinado perdurou até o século XI, quando os húngaros tomaram-lhes o poder; A partir da invasão otomana dos Bálcãs, as terras croatas passaram a fazer fronteira entre o mundo muçulmano e o mundo cristão (permanecendo o norte entre os croatas, e o sul entre os otomanos); Dado o desmembramento da Iugoslávia, a partir de 1941, o fascista Ante Pavelic tornou-se o líder do Estado; Sob a tutela de Pavelic, centenas de milhares de sérvios (além de judeus, ciganos, e croatas não-católicos) foram exterminados em campos de concentração.
Geográficas	<ul style="list-style-type: none"> Situada nos Bálcãs e na Pananóia (Europa Central), faz fronteira com Albânia, Montenegro, Bósnia, Herzegovina, Bulgária, Croácia, Hungria, Macedônia e Romênia. Embora não tenha saída direta ao mar, o rio Danúbio proporciona-lhe acesso de barco à Europa Central, bem como ao Mar Negro; Seu território abrange os férteis e planos campos da Vojvodina, regiões calcáreas a leste, e montanhas e colinas a sudeste. Ao norte, corre o Danúbio; Seu clima varia entre o continental do norte, com invernos frios e verões quentes e úmidos, com padrões de precipitação bem definidos, e um clima adriático ao sul, com verões e outonos quentes e secos, bem como invernos frios, com fortes nevascas. 	

Tabela 13f – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio da Bósnia-Herzegovina – (sérvios X croatas) preparado pelo autor.

CARACTERÍSTICAS	ALGOZES & VÍTIMAS
Econômico-Funcionais	<ul style="list-style-type: none"> • Como em outros estados comunistas europeus, a maior fragilidade da Iugoslávia herdada de Tito estava na economia. Um padrão de vida declinante, falta de bens de consumo e de primeira necessidade fizeram parte da triste realidade do país, nos difíceis anos 80; • Nos anos 60 e início dos 70, mais de um milhão de iugoslavos imigraram a países estrangeiros, sobretudo à Alemanha Oriental, buscando melhores condições e oportunidades de trabalho e sustento. As divisas por eles enviadas às famílias que permaneceram na Iugoslávia foram rapidamente compensadas pelo Choque do Petróleo de 1973; • Com sua recente dependência de suporte financeiro do oeste, amalgamada a partir do jogo político de apoio e interesses desenvolvido por Tito durante a Guerra Fria, apoiou-se em grande endividamento junto ao FMI, elevando sua dívida externa de US\$ 3,5 Bi em 1973 para US\$ 20,5 Bi em 1981; • Fragilizada e exposta ao Segundo Choque do Petróleo, em 1979, bem como refém de políticas públicas mal conduzidas, viu o padrão de vida da população declinar de 40% entre 1982 e 1989, bem como a inflação subir mais de 2,000%; • Sem indústria de base, sem empregos, sem mão-de-obra especializada, sem um setor de serviços pujante, ou mesmo uma agricultura competitiva, a Iugoslávia apresentava-se ao mundo como uma economia frágil, dependente, e sem qualquer vantagem comparativa; • De origem humilde e camponesa, os sérvios tiveram sua natural rota às cidades por meio de aparato do Partido Comunista e, principalmente, a partir de força de polícia. Sem o preparo educacional que lhes permitisse assumir funções outras que não as de segurança, o nepotismo promovido em seus quadros e gestão permitiu aos sérvios dominar as forças policiais a mais de 70%, não obstante o território e sua eventual minoria étnica (como no caso da Croácia, onde representavam apenas 12% da população); • A economia croata baseava-se, fundamentalmente, em serviços variados e na indústria de bens de consumo. O turismo era uma de suas principais fontes de receitas. Sua economia era de mercado, pós-comunista, sendo que o crescimento e desenvolvimento da década de 80 fora fortemente prejudicada pela desindustrialização e pela guerra civil do início dos anos 90; • A população urbana representava em torno de 57% da população total.
Políticas	<ul style="list-style-type: none"> • Com a morte de Tito, em 1980, Stambolic foi promovido a Primeiro Ministro, mantendo portanto o poder no partido comunista, a Liga dos Comunistas; • Como protegido de Stambolic, Slobodan Milosevic foi rapidamente alçado a postos de destaque e comando, chegando a presidente da Liga dos Comunistas em 1986, sucedendo seu mentor Stambolic, que assumia a presidência da Iugoslávia; • A exemplo de Stalin, Milosevic fora o burocrata que soube utilizar a força do partido e máquina de governo em seu favor, criando uma poderosa rede de informações e centralizando o poder. Suas proposituras ultranacionalistas tinham menos cunho ideológico e muito mais político controlador. Assim, gradativamente isolou e afastou moderados e opositores, chegando a um estado totalitário e absoluto.

Tabela 13f – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio da Bósnia-Herzegovina – (sérvios X croatas) preparado pelo autor – (continuação).

CARACTERÍSTICAS	ALGOZES (Sérvios)	VÍTIMAS (Croatas)
Religiosas	<ul style="list-style-type: none"> • Cristãos ortodoxos (bizantinos), com sua própria igreja nacional. 	<ul style="list-style-type: none"> • A religião distribui-se em 90% católicos, 4% de ortodoxos, e 1% de sunitas.
Culturais	<ul style="list-style-type: none"> • As fronteiras entre grandes impérios deixaram marcas profundas e diversas. Assim, apresentou-se sempre como a divisão entre o Ocidente e o Oriente, seja durante o Império Romano, o Império Otomano, ou ainda o Império Austro-Húngaro. Como resultado, o norte assemelha-se à Europa Central, enquanto o sul é mais oriental; • Adotaram originalmente o alfabeto cirílico, mas se valem igualmente do alfabeto latino; • Têm forte influência otomana, posto sob eles terem estado formalmente controlados entre 1459 e 1804. 	<ul style="list-style-type: none"> • A língua oficial é o croata, um idioma eslavo meridional, que se utiliza do alfabeto latino; • Os croatas estão na região há mais de treze séculos, sendo que algumas de suas raízes culturais são bastante marcantes e antigas: (i) marcas de habitações na ilha de Vis, deixadas pelos gregos antigos (a rainha Teuta de Issa); (ii) várias construções e ruínas do Império Romano, incluindo várias cidades romanas na costa da Dalmácia, destacando-se o aquaduto de Salona, o palácio do Imperador Diocleciano em Split, e a Basílica de Eufrásio, em Porec; • Na Idade Média, conheceu o Período das Trevas sob a ótica cultural, quando houve importante influxo migratório de eslavos.

Tabela 13f – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio da Bósnia-Herzegovina – (sérvios X croatas) preparado pelo autor – (continuação).

CARACTERÍSTICAS	ALGOZES (Sérvios)	VÍTIMAS (Eslovenos)
Populacionais	<ul style="list-style-type: none"> Se se considerar o censo oficial de 1971, a população sérvia representava a importante maioria da população iugoslava, perfazendo 41% de seus 20,5 milhões de habitantes, ou seja, 8,4 milhões de habitantes. 	<ul style="list-style-type: none"> A partir dos mesmos dados do censo de 1971, a população eslovena representava 1,7 milhões de habitantes, ou seja, 8,3% da população iugoslava.
Comportamentais	<ul style="list-style-type: none"> Presumidamente, as grandes diferenças comportamentais advinham não da origem étnica, não obstante as importantes diferenças religiosas, sobretudo, mas da distinção entre as comunidades urbanas e rurais. Os moradores das cidades eram mais sofisticados e mais bem educados. A população das cidades era cosmopolita, com grande dispersão e representatividade de etnias, onde os casamentos entre os diferentes grupos tornava a miscigenação ainda mais relevante. 	
Étnicas	<ul style="list-style-type: none"> Os sérvios são um povo eslavo, oriundo da Galícia, que a partir de 29 a.C. começou a ocupar o território da então província romana da Mésia. 	<ul style="list-style-type: none"> O povoamento na região da atual Eslovênia iniciou-se, segundo pesquisas arqueológicas, há 250 mil anos. Os povos que lá habitaram deixaram rico patrimônio, com fortificações e construções, além de diversos tipos de objetos; Os celtas chegaram à região entre os séculos IV e III antes de nossa era, fundando o Noricum; Noricum foi, então, anexada ao Império Romano; Sequencialmente, a Eslovênia fez parte do Império Bizantino, da República de Veneza, do Ducado da Carantania, do Sacro Império Romano-Germânico, da Monarquia de Habsburgo, do Império Austro-Húngaro, dos Estados Eslovenos. Croatas e Sérvios, do Reino da Iugoslávia, da República Socialista Federativa da Iugoslávia, até finalmente conquistar sua independência em 1991.
Geográficas	<ul style="list-style-type: none"> Situada nos Balcãs e na Pananóia (Europa Central), faz fronteira com Albânia, Montenegro, Bósnia, Herzegovina, Bulgária, Croácia, Hungria, Macedônia e Romênia. Embora não tenha saída direta ao mar, o rio Danúbio proporciona-lhe acesso de barco à Europa Central, bem como ao Mar Negro; Seu território abrange os férteis e planos campos da Vojvodina, regiões calcáreas a leste, e montanhas e colinas a sudeste. Ao norte, corre o Danúbio; Seu clima varia entre o continental do norte, com invernos frios e verões quentes e úmidos, com padrões de precipitação bem definidos, e um clima adriático ao sul, com verões e outonos quentes e secos, bem como invernos frios, com fortes nevascas. 	

Tabela 13g – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio da Bósnia-Herzegovina – (sérvios X eslovenos) preparado pelo autor.

CARACTERÍSTICAS	ALGOZES & VÍTIMAS
Econômico-Funcionais	<ul style="list-style-type: none"> • Como em outros estados comunistas europeus, a maior fragilidade da Iugoslávia herdada de Tito estava na economia. Um padrão de vida declinante, falta de bens de consumo e de primeira necessidade fizeram parte da triste realidade do país, nos difíceis anos 80; • Nos anos 60 e início dos 70, mais de um milhão de iugoslavos imigraram a países estrangeiros, sobretudo à Alemanha Oriental, buscando melhores condições e oportunidades de trabalho e sustento. As divisas por eles enviadas às famílias que permaneceram na Iugoslávia foram rapidamente compensadas pelo Choque do Petróleo de 1973; • Com sua recente dependência de suporte financeiro do oeste, amalgamada a partir do jogo político de apoio e interesses desenvolvido por Tito durante a Guerra Fria, apoiou-se em grande endividamento junto ao FMI, elevando sua dívida externa de US\$ 3,5 Bi em 1973 para US\$ 20,5 Bi em 1981; • Fragilizada e exposta ao Segundo Choque do Petróleo, em 1979, bem como refém de políticas públicas mal conduzidas, viu o padrão de vida da população declinar de 40% entre 1982 e 1989, bem como a inflação subir mais de 2,000%; • Sem indústria de base, sem empregos, sem mão-de-obra especializada, sem um setor de serviços pujante, ou mesmo uma agricultura competitiva, a Iugoslávia apresentava-se ao mundo como uma economia frágil, dependente, e sem qualquer vantagem comparativa; • De origem humilde e camponesa, os sérvios tiveram sua natural rota às cidades por meio de aparato do Partido Comunista e, principalmente, a partir de força de polícia. Sem o preparo educacional que lhes permitisse assumir funções outras que não as de segurança, o nepotismo promovido em seus quadros e gestão permitiu aos sérvios dominar as forças policiais a mais de 70%, não obstante o território e sua eventual minoria étnica (como no caso da Croácia, onde representavam apenas 12% da população); • A exemplo das outras repúblicas que constituíam a Iugoslávia, o sistema econômico da Eslovênia caracterizava-se pelo sistema social de propriedade.
Políticas	<ul style="list-style-type: none"> • Com a morte de Tito, em 1980, Stambolic foi promovido a Primeiro Ministro, mantendo portanto o poder no partido comunista, a Liga dos Comunistas; • Como protegido de Stambolic, Slobodan Milosevic foi rapidamente alçado a postos de destaque e comando, chegando a presidente da Liga dos Comunistas em 1986, sucedendo seu mentor Stambolic, que assumia a presidência da Iugoslávia; • A exemplo de Stalin, Milosevic fora o burocrata que soube utilizar a força do partido e máquina de governo em seu favor, criando uma poderosa rede de informações e centralizando o poder. Suas proposituras ultranacionalistas tinham menos cunho ideológico e muito mais político controlador. Assim, gradativamente isolou e afastou moderados e opositores, chegando a um estado totalitário e absoluto.

Tabela 13g – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio da Bósnia-Herzegovina – (sérvios X eslovenos) preparado pelo autor – (continuação).

CARACTERÍSTICAS	ALGOZES (Sérvios)	VÍTIMAS (Eslovenos)
Religiosas	<ul style="list-style-type: none"> • Cristãos ortodoxos (bizantinos), com sua própria igreja nacional. 	<ul style="list-style-type: none"> • São tradicional e predominantemente (60%, segundo censo de 1971) católicos.
Culturais	<ul style="list-style-type: none"> • As fronteiras entre grandes impérios deixaram marcas profundas e diversas. Assim, apresentou-se sempre como a divisão entre o Ocidente e o Oriente, seja durante o Império Romano, o Império Otomano, ou ainda o Império Austro-Húngaro. Como resultado, o norte assemelha-se à Europa Central, enquanto o sul é mais oriental; • Adotaram originalmente o alfabeto cirílico, mas se valem igualmente do alfabeto latino; • Têm forte influência otomana, posto sob eles terem estado formalmente controlados entre 1459 e 1804. 	<ul style="list-style-type: none"> • O idioma oficial do país é o esloveno, que integra o grupo de línguas eslavas; • Húngaro e italiano possuem status de língua oficial, dependendo da região do país; • Os primeiros livros publicados na Eslovênia datam de 1550, sendo de autoria de um reformador protestante, Primož Trubar, sobre catecismo e o abecedário; • Têm grande tradição na literatura, arquitetura, música e cinema.

Tabela 13g – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio da Bósnia-Herzegovina – (sérvios X eslovenos) preparado pelo autor – (continuação).

As diferenças entre sérvios e os demais povos que constituíram as Repúblicas da Iugoslávia, com exceção de questões religiosas e comportamentais, não parece apresentar diferenças irreconciliáveis. Mitos, tradições, valores, economia, geografia, idiomas, modelos político e social, bem como a origem étnica, aparentam ser relativamente próximas e uniformes na região.

As atrocidades que se sucederam, portanto, parecem ser muito mais fruto do acirramento político ideológico, da luta pela soberania e poder, associada a uma conjuntura econômica de instabilidade política e social, interna e externa à região dos Bálcãs, que facilitaram o surgimento de líderes ultranacionalistas e extremados. Os conflitos propriamente ditos seguiram o modelo de contraposição étnico-religiosa, segregação, isolamento, desumanização, organização e endosso governamental à política de “limpeza étnica”, negação, deslocamento e transferência de responsabilidade e culpa.

6.6.5 Contraposição ao Modelo “Aplicado”

<i>Modelo de Stanton</i>	<i>Bósnia-Herzegovina</i>
Classificação	<ul style="list-style-type: none"> Muito embora houvesse significativas diferenças religiosas e comportamentais entre os sérvios e os demais povos das repúblicas iugoslavas, a grande segregação deu-se a partir de princípios econômico-funcionais e políticos, associados a grupos étnicos distintos.
Simbolismo	<ul style="list-style-type: none"> Com exceção de expressões de ódio e responsabilização histórica dos antagonismos, não se utilizaram símbolos para a melhor segregação dos grupos-alvo. As diferenças comportamentais e religiosas já eram suficientemente fortes para bem identificar os grupos antagonicos.
Desumanização	<ul style="list-style-type: none"> Pragas, vermes e outras denominações pejorativas estavam associadas à justificação da limpeza étnica, proposta pelos líderes sérvios extremistas.
Organização	<ul style="list-style-type: none"> A organização dos massacres foi extremamente bem articulada, posto ter sido patrocinada pelo Estado, e operacionalizada por suas forças especiais, e militares.
Polarização	<ul style="list-style-type: none"> Com a morte de Tito, abriu-se espaço à ascensão para Slobodan Milosevic. Um comunista que se tornou um nacionalista sem religião, que buscou o poder a qualquer custo; Valeu-se das técnicas aprimoradas pelos Genocídios que o precedeu, como matanças coletivas, repovoamentos de cidades inteiras, campos de concentração, estrupos, e deportações.
Preparação	<ul style="list-style-type: none"> Com a percepção de que não haveria interferência militar direta das potências externas (Nações Unidas, Estados Unidos e Comunidade Europeia), os líderes sérvios puderam livremente estruturar e arquitetar eficiente plano de extermínio, dada sua superioridade armamentista (assegurada após o embargo ao armamento dos povos da região), bem como domínio histórico sobre a máquina governamental associada a policiamento e segurança.
Extermínio	<ul style="list-style-type: none"> Os extermínios propriamente ditos ocorreram sob as mais variadas formas, sendo que os fuzilamentos, torturas, queimas e afogamentos, além dos estupros seguidos por assassinatos predominaram nessa ocorrência.
Negação	<ul style="list-style-type: none"> A negação maior do Genocídio da Bósnia-Herzegovina adveio da transferência e dispersão da responsabilidade e culpa, onde às vítimas impôs-se o ônus das ocorrências. O julgamento de Slobodan Milosevic, pelo Tribunal Penal, mostra como os sérvios estavam seguros das justificativas morais de seus atos.

Tabela 13h – Genocídio da Bósnia-Herzegovina: Contraposição ao Modelo do Stanton.

6.6.6 Contraposição ao Modelo “Teórico”

<i>Desengajamento Moral</i>	<i>Bósnia-Herzegovina</i>
Justificação Moral	<ul style="list-style-type: none"> • Prover segurança, justiça e bem-estar às minorias sérvias; • Necessidade da manutenção da harmonia, equilíbrio, coesão e unidade do Estado (repúblicas) Iugoslavas.
Linguagem Eufemística	<ul style="list-style-type: none"> • Limpeza étnica; • Desinfecção territorial; • Erradicação do problema; • Atingimento dos alvos.
Comparação Vantajosa	<ul style="list-style-type: none"> • Preferível o estupro à morte; • Preferível o bem do todo ao benefício exclusivo e individual.
Difusão de Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Atomização de funções entre os burocratas; • Pequenos funcionários executando ordens superiores, nem sempre totalmente entendidas.
Deslocamento da Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprimento de ordens; • <i>Doubling</i> de médicos e líderes.
Distorção das Consequências	<ul style="list-style-type: none"> • Negação das estatísticas; • Fuga (exílio) dos responsáveis; • Pressão sobre os depoentes e vítimas; • Pressão sobre os parceiros internacionais para o não reconhecimento.
Desumanização	<ul style="list-style-type: none"> • Frequentes comparações a insetos, pragas, ratos e porcos.
Atribuição de Culpa	<ul style="list-style-type: none"> • Afirmaram que as vítimas eram as reais e compulsórias responsáveis pelo seu destino.

Tabela 13i – Genocídio da Bósnia-Herzegovina: Contraposição ao Modelo do Desengajamento Moral, do Bandura.

6.7 Ruanda

6.7.1 Breve História

Por mais de três décadas, a vida política em Ruanda foi marcada por ideologias racistas, baseadas na propagação do ódio, e culminando no Genocídio Tutsi de abril de 1994.

Nos 100 dias que sucederam 6 de abril de 1994, estima-se (Des Forges (1999); Dallaire (2003); e Gasana (2002)) que tenham sido mortos mais de 800 mil Tutsis por Hutus.

O terrível plano de execução fora, segundo Semujanga (2003), meticulosamente concebido e organizado. De um lado, a máquina de propaganda utilizada por uma rede de rádio e televisão privada, financiada pelo MRND (Movimento Revolucionário Nacional pelo Desenvolvimento), a Rádio e Televisão Livre das Mil Colinas (RTL), propagava uma ideologia de ódio. Ela enviava claras mensagens à população de como deveria agir para se livrar dos “inimigos internos”, e dos “traidores” da República. O famoso jornal de envergadura e alcance nacional – o Kangura – disseminava “os dez mandamentos antiTutsi, para um bom Hutu”, estipulando, entre outras coisas, que um Tutsi é, por definição, um inimigo dos Hutus. De outro, as Forças Armadas Ruandenses (RAF), a partir de 1992, emitiram um documento definindo e delineando o “inimigo”: Tutsis de dentro ou fora do país, seus familiares, ou mesmo a oposição Hutu. Finalmente, na esfera da administração local (comunas e setores), os líderes empossados tinham por missão a execução do plano de extermínio. Com o auxílio dos centros de registros públicos, listas foram criadas, o que permitiu a imediata identificação de um Tutsi.

Segundo Chrétien (1995), coube aos extremistas Hutus a operacionalização da matança, sendo que eles, de fato, acreditavam que a única e derradeira solução dos problemas de Ruanda passaria, necessariamente, pelo completo extermínio dos Tutsis.

Em seu ápice, boa parte da mídia internacional definiu esse Genocídio como uma “guerra interétnica”. Um conflito entre dois grupos étnicos, duas “tribos”, os Hutus e os Tutsis que, ao longo da história, constantemente tentaram eliminar uns aos outros.

Essa versão “Tribalista” teve, segundo Prunier (1995), alguns importantes reforçadores:

- Os assassinatos em Ruanda foram, via de regra, cometidos da forma mais rudimentar e primitiva possível. Foram usados machados, facas, baionetas, rifles; alguns dos executores empregaram pedras ou barras de aço; ou seja, improvisaram e valeram-se de qualquer instrumento que impingisse dor e pudesse levar as vítimas à morte. Houve, ainda, absoluto desrespeito a igrejas, escolas, prédios públicos, e mesmo hospitais. Os corpos eram abandonados nas ruas, ou no local do massacre. Assim, com poucos conhecimentos da História Africana, e diante de tão impressionantes e devastadoras imagens, muitos observadores externos rapidamente tenderam a rotular tais massacres como oriundos de “ódios tribais”;

- Essa versão era extremamente conveniente a políticos algozes, desejosos de diminuir sua responsabilidade face aos eventos. Como descrito por Aboganena (1996) e Des Forges (1999), a situação era completamente caótica, uma guerra de todos contra todos e na qual os líderes não dispunham de controles, ou autoridade para refrear os conflitos e o recrudescimento da violência;
- Houve o entendimento, como apresentado por Sciolino (1994) e Zartman (1995), por parte de alguns líderes internacionais, que o Genocídio foi promovido em Ruanda em função da fragilidade e descontrole do Estado.

Vale citar que Straus (2006) apresenta quatro grupos de argumentos para invalidar a abordagem “Tribalista”, enquanto principal explicação aos massacres em Ruanda, a saber:

- (i) Tribo não é o registro adequado para descrever as categorias étnicas em Ruanda. Ruanda tem três grupos étnicos comumente aceitos: Hutus, Tutsis e Twas. Embora não haja um consenso sobre as proporções exatas entre eles, estima-se que os Hutus compreendiam entre 84 e 90% da população ruandense, Tutsis entre 9 e 15%, e Twas 1%, antes do Genocídio. Hutus e Tutsis falam a mesma língua (Kinyarwanda), pertencem aos mesmos clãs, vivem nas mesmas regiões e, em muitos casos, na mesma vizinhança. Eles têm as mesmas práticas culturais e mitológicas, bem como as mesmas religiões. Muitos, inclusive, casam-se;
- (ii) O conceito de “tribos antigas” sugere que essas categorias tenham permanecido estáveis ao longo dos anos. Essa, seguramente, não foi a condição em Ruanda. A categorização étnica em Ruanda mudou drasticamente ao longo dos anos. A sociedade pré-colonial era um sistema político monárquico, e tinha um dos mais poderosos e sofisticados reinados em toda a África do Leste. Em Ruanda, assim como em toda a região dos Grandes Lagos da África, havia uma clara e determinada distinção social e econômica entre fazendeiros e criadores de animais. Entre os dois, os criadores de animais detinham muito mais status e poder. Os termos Hutus e Tutsis parecem ter origem nessa distinção. Em geral, Hutus eram fazendeiros de status social menor, enquanto os Tutsis eram pastoralistas de maior prestígio e poder. Os Tutsis controlavam, também, a monarquia. Essas categorias não eram absolutamente rígidas e intrasponíveis, contudo. Após adquirir gado suficiente, um Hutu poderia tornar-se Tutsi, como descrito por Vansina (2001);

- (iii) Muito embora os europeus não tenham inventado os termos Hutu e Tutsi, seu significado foi, certamente, modificado durante o processo de colonização. Os Tutsis foram, repetidamente, descritos como líderes natos, raça superior, altos, elegantes, de pele mais clara, narizes mais afilados, mais inteligentes. Em contraposição, os Hutus seriam uma raça inferior, negróides, Bantus, mais baixos, de pele mais escura, com os narizes achatados. Essa categorização e distinção entre as raças, segundo Mamdani (2001), fora a base para antropologistas, durante a colonização belga, “cientificamente” medirem as diferenças entre Hutus e Tutsis. Nos anos 30, então, os colonizadores introduziram carteiras de identidade que passaram a rotular os ruandenses de acordo com a sua etnia. Essa segregação serviu de base, igualmente, à distribuição de poder. Assim, a colonização mudou o significado das diferenças entre Hutus e Tutsis (de reconhecimento social e atividade econômica, à raça e etnia).

A realidade, contudo, como propõe Rakiya (1994), é significativamente mais complexa. A recente história política de Ruanda, seus líderes, regimes e ideologias propagadas, mostram que assassinatos políticos foram instrumentos absolutamente legítimos à propagação e manutenção do poder.

Exemplificativamente, como mostra Prunier (1995):

entre 1973 e 1976, mais de setecentos personagens políticos (todos eles Hutus), da primeira República – entre eles o antigo presidente Grégoire Kayibanda, que era considerado a figura emblemática da Revolução Hutu de 1959 – foram aprisionados sem qualquer julgamento, e mortos em condições atrozes. Inquestionavelmente, esses são exemplos de terrorismo de Estado, e não de conflitos étnicos. Assim, tão logo chegou ao poder em 1973, Juvénal Habyarimana já era um ditador inescrupuloso. Todas as vezes em que se deparou com oposição, real ou presumida, ele a reprimiu de forma sangrenta.

Ruanda é um dos menores países da África Central, com apenas 7 milhões de pessoas, dispostas entre dois grupos étnicos predominantes: os Hutus e os Tutsis. Embora os Hutus contabilizem noventa por cento da população, a minoria Tutsi, por muitas décadas até a Revolução Hutu, foi considerada a aristocracia de Ruanda, o que lhes permitiu ter pleno domínio sobre os Hutus, especialmente no período em que Ruanda esteve sob o comando colonial belga.

Após a Segunda Grande Guerra, grandes e importantes mudanças ocorreram em Ruanda. Sob a pressão das Nações Unidas, os colonizadores belgas promoveram reformas que aumentaram a representação política dos Hutus. Alguns missionários católicos, igualmente, alinharam-se à causa Hutu, estimulando a criação de uma nova classe política Hutu. Assim, até 1962, vários eventos sucederam-se no sentido de melhor distribuir o poder entre Hutus e Tutsis, até culminar na chamanda “Revolução Hutu”, que destituiu a monarquia Tutsi do poder, e empossou um presidente Hutu.

Após a independência da Bélgica em 1962, a maioria Hutu buscou o poder e a reversão de papéis, oprimindo os Tutsis por meio de discriminação sistemática, e atos de violência. Como resultado, mais de 200 mil Tutsis fugiram para países vizinhos, formando um exército de guerrilha, a Frente Patriótica de Ruanda.

O primeiro presidente de Ruanda, o Hutu Kayibanda, governou entre 1962 e 1973, com uma política claramente antiTutsi. Embora o segundo presidente de Ruanda, o igualmente Hutu Juvénal Habyarimana, tenha abrandado a discriminação antiTutsi nos anos em que governou, entre 1973 e 1994, manteve, ainda, importantes limites às pretensões Tutsi de maior participação política e econômica na sociedade ruandense. Como analisado por Braeckman (1994), houve, mesmo, um sistema de quotas étnicas e regionais durante o Governo de Habyarimana.

O Regionalismo contrapôs os próprios Hutus, em sua contemporânea passagem pelo poder. Kayibanda era natural da prefeitura de Gitarama, no centro-sul do país. Já Habyarimana, da prefeitura de Gisenyi, no noroeste do país. Assim, a alternância entre os presidentes trouxe uma polarização política em Ruanda, mesmo entre os Hutus. Nesse cenário, Tutsis exilados e reunidos sob a bandeira da RPF (Frente Patriótica Ruandense) invadiram Ruanda pelo Sul, por Uganda. Travaram-se conflitos, então, entre rebeldes Tutsis (normalmente descendentes dos Tutsis exilados após a Revolução Hutu), e as forças armadas do Governo Ruandense, de predominância Hutu.

Em 1990, esse exército de rebeldes invadiu Ruanda e forçou o presidente Hutu Juvénal Habyarimana a assinar um acordo que forçava os Hutus e os Tutsis a compartilharem o poder.

Tensões étnicas cresceram substantivamente em outubro de 1993, quando foi assassinado Melchior Ndadaye, o primeiro presidente popular Hutu eleito, no vizinho Burundi.

Uma força internacional de paz das Nações Unidas, de 2.500 soldados, foi enviada à Ruanda a fim de se tentar preservar o frágil cessar-fogo estabelecido entre o governo Hutu e os rebeldes Tutsis. A paz foi ameaçada por extremistas Hutus, que se opunham violentamente ao compartilhamento de poder com os Tutsis. Entre esses extremistas figuravam aqueles que desejavam nada menos do que o completo extermínio dos Tutsis. Mais tarde, descobriu-se que haviam sido feitas listas de Tutsis proeminentes, bem como identificados políticos Hutus moderados que deveriam ser mortos, em se apresentando a oportunidade.

Em abril de 1994, em função do escalonamento da violência, o presidente de Ruanda, Habyarimana, e o recém-empossado presidente de Burundi, Cyprien Ntaryamira, conduziram várias reuniões a fim de pacificar os rebeldes Tutsis. Em 6 de abril, quando voltava de uma reunião na Tanzânia, o jatinho que carregava os dois presidentes foi atingido por mísseis terrestres quando se aproximava do aeroporto de Ruanda, em Kigali. Imediatamente após suas mortes, Ruanda mergulhou em um período de importante violência política.

As matanças espalharam-se através de todo o país, quando a milícia Hutu, armada com porretes, foices, armas de fogo e granadas começou a matar, indiscriminadamente, civis Tutsis. Todos os indivíduos eram obrigados a carregar carteiras de identificação, explicitando a sua origem étnica, uma prática herdada do período colonial. Essas carteirinhas tribais passaram a significar viver ou morrer.

No meio da matança a força de paz das Nações Unidas mostrou-se inútil ante as desesperadas solicitações de proteção das famílias Tutsis e dos moderados.

No meio da força de paz figuravam dez soldados belgas que foram capturados, torturados e mortos pelos Hutus. Como resultado, os Estados Unidos, a França, a Bélgica e a Itália iniciaram o processo de imediata evacuação de seus cidadãos de solo ruandês.

No entanto, nenhum esforço foi feito para que se evacuassem civis Tutsis ou Hutus moderados. Eles foram abandonados à própria sorte, tendo de conviver com vingativos Hutus.

Nos escritórios centrais das Nações Unidas em Nova Iorque, os assassinatos foram inicialmente classificados como quebra do cessar-fogo estabelecido entre os Tutsis e Hutus. Ao longo do massacre, tanto as Nações Unidas como os Estados Unidos foram extremamente cuidadosos em não classificar a sucessão de eventos como Genocídio, o que os teria forçado a algum tipo de intervenção emergencial.

A comunidade internacional, embora tivesse claros indicadores do agravamento das tensões e iminência dos conflitos foi, segundo Semujanga (2003), levada a erro em função de quatro razões muito bem delineadas:

- (i) As negociações e assinatura dos Acordos de Arusha, entre o Governo de Ruanda e as Forças Armadas Ruandenses (RAF). Extenuadas pelas guerras, as pessoas acreditaram no restabelecimento da paz quando, de fato, o plano de execução do Genocídio entrava em sua fase final;
- (ii) A presença de forças armadas das Nações Unidas em Kigali. Desavisados do despreparo e hesitação das Nações Unidas, os ruandenses que eram o alvo do massacre acreditaram, incorretamente, que os soldados das Nações Unidas estavam lá para proteger suas vidas;
- (iii) Houve um erro de avaliação, uma superestimação do poderio da RPF (Frente Patriótica Ruandense). Assim, imaginou-se que, na eventual possibilidade de se iniciar um movimento genocida entre as forças das Nações Unidas e as da RPF (Frente Patriótica Ruandense), que provara sua superioridade frente às Forças Armadas Ruandenses (RAF) durante a guerra, poder-se-ia, rapidamente, controlá-lo e, finalmente
- (iv) Entendia-se, sob o ponto de vista racional, que o início de um processo de Genocídio seria um suicídio político para Habyarimana, o que, em um político tão experiente e ambicioso, não era seriamente considerado. O que não se imaginou, contudo, é que ele estava, como outro ser humano qualquer, sujeito à imprevisibilidade de um atentado.

Em 21 de abril, a Cruz Vermelha estimou que centenas de milhares de Tutsis já haviam sido dizimados desde 6 de abril, a uma taxa espantosa de matança.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas reagiu à intensificação da crise pelo voto unânime de abandonar Ruanda. As tropas de paz remanescentes foram retiradas, deixando para trás a irrisória quantidade de 200 soldados no país.

Os Hutus, sem qualquer tipo de oposição da comunidade internacional, dedicaram-se às atividades de Genocídio, espancando à morte famílias Tutsis inteiras, em qualquer lugar em que fossem encontradas.

A estação de rádio governamental foi controlada por extremistas Hutus, que encorajavam a matança por meio de mensagens ininterruptas de ódio, e revelando o paradeiro de Tutsis escondidos. Os assassinos eram ajudados por profissionais Hutus, como jornalistas, médicos, professores, ou mesmo jovens desempregados desejosos de matar e roubar Tutsis.

Muitos Tutsis refugiaram-se em igrejas e acampamentos missionários. Essas localidades tornaram-se palco de alguns dos piores massacres. Em Musha, por exemplo, 1.200 Tutsis foram mortos ao longo de um único dia. Hospitais eram alvos bastante procurados, também, pois eventuais sobreviventes seriam perseguidos e compulsoriamente assassinados.

Frente à explosão da violência, dessa feita os Tutsis não conseguiram escapar, como historicamente procederam, nos momentos de agravamento das crises. Ruanda é como uma pequena ilha. Uma vez que todos os pontos de acesso foram fechados pelos militares, e todas as colinas vigiadas pelas milícias, tornou-se impossível encontrar uma saída. A velocidade e organização dos ataques, frente a uma população bem identificada e acuada, sem qualquer tipo de suporte externo e absolutamente exposta a seus algozes, explica as terríveis estatísticas que se formaram.

Em alguns vilarejos, guerrilheiros forçavam Hutus a matarem seus vizinhos Tutsis, à condição de preservarem suas próprias vidas, e de suas famílias. Eles igualmente forçaram Tutsis a matar membros de suas próprias famílias.

Em meados de maio, em torno de 500 mil Tutsis já haviam sido dizimados. Corpos eram facilmente encontrados boiando no curso do Rio Kigara até o Lago Vitória.

Confrontado por reportagens de televisões internacionais, que explicitavam o Genocídio, o Conselho de Segurança das Nações Unidas votou pelo envio de 5 mil soldados à Ruanda. Entretanto, não conseguiram estabelecer um cronograma, falhando, portanto, qualquer tentativa de parar o massacre.

As matanças só cessaram quando os rebeldes Tutsis, a partir da fronteira de países vizinhos, controlaram e derrotaram os Hutus, pondo fim ao Genocídio em julho de 1994. À época, estima-se que em torno de dez por cento da população, ou seja, 800 mil pessoas, haviam sido mortas.

Muitas e extensivas têm sido as publicações sobre o Genocídio em Ruanda. Uma linha de pesquisa e argumentação, como defendem Rakiya (1994) e Vidal (1995), enfoca as implicações políticas das diferenças, em níveis regionais e nacional, das comunidades contrapostas. Outros, como Straus (2004), culpam forças externas como (i) França, por dar apoio ao regime de Habyarimana, muito embora houvesse claros sinais de desrespeito aos direitos humanos; (ii) Bélgica, por introduzir um sistema racista e discriminatório durante os anos de colonização; (iii) as Nações Unidas, por retirarem suas tropas exatamente quando o Genocídio estava começando, deixando as vítimas absolutamente indefesas; ou ainda (iv) a Igreja Católica e o Vaticano, como apontado por Terras (1996), que nada

fizeram para impedir os massacres que se sucederam, estando apenas interessados em impor seus valores e preceitos, expandindo seu poder e influência ao povo da região.

Começa, contudo, a haver uma convergência entre alguns teóricos (Chrétien (1995); Gourevitch (1998); Prunier (1995); Mamdani (2001); e Twagilimana (1998)) sobre o Genocídio de Ruanda, de que:

- (i) Ruanda tem uma história colonial específica e própria, na qual etnicidade racial foi construída e valorizada;
- (ii) A história colonial de Ruanda, bem como a de sua independência, levou à formação de um nacionalismo étnico que acabou por se transformar na ideologia oficial do período pós-colonial;
- (iii) Anteriormente ao Genocídio, os dirigentes Hutus disseminaram propaganda racista e segregacionista, instigando a radicalização em função de valores nacionalistas e étnicos;
- (iv) Há um entendimento de que os líderes Hutus foram, de fato, não apenas os mentores, mas os principais articuladores e operacionalizadores do Genocídio Tutsi. Trata-se de oficiais militares, funcionários públicos, líderes políticos, jornalistas, entre outros;
- (v) Há a evidência de que os líderes Hutus planejaram o Genocídio, com riqueza de detalhes e organização, bem antes de seu início. A Comissão Militar que definiu os Tutsis como inimigos, o Programa de Defesa Civil, o Treinamento das Milícias (*interahamwe*), a distribuição de armas, as Listagens de Perseguidos, a Propaganda Racista, e os massacres antiTutsi são todos aceitos como evidências do plano de preparação, anteriormente a 1994, ao Genocídio que se sucedeu, e finalmente
- (vi) Argumenta-se que a Administração totalitária e intensiva, desempenhada pelo Governo de Ruanda, foi decisiva à implementação eficiente do plano de Genocídio, bem como foram a estruturação militar, as forças de guerrilha e, ainda, as propagandas de rádio.

6.7.2 Bibliografia Complementar

- Amselle, J. L., Mbokolo, E. (1985) *Au Coeur de l'ethnie: Ethnies, tribalisme et état en Afrique*, Paris, La Découverte.
- André, C., Platteau, J. P. (1998) *Land Relations under Unbearable Stress: Rwanda Caught in a Malthusian Trap*, Journal of Economic Behavior and Organization, v. 34, n. 1, pp. 1- 47.
- Arian, A. (1985) *Le Génocide des Batutsi au Rwanda (1959-1960 et 1963-1964)*, Brussels, Belgique.
- Balibutsa, M. (1991) *Les Relations interethniques au Rwanda à la lumière de l'agression d'Octobre 1990*, Ruhengeri, Éditions de l'Université du Rwanda.
- Bangamwabo, F. X. (1991) *Les Relations interethniques au Rwanda à la lumière de l'agression d'octobre 1990*, Ruhengeri, Éditions universitaires du Rwanda.
- Barahinyura, S. J. (1988) *Le Général-Major Habyarimana, 1973 – 1988: Quinze ans de tyrannie et de tartuferie au Rwanda*, Frankfurt, Éditions Izuba.
- _____, (1992) *Trente-deux Ans après la Révolution sociale de 1959: Réflexions sur le mouvement terroriste inyenzi et inyenzi rajeunis, alias FPR-Inkotanyi dans leur tentatives de réinstauration du pouvoir tutsi au Rwanda*, Frankfurt, Éditions Izuba.
- Barnett, M. (2003) *Eyewitness to a Genocide: The United Nations and Rwanda*, Ithaca, Cornell University Press.
- Bayart, J. F. (1993) *Religion et modernité politique en Afrique noire: Dieu pour tous et chacun pour soi*, Paris, Karthala.
- Berkeley, B. (2001) *The Graves Are Not Yet Full: Race, Tribe, and Power in the Heart of Africa*, New York, Basic Books.
- Bizimana, J. D. (2000) *L'Église et le génocide au Rwanda: Les Pères Blancs et le négationnisme*, Paris, L'Harmattan.
- Bonner, R. (1994) *Rwandans in Death Squad say Choice Was Kill or Die*, New York Times, August 14, A16.
- Brauman, R. (1994) *Devant le Mal: Rwanda, un génocide en direct*, Paris, Arléa.
- Bruguière, J. L. (2004) *L'enquête sur l'attentat qui fit basculer le Rwanda dans le génocide*, Le Monde, March 9.
- Bugingo, F. (1997) *Africa Mea: Le Rwanda et le drame africain*, Montreal, Liber.
- Buhrer, M. (1997) *Rwanda: Mémoire d'un génocide*, Paris, Le Cherche-Midi.

- Campagne, J. P. (1995) *Burundi: Haines dites tribales*, Les Temps Modernes, v. 582, pp. 58-65.
- Dallaire, R., Beardsley, B. (2003) *Shake Hands with the Devil: The Failure of Humanity in Rwanda*, Random House of Canada, Toronto.
- Destexhe, A. (1994) *Rwanda: Essai sur le génocide*, Brussels, Éditions Complexe.
- _____, (1995) *Rwanda and Genocide in the Twentieth Century*, New York, New York University Press.
- Dumont, R. (1962) *L'Afrique noire est mal partie*, Paris, Éditions du Seuil.
- Foucault, M. (1991) *Faire vivre et laisser mourir: La naissance du racisme*, Les Temps modernes, v. 535, pp. 37-61.
- Franche, D. (1997) *Rwanda: Généalogie d'un génocide*, Paris, Éditions Mille et Une Nuits.
- Fujii, L. A. (2007) *Killing Neighbours: The Social Domensions of Genocide in Rwanda*, Ph. D. dissertation, George Washington University, Washington, D.C.
- Gasana, J. (2002) *Rwanda: Du parti-état à l'état-garnison*, Paris, L'Harmattan.
- Gourevitch, P. (1998) *We Wish to Inform You that Tomorrow We will be Killed with Our Families: Stories from Rwanda*, New York, Farrar, Straus & Giroux.
- Gurr, T. R. (1970) *Why Men Rebel*, Princeton, NJ, Princeton University Press.
- Hatzfeld, B. (2005) *Machete Season: The Killers in Rwanda Speak*, New York, Farrar Straus and Giroux.
- Harroy, J. P. (1984) *Rwanda: Souvenirs d'un compagnon de la marche du Rwanda vers la démocratie et l'indépendance*, Paris and Brussels, Hayez, Académie des Sciences d'Outre-mer.
- Hertefelt, M. (1971) *Les Clans du Rwanda ancien: Éléments d'ethnosociologie et d'ethnohistoire*, Tervuren, Musée royale de l'Afrique centrale.
- Heusch, L. (1966) *Le Rwanda et la civilisation interlacustre*, Brussels, Université libre de Bruxelles, Institut de sociologie.
- Homer-Dixon, T. (1999) *Environment, Scarcity and Violence*, Princeton, NJ, Princeton University Press.
- Horowitz, D. (2001) *The Deadly Ethnic Riot*, Berkeley and Los Angeles, University of California Press.
- International Criminal Tribunal of Rwanda – ICTR (2003) *The Prosecutor v. Laurent Samanza*, Case No. ICTR-97-20-T, Judgment and Sentence, May.

- Jones, B. (2001) *Peacemaking in Rwanda: The Dynamics of Failure*, Boulder, CO, Lynne Rienner.
- Kagabo, J., Karabayinga, T. (1995) *Rwandan Refugees: From Exile to Armed Return*, Les Temps modernes, v. 583, pp. 63-90.
- Kagame, A. (1972) *Un Abrégé de l'ethnohistoire du Rwanda*, Butare, Éditions Universitaires du Rwanda.
- Kajeguhakwa, V. (2001) *Rwanda: De la terre de paix à la terre de sang et après?*, Paris, Éditions Reme Perrin.
- Kalibwami, J. (1991) *Le Catholicisme et la société rwandaise, 1900 – 1962*, Paris, Présence africaine.
- Krop, P. (1994) *Le Génocide franco-africain: Faut-il juger les Mitterand?*, Paris, L'Harmattan.
- Lemarchand, R. (1970) *Rwanda and Burundi*, London, Pall Mall Press.
- Logiest, G. (1988) *Mission au Rwanda*, Brussels, Didier Hatier.
- Lugan, B. (1997) *Histoire au Rwanda: De la préhistoire à nos jours*, Etrepilly, Bartillat.
- Macquet, J. J. (1954) *Le Système des relations sociales dans le Rwanda ancien*, Tervuren.
- Mann, M. (2005) *The Dark Side of Democracy: Explaining Ethnic Cleansing*, New York, Cambridge University Press.
- Marchal, O. (1994) *Pleure, ô Rwanda bien aimé*, Villance-en-Ardenne, Belgique.
- Mbonimana, G. (1981) *L'Instauration d'un royaume chrétien au Rwanda, 1900-1931*, Ph. D.Thesis, Université catholique de Louvain.
- Mbonimpa, M. (1994) *Éthnicité et démocratie en Afrique: L'homme tribal contre le citoyen?* Paris, L'Harmattan.
- Melson, R. (2003) *Modern Genocide in Rwanda: Ideology, Revolution, War and Mass Murder in an African State*, in *The Specter of Genocide: Mass Murder in Historical Perspective*, ed. R. Gellately, and B. Kiernan, New York, Cambridge University Press.
- Melvorn, L. (2004) *Conspiracy to murder: the Rwanda genocide*, London ; New York : Verso.
- _____, (2000) *A People Betrayed: The Role of the West in Rwanda's Genocide*, London, Zed Books.
- Migdal, J. (1988) *Strong Societies and Weak States: State-Society Relations and State Capabilities in Third World*, Princeton University Press.

- _____, Jaumain, Y. (1994) *Death by Radio*, Index on Censorship v. 4, n. 5, pp. 72-74.
- Misser, F. (1995) *Vers un nouveau Rwanda? Entretiens avec Paul Kagamé*, Brussels and Paris, Éditions Luc Pire, Karthala.
- Monga, C. (1994) *Anthropologie de la colère: Société civile et démocratie en Afrique noire*, Paris, L'Harmattan.
- Mudimbe, V. Y. (1982) *L'Odeur du père: Essai sur les limites de la science et de la vie en Afrique noire*, Paris, Présence africaine.
- Mugesera, A. (1989) *La Révolution rwandaise de 1959: Une approche analyse et critique*, Dialogue, v. 137, pp. 145-69.
- Mushayidi, D., Onana, C. (2002) *Les secrets du génocide rwandais: enquête sur les mystères d'un président*, Paris, Duboiris.
- Nahimana, F. (1987) *Le Blanc est arrivé, le roi est parti: Une facette de l'Histoire du Rwanda contemporain, 1894 – 1931*, Kigali, Les Éditions Printer Set.
- Newbury, C. (1988) *The Cohesion of Oppression: Clientship and Ethnicity in Rwanda: 1860 – 1960*, New York, Columbia University Press.
- Pabanel, J. P. (1984) *Les Coups d'État militaires en Afrique noire*, Paris, L'Harmattan.
- Power, S. (2002) *A Problem from Hell: America and the Age of Genocide*, New York : Basic Books.
- Rakita, S. (2003) *Lasting Wounds: Consequences of Genocide and War for Rwanda's Children*, Human Rights Watch, March, pp. 13-4.
- Reyntjens, F. (1994) *L'Afrique des Grands Lacs en crise: Rwanda, Burundi, 1988-1994*, Paris, Karthala.
- Rule, J. (1988) *Theories of Civil Violence*, Berkeley and Los Angeles, University of California Press.
- Rumiya, J. (1992) *Le Rwanda sous le régime du mandat belge (1916-1931)*, Paris, L'Harmattan.
- Rusingizandekwe, T. (1993) *Les Origines du problème ethnique dans l'Église du Rwanda à la lumière de l'histoire*, Dialogue, v. 170, pp. 19-45.
- Ruzibiza, A. (2005) *Rwanda: l'histoire secrète*, Paris, Éditions du Panama.
- Semujanga, J. (1998) *Récits fondateurs du drame Rwandais: Discours social, Idéologies et Stéréotypes*, Études Africaines, Paris, L'Harmattan.
- Shimamungu, E. (1996) *Évolution des stéréotypes dans la communication politique du Rwanda*, Mémoire de diplôme d'études approfondies, Université de Lille III.

- Sibomana, A. (1999) *Hope for Rwanda: Conversations with Laure Guilbert and Hervé Deguine*, London, Pluto Press.
- Scherrer, C. P. (2002) *Genocide and crisis in Central Africa : conflict roots, mass violence, and regional war*, Westport, Conn.: Praeger.
- Strayer, R. W. (1978) *The Making of Mission Communities in East Africa: Anglicans and Africans in Colonial Kenya, 1875-1945*, London, Heinemann.
- Tempels, P. (1961) *La philosophie bantoue*, Paris, Présence africaine.
- Terras, C. (1995) *Rwanda: La machette et le goupillon*, Goliath Magazine, v. 43, p.20.
- Twagilimana, A. (1998) *Hutu et Tutsi*, New York, Rosen Publishing Group.
- Uvin, P. (1998) *Aiding Violence: The Development Enterprise in Rwanda*, West Hartford, CT, Kumarian Press.
- Verschave, F. X. (1994) *Complicité de génocide? La politique de la France au Rwanda*, Paris, La Découverte.
- Vidal, C. (1988) *Le Génocide des Rwandais tutsi*, L'Homme, v. 145, pp. 229-37.
- _____, (1991) *La Sociologie des passions: Rwanda, Côte-d'Ivoire*, Paris, Karthala.
- Wagner, M. (1998) *All the Bourgmestre's Men: Making Sense of Genocide in Rwanda*, Africa Today, v. 45, n. 1, pp. 25-36.
- Willame, J. C. (1995) *Aux Sources de l'hécatombe rwandaise*, Brussels and Paris, Institut Africain-CEDAF/ L'Harmattan.
- _____, (1997) *Les Belges au Rwanda: Le parcours de la honte*, Brussels, Éditions complexe, GRIP.

6.7.3 Filmografia/ Websites e Memoriais

Relatórios e Pesquisas

[The Use of Propaganda in the Rwandan Genocide. A Study of RTLM](#), by Hege Løvdal Gulseth This 140 page thesis was part of a Master's degree in Political Science (University of Oslo). The thesis makes a textual analysis of transcripts of RTLM broadcasts, analyzes how the radio station used different propaganda techniques to create an Tutsi enemy image and places the propaganda in a historical and social context. [pdf format](#) www.digbib.uio.no/publ/statsvitenskap/2004/19095/19095.pdf [doc format](#) www.duo.uio.no/publ/statsvitenskap/2004/19095/HegexGulseth.doc

[National Security Archive](#) Reports (est. 1985, GWUniv.) www.gwu.edu/~nsarchiv

["The U.S. and the Genocide in Rwanda 1994 Information, Intelligence and the U.S. Response"](#) March 24, 2004 by William Ferroggiaro

["Evidence of Inaction : The US and the Genocide in Rwanda 1994](#) A Briefing Book dated August 20, 2001 Edited by William Ferroggiaro

[Rwanda: One hundred days of horror, ten years on](#) Rwanda 1994: a "drop of humanity in an ocean of horror" From 7 April to mid-July 1994, between 500,000 and one million people in Rwanda were slaughtered in a genocide that took place against a background of civil war. In April 2004 the government and people of Rwanda, and with them the international community, are commemorating these tragic events. The ICRC, which remained present in the country throughout those terrible months, is sharing in these days of mourning. www.icrc.org/Web/Eng/siteeng0.nsf/html/rwanda

["The Rwandan Genocide: A Brief OverView"](#) (Nov. 2003) by Gerry Caplan, Eric Markusen, and Linda Melvern [13 page PDF file]

Conference [LIFE AFTER DEATH Rebuilding Genocide Survivors' Lives: Challenges and Opportunities, An International Conference of Survivors, Kigali, Rwanda](#) (November 25-30, 2001)

[Carlsson Report on Rwanda 1999](#) (*Link not working*) **"Report of the Independent Inquiry into United Nations actions during the 1994 Rwanda genocide"** presented 15 December 1999 by Ingvar Carlsson former Swedish Prime Minister, Han Sung-Joo, former South Korea Foreign Minister (1993-94) and M. Kupolati of Nigeria, retired Nigerians lieutenant general knowledgeable on United Nations peacekeeping operations. [Alternate web location \(Web Genocide Documentation Centre\)](#) This panel was appointed in May 1999 by Kofi Annan The Report finds that the UN ignored evidence that genocide was planned and had refused to act once it began. In particular the Report is critical of the Security Council's April 21, 1994 decision to reduce the strength of the United Nations Assistance Mission for Rwanda (UNAMIR) after the genocide began and highlights the role of Kofi Annan, who was head of UN peacekeeping at the time, sharply criticizing his failure to act on a January 11, 1994 warning of the risk of genocide sent by Gen. Dallaire, head of the UN peacekeepers in Rwanda. The panel recommended that the Secretary-General should initiate an "action plan to prevent genocide" in which each part of the "United Nations system, including Member States, should examine what active steps" they should take. The plan should include a "follow-up mechanism to ensure that such steps are taken."

[Rwanda: The Preventable Genocide](#) (english) Report of the "International panel of eminent seven personalities to investigate the 1994 genocide in Rwanda and the surrounding events. *This is a large 289 page PDF file*

[The panel consisted of Chairman Ketumile Masire (Botswana), Toumani Toure (Mali), Lisbet Palme (Sweden), Stephen Lewis (Canada), Ellen Johnson-Sirleaf (Liberia), Hocine Djoudi (Algeria), Justice P.N. Bhagwati (India)], July 7, 2000 [since this report was created the OAU became the [AU](#)]

"[Leave None to Tell the Story: Genocide in Rwanda](#)" joint 1999 HRW/FIDH by MacArthur Fellow Alison Des Forges, a senior advisor for Human Rights Watch, describes how the genocide was planned and how it could have been prevented by the international community. Widely considered to be the most thorough account of the planning of the genocide, Des Forges, , the report/book explores the role of state institutions, policies, and the media, all of which were manipulated for the purposes of the genocide. By [Human Rights Watch](#) www.hrw.org and [FIDH](#) www.fidg.org
<http://www.hrw.org/reports/1999/rwanda/> 1999

[Preventing Genocide: How the Early Use of Force Might Have Succeeded in Rwanda](#) Scott R. Feil, April 1998

Gacaca genocide trials began on March 11, 2005 in Rwanda. *All over Rwanda, some 56,500 genocide suspects are appearing before 118 Gacaca (community-based semi-traditional) courts. See www.inkiko-gacaca.gov.rw*

Pesquisas sobre o Genocídio de Ruanda:

[Rwanda Genocide Archive](#) www.genocide94.nl. a project of the [Amahoro Foundation](#) www.amahoro.nl

[Rwanda Genocide Project of the Genocide Studies Program - Yale University](#) (est. 1998, New Haven) www.yale.edu/gsp Website includes databases of Victims and Perpetrators (preliminary beta versions) and Satellite Maps of Rwanda Before and After the 1994 Genocide

[GenoDynamics](#) Understanding Genocide Through Time and Space (University of Maryland). The GenoDynamics database concerns all genocide-related activities undertaken in Rwanda during the period between April 6th and July 30th, 1994. The database was compiled from numerous sources, derived from eyewitness accounts and archival research. GenoDynamics is interested in the following 4 questions: 1. What specifically took place during the genocide and how does this vary across the 100 days and across the country? 2. What explanatory factors are associated with the varying rates of participation, violence, and saving of other individuals ? 3. Who participated in the genocide and how does this vary across the 100 days and across the country? 4. How does information about these activities vary across sources? www.genodynamics.com

Fondation Hironnelle - Section Kinyarwanda [Hironnelle Foundation](#) (est. 1995, Lausanne, Switzerland)
Media for Peace and Human Dignity
www.hironnelle.org

Rudy Brueggemann's June 1997 photo travel journal **["Rwanda: My trip to the underworld"](#)**
For educational material on the 1998 Akayesu case, the see [Teaching Human Rights Online](#) (THRO)

Celebração

When artist Kofi Setordji saw the television images of a bulldozer shoveling hundreds of bodies into a ditch in Rwanda in 1994, as if they were no more than waste, he decided it was time to act. He considered it his duty as an artist to show the world what had happened. He posed himself questions like: What is it that is making man waking up one day, deciding to exterminate a whole group of people? What is the role of the international community and of politicians. For two and a half years Setordji worked on the genocide monument, which consists of 300 pieces. The genocide monument is now on exhibit in Accra, Ghana. Parts of it have been exhibited in the Ivory Coast, Senegal and France. Plans have been made for a tour of Germany. A virtual exhibition of the Genocide Monument can be viewed online at: <http://www.vmcaa.nl/genocide>

"Rwanda Le génocide des Tutsi" Exposition au Mémorial-CDJC du 9 avril au 14 mai

Il y a exactement dix ans, en moins de 100 jours étaient exterminés plus d'un million de personnes au Rwanda, petit pays d'Afrique centrale. Engagé depuis plus de 50 ans dans un travail de mémoire et d'histoire autour de la Shoah, un génocide singulier et central dans l'histoire de l'Europe occidentale, le Mémorial-CDJC a souhaité s'associer à la commémoration de cette tragédie, le dernier génocide dans l'histoire du XXe siècle.

Filmes

100 Days 100 mins, (Nick Hughes, Rwanda/Kenya/UK, 2000; 96m) The horror of a decades old ethnic hatred flares out of control, forever transforming the lives and relationship of a young couple. Set in the breathtaking natural beauty of the Rwanda countryside, this first ever film made about the Rwandan civil war tells a story of genocide and human survival and is as uncompromising as it is haunting. A powerful and stunningly shot film told with compassion and integrity, infused with a humanity belying the horrors of the tragedy. This film is supported by Back Home a short personal film made by a British based returning refugee of the genocide, who tells his heartfelt story of how he now views his country. "100 DAYS" was shot in Kibuye in 1999, a landscape of extraordinary beauty that had been the backdrop to some of the worst atrocities of the killings in 1994. In Kibuye Church, which was the site of an actual massacre, Rwandan actors played killers and victims, parts that were only too familiar to them. I and four Rwandan investors put up the money and equipment necessary. These investors had all lost countless family members. My Producer, Eric Kabera lost over 32 of his family, one Executive Producer lost his entire extended family of over 300. Nick Hughes (b. 1961) was in Kigali during the Rwandan Genocide of 1994. He wanted the story of the Genocide to be as widely understood as possible.

"...Sometimes in April" www.hbo.com/films/sometimesinapril/ Director Raoul Peck ("Lumumba") and HBO Films have begun production on "...Sometimes in April," an original project that is described as the first major film to tackle the horrors of the 1994 Rwandan genocide. The film, which stars Idris Elba (HBO's "The Wire"), Oris Erhuero ("Highlander: Endgame") and Debra Winger ("Terms of Endearment"), is shooting on location. Set in the present day with flashbacks to 1994, "...Sometimes in April" focuses on Rwandan Army officer turned teacher Augustin Muganza (Elba), a man forced to relive the genocide in his mind after receiving a letter from his brother Honori (Erhuero), a former broadcaster on trial at the International Tribunal in Arusha. Winger plays Prudence Bushnell, U.S. State Department Deputy Assistant Secretary for African Affairs.

Hotel Rwanda - www.mgm.com/ua/hotelrwanda Set in Kigali during Rwanda's genocidal civil war and tells the story of hotelier Paul Rusesabagina who saved the lives of thousands of helpless Rwandans.. Don Cheadle will star as Paul Rusesabagina, a brave hotel owner who saved thousands of people during the Rwandan genocide of the '90s. United Artists exec VP Danny Rosett said production will start in January 2004 in Johannesburg, South Africa, on Terry George's political drama "Hotel Rwanda," which stars Don Cheadle, Nick Nolte and Sophie Okonedo.

[Shooting Dogs](#) - Michael Caton-Jones 2005 'Shooting Dogs', which details the massacre that took place at a secondary school in Kigali after the UN had abandoned it, will be screened in front of a vast audience of locals sometime this May. Based on a true story of a jaded Catholic priest (John Hurt,) who has been in Rwanda for decades running an educational compound, forges a relationship with young and idealistic English teacher (Hugh Dancy) who thinks he can make a difference. Both men find themselves caught up in the 1994 Rwandan genocide. The character of Father Christopher is inspired by a priest, Vjeko Curic, who Screenwriter :David Wolsencroft knew in Rwanda in 1994. At the outset of the genocide he refused to leave the country, countermanding the orders given to him by the Vatican. Throughout the genocide, Curic sheltered many hundreds of Tutsis and protected them from certain death. Curic remained in Rwanda but was tragically murdered in Kigali in 1998. [Fra Vjeko Curic was born on April 26, 1957 in Lupoglava, Croatia. He entered the Franciscan order on July 15, 1976 and was ordained to the priesthood on June 21, 1982 in Sarajevo. He began his missionary activity in Rwanda. On August 18, 1983].

Documentários

[Shake Hands With the Devil: The Journey of Roméo Dallaire](#) www.whitepinepictures.com/dallairesite/ 2005 (91 minute and 56 minute, English Verisons 56 minute French Version) by Peter Raymont. Based on his best selling book Shake Hands With the Devil: The Journey of Roméo Dallaire is a one-hour documentary that follows the now-retired Canadian lieutenant-general on a trip back to Rwanda in 2004.

[Itsembatsemba: Rwanda One Genocide Later](#) 1996 (13 Min) Alexis Cordesse/Eyal Sivan | France The genocide in Rwanda (Itsembatsemba) that began on April 6th, 1994, took place amidst general indifference. Within one hundred days, soldiers and militiamen massacred at least 700,000 Tutsis. Using images taken two years after the genocide, in April 1996, combined with a sound track from Radio Television Mille Collines (RTL) dating from April to June 1994, the film illustrates how RTL began to transmit in 1991 with the help of the regime and played a key role in the unleashing and the coordination of the killing.

[Chronicle Of A Genocide Foretold](#) 1996 (141 Min) by Daniele Lacourse and Yvan Patry Shot over three years on one tape, is in three parts following several Rwandans before, during, and after the genocide. the international community, including the U.S., sat by and watched as 800,000 Tutsi men, women and children were massacred. The killings took place under the eyes of UN peacekeepers. Part 1: "Blood was flowing like a river", Part 2: "We were cowards", Part 3: "We felt betrayed" captures some of the beauty and culture of Rwanda against which the unfolding atrocities stand out sharply...

[Rwanda: History of A Genocide](#) 1997 (52 Min) A film by Robert Genoud.

[Rwanda: in Search of Hope](#) 1999 Producer/Director Peter Raymont documents a July 1999 visit by Canadians to Rwanda.

[The Arusha Tapes](#) 2000 (120 Min) " Directed by award-winning South African filmmaker Mandy Jacobsona two-hour documentary film about the process of justice in the 1994 Rwanda genocide, was screened in two Rwandan townships last week, with over 400 people in attendance. the Internews film focuses on six trials at the International Criminal Tribunal for Rwanda, which is located in Arusha, Tanzania. The film includes extensive footage from the 1994 genocide in Rwanda, screening of 'The Arusha Tapes, a Kinyarwanda language documentary, at the Adventist Secondary School (ESAPAN). Internews Network produced the documentary, directed by renowned South African director Mandy Jacobson. 'The Arusha Tapes' chronicles six genocide trials completed before the International Criminal Tribunal for Rwanda (ICTR).

[Gacaca, Living Together Again in Rwanda?](#) 2002 Anne Aghion captured the feelings of both survivors and alleged killers in the remote community of Ntongwe, just as the government was announcing the Gacaca (ga-CHA-cha), a new system of citizen-based justice intended to handle over 100,000 genocide suspects languishing in detention. Because it would take over a century to process these suspects through the country's devastated court system, in 2001 the Rwandan government revived the idea of traditional citizen tribunals called Gacaca (ga-CHA-cha) to process these cases. The Gacaca Tribunals would represent a remarkable democratization of justice for a people accustomed to dictatorial authority. They would also offer survivors the cathartic opportunity to publicly air the truth about what happened.

Aghion follows prosecutors as they hold a "pre-Gacaca presentation" meant to educate the public about the new judicial system, and to clear the prisons of innocent suspects. The filmmaker presents the intertwining stories of both survivors and accused, and captures a preliminary hearing that draws nearly 1,000 people to a lush hilltop to observe and offer testimony. The film was the 2003 winner of UNESCO's coveted Fellini Prize.

[*In Rwanda we say... The family that does not speak dies.*](#) 2004 Anne Aghion's second film on the subject, continues Aghion's quest to learn how the human spirit survives a trauma as unfathomable as the 1994 genocide. In Rwanda we say... The family that does not speak dies, the filmmaker returns to Ntongwe two years later. The Gacaca trials have yet to begin, as close to 16,000 suspects, still untried, are released across the country. Having confessed to their part in the genocide and having served the maximum sentence the Gacaca will eventually impose, perpetrators of appalling crimes are sent home to plow fields and fetch water alongside the people they victimized. The film focuses on the release of one suspect, and the effect of his return on his tiny hillside hamlet. Since 1999, Anne Aghion has been traveling to the rural Rwandan district of Ntongwe (n-HONG-way), to see how survivors and accused killers alike are coping in the aftermath of unfathomable tragedy, and to learn how they feel about the government's bold attempt to unify the country. Each of her films follows the inhabitants of this remote hillside community as the government enacts key reconciliation and justice initiatives. Together these documentaries chronicle the opening chapters in a new era for Rwanda, and a universal look at the strength of the human spirit.

[*The Last Just Man*](#) directed by Steven Silver 71 MINS, Color Assigned to Rwanda in August 1993 only months before the mass killing erupted, UN commander General Romeo Dallaire found that, despite his best efforts, he was unable to curtail the mass slaughter. In Steven Silver's award-winning documentary, a haunted Dallaire relates his personal account of one of the 20th century's worst cases of genocide and explains how politics and timidity conspired to prevent the UN from keeping the peace. TV14 Canada (AC, AL)

[*Ghosts of Rwanda*](#) by *FRONTLINE*, airing in the United States on PBS stations on Thursday, April 1, 2004 . Ghosts of Rwanda PBS to present 10th anniversary

Testemunhos de Sobreviventes

[Beatha](#) "I will never forget being stopped at a roadblock."

[Dancilla](#) "I could hear the militia going about their 'work' while my friends and neighbours groaned and breathed their last."

[Valentina Iribagiza](#) b. 1981 "When they found someone breathing, they pulled them out and finished them off."

[Apollon Kabahizi](#) b. 1972 "In history and civic education courses, we were taught that Tutsis were bad people."

[Domina Nyirandayambaje](#) (b @ 1950) "I went to take an HIV test to make sure that I wasn't infected and I realized things weren't good on that point. The men who raped me died in prison."

[Yolande](#) "What troubles me most is the silence surrounding our plight; we have always cried for help, and no one has ever listened."

Websites

[Rwanda Commemoration Project: Genocide In Our Time](#) by Washington College of Law's Center for Human Rights & Humanitarian Law

[Rwanda Testimony Film Project](#) www.rwandatestimony.org *This webpage is in construction*

[Rwanda InformationExchange](#) is an independent site created in New York in 1995, a year after the 1994 Genocide against Tutsis in Rwanda. Its main objective is for the world to have a window into Rwanda and other countries of the Great Lakes Region. www.rwanda.net

[Never Again](#) (EST 2002, London) an international student network founded by students from Canada, Rwanda, the UK and the US at the [Institute for International Mediation and Conflict Resolution](#)'s 2001 Hague Symposium www.neveragaininternational.org see also **[Never Again](#)** and **[Never Again 'Rwanda Project'](#)**

[Friends of Rwanda, Inc.](#) (Est. 1996 in Chattanooga, Tennessee) is a 501c3 non profit organization raising money to help orphaned children in Rwanda with academic assistance. On April 26, 2002 the organization held a benefit 'All African Cultural Extravaganza' in Atlanta, Georgia. Since its inception, Friends of Rwanda has been able to assist 7 children with scholarships amounting up to \$7,110.00 [.www.friendsofrwanda.org](http://www.friendsofrwanda.org)

[Never Again](#) (EST 2002, London) an international student network founded by students from Canada, Rwanda, the UK and the US at the [Institute for International Mediation and Conflict Resolution](#)'s 2001 Hague Symposium www.neveragaininternational.org see also **[Never Again](#)** and **[Never Again 'Rwanda Project'](#)**

Fonds National pour l'Assistance aux Rescapés du Génocide(FARG/Victims of Genocide Fund) Kigali / Rwanda farg@rwanda1.com

["Through the Eyes of Children: the Rwanda Project"](#) a documentary photography project of photographs taken by the children of the Imbabazi Orphanage in Gisenyi, Rwanda. To read about this project and to view the photographs & learn about the children, please refer to the web site <http://www.rwandaproject.org>

[Amahoro Foundation](#) Amahoro means "Peace" Established to assist war-affected children in Rwanda and its neighbouring countries. In particular, the Amahoro Foundation works to help orphans, advance education, and relieve poverty. www.amahoro.nl

[AVEGA](#) (*link not working*) **Association des veuves du génocide Agahozo / Association of Genocide Widows.** Founded in January 1995, this organization of 25,000 genocide widows, which runs the Agahozo Center (Agahozo: "the place where tears are dried.") Rape was a deliberate part of the 1994 genocide. Many survivors say they were raped in order to infect them, making the AIDS virus a slow-acting weapon of genocide. www.avega.org.rw

[Barakabaho Foundation](#) The Rwanda Development Trust The Barakabaho Foundation, based in Rwanda, runs a sponsorship programme for child headed households. The Rwanda Development Trust based in Kent in England, serves as an intermediary for the Barakabaho Foundation.

[Benimpuhwe](#) ("From the Heart" in Kinyarwanda), is an association of women working to rebuild their lives and their country. BENIMPUHWE, a partner organization in Rwanda of the international women's organization [MADRE](#) ,is constructing a new village on the scorched earth of the genocide and built 180 houses, for mostly women-headed families made homeless by massacres of 1994.

[CLADHO](#) Collectif des Ligues et Associations des Droits de l'Homme. A collective of human rights organizations.

Duterimbere ("Advancing Forward -- Women who work together for a better future" in the Kinyarwanda language.) Duterimbere gives individuals and women's cooperatives working capital loans of around US \$150. Investing money in activities that use their skills, such as craftwork, sewing and baking, the women repay the loans at a low rate of interest over a period of 12 months.

Ibuka (Remember), the main Rwandan genocide survivors organization

International conference of genocide survivors in Rwanda November 2001 - An international conference of genocide and holocaust survivors was opened in the Rwandan capital Kigali under the theme "Rebuilding the lives of Genocide survivors"

Itangazo Ryamamaza Hose Agaciro K'Umunu (UDHR, Paris, 1948)

Itsembabwoko Amasezerano 1948. (article 2, 3)

Geekcorps in the support of the Gacaca Trials **Geekcorps**, the "Peace Corps for Geeks" has partnered with the Kigali, Rwanda firm Alphasoft. In 2001 Geekcorps ("technology volunteers enabling communities worldwide") joined with **International Executive Service Corps** (IESC, est. 1964) volunteer business experts working in developing regions.

Healing through Connection and Understanding Project www.heal-reconcile-rwanda.org see also the associated new project **Psychology of Peace and the Prevention of Violence** (est. 2004, UMass-Amherst)

Kigali Public Library Project A Project of the Rotary Club of Kigali-Virunga Turning Tools of Destruction into Tools of Knowledge

Mahakama ya Kimataifa ya Watuhumiwa wa Mauaji ya Halaiki ya Rwanda (ICTR-Arusha) rukiko mpuzamahanga rwashyirweho u Rwanda <http://www.umuseso.com/>

Nyamata Memorial Project a project of **Aegis Trust**

Office Rwandais d'Information (Rwandan National Information Office) Government website, including Radio Rwanda <http://www.orinfor.gov.rw/>

Remember Rwanda Rwanda 10th Anniversary Memorial Project (est. 2001, Toronto, Canada) <http://www.visiontv.ca/RememberRwanda>

Rwanda Fund UK-based project funding Genocide Memorial Centres, Education, and Economic and Community Regeneration IN Rwanda www.rwandafund.org a project of **Aegis Trust**

Survivors Fund (SURF) Mbandikiye kubamenyesha ko nabonye website yanyu kaba nashakagako twagira contact kuko umuryango Survivors Fund uba UK umaze imyaka 7 ushusha abacyitse kwi cumu. Ninatwe twahaye AVEGA inkunga yokumenyekana yanze yu Rwanda kuva 1996. Mushobora kumenye imikorere yacu kuli www.survivors-fund.org.uk www.survivors-fund.org.uk

Women for Women International (Wash.D.C., USA) Projects include work with genocide survivors in Rwanda www.womenforwomen.org

Web site y'Urukiko Nshinjabyaha Mpuzamahanga rwagenewe u Rwanda (TPIR/ICTR- Arusha) Urukiko Mpuzamahanga rwashyizweho n'Inama ishinze amahoro ku isi mu cyemezo cyayo 955 ku itariki 8 Ugushyingo 1994, kugirango ruce imanza z'abantu bacyekwaho kuba barakoreye mu Rwanda ibyaha by'itsembabwoko.

Umubano (co-operation) Rwandan Community Organisation in the United Kingdom established in September 1998 to respond to problems that Rwandan refugees and asylum seekers, including housing, education, legal protection, trauma, and others. www.refugeesonline.org.uk/umubano

6.7.4 Mapeamento de Similaridades e Antagonismos

CARACTERÍSTICAS	ALGOZES (Hutus)	VÍTIMAS (Tutsis)
Populacionais	<ul style="list-style-type: none"> Representavam, segunda a Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos, 84% da população total de Ruanda, ou seja, 6,7 milhões de habitantes. 	<ul style="list-style-type: none"> Representavam, segunda a Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos, 14% da população total de Ruanda, ou seja, 1,1 milhão de habitantes.
Comportamentais	<ul style="list-style-type: none"> Não há, sob o ponto de vista comportamental, qualquer tipo de clara e evidente diferença entre os grupos. As diferenças advêm de externalidades impostas, como a identificação por meio de carteirinhas, o acesso a lugares e atividades, a filiação a grupos, a comunicação e alinhamento com princípios e valores. 	
Étnicas	<ul style="list-style-type: none"> Hutus e Tutsis, sob o ponto de vista étnico, são Bantus. Contrariamente ao que se desejou impor a partir da colonização belga, não existem diferenças de qualquer sorte, ao menos sob o ponto de vista étnico, entre os dois grupos. 	
Geográficas	<ul style="list-style-type: none"> Ruanda é um pequeno país montanhoso da África, encravado entre Uganda ao norte, Tanzânia ao leste, Burundi ao sul, e República Democrática do Congo a oeste. Sua capital é Kigali; De topografia muito acidentada, é conhecido como “o país das mil colinas”; Embora localizada somente a dois graus ao sul do Equador, a elevada altitude de Ruanda torna o clima temperado; Durante as duas estações chuvosas (fevereiro-maio e setembro-dezembro) ocorrem enchentes prolongadas, alternadas com tempo ensolarado, levando a médias pluviométricas anuais de 80 centímetros; A população de quase 8 milhões de habitantes distribue-se em 26,338 km². 	
Econômico-Funcionais	<ul style="list-style-type: none"> Ruanda é um país rural, com aproximadamente 90% da população trabalhando na agricultura; Trata-se do país mais densamente povoado da África, com poucos recursos naturais, e um pífio setor industrial. Suas exportações resumem-se a café e chá; Funcionalmente, desde a colonização belga até a Revolução Hutu, os Tutsis ocuparam as funções de destaque na sociedade, seja no funcionalismo público seja nas funções liberais, que demandavam melhor acesso a educação e recursos; As forças militares e paramilitares oficiais eram compostas exclusivamente pelos Hutus; Historicamente, seja como herança da colonização belga, seja pela natural concentração de riqueza aos mais bem educados e instruídos, os Tutsis, de origem monárquica, detiveram o poder econômico do país. Estiveram mais ligados à criação de animais do que à agricultura, sendo a primeira uma atividade de maior reconhecimento social e funcional em Ruanda; Os Hutus que eventualmente conquistavam uma melhor condição financeira, ou mesmo, criavam gado em quantidade mais significativa, eram rapidamente “elevados” à condição de Tutsi. 	

Tabela 14A – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio de Ruanda – preparado pelo autor.

CARACTERÍSTICAS	ALGOZES & VÍTIMAS
Políticas	<ul style="list-style-type: none"> • A monarquia Tutsi, apoiada pela Bélgica, resistiu no poder até 1959, quando o rei Kigeli V foi expulso da colônia; • Hutus radicais, pertencentes ao <i>Parmehutu</i> (Partido do Movimento pela Emancipação Hutu), chegaram ao poder em Ruanda em 1962, quando iniciaram perseguição e extermínio de seus rivais Tutsis ainda poderosos, no vizinho Burundi; • De forma despótica e truculenta, perseguindo todo e qualquer opositor ou crítico, fazendo uso de seu acesso às forças armadas e paramilitares, manipulando os meios de comunicação (rádio, televisão e jornal), bem como os líderes comunais, Grégoire Kayibanda, o hutu e primeiro presidente ruandês, governou o país entre 1962 e 1973, com uma clara política antiTutsi; • O segundo presidente ruandês, o igualmente hutu Juvénal Habyarimana, governou entre 1973 e 1994, mantendo forte controle e limites às crescentes demandas tutsis por redistribuição de poder e participação econômica, política, e social. Esses últimos, exilados a partir da Revolução Hutu de 1962, mantinham bases e milícias nas regiões de fronteira em Burundi e Uganda.
Religiosas	<ul style="list-style-type: none"> • Ambos os grupos apresentam uma grande sincretismo religioso, com a presença de católicos, protestantes, islamitas sunitas, e ainda crédulos de tradições indígenas e tribais.
Culturais	<ul style="list-style-type: none"> • Sob o ponto de vista cultural, não há, igualmente, qualquer diferença significativa entre os dois grupos: comunicam-se com os mesmos idiomas (kirundi, kinyarwanda, francês e inglês), têm as mesmas manifestações culturais e folclóricas, os mesmos hábitos alimentares, as mesmas crenças e valores sociais, tendo, inclusive, frequentes casamentos “entre” os grupos.

Tabela 14A – Semelhanças e Diferenças entre Algozes e Vítimas no Genocídio de Ruanda – preparado pelo autor – (continuação).

Contrariamente à versão Tribalista, fácil e convenientemente aceita pela comunidade internacional, não existiam (ou existem) diferenças significativas em quaisquer das dimensões étnica, cultural, religiosa, filosófica ou ideológica, ou tampouco geográfica, entre os dois grupos.

O antagonismo advém da segregação e distinção social, econômica, e funcional que, ao longo da recente história de Ruanda, contrapôs e segregou grupos que distribuíram, de forma pendular e assimétrica, o poder.

Assim, as diferenças irreconciliáveis entre Tutsis e Hutus resumem-se à luta por prestígio e poder, seguida do domínio econômico. Os problemas foram potencializados em uma frágil e concentrada economia agrícola, com baixos níveis de acesso à educação e saúde.

6.7.5 Contraposição ao Modelo “Aplicado”

<i>Modelo de Stanton</i>	<i>Ruanda</i>
Classificação	<ul style="list-style-type: none"> Muito embora alguns pesquisadores tentem atribuir caráter étnico-tribal aos conflitos entre Hutus e Tutsis, esses grupos compartilhavam, de fato, a mesma língua (Kinyarwanda), os mesmos clãs, as mesmas religiões, a mesma vizinhança, as mesmas práticas culturais, e chegavam mesmo a casarem-se entre si. As diferenças que possuíam, então, eram de caráter sócio-funcional, onde Hutus estiveram mais ligados à agricultura, e os Tutsis eram pastoralistas. Acrescente-se, ainda, que os Tutsis estiveram sempre ligados à Monarquia e alinhavam-se e subserviam os colonizadores belgas.
Simbolismo	<ul style="list-style-type: none"> Dada a relativa unicidade e indiferenciação dos grupos, existindo mesmo casos de troca étnica (a partir da mobilidade funcional e social), valeu-se do porte de carteiras de identidade como rótulo de pertinência a um ou outro grupo.
Desumanização	<ul style="list-style-type: none"> Os Tutsis eram vistos como os inimigos internos, como os eternos traidores do povo e das causas ruandenses.
Organização	<ul style="list-style-type: none"> Além do controle militar e das milícias, os Hutus tiveram um excelente e bem montado aparato de comunicação, entre rádio, televisão e jornais, de tal sorte que não só mensagens de ódio e raiva eram passadas, como serviram de importantes e eficientes meios de localização e divulgação dos paradeiros das vítimas potenciais.
Polarização	<ul style="list-style-type: none"> A polarização entre os grupos recrudescceu a partir dos anos 1960, com a independência da Bélgica. A sucessão de poder levou os Hutus a buscarem uma política segregacionista e vingativa daqueles que, por tanto tempo, lhes haviam oprimido.
Preparação	<ul style="list-style-type: none"> Existe rica documentação comprobatória da forte organização, controle e engajamento do Estado, por meio das forças militares, milícias, meios de comunicação, administração pública e recursos logísticos a fim de permitir a materialização das atrocidades.
Extermínio	<ul style="list-style-type: none"> Em cem dias de selvageria sem precedentes, a população civil voltou-se contra seu inimigo (parte integrante de sua própria população), valendo-se das mais rudimentares técnicas de extermínio: machados, facas, foices, baionetas, rifles, barras de ferro.
Negação	<ul style="list-style-type: none"> Contrariamente a outras ocorrências, não houve preocupação em mascarar ou acobertar os massacres praticados. Corpos abandonados eram encontrados nas pueirentas ruas, ou mesmo boiando sobre os rios. O deslocamento da responsabilidade às próprias vítimas parece ser ainda hoje o instrumento de maior recorrência à justificação dos atos praticados.

Tabela 14B – Genocídio de Ruanda: Contraposição ao Modelo do Stanton.

6.7.6 Contraposição ao Modelo “Teórico”

<i>Desengajamento Moral</i>	<i>Ruanda</i>
Justificação Moral	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção de justiça e democracia; • Direito à participação política, liberdade econômica e manifestação religiosa e cultural da etnia numericamente dominante (Hutus); • A eliminação dos inimigos internos é antes de um direito, o dever de um Bom Hutu; • Tutsis eram traidores do povo, traidores de Ruanda, passivos e corruptos parasitas beneficiários históricos: monarquia e colonialismo belga.
Linguagem Eufemística	n.a.
Comparação Vantajosa	<ul style="list-style-type: none"> • Preferível a eliminação de poucos, do que o comprometimento do todo.
Difusão de Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Atomização de funções entre os burocratas; • Vasta utilização de meios de comunicação (rádio, televisão, jornais) a fim de incitar a sociedade civil a operacionalizar as ações.
Deslocamento da Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Afirmaram que os atos praticados mostraram-se incontroláveis pelo caráter de rebelião social, praticado por civis, evidenciando problemas étnicos e tribais; • Uma história de ódio que transcende à vontade de governos e governantes, mas está fortemente imbricada à cultura dos grupos sociais que se estão contrapondo.
Distorção das Consequências	<ul style="list-style-type: none"> • Pressão sobre os depoentes e vítimas.
Desumanização	<ul style="list-style-type: none"> • A desumanização das vítimas adveio de sua demonização. Enquanto inimigos supremos, sua eliminação era necessária. A falta de compaixão não viria do entendimento de qualidades inferiores, subumanas; mas de sua altivez e força enquanto oponente.
Atribuição de Culpa	<ul style="list-style-type: none"> • As próprias vítimas são responsáveis, dado seu histórico de exploração e subjugação dos demais grupos, pelo destino e insurreição popular que se lhes seguiram.

Tabela 14C – Genocídio de Ruanda: Contraposição ao Modelo do Desengajamento Moral, do Bandura.

7. DESENVOLVIMENTO DO MODELO “TEÓRICO AJUSTADO”

Nos capítulos precedentes, foram apresentados dois modelos – o do Stanton (“Aplicado”) e o de Bandura (“Teórico”) a fim de explicar as causas e consequências de Genocídios.

O primeiro modelo tem caráter mais estocástico, determinístico. Assim, pressupõe um sequenciamento lógico que, uma vez iniciado, demanda intervenções externas com vistas a impedir seu avanço natural à fase posterior.

O segundo, mais focado nos aspectos psicológicos dos algozes, busca identificar o conjunto de processos psicológicos que permitem a realização de atos antissociais e perniciosos.

A partir da abordagem da Teoria Geral de Sistemas, foram incorporados outros teóricos de Psicologia Social que estudaram a importância de fatores externos à relação bipolar entre vítimas e algozes, pontuando questões políticas, econômicas, religiosas, e étnicas, bem como postura e atitudes de observadores externos em um processo genocida.

Assim, com vistas a aumentar o poder explicativo e de abrangência das diversas contribuições teóricas apontadas, sugere-se, abaixo, um “Modelo Teórico Ajustado” que aponta vinte dimensões de análise, distribuídas a partir de quatro grandes conjuntos de enfoques (subsistemas). Esquemáticamente, pode-se apresentá-lo como segue:

FIGURA 5 – Modelo Sistêmico Proposto para análise de Causas e Consequências de Genocídios.

Além da convergência e integração dos modelos apresentados por Stanton e Bandura, a contribuição do “Modelo Teórico Ajustado” é trazer à explicação das causas e dos efeitos de Genocídios a introdução, sistematizada, do enfoque ambiental que permite a identificação e inventário de características semelhantes, aumentando, potencialmente, a robustez generalizadora das hipóteses propostas.

Os enfoques e dimensões aqui apresentados não são autótenes, ou isolados. Contrariamente, interagem multidimensionalmente entre si, determinando e alterando em múltiplas combinações as possíveis consequências.

No tópico a seguir, será mapeada aderência do “Modelo Teórico Ajustado” a cada uma das dimensões propostas, conforme a detecção de sua frequência de ocorrência, para cada um dos casos estudados.

7.1 Mapeamento da Aderência do “MODELO TEÓRICO AJUSTADO”

Com vistas a melhor validar o “Modelo Teórico Ajustado”, inventaria-se, a seguir, subsistema a subsistema, a frequência de ocorrência de fatores para cada um dos estudos de caso apontados.

a. Fator Ambiental

FATOR AMBIENTAL	Armênios	Holodomor	Nanking	Holocausto	Cambódia	Bósnia-Herzegovina	Ruanda
Estado Totalitário	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Média Constatação
Instabilidade Político-Institucional	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação
Crise Econômica	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação
Segregação e Isolamento	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Média Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação
Simbolismo	Forte Constatação	Não Constataado	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação
Neutralização de Observadores	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação

Tabela 15 – Detalhamento das Dimensões relativas ao Fator Ambiental, do “Modelo Teórico Ajustado” Proposto.

b. Algozes

ALGOZES	Armênios	Holodomor	Nanking	Holocausto	Cambódia	Bósnia-Herzegovina	Ruanda
Justificação Moral	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação
Linguagem Eufemística	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Não Constataado
Comparação Vantajosa	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação
Luta pelo Poder/Carreirismo	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Média Constatação	Forte Constatação	Média Constatação
Organização/Burocracia	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação
<i>Doubling</i>	Não Constataado	Não Constataado	Não Constataado	Forte Constatação	Não Constataado	Forte Constatação	Não Constataado

Tabela 16 – Detalhamento das Dimensões relativas aos Algozes, do “Modelo Teórico Ajustado” Proposto.

c. Vítimas

VÍTIMAS	Armênios	Holodomor	Nanking	Holocausto	Cambódia	Bósnia-Herzegovina	Ruanda
Desumanização	Forte Constatação	Não Constataado	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação
Atribuição de Culpa	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação

Tabela 17 – Detalhamento das Dimensões relativas às Vítimas, do “Modelo Teórico Ajustado” Proposto.

d. Consequências

CONSEQUÊNCIAS	Armênios	Holodomor	Nanking	Holocausto	Cambódia	Bósnia-Herzegovina	Ruanda
Extermínios	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação
Minimização das Consequências	Forte Constatação	Forte Constatação	Média Constatação	Forte Constatação	Não Constataado	Forte Constatação	Não Constataado
Deslocamento de Responsabilidades	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação
Distorção das Consequências	Forte Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Média Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação	Média Constatação
Negação	Forte Constatação	Forte Constatação	Média Constatação	Média Constatação	Não Constataado	Forte Constatação	Não Constataado
Julgamentos	Não Constataado	Não Constataado	Não Constataado	Forte Constatação	Média Constatação	Forte Constatação	Forte Constatação

Tabela 18 – Detalhamento das Dimensões relativas às Consequências, do “Modelo Teórico Ajustado” Proposto.

8. POSSÍVEIS CRÍTICAS

Muitas podem ser as críticas a este trabalho. Com vistas a melhor explorá-las, são propostos, a seguir, três enfoques de análise:

1. Metodológicos

As características metodológicas do estudo: exploratório, com análise de conteúdo qualitativa, comparativa de estudos de casos e sistêmica carrega, por definição, uma série de limitações quanto ao poder generalizador, inferencial, determinístico e assertivo das análises. Pode-se, a rigor, apenas apresentar, sugerir um modelo de suporte à melhor compreensão, que necessita extenso uso, crítica e verificação, a fim de que ganhe solidez, robustez, e validade argumentativa, e de evidências.

A análise de estudos de casos gerando, a partir da Teoria Geral de Sistemas, um modelo explicativo dos subsistemas de causas e consequências de um Genocídio, assume uma abordagem de argumentação lógica indutiva. Assim, sua validade ou falsidade faz-se mais provável a partir do acúmulo de evidências que lhe confirmem (ou seja, experiência adquirida). A lógica fundamental é de que, posto que as observações, até então, levam à constatação recorrente de uma determinada característica ou fenômeno, espera-se que as observações futuras, em se mantendo as demais condições, apresentem a ocorrência da mesma característica ou fenômeno. Como explicado por Hart (1998), há severas limitações ao poder generalizador e à validade e robustez científica nesse método de abordagem.

Quando da análise de documentos, ainda, recomenda-se (Bell (2005)) que se conduza uma análise crítica e de verificação. Assim, propõe que se sigam duas vertentes:

- a. Interna – verificação se de fato foi aquele autor que produziu aquele documento, sem distorções;
- b. Externa – verificação se o documento é genuíno (não forjado), e autêntico (reportando se aquilo que de fato ele descreve, ocorreu).

Neste trabalho, assumiu-se que os dados obtidos a partir dos textos e artigos encontrados, na revisão da literatura, eram válidos e autênticos, sem que se fizesse, contudo, qualquer tipo de verificação.

2. Operacionais

Como bem pontuado por May (1993):

Um dos principais problemas da análise comparativa não está apenas na habilidade do pesquisador de adequadamente entender culturas e sociedades que são diferentes da sua própria, mas, mais especificamente, generalizar e explicar relacionamentos sociais entre sociedades e entre contextos sociais. (...) Para que se possa entender uma cultura, deve-se saber as regras que são empregadas em cada cultura; e é apenas a partir daí que se pode dizer que há o entendimento de como a cultura vê o mundo social.

Esse profundo conhecimento de cada uma das culturas abordadas não é, seguramente, a condição do pesquisador.

A própria designação conceitual e antagonização de “vítimas” e “algozes” já é fruto de controvérsia e discussão. Argumentam alguns teóricos (Bangamwabo (1991); Reyntjens (1995)), no caso do Genocídio de Ruanda, por exemplo, que, de fato, de vítimas os Tutsis não tinham nada, tendo eles próprios explorado e abusado seus “algozes” Hutus no plano econômico, social, político e moral por décadas, e mesmo hoje, pela imposição da culpa e solicitação de reparos, conseguem alijá-los de qualquer esperança de desenvolvimento e evolução.

A argumentação acima evidencia que estudos sobre Genocídios, contrariamente à imparcialidade que se espera de um pesquisador social, partem do pressuposto de uma dada realidade, com uma clara visão e conjunto de valores pré-concebidos. Assim, contrariando o princípio aristotélico da “causa eficiente”, no qual um evento é presumido como resultante dos eventos que o precederam, com um encadeamento lógico evolutivo irrepreensível, como descrito por Rychlak (1977), o modelo e análises desenvolvidos nesse trabalho partem de uma estrutura formal, conceitual, pré-estabelecida.

As deficiências operacionais do pesquisador - que não se deslocou às regiões mencionadas e tampouco domina os idiomas dos agentes envolvidos, tendo de confiar em estudos e análises previamente realizados e disponibilizados esmagadoramente na língua inglesa, podem, igualmente, embutir vieses ideológicos ou culturais (o filtro social daqueles que realizaram os estudos primários), que distorçam e potencialmente fragilizem as análises decorrentes.

3. Teóricos

Kerlinger (1979), por exemplo, relata que uma fonte de considerável insatisfação e crítica à psicologia científica e pesquisa psicológica centraliza-se na suposta falta de preocupação pelo indivíduo. Assim, esse trabalho poderia ser criticado ao buscar a abstração, frieza e distanciamento exigidos pelo método científico, de repetir a criticada desumanização da análise dos fatos.

Outra crítica, ainda, pode vir do alinhamento com Arendt (2004), que sugere que dar previsibilidade a um acontecimento significa, no limite, entendê-lo como inevitável. Essa relação de causalidade nunca poderia ser aceita por um crédulo da ação política e da agência humana. Vale dizer que a perspectiva agêntica é um dos pilares da Teoria Social Cognitiva de Bandura, que foi aqui largamente utilizada como referencial teórico. Assim, chega-se a uma inconsistência dialética na estruturação lógico-racional desse trabalho.

Ainda no campo teórico, alguns estudiosos do Holocausto, como Katz (1992), conhecidos por Particularistas, defendem o conceito da Unicidade, ou seja, da impossibilidade de comparação entre o Holocausto e qualquer outra ocorrência na história.

No que tange à Teoria Geral de Sistemas, há vários questionamentos quanto a seu poder de generalização (L'Abate & Colondier (1987); Littlejohn (1989); Klein & White (1996)), testabilidade (Whitchurch & Constantine (1993); Littlejohn (1989)), e poder de explicação (Littlejohn (1989); Steinglass (1987)).

9. CONCLUSÕES

O estudo de Genocídios expõe o lado mais sombrio da humanidade: a capacidade de matar seu semelhante, de forma organizada, recorrente e coletiva.

O século XX materializa a terrível dualidade entre virtude e vício; progresso e retrocesso; Democracia e Totalitarismo; Miscigenação e Intolerância; Luta pela Vida e Desprezo pela Morte.

O encurtamento de distâncias pela banalização dos transportes e meios de comunicação trouxe, igualmente, a exposição de antagonismos ideológicos, culturais, religiosos e comportamentais que fizeram recrudesacer violência e irracionalidade.

Duas grandes guerras mundiais, uma série de conflitos regionais pela colonização e descolonização, além de sete Genocídios (como assim oficialmente classificados pelas Nações Unidas), trazem terrível mácula ao inquestionável progresso percebido nesses cem anos.

As causas e consequências de tais ações muito interesse e estudo têm despertado, no mundo acadêmico, e na sociedade, de forma geral. Os mais diversos enfoques de análise têm sido adotados: (i) o das vítimas; (ii) o dos algozes; (iii) o das efetivas consequências. Determinantes políticos, econômicos, socioculturais, e mesmo psicológicos têm sido alternadamente considerados, igualmente.

Poucos são os estudos sistêmicos, contudo, que comparam e buscam a organização e inventário de fatores recorrentes. Dois modelos destacam-se nessa função. Um, “Teórico” (o do Desengajamento Moral, de Albert Bandura), que tem sido utilizado como referencial para uma série de atos antissociais: Terrorismo, antiterrorismo, Agressão, Desumanização das Vítimas, Delinquência Juvenil, Agressão a Crianças, Venda de Armas Letais e Cigarros, Transgressões Corporativas, Atividade Criminal via Internet, Infrações de Trânsito, Execuções e Pena de Morte, Ações Militares, etc. Outro, “Aplicado” (de Stanton), que surgiu da observação prática da evolução estocástica das fases que operacionalizam os atos genocidas.

Importantes lacunas, porém, são deixadas quando se trabalha exclusivamente sob a orientação de um, ou de outro modelo. Questões relativas ao enfoque ambiental, como anteriormente definido, não são satisfatoriamente endereçadas e respondidas. Assim, aspectos conjunturais como Regimes de Governo, Instabilidade Político-Institucional, Crise Econômica, e Neutralização de Observadores não estão devidamente contemplados entre os modelos citados.

Após longa e detalhada revisão bibliográfica, chegou-se à consolidação e ampliação dos dois enfoques supracitados, com a apresentação de um novo modelo (“Teórico Ajustado”), que, além de promover a integração entre os modelos precedentes de Bandura e Stanton (pelo mapeamento de suas similaridades), agrega significativo número de dimensões exploradas por outros teóricos, acrescentando, assim, um novo subsistema à análise, o Fator Ambiental.

Espera-se, assim, ter contribuído a um mais completo poder de análise e explicação sobre as causas e consequências dos sete estudos de casos, ocorrências de Genocídios no século XX: Armênios, Holodomor, Nanking, Holocausto, Cambódia, Bósnia-Herzegovina, e Ruanda.

O Mapeamento da aderência do “MODELO TEÓRICO AJUSTADO”, tópico 7.1, sugere forte consistência entre o sistema de análise apresentado e o conjunto dos casos estudados.

Imagina-se, portanto, ter formalmente apresentado um modelo que pode acessar um melhor entendimento das causas e consequências de Genocídios, disponibilizando à sociedade mais ferramentas para combatê-los e evitá-los.

A despeito das fragilidades metodológicas, operacionais e situacionais que restringem substantivamente o poder de inferência e generalização desse trabalho, como extensivamente discutidas no tópico 8, anterior, espera-se ter apresentado de forma sistemática e cientificamente robusta, hipóteses que expliquem o que levam povos a aceitar/ conviver com tais atrocidades. Não se almeja testar hipóteses, ou apresentar efeitos causais de forma determinística, contudo.

Vale dizer que, muito embora método e medição tenham um destacado lugar no desenvolvimento da humanidade, eles não podem substituir os seres humanos como o foco primário, dado que, como defende Hirsch (1995):

A busca da ciência em si não resulta, geralmente, um maior e melhor entendimento, ou tampouco comprometimento, à prevenção de atrocidades. Na realidade, as disciplinas de Ciências Sociais têm-se, por décadas, engajado em várias formas de análises científicas, rigorosas e empíricas, mas não têm conseguido prover soluções satisfatórias aos problemas estudados.

Portanto, o escopo desse trabalho limita-se à apresentação formal do modelo, concebido a partir de processo metodologicamente consistente e logicamente defensável. Sua utilização, com vistas a ampliar a robustez, a validade e o poder de inferência, fica a cargo de verificações futuras, fugindo do objetivo e compromisso desse estudo.

Finalmente, como ensina Melson (1992):

O objetivo de comparar Genocídios não é a diminuição dos eventos, propriamente, tampouco relativizar os crimes perpetrados; mas, contrariamente, tentar jogar luz às condições empíricas, o padrão subjacente de similaridades encontradas, que culminaram em genocídios no passado, e podem levar à sua recorrência no futuro.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aaker, D., Day G., & Kumar, V. (1995) *Marketing Research*, 5th Edition, John Wiley & Sons, New York, USA.
- Aboganena, J. M. (1996) *Bagosora s'explique*, Africa International, n. 296, August, pp. 18-21.
- Adorno, T. W., Frenkel-Brunswik, E., Levenson, D. J., Sanford, R. N. (1950) *The Authoritarian Personality*, Harper & Row, New York.
- Akçam, T. (2006) A Shameful Act – *The Armenian Genocide and the Question of Turkish Responsibility*, Metropolitan Books, NY, pp. 22-23.
- Albertini, P. (1997) *A sexualidade e o processo educativo: uma análise inspirada no referencial reichiano*. In: Aquino, Julio Groppa (Org.) *Sexualidade na Escola: alternativas teóricas e práticas*, São Paulo, Summus, pp. 53-70.
- Andreopoulos, G. J. (1994) *Genocide: Conceptual and Historical Issues*, University of Pennsylvania Press, Philadelphia.
- Andrus, P. (1969) *Aggression and instinct theory*, International Journal of Psycho-analysis, v. 52, pp. 155-160.
- Alvarez, A. (2001) *Governments, Citizens, and Genocide: A Comparative and Interdisciplinary Approach*, Indiana University Press.
- Araújo Jr. (1999) J. M. *Direito Penal Internacional – O Tribunal Penal Internacional e a Cooperação Penal Internacional*, Obra não Publicada, São Paulo.
- Ardone, R. G., Vicini, S. (1994) *Pré-adolescence: family structure and moral disengagement*, Medicine, Mind and Adolescence, v.9, n.2, PP. 129-142.
- Arendt, H. (2004) *The Origins of Totalitarianism*, Schocken Books, New York.
- _____, (2006) *Eichmann in Jerusalem – A Report on the Banality of Evil*, Penguin Books, New York, USA.
- Astourian, S. (1990) *The Armenian Genocide: An Interpretation*, The History Teacher, vol. 23, no. 2, fev., pp. 111-160.
- Atkinson, T. (1916) *ABCFM Archives*, n.23, Sept., pp. 20-21.
- Azuma, S. (1987) *It was a magnificent view – My Nanjing Platoon*, Tokyo, Aoki Haruo.
- Bandura, A. (1986a) *Social foundations of thought and action: A social cognitive theory*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.

- _____, (1965a) *Behavioral modification through modeling procedures*. In L. Krasner & L. P. Ullman (Eds.), *Research in behavior modification*. New York: Holt, Rinehart & Winston.
- _____, (1965b) *Influence of models' reinforcement contingencies on the acquisition of imitative responses*. *Journal of Personality and Social Psychology*, 1, pp. 589-595.
- _____, (1971) *Analysis of modeling processes*. In A. Bandura (Ed.), *Psychological modeling: Conflicting theories*. Chicago: Aldine-Atherton.
- _____, (1977) *Social learning theory*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- _____, (1986b) *The explanatory and predictive scope of self-efficacy theory*. *Journal of Clinical and Social Psychology*, 4, pp. 359-373.
- _____, (1990) *Mechanisms of moral disengagement*. In W. Reich (Ed.), *Origins of terrorism: Psychologies, ideologies, theologies, states of mind*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 161-191.
- _____, (1997a) *Self-efficacy and health behaviour*. In A. Baum, S. Newman, J. Wienman, R. West, & C. McManus (Eds.), *Cambridge handbook of psychology, health and medicine*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 160-162.
- _____, (1997b). *Self-efficacy: The exercise of control*. New York: Freeman.
- _____, (1999) *Moral disengagement in the perpetration of inhumanities*. *Personality and Social Psychology Review*, 3, pp. 193-209.
- _____, (2001a) *Social cognitive theory: An agentic perspective*. *Annual Review of Psychology*, 52, pp.1-26.
- _____, (2001b) *Social cognitive theory of mass communications*. In Bryant, J., Zillman, D. (eds.) *Media effects: advances in theory and research*, 2nd ed., Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum, pp. 121-153.
- _____, (2002) *Selective Moral Disengagement in the Exercise of Moral Agency*, *Journal of Moral Education*, v. 31, n. 2, Carfax Publishing, Taylor & Francis Group.
- _____, (2004) *The Role of selective moral disengagement in terrorism and counterterrorism*. In F. M. Moghaddam & A. J. Marsella (Eds.), *Understanding terrorism: Psychological roots, consequences and interventions*. Washington, DC: American Psychological Association Press, pp. 121-150.
- _____, (2005) *The Evolution of social cognitive theory*. In K. G. Smith & M. A. Hitt (Eds.), *Great minds in management*. Oxford: Oxford University Press, pp. 9-35.

- _____, et al. (1996) *Mechanisms of moral disengagement in the exercise of moral agency*, Journal of Personality and Social Psychology, v. 71, n.2, pp. 364-374.
- _____, Azzi, R. G., Polydoro, S. (2008) *Teoria Social Cognitiva – Conceitos Básicos*, Artmed, Porto Alegre, RS, Brasil.
- _____, Barbaranelli, C., Caprara, G. V., & Pastorelli, C. (1996) *Mechanisms of moral disengagement in the exercise of moral agency*. Journal of Personality and Social Psychology, 71, pp. 364-374.
- _____, Caprara, G. V., & Zsolnai, L. (2000) *Corporate transgressions through moral disengagement*. Journal of Human Values, 6, pp. 57-63.
- _____, Grusec, J. E., & Menlove, F. L. (1966) *Observational learning as a function of symbolization and incentive set*. Child Development, 37, pp. 499-506.
- _____, & Kupers, C. J. (1964) *Transmission of patterns of self-reinforcement through modeling*. Journal of Abnormal and Social Psychology, 69, pp. 1-9.
- _____, & Kwak, K. (1998), *Role of perceived self-efficacy and moral disengagement in antisocial conduct*, Manuscript, Osan College, Seoul, Korea.
- _____, & Mischel, W. (1965) *Modification of self-imposed delay of reward through exposure to live and symbolic models*. Journal of Personality and Social Psychology, 2, pp. 698-705.
- _____, & Perloff, B. (1967) *Relative efficacy of self-monitored and externally imposed reinforcement systems*. Journal of Personality and Social Psychology, 7, pp. 111-116.
- _____, Underwood, B., & Fromson, M. E. (1975) *Disinhibition of Aggression through Diffusion and Dehumanization of Victims*, Journal of Research in Personality, vol. 9, pp. 253-269.
- _____, Walters, R. (1963) *Social learning and personality development*, Holt, Rinehart and Winston, New York.
- _____, & Whalen, C. K. (1966) *The influence of antecedent reinforcement and divergent modeling cues on patterns of self-reward*. Journal of Personality and Social Psychology, 3, pp. 373-382.
- Bangamwabo, F. X., et al. (1991) *Les relations interethniques au Rwanda à la lumière de l'agression d'octobre 1990*, Éditions Universitaires du Rwanda, Ruhengeri.
- Bastos, L. R., Paixão, L., Fernandes, L. M., e Deluiz, N. (1998) *Manual para a Elaboração de Projetos e Relatórios de Pesquisa, Teses, Dissertações e Monografias*, Editora LTC, Quarta Edição, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Becker, E. (1998) *When the War Was Over: Cambodia's Revolution and the Voices of its People*, 2nd Edition, New York: Simon and Schuster.

- Becvar, D. S., Becvar, R. J. (1996) *Family therapy: A Systems integration*, Boston, Allyn & Bacon.
- Bell, J. (2005) *Doing your Research Project: A guide for first-time researchers in education, health and social sciences*, Open University Press, Fourth Edition, p.10, England.
- Benedict, R. (1946) *The Chrysanthemum and the Sword: Patterns of the Japanese Culture*, Houghton Mifflin, Boston.
- Bennett, C. (1995) *Yugoslavia's Bloody Collapse: Causes, Course and Consequence*. New York, New York University Press.
- Bittencourt, C. R. (1997) *Manual de Direito Penal*, 4ª. Ed., São Paulo, Ed. RT.
- Bochner, A. P. & Eisenberg, E. M. (1987) *Family process: System Perspectives*, In C. R. Berger & S. H. Chaffee (Eds.), *Handbook of Communication Science*, Sage, Newbury Park, CA, pp. 540-563.
- Boyd, H., Westfall, R. (1984) *Pesquisa Mercadológica*, 6ª. Edição, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- Bloxham, D. (2003) *Genocide on Trail – War Crime Trials and the Formation of Holocaust History and Memory*, Oxford University Press, Oxford, England.
- Bollinger, D. (1982) *Language: the loaded weapon*, Longman, London, England.
- Braeckman, C. (1994) *Rwanda: Histoire d'un génocide*, Paris, Fayard.
- Breakwell, G. M., Hammond, S., & Fife-Schaw, C. (1995) *Research Methods in Psychology*, Sage Publications, London.
- Broderick, C. B. (1990) *Family process theory.*, In J. Sprey (Ed.), *Fashioning family theory*, Sage, Newbury Park, CA, pp. 171-206
- _____, (1993) *Understanfing family process*, Sage, Newbury Park, CA.
- Browning, C. R. (1992) *Ordinary Men: Reserve Police Battalion 101 and the Final Solution in Poland*, HarperCollins, New York.
- _____, (2002) *Introduction*, In *Understanding Genocide - The Social Psychology of the Holocaust*, Ed. by Newman, L. S. & Erber, R., Oxford University Press, New York.
- Caldwell, M., Tan, L. (1973) *Cambodia in the Southeast Asian War*, New York, Monthly Review Press.
- Canêdo, C. (2000) *O Genocídio como Crime Internacional*, Belo Horizonte, Del Rey.

- Carney, T. (1977) *Communist Party Power in Kampuchea (Cambodia): Documents and Discussion*, Ithaca, New York, Cornell University Southeast Asia Program.
- Castro, C. M. (1977) *A Prática da Pesquisa*, McGraw-Hill do Brasil, São Paulo.
- Chang, I. (1997) *The Rape of Nanking*, Penguin Books, New York.
- Chalk, F. (1994) *Redefining Genocide*, University of Pennsylvania Press, Philadelphia.
- _____, e Jonassohn, K. (1990) *The History and Sociology of Genocide: Analysis and Case Studies*, Yale University Press, New Haven.
- Charny, I. W. (1995) *Toward a Generic Definition of Genocide*, Carolina Academic Press, Durham, N.C.
- Chrétien, J. P. (1995) *Rwanda: Les médias du génocide*, Paris, Karthala.
- Cioran, E. M. (1973) *The trouble with being born*, Trad. Richard Howard, New York, p. 125.
- Colm, S. (1996) *The Khmer Rouge and the Tribal Minorities in Northeastern Cambodia*, Phnom Penh, Documentation Center of Cambodia, p. 56.
- Constantine, L. L. (1986) *Family paradigms: The practice of theory in family therapy*, New York, Guilford.
- Cook, H. T., Cook, T. F. (1992) *Japan at War: An Oral History*, New Press, New York.
- Craig, G. A. (1982) *The Germans*, New American Library, New York.
- Dadrian, V. (1985) *A Typology of Genocide*, International Review of Modern Sociology, n.5, p.204.
- Dadrian, V. (2007) *The History of the Armenian Genocide*, Berghahn Books, Oxford, pp. 49-57.
- Dallari, D. A. (1994) *O Genocídio Repensado* In Direito e Comércio Internacional – Tendências e Perspectivas, Baptista, L. O., Huck, H. M., Casella, P. B. (coords.), Ed. LTr, São Paulo.
- Diaz, T. (1999) *Making a killing: the business of guns in America*, New York, New Press.
- Diener, E., Dineen, J., Endresen, K., Beaman, A. L., & Fraser, S. C. (1975) *Effetcts of altered responsibility, cognitive set, and modeling on physical aggression and deindividuation*, Journal of Personality and Social Psychology, v. 31, pp. 328-337.
- _____, (1977) *Deindividuation: Causes and consequences*, Social Behavior and Personality, v. 5, pp. 143-156.

- Des Forges, A. (1999) *Leave None to Tell the Story: Genocide in Rwanda*, New York, Human Rights Watch.
- DeJong, A. (1978) *The Weimar chronicle: Prelude to Hitler*, New American Library, New York.
- Dundar, F. (2001) *The Union and Progress Party's Ethnicity and Resettlement Policy*, Toplumsal Tarih, n.91, July, pp. 43-51.
- Elliott, D. S., Rhinehart, M. (1995) *Moral disengagement, delinquent peers and delinquent behavior*, Institute of Behavioral Sciences, University of Colorado.
- Etcheson, C. (1991) *The Khmer Way of Exile: Lessons of Three Indochinese Wars*, in Y. Shain, *Governments in Exile in Contemporary World Politics*, New York, Routledge, pp. 92-116.
- _____, *After the killing fields : lessons from the Cambodian genocide* Westport, Conn. : Praeger Publishers.
- Fein, H. (1993) *Genocide: A Sociological Perspective*, Sage Publications, London.
- _____, (1979) *Accounting for genocide: Victims and survivors of the Holocaust*, New York, Free Press.
- Ferguson, N. (2006) *The War of the World – Twentieth-Century Conflict and the Descent of the West*, Penguin Books, New York.
- Fisher, B. A. (1982) *The pragmatic perspective of human communication: A view from system theory*, In F. E. X. Dance (Ed.) *Human communication theory*, New York, Harper & Row, pp. 192-219.
- Fogel, A., Maier, C. S. (2000) *The Nanjing Massacre in History and Historiography*, University of California Press, Berkeley, CA.
- Forshaw, M. (2004) *Your Undergraduate Psychology Project: A BPS Guide*, Blackwell Publishing, Oxford, United Kingdom.
- Fragoso, H. C. (1973) *Genocídio*, Ver. De Direito Penal, janeiro, São Paulo, p.34.
- _____, (1977) *Lições de Direito Penal – Parte Especial*, 4ª. Ed., São Paulo, José Bushatsky.
- Freud, A. (1978) *O ego e os mecanismos de defesa*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Frosh, S. (1988) *No man's land? The role of men working with sexually abused children*, British Journal of Guidance and Counseling, vol. 16, pp. 1-10.
- Galvin, K. M. & Brommel, B. J. (1996), *Family communication: Cohesion and change*, Harper Collins, New York
- Gewandsznajder, F. (1989), *O que é Método Científico*, São Paulo, Ed. Pioneira.

- Giannetti, E. (1997) *Auto-engano*, São Paulo, Companhia das Letras.
- Gibson, J. T., & Haritos-Fatouros, M. (1986) *The education of a torturer*, Psychology Today, November, PP. 50-58.
- Gil, A. C. (1994), *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*, São Paulo, Ed. Atlas.
- Gilbert, G. M. (1947) *Nuremberg Diary*, Ferrar, Straus & Giroux, New York.
- Gilovich, T. (1981) *Seeing the past in the present: The effect of associations to familiar events on judgements and decisions*, Journal of Personality and Social Psychology, v. 40, pp. 797-808.
- Goldhagen, D. J. (1996) *Hitler's Willing Executioners: Ordinary Germans and the Holocaust*, Knopf, New York.
- Grossman, D. (1995) *On Killing: The Psychological Cost of Learning to Kill in War and Society*, Little Brown, Boston.
- Gutman, R. (1993) *A Witness To Genocide*, Macmillan Books, New York.
- Haggbloom, S. J. et al. (2002) *The 100 most eminent psychologists of the 20th Century*, Review of General Psychology, v.6, pp. 139-152.
- Hall, A. D. & Fagan, R. E. (1975) *Definition of system*, In B. D. Ruben & J. Y. Kim (Eds.), General system theory and human communication, Rochelle Park, NJ: Hayden, pp. 52-65.
- Hallie, P. P. (1971) *Justification and rebellion*, In N. Sanford, & C. Comstock (Eds.), Sanctions for evil, San Francisco, Jossey-Bass, pp. 247-263.
- Haney, C. (1997) *Violence and the capital jury: mechanisms of moral disengagement and the impulse to condemn to death*, Stanford Law Review, v.49, pp. 1447-1486.
- Hanson, B. G. (1995) *General systems theory beginning with wholes*, Taylor & Francis, Washington, D.C.
- Harff, B., Gurr, T.R., & Unger, A. (1999) *Preconditions of genocide and politicide: 1955-1998*, Paper presented at the Conference on Differing Approaches to Assessing Potential Genocide, Politicides, and Mass Killings, Viena, Virginia.
- Hart, C. (1998) *Doing a Literature Review*, Sage Publications Ltd., London, United Kingdom, p.13.
- Haslip, J. (1960) *Le Sultan. La tragédie d'Abdul-Hamid*, Paris, Hachette.
- Heidenrich, J. G. (2001) *How to Prevent Genocide: A Guide for Policymakers, Scholars, and the Concerned Citizen*, Praeger, London.

- Hicks, G. (1994) *The Comfort Women: Japan's Brutal Regime of Enforced Prostitution in the Second World War*, Norton, New York.
- Hilberg, R. (1961) *The Destruction of European Jews*, Holmes & Meier, New York.
- Hinton, A. L. (2002) *Annihilating Difference: The Anthropology of Genocide*, University of California Press, California.
- _____, (2005) *Why Did They Kill? Cambodia in the Shadow of Genocide* University of California Press.
- Hobsbawm, E. (1994) *Age of extremes: The short twentieth century, 1914-1991*, Michael Joseph, London.
- Hochschild, A. (1994) *The Unquiet Ghost: Russians Remember Stalin*, New York, Penguin Books.
- Horowitz, I. L. (1997) *Taking Lives: Genocide and State Power*, New Brunswick: Transaction Publishers.
- Hovannisian, R. (1992) *The Armenian Genocide – History, Politics, Ethics*, Palgrave, New York, pp. 109-10.
- Hua-Ling, H. (1991) *Chinese Women under the Rape of Nanking*, Journal of Studies of Japanese Aggression Against China, nov., n. 70.
- Hukanovic, R. (1993) *The Tenth Circle of Hell: A Memoir of Life in the Death Camps of Bosnia*, New Republic Books, New York.
- Iglesias, F. (2002) *Desengajamento moral: um estudo com infrações de trânsito*, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado.
- _____, Clark, C. (2003) *Cometimento de infrações e uso de mecanismos de desengajamento moral no trânsito (Resumo)*. In: Sociedade Brasileira de Psicologia (Org.) Resumos de Comunicação Científica da XXXIII Reunião Anual de Psicologia, Brasília, SBP.
- Jackson, K. D. (1989) *Intellectual Origins of the Khmer Rouge, In Cambodia 1975 – 1978: Rendezvous with Death*, ed. K. D. Jackson, Princeton, N. J., Princeton University Press, pp. 241-250.
- Janoff-Bulman, R. (1985) *The aftermath of victimization: Rebuilding shattered assumptions*, Bruner/ Mazel, New York.
- Jurish, J. A. (1998) *Systems theory and its implication to research on human sexuality – The Use of Theory in Research and Scholarship on Sexuality*, Journal of Sex Research, Feb., California, pp. 1-23.
- Kant, E. (1799) *Declaration regarding Fichte's Wissenschaftslehre*, Cambridge, Mass., p.5.

- Kaplan, A. (1969) *A Conduta da Pesquisa*, São Paulo, Herder – Ed. da USP.
- Karal, E. Z. (1984) *La Question Arménienne (1878 – 1923)*, trad. K. Dorsan, Ankara, pp. 9-10.
- Katz, S. (1995) *The Holocaust and Mass Death before the Modern Age*, Oxford University Press, New York.
- Katsuichi, H. (1992) *Studies of the Nanking Massacre*, Bansei Sha Publishing, Tokyo.
- _____, (1999) *The Nanjing Massacre – A Japanese Journalist Confronts Japan's National Shame*, M. E. Sharpe, Armonk, New York.
- Keen, S. (1986) *Faces of the enemy*, San Francisco, Harper & Row, California.
- Kelman, H. C. (1973) *Violence without moral restraint: reflections on the dehumanization of victims and victimizers*, Journal of Social Issues, v. 29, pp. 25-61.
- _____, Hamilton, V. L. (1989) *Crimes of Obedience: Toward a Social Psychology of Authority and Responsibility*, New Haven, CT: Yale University Press.
- Kerimian, N. (1982) *Massacre de Armênios e Memórias de Naim Bey para Aram Andonian*, Comunidade da Igreja Apostólica Armênia do Brasil.
- Kerlinger, F. N. (1979) *Metodologia de Pesquisa em Ciências Sociais*, E.P.U., São Paulo.
- Kiernan, B. (1985) *How Pol Pot Came to Power*, London, Verso.
- _____, (1996) *The Pol Pot regime : race, power, and genocide in Cambodia under the Khmer Rouge, 1975-79*, New Haven : Yale University Press.
- Klee, E., Dressen, W., Riess, V. (1991) *The Good Old Days – The Holocaust as Seen by Its Perpetrators and Bystanders*, Konecky & Konecky, Old Saybrook, CT, USA.
- Klein, D. M. & White, J. M. (1996) *Family theories: An introduction*, Sage, Thousand Oaks, CA.
- Kordt, E. (1950) *Nicht aus den Akten*, Stuttgart, German.
- Kramer, M. (1990) *The moral logic of Hizballah*, in: W. Reich (ed.) *Origins of Terrorism: psychologies, ideologies, theologies, states of mind*, Cambridge University Press, Cambridge, pp. 131-157.
- Kovacevic, Z. (2002) *Milosevic is Unbowed after a Year in Detention*, New York Times, June 28.
- Krippendorff, K. (1980) *Content Analysis: An Introduction to its Methodology*, Sage, Beverly Hills, California.

- Kuper, L. (1983) *Genocide: Its Political Use in the Twentieth Century*, Yale University Press, New Haven, Conn.
- L'Abate, L. & Colondier, G. (1987) *The emperor has no clothes! Long live the emperor! A critique of family systems thinking and a reductionistic proposal*, *The American Journal of Family Therapy*, vol. 15, pp. 19-33.
- Laszlo, E. (1975) *Basic constructs of systems philosophy*, In B. D. Ruben & J. Y. Kim (Eds.) *General systems theory and human communication*, Rochelle Park, NJ: Hayden, pp. 66-77.
- Latane, B. (1996) *Strength from weakness: The fate of opinion minorities in spatially distributed groups*, Erlbaum, Mahwah, NJ.
- _____, Bourgeois, M. J. (2001) *Dynamic Social Impact and the consolidation, clustering, correlation, and continuing diversity of culture*, Blackwell, Oxford.
- Lemkin, R. (1948) *Genocide as a Crime under International Law*, *The American Journal of International Law* (January 15, 1948), pp. 145-151.
- Lerner, M. J., Miller, D. T. (1978) *Just world research and the attribution process: looking back and ahead*, *Psychological Bulletin*, v. 85, pp. 1030-1051.
- Levi, P. (1986) *The Drowned and the Saved*, Summit Books, New York.
- Lewin, M. (1968) *Russian Peasants and Soviet Power*, London, George Allen and Unwin.
- Lifton, R. J., Markusen, E. (1990) *The Genocidal Mentality: Nazi Holocaust and Nuclear Threat*, Basic Books, New York.
- Littlejohn, S. W. (1989) *Theories of human communication*, Wadsworth, Belmont, CA
- Lutz, W. D. (1987) *Language, appearance, and reality doublespeak in 1984*, in P. C. Boardman (Ed.) *The Legacy of Language – a tribute to Charlton Laird*, University of Nevada Press, Reno, NV, pp. 103-119.
- Mace, J. E. (1997) *Soviet Man-Made Famine in the Ukraine*, in *Century of Genocide*, ed. Samuel Totten, William S. Parsons, and Israel W. Charny, New York, Garland Publishing, pp. 83-84.
- Macionis, J. J. (1995) *Sociology*, Prentice Hall, Englewood Cliffs, N.J.
- Mamdani, M. (2001) *When Victims Become Killers: Colonialism, Nativism, and the Genocide in Rwanda*, Princeton, N.J., Princeton University Press.
- Mantran, R. (1989) *Histoire de l'Empire Ottoman*, Paris, Fayard, p.22.
- Markusen, E., Kopf, D. (1995) *The Holocaust and Strategic Bombing: Genocide and Total War in the Twentieth Century*, Boulder: Westview Press.

- Marrus, M. (1987) *The Holocaust in History*, NH: University Press of New England, Hanover.
- May, T. (1993) *Social Research – Issues, Methods and Process*, Open University Press, Buckingham, Philadelphia.
- McAlister, A. L. (2001) *Moral disengagement: measurement and modification*, Journal of Peace Research, v. 38, n.1, pp. 87-99.
- _____, Barroro, C., Peters, R. J., Ama, E., & Kelder, S. (1998) *Right to kill? Promoting moral disengagement in a quasi-experimental pilot study*, University of Texas Health Science Center, Houston, TX.
- _____, Bandura, A., Owen, S. V. (2006) *Mechanisms of Moral Disengagement in Support of Military Force: The Impact of Sept. 11th*, Journal of Social and Clinical Psychology, vol. 25, n. 2, pp. 141-165.
- McConkey, N. (1992) *Working with adults to overcome the effects of sexual abuse: Integrating solution-focused therapy, systems thinking and gender issues*, Journal of Strategic and Systemic Therapies, vol. 11, pp. 4-19.
- McHugo, G. J., Smith, C. A., & Lanzetta J. T. (1982) *The structure of self-reports of emotional responses to film segments*, Motivation and Emotion, v. 6, pp. 265-285.
- Mello, C. A. (1978) *Direito Penal e Direito Internacional*, Rio de Janeiro, Freitas Bastos.
- Mello, C. A. (1997) *Curso de Direito Internacional Público*, 2 vols., 11^a. Ed. revista e ampliada, Rio de Janeiro, Renovar.
- Melson, R. (1992) *Revolution and Genocide: On the Origins of the Armenian Genocide and Holocaust*, University of Chicago Press, Chicago, p.26.
- Milgram, S. (1965) *Some conditions of obedience and disobedience to authority*, Human Relations, vol. 18, pp. 57-76.
- _____, (1974) *Obedience to Authority: an experimental view*, New York, Harper & Row.
- Mouradian, C. (1995) *L'Arménie*, collection <<Que sais-je?>>, Paris, PUF, p.20.
- Myrdal, J. (1981) *Why is there famine in Kampuchea?*, Southeast Asia Chronicle, n. 77, p.17.
- Osofsky, M. J., Bandura, A., Zimbardo, P. G. (2005) *The Role of Moral Disengagement in the Execution Process*, Law and Human Behavior, vol. 29, n. 4, Aug.
- Pajares, F. (1996) *Self-efficacy beliefs in academic settings*, Review of Educational Research, v. 66, pp. 543-578.
- Pascal, B. (1983) *Pensées*, Éditions D'Antan, Roumanie.

- Pasdermadjian, H. (1964) *Histoire de l'Arménie (depuis les origines jusqu'au traité de Lausanne)*, Paris, Librairie Orientale Samuelian.
- Popper, K. (1956) *A história do nosso tempo: uma visão otimista*. In *Conjecturas e refutações*, Trad. Sérgio Bath, Brasília, 1972, p. 406.
- Prunier, G. (1995) *The Rwanda Crisis: History of a Genocide*, New York, Columbia University Press.
- Rakiya, O. (1994) *Rwanda: Death, Despair, Defiance*, London, African Rights.
- Rapoport, D. C., Alexander, Y. (1982) *The Morality of Terrorism: religious and secular justification*, Pergamon Press, Elmsford, NY.
- Reich, W. (1974) *Psicologia de massa do fascismo*, Porto, Portugal, Ed. Escorpião.
- _____, (1990) *Origins of Terrorism: psychologies, ideologies, theologies, states of mind*, Cambridge University Press, Cambridge, England.
- Reyntjens, F. (1995) *Pouvoir et Droit au Rwanda*, MRAC, Tervuren.
- Rieff, D. (1995) *Slaughterhouse – Bosnia and the Failure of the West*, Tuchstone, New York.
- Rigby, K. (2003) *Addressing Bullying in Schools: Theory and Practice*, Australian Institute of Criminology, Trends & Issues in crime and criminal justice, Criminology Research Council, Canberra, Australia, n. 259, pp. 1-6.
- Robinson, G. T. (1932) *Rural Russia under the Old Regime*, New York.
- Rogers, M. (2001) *A social learning theory and moral disengagement analysis of criminal computer behavior: an exploratory study*, University of Monetoba, Winnipeg, Ph.D. Thesis.
- Ruben, B. D. (1972) *General system theory: An approach to human communication*, In R. W. Budd & B. D. Ruben (Eds.) *Approach to human communication*, Rochelle Park, NJ: Hayden, pp. 120-144.
- Rummel, R. J. (1995) *Democracy, Power, Genocide and Mass Murder*, Journal of Conflict Resolution, n. 39, pp. 3-26.
- _____, (1997) *Death by Government*, New Haven: Yale University Press.
- Rychlak, J. F. (1977) *The psychology of rigorous humanism*, Wiley, New York.
- Sandjian, A. K., *The Armenian Communities in Syria under Ottoman Dominion*, Cambridge, MA., Harvard University Press, p.84.
- Schelling, F. W. J. (1809) *The great chain of being*, Cambridge, Mass., p. 139.

- Sciolino, E. (1994) *For West, Rwanda Is Not Worth the Political Candle*, New York Times, April 15.
- Scott, J. C. (1998) *Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*, New Haven, Yale University Press.
- Sell, L. (2002) *Slobodan Milosevic and the Destruction of Yugoslavia*, Duke University Press, NC.
- Selltiz, C., Wrightsman, L. S., & Cook, S. W. (1987) *Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais – vol.1, Delineamento da Pesquisa*, EPU, São Paulo.
- Semujanga, J. (2003) *Origins of Rwandan Genocide*, Amherst, New York, Humanity Books.
- Shakespeare, W. (1623) *The tempest*, Ato IV, cena 1, linhas 52-3.
- Sharf, M. P., Schabas, W. A. (2002) *Slobodan Milosevic on Trial – A Companion*, The Continuum International Publishing Group Inc., New York, NY.
- Shirer, W. L. (1990) *The Rise and Fall of the Third Reich – A History of Nazi Germany*, Simon & Schuster Paperbacks, New York.
- Silva, F. F. (1997) *Os Refugiados de Kosovo e o Crime de Genocídio – Aspectos do Direito Internacional Penal*, São Paulo, Boletim IBCCrim, 82, Setembro, pp. 11-12.
- Springer, J. (2006) *Genocide, Groundwork Guide*, Toronto Berkeley.
- Staub, E. (1989) *The Roots of Evil: The Origins of Genocide and Other Group Violence*, Cambridge, Cambridge University Press.
- _____, (1996) *Cultural-societal roots of violence: The examples of genocidal violence and a contemporary youth violence in the United States*, American Psychologist, vol. 51, pp. 117-132.
- _____, (1999) The origins and prevention of genocide, mass killing, and other collective violence, *Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology*, vol. 5, pp. 303-336.
- Steinglass, P. (1987) *A systems view of family interaction and psychopathology*, In T. Jacob (Ed.) *Family interaction and psychopathology: Theories, methods, and findings*, New York, Plenum, pp. 25-65.
- Straus, S. (2004) *The Order of Genocide: Race, Power, and War in Rwanda*, Ph. D. dissertation, University of California at Berkeley.
- _____, (2006) *The Order of Genocide: Race, Power, and War in Rwanda*, Ithaca, New York, Cornell University Press, Sage House.
- Tavares, J. (2000) *Teoria do Injusto Penal*, Belo Horizonte, Del Rey.

- Taylor, A. J. P. (1946) *The Course of German History*, Coward MacCann, New York.
- Ternon, Y. (1996a) *Les Arméniens – Histoire d'un génocide*, Éditions du Seuil, pp. 20-21.
- _____, (1996b) *Les Arméniens – Histoire d'un génocide*, Éditions du Seuil, p.31.
- Terras, C. (1996) *Rwanda: L'honneur perdu des missionnaires*, Golias 48-49, printemps.
- Torres, L. W. (1973) *Crimes de Guerra. Genocídio*, 2^a. Ed., São Paulo, Ed. Fulgor.
- Tocqueville, A. (1993) *L'Ancien Régime et la Révolution*, Flammarion, Gf, n. 500, Paris.
- Trevor-Roper, H. R. (1947) *The Last Days of Hitler*, New York, USA.
- Turley, W., Race, J. (1980) *The Third Indochina War*, Foreign Police, v. 38, spring, pp. 92-116.
- Vansina, J. (2001) *Le Rwanda ancien: le royaume Nyiginya*, Paris, Karthala.
- Vidal, C. (1995) *Les Temps Modernes*, Paris, La Découverte.
- von Bertalanffy, L. (1968) *General system theory: Foundations, development, applications*, Braziller, New York.
- _____, (1975) *Perspectives on general systems theory: Scientific-philosophical studies*, Braziller, New York.
- Whitchurch, G. G. & Constantine, L. L. (1993) *Systems theory*, In P. G. Boss et al. (Eds.) *Sourcebook of family theories and methods: A contextual approach*, New York: Plenum, pp. 325-352.
- Wilber, K. (2000) *A Theory of Everything: Na Integral Vision for Business, Politics, Science and Spirituality*, Shambhala Publications, Inc., Boston, MA.
- Yerby, J., Buerkel-Rothfuss, N., Bochner, A. P. (1990) *Understanding family communication*, Gorsuch Scarisbrick, Scottsdale, AZ.
- Yin, R. (1990) *Case Study Research – Design and Methods*, 6th Ed., Sage Publications, London.
- Yoshiaki, Y. (1991) *Historical Understandings on the Military Comfort Women Issue*, in *War Victimization and Japan: International Public Hearing Report*, Toho Shuppan, Osaka-shi, Japan.
- Wright, R. (1994) *O animal moral*, Rio de Janeiro, Campus.
- Zartman, I. W. (1995) *Introduction: Posing the Problem of State Collapse*, in *Collapsed States: the Desintegration and Restoration of Legitimate Authority*, Boulder, CO., Lynne Rienner.

Zimbardo, P. G. (1995) *The psychology of evil: a situationist perspective on recruiting good people to engage in anti-social acts*, Research in Social Psychology, v. 11, pp. 125-133.

Zimmerman, B. J., Kitsantas, A., Campillo, M. (2002) *Evaluación de la autoeficacia regulatoria: una perspectiva social cognitiva*, Evaluar, Cordoba, Argentina, n.5, pp. 1-21.

11. ANEXO

Lei 2889, de 1 de outubro de 1956

Presidência da República Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 2.889, DE 1 DE OUTUBRO DE 1956.

Define e pune o crime de
genocídio.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Quem, com a intenção de destruir, no todo ou em parte, grupo nacional, étnico, racial ou religioso, como tal:

- a) matar membros do grupo;
- b) causar lesão grave à integridade física ou mental de membros do grupo;
- c) submeter intencionalmente o grupo a condições de existência capazes de ocasionar-lhe a destruição física total ou parcial;
- d) adotar medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo;
- e) efetuar a transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo;

Será punido:

Com as penas do art. 121, § 2º, do Código Penal, no caso da letra a;

Com as penas do art. 129, § 2º, no caso da letra b;

Com as penas do art. 270, no caso da letra c;

Com as penas do art. 125, no caso da letra d;

Com as penas do art. 148, no caso da letra e;

Art. 2º Associarem-se mais de 3 (três) pessoas para prática dos crimes mencionados no artigo anterior:

Pena: Metade da cominada aos crimes ali previstos.

Art. 3º Incitar, direta e publicamente alguém a cometer qualquer dos crimes de que trata o art. 1º:

Pena: Metade das penas ali cominadas.

§ 1º A pena pelo crime de incitação será a mesma de crime incitado, se este se consumar.

§ 2º A pena será aumentada de 1/3 (um terço), quando a incitação for cometida pela imprensa.

Art. 4º A pena será agravada de 1/3 (um terço), no caso dos arts. 1º, 2º e 3º, quando cometido o crime por governante ou funcionário público.

Art. 5º Será punida com 2/3 (dois terços) das respectivas penas a tentativa dos crimes definidos nesta lei.

Art. 6º Os crimes de que trata esta lei não serão considerados crimes políticos para efeitos de extradição.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1956; 135º da Independência e 68º da República.